



GÉNESE E DESENVOLVIMENTO DA PRIMEIRA MISSÃO JESUÍTICA EM ANGOLA (1558-1565)

UMA APROXIMAÇÃO DESDE A CORRESPONDÊNCIA ENTRE JESUÍTAS

Apresentado por:

VALTER JOÃO CASSAMANO

Dirigido por:

DR. PABLO ALONSO VICENTE, SJ

**MADRID
DEZEMBRO DE 2021**



FACULTAD DE TEOLOGÍA

GÉNESE E DESENVOLVIMENTO DA PRIMEIRA MISSÃO JESUÍTICA EM ANGOLA (1558-1565)

UMA APROXIMAÇÃO DESDE A CORRESPONDÊNCIA ENTRE JESUÍTAS

Visto Bueno del Director
DR. PABLO ALONSO VICENTE, SJ

Fdo.

Madrid, _____

ÍNDICE

SIGLAS E ABREVIATURAS	9
INTRODUCCÃO GERAL	13
CAPÍTULO I: O REINO DE ANGOLA E A COMPANHIA DE JESUS A MEADOS DO SECULO XVI	19
INTRODUCCÃO	19
1. O reino de Angola antes da chegada dos missionários	20
1.1. Génese do reino	21
1.2. Limites e expansão do reino	24
1.3. Organização interna e administração	27
1.4. Geografia	28
2. A Companhia de Jesus e a sua ideia de missão	30
2.1. Documentos carismáticos	30
2.2. O espírito missionário na nascente província de Portugal	33
2.2.1. O fervor missionário dos primeiros companheiros	34
2.2.2. As missões no Oriente, América e África	37
2.2.3. Os principais benfeitores	39
2.3. O Generalato do padre Diogo Laínez	42
2.3.1. Breve biografia	42
2.3.2. A abordagem missionária	43
2.3.3. Memorial para as missões de Juan-Alphonso de Polanco, e carta de Laínez aos missionários nas Índias (1558)	44

3. Conclusão	47
CAPÍTULO II: TRADUÇÃO E ANOTAÇÃO DA CORRESPONDÊNCIA (1558-1565)	51
INTRODUÇÃO	51
DOCUMENTO 1. Do padre Inácio de Azevedo, ao padre Diogo Laínez [Évora, 7 de Abril de 1558]. Original em espanhol. Fragmento.	54
DOCUMENTO 2. Do padre Inácio de Azevedo, ao padre Diogo Laínez [Lisboa, 19 de Maio de 1558]. Original em espanhol. Fragmento.	57
DOCUMENTO 3. Do padre Francisco de Borja, ao padre Diogo Laínez [Valladolid, 20 de Maio de 1558]. Original em espanhol. Fragmento.	58
DOCUMENTO 4. Do padre Francisco Álvarez, ao padre Diogo Laínez [Lisboa, 30 de Junho de 1558]. Original em latim. Fragmento.	59
DOCUMENTO 5. Do padre Inácio de Azevedo, ao padre Diogo Laínez [Lisboa, 19 de Agosto de 1558]. Original em espanhol. Fragmento.	60
DOCUMENTO 6. Do padre Inácio de Azevedo, ao padre Diogo Laínez [Lisboa, 02 de Novembro de 1558]. Original em espanhol. Fragmento.	60
DOCUMENTO 7. Do padre Inácio de Azevedo, ao padre Diogo Laínez [Lisboa, 18 de Abril de 1559]. Original em espanhol. Fragmento.	61
DOCUMENTO 8. Do padre Miguel Torres, ao padre Diogo Laínez [Lisboa, 18 de Abril de 1559]. Original em espanhol. Fragmento.	63
DOCUMENTO 9. Do padre Miguel Torres, ao padre Diogo Laínez [Lisboa, 29 de Julho de 1559]. Original em espanhol. Fragmento.	63
DOCUMENTO 10. Do padre Miguel Torres, ao padre Diogo Laínez [Lisboa, 13 de Setembro de 1559]. Original em espanhol. Fragmento.	64
DOCUMENTO 11. Da casa são Roque, ao padre Diogo Laínez [Lisboa, 17 de Fevereiro de 1560]. Original em espanhol. Fragmento.	64
DOCUMENTO 12. Do padre Agostinho de Lacerda, ao padre Diogo Laínez [Ilha de São Tomé, 18 de Fevereiro de 1560]. Original em espanhol. Completo.	66
DOCUMENTO 13. Do irmão António Mendes ao padre Diogo Laínez [Lisboa, 9 de Maio de 1563]. Original em espanhol. Completo.	73
DOCUMENTO 14. Do Padre Francisco de Gouveia ao padre Diogo Laínez [Cabaça, 1 de Novembro de 1564]. Original em português. Completo.	89
Documento 15. Do Padre Francisco de Gouveia para o Colégio das Artes. [Angola, 19 de Maio de 1565]. Original em português. Fragmento.	98
CONCLUSÃO	99
CAPÍTULO III: ELEMENTOS ESPIRITUAIS E TEOLÓGICOS NA CORRESPONDÊNCIA	103
INTRODUÇÃO	103
1. Uso da Bíblia	104
2. Espiritualidade Inaciana e Jesuítica	105

2.1. Finalidade da Companhia: o serviço divino e a propagação da fé, o proveito das almas	105
2.2. Fazer a vontade de Deus	107
2.3. Glória de Deus	107
2.4. «Sentir» e «mais»	108
2.5. Agradecimento e louvor	109
2.6. Mistérios da vida de Cristo	110
2.7. Nossa Senhora	110
2.8. Consolação e desolação, dificuldades e esperança	111
2.9. Pobreza e humilhações	112
2.10. Orações e sacrifícios	113
2.11. Viver e morrer na Companhia	114
CONCLUSÃO GERAL	117
APÊNDICE DOCUMENTAL	123
BIBLIOGRAFIA	149
1. Fontes primárias	149
1.1. Escritos inacianos	149
1.2. Outras fontes inacianas	149
1.3. Outras fontes primárias	150
2. Fontes secundárias	151
2.1. Livros	151
2.2. Capítulos de livros	151
2.3. Artigos em revistas	152
2.4. Artigos na Internet	152
2.5. Dicionários	153

SIGLAS E ABREVIATURAS

1. FUENTES

1.1 DE LOS ESCRITOS IGNACIANOS

- Co* «*Constituciones de la Compañía de Jesús*». En *Obras*, (eds.), I. Iparraguirre, M. Ruiz Jurado, 291-364. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 2013.
- De* «*Diario Espiritual*». En *Obras*, (ed.), I. Iparraguirre, M. Ruiz Jurado, 291-364. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 2013.
- Ej* «Ejercicios Espirituales». En *Obras*, (ed.), I. Iparraguirre, M. Ruiz Jurado, 147-233. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 2013. *Exercicia Spiritualia*. Roma: IHSI, 1969. (MHSI 100).
- Epp* *Cartas. Sancti Ignatti de Loyola Societatis Iesu fundatoris epistolae et instrucciones*, (eds.), V. Agusti, F. Cervós, M. Lecina, D. Restrepo. Madrid: 1903-1911 (MHSI 22, 26, 28, 29, 31, 33, 34, 36, 37, 38, 40, 42).
- F39* «Fórmula del Instituto de 1539». En *Constituciones de la Compañía de Jesús. Introducción y notas para su lectura*, (ed.), S. Arzubialde, J. García-Lomas, 30-40. Bilbao: Mensajero, 1993.
- F40* «Fórmula del Instituto de 1540». En *Constituciones de la Compañía de Jesús. Introducción y notas para su lectura*, (ed.), S. Arzubialde, J. García-Lomas, 30-40. Bilbao: Mensajero, 1993.

- F50 «Fórmula del Instituto de 1550». En *Constituciones de la Compañía de Jesús. Introducción y notas para su lectura*, (ed.), S. Arzubialde, J. García-Lomas, 30-40. Bilbao: Mensajero, 1993.
- Obras *Obras de San Ignacio de Loyola*. Ruiz Jurado, M. (ed.), Madrid: BAC, 2014.

1.2 DE OTRAS FUENTES IGNACIANAS

- E.Esenciales *Escritos esenciales de los primeros Jesuitas. De Ignacio a Ribadaneira*. Grupo de Espiritualidad Ignaciana (ed.), Bilbao-Santander-Madrid: Mensajero-Sal Terrae - UPComillas, 2017.
- Litt Quad *Litterae Quadrimestres, ex universis praeter Indiam et Brasiliam Locis, in quibus aliqui de Societate Iesu versabantur*. (7 vols.), Madrid 1894-1932.
- MBor *Monumenta Borgia*, (7 vols.), Madrid 1894-1911.
- MHSI *Monumenta Historica Societatis Iesu*.
- MI *Monumenta Ignaciana*.
- MLain *Monumenta Lainii: Epistolae et Acta Patris /acobi Lainii*. 8 vols. Madrid, 1912-1917
- MMiss. Doc.Ind.

2. REVISTAS

- AHSI *Archivum Historicum Societatis Iesu*. Roma.
- AR *Acta Romana Societatis Iesus*. Roma.
- CIS *Centrum Ignatianum spiritualitatis*. Roma.
- Gen *Revista de Gastroenterologia nacional*. Venezuela.
- SSJ *Studies in the Spirituality of Jesuits*
- Man *Manresa*. Madrid.

3. DICCIONARIOS, CONCORDANCIA Y LEXICOS

- Concordancia *Concordancia Ignaciana*. Editado por Ignacio Echarte. Bilbao-Santander-St.Louis: Mensajero-Sal Terrae Institute of Jesuit Sources, 1996.
- DEI *Diccionario de Espiritualidad Ignaciana*. 2 vols. (ed.), Grupo de Espiritualidad Ignaciana. Bilbao-Santander: Mensajero-Sal Terrae, 2007.
- DHCJ *Diccionario Histórico de la Compañía de Jesús*. 4 vols. Dirigido por Charles O'Neill y José María Domínguez. Roma-Madrid: IHSI-UPComillas, 2001.
- DRae *Diccionario de la lengua española*, Real Academia Española. 2 vols. Madrid: Espasa-Calpe, 2001.
- DSp *Dictionnaire de Spiritualité*. 17-vols. Dirigido por Charles Baumgartner Paris : Beauchesne, 1937-1995.
- Sommervogel SOMMERVOGEL, C., *Bibliothèque de la Compagnie de Jesus* (10 vols. Supplément, Tables, Historie), Paris-Bruxelles, 1890-1932.

TLC: Covarrubias, S. de, *Tesoro de la lengua castellana o española*,
(Arrellano, I., Zafra, R., eds.). Madrid: Iberoamericana, 2006.

4. OTRAS

ad. Loc: No lugar ou ao lugar
BAC Biblioteca de Autores Cristianos
Cf. Confer (véase)
CG Congregación General [de la Compañía de Jesús]
Col *Columna*
dir director
ed. / eds. editor / editores

Ibid. Ibidem (ahí mismo)
L Libro
IHSI Institutum Historicum Societatis Iesus. Roma.
MMA *Monumenta Missionaria Africana*, 15 vols., ed. ANTÓNIO BRÁSIO.
Agência Geral do Ultramar, Lisboa 1954.
n. número
Op. Cit *Opere citato* ('en la obra citada')
s.f. se desconoce la fecha
trad. traductor
T Tomo
UP Comillas Universidad Pontificia Comillas.
V. P. Vossa Paternidade
vol. / vols. volumen / volúmenes

INTRODUÇÃO GERAL

A história da presença jesuítica no continente africano, e particularmente em Angola, suscitou sempre um grande interesse em mim. Este interesse começou a delinear-se quando eu era ainda muito jovem na Companhia de Jesus. Estando eu em Moçambique a fazer o meu Juniorado¹, momento da formação de um jesuíta, que em algumas partes da Companhia vem logo após o Noviciado, tive o meu primeiro contacto real com a história dos inícios da Companhia de Jesus em Angola. Parte do programa do Juniorado consistia em escrever algumas páginas sobre a história da Companhia de Jesus na nossa região de origem, no meu caso Angola. Nas três etapas seguintes² da minha formação na Companhia de Jesus, este interesse, embora não fosse o polo centralizador da minha atenção, se foi manifestando de diferentes maneiras.

O ponto de viragem no meu interesse pela história da Companhia em África, deu-se sem dúvida, quando em 2019, por motivo da minha chegada a Madrid, Espanha, onde fora enviado para cursar o Master em espiritualidade inaciana, na Universidade de

¹ Eu fiz as duas primeiras etapas de formação na Companhia de Jesus, o Noviciado e o Juniorado, em Moçambique, no período de 2005 a 2008.

² Filosofia e Magistério na República democrática do Congo (2008-2011; 2011-2013), e Teologia em Nairobi, Quênia (2013-2016).

Comillas, me fui dando conta que, apesar de uma presença quase ininterrupta da Companhia de Jesus em território africano, desde os anos da sua fundação até ao período de supressão, no século XVIII, eram escassos, em comparação com outros lugares, os estudos consistentes e detalhados sobre a presença e o trabalho dos Jesuítas no continente africano. Ao não ver razões que pudessem justificar tal escassez, e estar consciente de que Comillas era o lugar ideal, devido às excelentes condições e oportunidades que nos oferece, para poder iniciar um tal trabalho de investigação e aprofundamento da história da espiritualidade inaciana, determinei-me por orientar o meu trabalho final do Master em espiritualidade sobre a primeira missão jesuíta no reino de Angola.

Neste trabalho, decidimos concentrar-nos sobretudo na presença jesuíta nesta parte do território angolano, no período de 1560 a 1565.³ Apoiado na vasta correspondência dos jesuítas, narrei as diferentes etapas do processo de génese e do desenvolvimento desta primeira presença. Durante a defesa do mesmo, os professores José García de Castro, director do trabalho, e Pablo Alonso, leitor, teceram críticas muito construtivas sobre os limites do meu trabalho, e entre as sugestões de melhoria apontaram a necessidade de dizer algo mais sobre os principais protagonistas; de pensar em fazer uma edição crítica das cartas principais; e sobretudo de enriquecer o trabalho com algumas questões teológico-espirituais.

Assim, tendo algumas ideias claras sobre que novas perspectivas poderiam orientar o aprofundamento do conhecimento da história da acção jesuíta neste período histórico, fruto das ricas sugestões dos referidos professores, e a fim de não desperdiçar a riqueza das cartas, decidi, com a ajuda do meu actual tutor, que neste uma nova selecção mais completa da correspondência jesuíta, um novo tratamento deste corpus, desde a tradução e anotação e por ultimo por tentativa de leitura espiritual inaciana.

das por orientar a minha tese de licenciatura em espiritualidade para o estudo desta mesma temática. Decidi, trabalhar na tradução, anotação e síntese de algumas chaves teológico-espirituais que podem ser extraídas das cartas dos Jesuítas, directamente relacionadas com a génese e desenvolvimento da missão do reino de Angola. Tratando-se de um trabalho com uma nuance histórica muito acentuada, fiz bom uso das conversas

³ Escolhemos este intervalo, porue, a primeira carta, do padre Inácio de Azevedo, em que se menciona a eventualidade desta missao ao reino de Angola, foi escrita em 1558, e a ultima, do padre Gouveia, ao colegio das artes, em 1565.

com o Professor Javier Cía, historiador, que me ajudou com a metodologia apropriada para aceder a estes documentos.

Como a maioria destes documentos se encontra em acervos antigos, comecei por contactar os arquivos da Companhia de Jesus em Alcalá de Henares. Embora os catálogos que lá consultei me tenham dado uma ideia bastante clara de onde encontrar a maioria dos documentos de que necessitava para a minha bibliografia, não pude aceder aos catálogos das províncias jesuítas de Portugal e Espanha do período histórico que me interessava, já que se encontram nos Arquivos em Roma. O contacto com o arquivista da Província Portuguesa revelou-se muito esclarecedor, pois através dele pude tomar conhecimento de algumas obras jesuítas que me poderiam oferecer uma visão de conjunto deste período.

Tendo uma ideia geral da bibliografia que teria a minha disposição, o material que pude então encontrar e a correspondência da época, disponível na *Monumenta Historica Societatis Iesu*⁴ e na *Monumenta Missionaria Africana*,⁵ comecei a reflectir, com a orientação do meu tutor, e os sempre oportunos conselhos do professor Javi Cia, sobre possível estrutura e alcance do trabalho que teríamos pela frente. Começamos por delimitar a época que cobriria o trabalho ao período de 1558 a 1565. Em seguida, estabelecemos como material, nos limitaríamos às cartas escritas por jesuítas. Decidimos ainda o tipo de tratamento a dar a este material, que seria: primeiramente transcrevê-lo, em seguida traduzi-lo e anotá-lo, por formas a facilitar a compreensão histórica, geográfica, espiritual e linguística, para podermos então, identificar alguns princípios teológicos espirituais. Finalmente nos decidimos pela estrutura do trabalho, que estaria dividido em três capítulos e um apêndice.

No primeiro capítulo faremos uma apresentação dos dois principais protagonistas, o reino de Angola e a Companhia de Jesus, e do contexto histórico que envolve este da trama que queremos estudar. No segundo capítulo, nos deteremos sobre uma série de 15 cartas, todas elas escritas por jesuítas, e que estão directamente

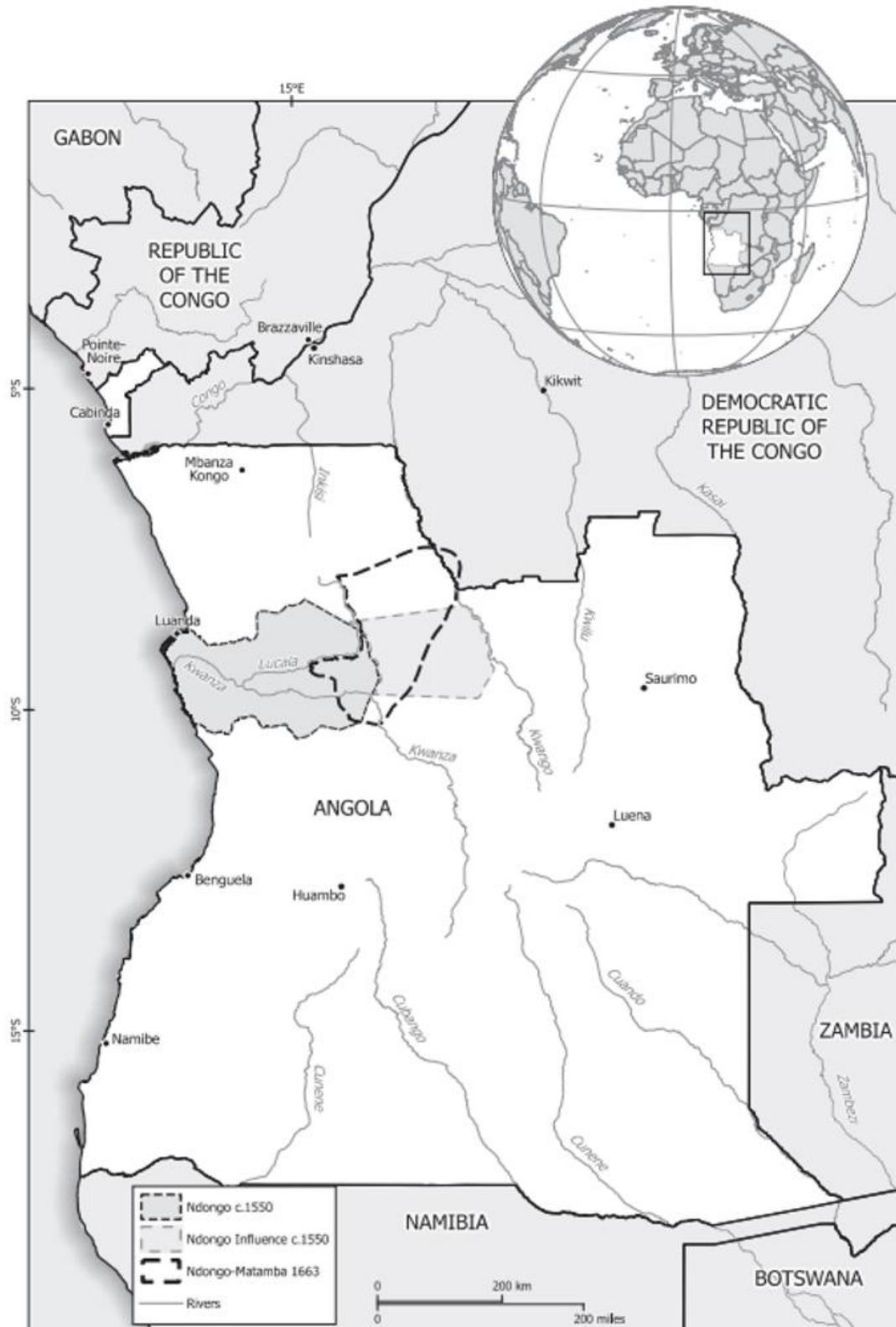
⁴ A *Monumenta Historica Societatis Iesu* (MHSI) é a grande colecção de fontes documentais sobre Santo Inácio de Loyola, os seus primeiros companheiros, a história inicial da Companhia de Jesus e as suas missões. Foi iniciada pelo P. General Luis Martín García, eleito na 24ª Congregação Geral realizada em Loyola (Espanha) em 1892. Cf. R. SANZ DE DIEGO. «Generales:24. Martín» em *DHCJ*, vol. II, 1676-1682.

⁵ A *Monumenta Missionaria Africana* (MMA) é uma obra de 15 volumes, editada e anotada pelo sacerdote espiritano António Brásio (1906-1985), que reúne a documentação relacionada com a história da acção missionária portuguesa na África Ocidental, no período entre o final do século XV e o final do século XVIII.

relacionadas com a génese e desenvolvimento da missão jesuítica no reino de Angola. Primeiramente traduziremos ou actualizaremos estas cartas a um português mais moderno, e em seguida procederemos a anotá-las. No terceiro capítulo, traremos à tona, alguns elementos teológico espirituais que sobressaem da leitura destas cartas.

Com este trabalho queremos continuar o caminho que percorremos no Master em Espiritualidade Inaciana e contribuir – ainda que muito modestamente – para o conhecimento da história e desenvolvimento da acção missionária jesuítica. É uma viagem que vai sendo feita com modestas contribuições como esta, que não só acrescentam pequenos detalhes às histórias contadas em traços largos, mas que pouco a pouco vão criando um maior interesse em aprofundar o nosso conhecimento da acção missionária dos Jesuítas em muitos lugares, desta forma, tirar do esquecimento algumas experiências representativas dos primeiros contactos dos Jesuítas, especialmente em Angola.

Esperamos certamente não parar aqui com este trabalho. Não podemos deixar de agradecer à Universidade de Comillas e a todo o seu pessoal pela oportunidade que criaram para nós. Isto não seria possível se a minha Província, a Província da África Central, da Companhia de Jesus (ACE), não me tivesse enviado aqui para os meus estudos. Um grande obrigado ao meu Provincial.



Mapa I: Reino do Ndongo (ca. 1550) situado na actual república de Angola. Fonte: Linda M. HEYWOOD, *Njinga of Angola, Africa's Warrior Queen* (Cambridge - Massachusetts: Harvard University Press, 2017).

CAPÍTULO I: O REINO DE ANGOLA E A COMPANHIA DE JESUS A MEADOS DO SECULO XVI

INTRODUCCÃO

O principal objectivo deste capítulo será o de tentar apresentar os protagonistas e o contexto histórico da trama que queremos estudar: a génese e o primeiro desenvolvimento da missão jesuíta em Angola, através da correspondência entre jesuítas. Aqui tentaremos abordar o ambiente geral, os diferentes elementos e circunstâncias que se destacam e que nos ajudam a situar melhor a correspondência dentro deste processo.

Tratando-se da primeira missão jesuítica ao reino de Angola, os nossos esforços concentrar-se-ão na possibilidade de elaborar um retracto de ambos protagonistas que projecte uma imagem, tão clara quanto nos seja possível, tanto do reino de Angola, como da Companhia de Jesus, no período histórico em que se desenrola esta missão. Assim, dividiremos este capítulo em duas partes: Uma primeira parte centrada no cenário do reino de Angola antes de 1560, momento da chegada dos jesuítas; e uma segunda parte centrada em alguns aspectos sobre a maneira como se concebia e a importância que se atribuía a missão na nascente Companhia de Jesus, desde os seus inícios até ao generalato de Diogo Laínez, em particular em Portugal.

Na primeira parte deste capítulo, centrada no momento pré-jesuítico do reino de Angola, limitar-nos-emos a ir dando algumas pinceladas a certas questões historiográficas importantes, que nos ajudem a delinear o contexto sócio histórico e geopolítico do então reino de Angola. Somos conscientes, no entanto, que o trabalho que temos aqui em mão, tem um propósito puramente referencial, e não se trata de uma tarefa de âmbito histórico abrangente, nem estritamente etno-histórico. Portanto, o retrato, descrição dos aspectos da idiossincrasia do reino de Angola pré-jesuítico, que queremos proporcionar visa sobretudo proporcionar uma melhor compreensão dos factores que determinaram o estabelecimento da missão. A pretensão de apresentar uma visão detalhada dos acontecimentos e desenvolvimentos que marcaram as civilizações que se estabeleceram nesta parte da África subsariana, não poderá ser abordada neste trabalho.

A segunda parte, direccionada à nascente Companhia de Jesus, será abordada em três blocos distintos: começaremos primeiramente por descrever a forma como as missões eram vistas na Companhia nascente, através sobretudo de uma olhada transversal a alguns dos documentos carismáticos. Assim, poderemos, esperamos, apreender o verdadeiro significado por detrás da ideia de missão, que norteava os primeiros companheiros de santo Inácio, e a maneira com tentaram, e queriam que se organizassem as primeiras missões da ordem. Em seguida, veremos como a paixão pela missão foi entendida em Portugal e transformada em dinamismo missionário que foi ao mesmo tempo originou o primeiro grande impulso para a Companhia poder espalhar-se pelo mundo. Por fim, centraremos a nossa atenção no período do generalato de Diogo Laínez, e como construindo sobre o precedente se difundiu ainda mais a presença da Companhia de Jesus no mundo, e tentaram-se criar critérios práticos para organizar a maneira como a missão da Companhia de Jesus deveria ser levada a cabo. Começaremos agora a nossa descrição do reino de Angola.

1. O reino de Angola antes da chegada dos missionários

Esta secção será organizada da seguinte forma: começaremos relatando a génese do reino, depois descreveremos os seus limites e o seu processo de expansão. Diremos também algo sobre a sua organização e administração interna, e finalmente apresentaremos a sua geografia.

1.1. G3nese do reino

Os ind3cios da presen3a humana na regi3o centro-oeste do continente africano indicam que por volta de 1200, muito provavelmente como resultado das migra3es para sul de povos do grupo lingu3stico bantu, os primeiros grupos humanos come3aram a estabelecer-se na regi3o do actual territ3rio da Rep3blica de Angola. Muitos destes grupos, tendo a l3ngua e os la3os familiares como principal v3nculo de coes3o, adoptaram uma grande diversidade de formas de organiza3o pol3tica e social. Em alguns casos, esta pluralidade organizacional baseou-se, em crit3rios de extens3o territorial, de micro-



Mapa II: Reino do Ndongo (ca. 1550). Fonte: Linda M. HEYWOOD, *Njinga of Angola, Africa's Warrior Queen* (Cambridge - Massachusetts: Harvard University Press, 2017), 5.

comunidades, compostas por um ou v3rios grupos de cl3s-fam3lias, 3 grupos populacionais heterog3neos que ocupavam 3reas muito maiores. Noutros casos, a

diferença entre grupos deveu-se à variedade de tipos de governação política adoptada.¹ Foi neste contexto que, pouco antes da segunda metade do século XV, desenvolveram-se nesta região dois grandes reinos: o reino do Congo e o reino do Ndongo (de Angola²).

Neste trabalho, o nosso foco de atenção é o reino de Angola, que tinha nos *Mbundu* o grupo que habitava a maior parte do seu território e em torno do qual girava grande parte da sua organização política e social. De maneiras que o tentar descrever a génese histórica do reino de Angola significa, de certa forma, descrever a génese dos Mbundu. No entanto, tentar descrever a situação pré-colonial e o desenvolvimento histórico do reino de Angola não é uma tarefa fácil, principalmente devido às dificuldades com que nos deparamos ao tentar encontrar fontes escritas contendo registos históricos que detalhem a vida e acção dos Mbundu que habitaram a região em tempos remotos. Joseph Miller é um dos autores que salienta a peculiaridade historiográfica resultante da tentativa de reconstruir a história dos Mbundu antes da chegada dos portugueses:

«O conhecimento da história antiga dos Mbundu é limitado, pela natureza do testemunho, a uma fracção bastante pequena da totalidade da vida Mbundu nos séculos XVI e XVII, obviamente muito mais complexa. Embora as tradições forneçam um quadro bastante coerente da evolução das instituições políticas Mbundu, não têm, para este período, quase nada a dizer acerca de personalidades. [...] na maioria das vezes a história dos Mbundu que é possível conhecer trata apenas de versões idealizadas da realidade, em lugar dos caprichosos rumos, presumivelmente menos regulares, dos verdadeiros acontecimentos históricos. [...] O que pode ser conhecido acerca da primitiva história política dos Mbundu, portanto, está limitado a uma perspectiva bastante idealizada de aspectos seleccionados do desenvolvimento institucional dos antigos estados».³

Este facto, contudo, não nos impede de falar sobre a história dos Mbundu com um certo grau de exactidão,⁴ mesmo se, como dissemos na introdução, o nosso objectivo é mais destacar os principais elementos da organização interna dos Mbundu do que

¹ Linda M. HEYWOOD y John K. THORNTON, «Kongo and Dahomey, 1660–1815», en *Soundings in Atlantic History*, Bernard Bailyn y Patricia L. Denault eds, (Cambridge - Massachusetts: Harvard University Press, 2009), 87.

² Ao longo deste trabalho, utilizaremos preferencialmente a denominação reino de Angola, já que é a mais utilizada na correspondência que nos serve de bibliografia principal neste trabalho.

³ Joseph C. MILLER, *Poder político e parentesco, os antigod estados Mbundu em Angola* (Luanda: Arquivo historico nacional/Ministério da cultura, 1995), 12.

⁴ Miller insiste que uma tal narrativa pode ser construída, por exemplo, através do relato das tradições orais. Cf. *Ibid.* 11. Ainda a propósito da descrição da história dos Mbundu, David Birmingham, em "Trade and Conflict", tenta, entre outras coisas, elaborar uma breve história dos Mbundu de 1483 a 1790, onde uma das ideias que parece destacar-se fortemente é a de que semelhante apresentação não pode ser feita senão através do prisma do impacto da acção portuguesa em Angola. Cf. David BIRMINGHAM, *Trade and Conflict in Angola: The Mbundu and their Neighbours under the influence of Portuguese 1483-1790* (Oxford: Clarendon Press, 1966).

descrever concisamente os acontecimentos que marcaram o desenvolvimento histórico do reino.

Muito provavelmente, os *Mbundu* estavam, a princípio, organizados em grupos autónomos de clã-famílias que coabitavam na mesma área e cooperavam entre si quando necessário. Progressivamente, talvez entre finais do século XV e inícios do século XVI, estes grupos começaram a expandir o seu território e a constituir-se numa única entidade sociopolítica centralizada. Fazendo eco das palavras de Joseph C. Miller, estes eram grupos de várias clãs-famílias que «reorganizando-se em novos agregados [sob a tutela de um único/novo monarca], com novos conjuntos de símbolos de unidade de grupo, e relacionados uns com os outros com base no padrão seguido pela nova insígnia de autoridade».⁵ No entanto, será sempre difícil situar os momentos e eventos concretos que tiveram lugar durante este processo, ou estabelecer a sua linha temporal exacta, porque os Mbundu se caracterizaram sempre por uma tendência para ver/ler de forma selectiva, desde uma perspectiva fundamentalmente sincrónica, os eventos relacionados com a sua própria história:

«As tradições orais Mbundu [...] reflectem em grande parte o estado das estruturas sociais e políticas Mbundu no momento em que (as tradições) são recitadas. [...] Referem-se muito mais selectivamente apenas a certas partes do passado, que têm analogias óbvias no presente. [...] olham para os séculos passados através do prisma das condições sociais e políticas do seu próprio tempo, procurando as origens dos grupos de filiação, títulos políticos e relações estruturais que têm significado no presente. [...] tendem a preservar como "história" (ou seja, o que aconteceu no período anterior à memória viva) apenas os acontecimentos que estabeleceram precedentes sociais ou políticos que influenciam os padrões de comportamento contemporâneos».⁶

É geralmente aceite que este processo de unificação foi realizado por Ngola Inene⁷, uma vez que muitos grupos ligados ao Mbundu o identificam como o antepassado mais remoto. O Jesuíta Pero Rodrigues⁸, por seu lado, no relatório que escreveu ao então

⁵ *Ibid.*, 29.

⁶ *Ibid.*, 12-13

⁷ *Ngola* era o título dos líderes do reino de Ndongo (reino de Angola) Ngola Inene, que traduzido literalmente do Quimbandu seria "O grande Ngola". Pode representar tanto um nome genérico, - relacionado com um título político na origem de uma ou várias tradições, - como um nome próprio. Para uma visão mais ampla sobre este tema, Cf. *Ibid.*, 14-23.

⁸ Pero Rodrigues nasceu em 1541 em El Arco, diocese de Évora, e entrou na Companhia de Jesus em 1556. Depois de ter ensinado humanidades durante 10 anos e teologia moral durante 5 anos, foi reitor dos colégios do Funchal (Madeira) e Bragança durante 11 anos. Foi então enviado como visitador para Angola, entre 1592 e 1594, e para o Brasil, onde foi também provincial. Ele é o autor da *Vida e Milagres do Padre José de Anchieta da Companhia de Jesus*. Morreu em Pernambuco em 1614. (cf. Carlos SOMMERVOGEL, *Bibliothèque de la Compagnie de Jésus*, vol. 6, 1942-1943).

Padre Geral da Companhia de Jesus, Cláudio Aquaviva⁹, descrevendo o estado da missão, apresentou Ngola Inene como o unificador do reino, aquele que lhe deu uma estrutura mais coesa:

«[Os Sobas] tinham dividido o reino, e estavam continuamente em guerra entre si. Até que, cerca de oitenta anos atrás, surgiu entre eles um dos maiores espíritos, que começou a subjugar alguns dos seus vizinhos, e gradualmente tomou posse das principais províncias, e tomou o nome de Rei. O seu nome era Angola Inene, o que significa a grande Angola».¹⁰

1.2. Limites e expansão do reino

Tendo o reino sido unificado e adquirido uma identidade própria, iniciou-se um processo progressivo de alargamento dos limites territoriais exteriores. Diferentes autores diferem na sua descrição destes limites, de modo que é difícil delimitar exactamente os verdadeiros contornos do reino angolano na primeira metade do século XVI. Linda Heywood, por exemplo, afirma que:

«bordejava o Oceano Atlântico e estendem-se desde a fronteira do Congo na foz do rio Bengo a sul até à baía onde o poderoso rio Kwanza corre para o oceano. A fronteira norte de Ndongo estende-se para leste desde o Atlântico, através da região de Dembos e das terras limítrofes das províncias do sul do Congo, tais como Mbwila, até ao rio Lucala. O limite sul seguiu o rio Kwanza cerca de 170 milhas para o interior, incluindo terra em ambos os lados do rio, até atingir uma série de grandes formações rochosas em Pungo-a-Ndongo, localizado a algumas milhas a norte do rio. A fronteira oriental de Ndongo começou a poucos quilómetros para além de Pungo Ndongo, e incluiu terras a sul do rio Kutato. A fronteira oriental continuou na direcção nordeste, seguindo o rio Lucala até à fronteira com o Congo».¹¹

Embora esta seja uma descrição muito exaustiva daquilo que foram outrora os contornos do então reino de Angola, ela parece referir-se mais a uma época posterior, uma vez que, na primeira metade do século XVI, as dimensões do reino devem certamente

⁹ Cláudio Aquaviva (1543-1615), quinto Geral da Companhia de Jesus, entrou na Companhia de Jesus em 1567. Foi professor, reitor do seminário romano e mais tarde provincial de Nápoles e Roma. Em 1581 foi eleito Geral. O seu generalato o mais longo (34 anos). Trabalhou com grande zelo para assegurar e aumentar a influência da Companhia de Jesus nas várias nações cristãs. No final de 1584 criou uma comissão de sete padres elaborarem um plano de estudos para toda a Companhia: a *Ratio Studiorum*. O *Directorium Exercitiorum Spiritualium*, Guia para os Exercícios Espirituais, também foi sugerido e revisto por ele. Como General, escreveu muitas cartas e é o autor de quase todas as *Ordinationes Generalium*, que foram impressas em 1595 com a aprovação da V Congregação Geral. No final do seu generalato a Companhia de Jesus tinha treze mil membros, quinhentas e cinquenta casas e treze províncias. Cf. M. FOIS, «Generales: 5. Aquaviva», em *Diccionario Histórico de la Compañía de Jesús*, vol. II, Charles E. O'NEILL y Joaquín M. DOMÍNGUEZ eds. (Madrid: Universidad Pontificia Comillas, 2001), 1614-1621.

¹⁰ Pero RODRIGUES, «História da residência dos Padres da Companhia de Jesus em Angola, e cousas tocantes ao Reino e conquista», em *Monumenta Missionaria Africana*, vol. 4, ed. António BRÁSIO (Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1954) 551.

¹¹ Linda M. HEYWOOD, *Njinga of Angola, Africa's Warrior Queen* (Cambridge - Massachusetts: Harvard University Press, 2017), 8.

ter sido muito mais modestas. Assim, Miller, recorrendo a uma abordagem etnolinguística, salienta que:

«A distribuição demográfica do Mbundu no século XVI correspondia aproximadamente à hidrografia da parte noroeste de Angola [...]; a excepção era a parte ocidental, onde as montanhas a leste da ilha de Luanda constituíam um limite natural que separava o Mbundu nas terras altas do Congo nas terras baixas [o que, segundo Miller], corrige a impressão generalizada, mas obviamente errónea, de que os territórios do Mbundu se estendiam ao oceano».¹²

E dando-nos uma descrição mais concreta do que teriam sido os limites da região então ocupada pelos Mbundu, opina que:

«Os Mbundu estavam geralmente confinados à região banhada pelo rio Kwanza. O afluente mais importante da margem norte do Kwanza, o Lukala, atravessa um planalto que se eleva de 900 metros na sua margem ocidental, ao longo do curso médio do rio, até mais de 1200 metros no que era, em 1969, a parte oriental do distrito de Malanje. Os limites norte do Mbundu, que os separam do Congo, acompanham a zona montanhosa que faz fronteira com este planalto na cabeceira dos rios Nzenza (Bengo) e Dande (a zona mais tarde conhecida como "Dembo"), até ao seu cume perto das modernas cidades portuguesas de Carmona [Uíje] e Negage».¹³

Assim, Miller parece sugerir que a área da Baía de Luanda apenas se tornou uma parte efectiva do território do Reino de Angola na segunda metade do século XVI. Até então, tinha fizera parte do território do Reino do Congo, do qual o Reino de Angola era um vassalo nesta altura:

«a oeste estas fronteiras externas parecem ter mudado significativamente desde o século XVI, estendendo-se [...] actualmente até ao Oceano Atlântico, a sul do rio Bengo, perto da cidade de Luanda e também à região de Kisama para além do rio Kwanza».¹⁴

Esta descrição de Miller parece estar mais de acordo com a situação do reino naquela altura. Muitas outras fontes tendem a indicar que a parte final deste processo tenha ocorrido na primeira metade do século XVI e que tenha coincidido com dois outros acontecimentos históricos muito significativos que o influenciaram e talvez até tenham-no mesmo precipitado. De um lado temos os primeiros contactos dos portugueses com o reino de Angola, e do outro, a emancipação/secessão do reino de Angola da tutela do reino do Congo.¹⁵

¹² Joseph C. MILLER, *Op. Cit.*, 32.

¹³ *Ibid.*

¹⁴ *Ibid.*, 38.

¹⁵ Luc CROEGAERT, *L'évangélisation du royaume de Kongo et de l'Angola* (Roma: Editrice Pontificia Università Gregoriana, 1996), 13.

Luc Croegaert, um dos autores em cujos escritos esta ideia pode ser mais claramente deduzida, parece sugerir que o desejo de Ngola Inene de se tornar independente do Congo, foi, entre outras razões, impulsionada pela possibilidade de estabelecer contactos comerciais directos com os portugueses, sem ter de passar pela mediação do rei congolês. E que esta possibilidade desempenhou um papel importante no processo de extensão dos limites externos do Reino de Angola:

«Um explorador português, Manuel Pacheco, tinha reconhecido a costa de Angola actual e percebido que os chefes costeiros estavam ansiosos por comerciar directamente com o Brasil, sem estarem sujeitos à tutela do Congo. De facto, [...] o "Ngola Inene" (grande chefe) dos *Ambundu*, [...] e vassalo do Rei do Congo, rompeu com vários dos seus "sobas"». ¹⁶

Vários outros factores desempenharam um papel chave no processo de desenvolvimento histórico do reino Angola, e na criação das condições que levariam Ngola Inene a entrar em contacto com os portugueses. Um desses factores, foi sem dúvida a necessidade de controlar os valiosos recursos da região que estavam nas mãos do rei do Congo e de alguns dos sobas. Aqui, podemos citar, por exemplo, os búzios recolhidos na zona costeira e utilizados como moeda, e as minas de sal, ferro e prata. ¹⁷ Havia ainda, a necessidade premente de diversificar as rotas comerciais, uma vez que o reino de Angola estava fortemente dependente do comércio com o vizinho reino do Congo, e os Ngola esperavam ganhar mais com o comércio directo com os portugueses.

Um outro factor que teve, claramente influencia neste processo histórico, era o claro desejo do Ngola, de aumentar o reconhecimento dos territórios que então dominava. Na verdade, o reino de Angola, embora ocupasse o segundo maior território entre os reinos da África Centro-Occidental, não tinha a visibilidade nem a importância do seu vizinho do Norte. A ideia do Ngola passava, desde logo, conseguir, por um lado, um maior reconhecimento da sua autonomia face ao reino do Congo e, por outro, ganhar uma maior visibilidade e notoriedade, tanto dentro da região, como fora dela. Para o Ngola, a realização tanto de uma como de outra passava claramente pela ajuda dos portugueses, a exemplo do que tinha acontecido no reino do Congo. J. Vaz de Carvalho, exprime isto quando afirma que: «o Rei Ngola Inene, para beneficiar da prosperidade

¹⁶ *Ibid.*

¹⁷ Joseph C. MILLER, *Op. Cit.*, 266-267.

alcançada pelo Rei do Congo através das suas relações com os portugueses, enviou [...] uma embaixada a Portugal».¹⁸

1.3. Organização interna e administração

Os sobas (pequenos chefes)¹⁹ desempenharam um grande papel na organização interna do reino, fortemente influenciados pelos laços de parentesco e proximidade entre as diferentes linhagens, que foram geralmente determinados pelo laço materno. Os anciãos eram frequentemente muito influentes como conselheiros directos do rei, e muitos deles eram os representantes das diferentes famílias de clãs ou linhagens. Os sobas estavam a cargo da administração das pequenas localidades: controlavam as suas respectivas áreas, prestavam homenagem ao Ngola, o grande chefe, e forneciam-lhe soldados para as batalhas.

No relatório acima mencionado, dirigido em 1594 ao Padre Geral da Companhia de Jesus, Cláudio Aquaviva, Pero Rodrigues detalha que em 1560 «o número de sobas conhecidos, além de muitos outros dos quais não há notícias, era de setecentos e trinta e seis»²⁰. Estes números parecem um pouco exagerados, e deve ter-se incluído também neles, os chefes de aldeia, que eram na realidade a primeira forma de organização social e política, reunindo todos os membros da mesma linhagem ou família alargada. Para nós, a informação dada por Garcia Simões, numa carta datada de 20 de Outubro de 1575 e dirigida ao então Provincial de Portugal, parece-nos mais exacta, pois afirma que «este Rei de Angola tem, segundo o que se diz, dez ou doze sobas, entre os quais dividiram todo o seu reino, que são como duques e grandes senhores...».²¹ Linda Heywood parece querer conciliar estes dois pontos de vista quando, por sua vez, afirma que «o reino foi

¹⁸ J. VAZ DE CARVALHO, «Angola», em *DHCJ*, vol. I, 171.

¹⁹ *Soba* é o título dado ao chefe tradicional nas aldeias de Angola. [...]. O soba toma decisões, organiza eventos especiais, desempenha o papel de juiz e actua para evitar o surgimento de problemas externos à comunidade [...]. As suas funções consistem em actuar como ponte entre a comunidade e o governo, ser informado dos problemas, investigar as causas e obter soluções [...]. É também responsável pela segurança da comunidade e pelo estabelecimento das regras a serem aplicadas. Cf. «Soba (autoridade)», pt.wikipedia.org, 6 de octubre de 2020, 10 de agosto de 2021, [Soba \(autoridade\) – Wikipédia, a enciclopédia livre \(wikipedia.org\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Soba_(autoridade)).

²⁰ Pero RODRIGUES, *Op. Cit.*, 551.

²¹ GARCÍA SIMÕES, «Carta do Padre Garcia Simões para o Provincial», em *Monumenta Missionaria Africana*, vol. 3, ed. António BRÁSIO (Lisboa: Agencia Geral do Ultramar, 1953), 134.

dividido em dezassete províncias incorporando 736 divisões territoriais chamadas *murindas*».²²

Como o reino era vasto, e o contacto directo com o rei por vezes não era evidente, «fora da capital, os *Makotas*²³ gozavam de uma autoridade política, económica e espiritual semelhante à do Ngola. Assim, [...] eles tinham o seu próprio sistema de hierarquia nos seus territórios, e alguns deles eram bastante autónomos».²⁴ No entanto, embora Pero Rodrigues corrobore em certa medida esta visão quando afirma, numa das suas cartas, que os sobas eram «como régulos, senhores absolutos das suas terras»²⁵, autonomia dos sobas tinha limites, e quaisquer decisões ou políticas tomadas por eles tinham de estar em consonância com a do Ngola, caso contrário arriscar-se-iam a ser depostos ou a enfrentar sérias represálias.

1.4. Geografia

O tipo de organização política do Reino de Angola foi claramente influenciado pela sua geografia particular. Com uma configuração praticamente circunscrita às principais bacias hidrográficas que atravessavam o reino, como Miller nos mostrou, tudo tinha de ser organizado para facilitar não só a comunicação entre as diferentes regiões que constituíam o reino e as principais trocas comerciais dentro e fora dele, mas também para a sua própria defesa. Através do rio Kwanza, por exemplo, era possível atravessar e aceder ao coração do reino, embora a navegação só fosse possível em algumas partes do seu curso devido ao impedimento colocado pelas quedas de água que o povoavam. Isto constituía uma barreira natural ao acesso à capital para a navegação convencional, mas para os nativos não era um obstáculo importante, pois «utilizavam canoas que eram fáceis de navegar sobre as corredeiras ou nos baixios».²⁶

De facto, o impacto e a influência, das vias navegáveis na vida do reino e dos próprios habitantes foi tal que se reflectiu na sua auto-imagem colectiva. O nome, por

²² Linda M. HEYWOOD, *Op. Cit.*, 10.

²³ Embora Linda Heywood faça a distinção entre as tarefas administrativas realizadas pelos *makota* e o *soba*, utilizaremos sempre o termo *soba* quando se trata de posições administrativas. Isto porque acreditamos que os *makota*, apesar de terem autoridade de facto, e possuírem grande influência como representantes das linhagens, não tinham, de jure, autoridade legal como os sobas.

²⁴ Linda M. HEYWOOD, *Op. Cit.*, 11.

²⁵ Pero RODRIGUES, *Op. Cit.*, 551.

²⁶ Linda M. HEYWOOD, *Op. Cit.*, 9.

exemplo, pelo qual o reino foi frequentemente chamado, Ndongo, significa canoa. Como Lucas Caregnato observa:

«a expressão [...] foi usada para nomear o reino, provavelmente por duas razões. Em primeiro lugar, devido aos numerosos rios utilizados como vias de acesso entre regiões distantes e fontes inesgotáveis de peixe e produtos como o nzimbos e o sal; a canoa é fundamental neste processo. E em segundo lugar, porque a configuração do território do reino era muito grande na vertical e não muito larga na horizontal, assemelhando-se a uma canoa».²⁷

O relato do Irmão Jesuíta António Mendes sobre a viagem da costa à capital do reino quando chegou a Angola dá uma ideia muito clara da importância dos rios para a circulação dentro do território:

«e assi con este recaudo determinamos de desembarcar el hato y partirimos para donde estaua el Rey y fuímos por el rio a dentro 30 legoas; nosotros yuamos en el batel del navio por que era muy grande y con mucha parte de nuestro hato ro y juntamente con nosotros yuan muchas almadias con la más gente y hato. Son estas almadias hun cierto genero de barcos hechos de un palo muy grande y largos, de que usã estos negros por los tales ríos; es este rio muy grande; [...] y de una banda y otta del rio ay muy frescos canpos y valles y ha luguares, ay algunas poblaciones de los negros [...] Y salidos de la naueguaciõ del rio fuímos recebidos de un Señor de aquel puerto, uasallo del Rey de Angola [...] ajuntó toda su gente y nos mandó lleuar a las cuestas dellos y todo nuestro hato hasta lleguarmos a otro Señor que seria dalli 5 legoas [...] y desta manera venimos todo el camino hasta la cibdad a donde estaua del Rey».²⁸

Por um lado, este factor fluvial também influenciou no facto de as ligações do reino com o exterior do continente serem limitadas. As rotas comerciais eram quase todas interiores, e o contacto com a costa era muito pouco frequente. Isto explica-se, em primeiro lugar, pelo facto de o comércio de búzios, que servia como moeda de troca, ser controlado pelo reino do Congo e, em segundo lugar, pelo facto de o clima árido da costa não permitir um grande desenvolvimento agrícola. De facto, os Mbundu tinham uma agricultura pouco desenvolvida, quase exclusivamente para uso doméstico, em grande parte « porque não tinham cultivo de terra seca, como a mandioca, o que limitava a quantidade de terra disponível adequada para a agricultura».²⁹ Por outro lado, teve uma influência muito forte na inclinação dos Mbundu para escolherem as suas terras: « eles tinham tendência a instalar-se nas zonas mais baixas e húmidas, especialmente nas

²⁷ Lucas CAREGNATO, «Em terras do Ngola e do Manikongo: Descrição dos reinos do Kongo e Ndongo no século XV», em *Anais do XXVI Simpósio Nacional De História, ANPUH: 50 anos, São Paulo, 17 a 22 de julho de 2011* (São Paulo: ANPUH-SP, 2011) 10. http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300849331_ARQUIVO_Texto-ANPUH-SP.pdf. 26 de Novembro de 2021.

²⁸ Antonio MENDES, *Carta do irmão Antonio Mendes ao Padre General*, em *Monumenta Missionaria Africana*, vol. 2, ed. António BRÁSIO (Lisboa: Agencia Geral do Ultramar, 1953) 499.

²⁹ Joseph C. MILLER, *Op. Cit.*, 35.

margens dos rios e nos vales das montanhas onde a humidade do solo se evaporava mais lentamente do que nas zonas mais altas das colinas».³⁰

Até aqui, estivemos introduzindo o reino de Angola, a partir de agora se apresentará a Companhia de Jesus.

2. A Companhia de Jesus e a sua ideia de missão

Esta secção do nosso trabalho a dividiremos da seguinte maneira: em primeiro lugar abordaremos desde a perspectiva da missão os documentos carismáticos da Companhia, depois seguiremos delineando o espírito missionário da jovem província de Portugal, y terminaremos com uma introdução à pessoa e ao generalato do padre Diogo Lainez.

2.1. Documentos carismáticos

O conceito de missão é fundamental na espiritualidade inaciana. Ele inspira-se no profundo desejo de ajudar as almas, sempre presente na vida de Inácio e dos seus primeiros companheiros, e está claramente expresso na *Fórmula do Instituto*:

«nos abrigamos a executar, sem subterfúgios nem desculpas, imediatamente, na medida em que dependa de nós, tudo o que os Pontífices Romanos, o actual e os seus sucessores, nos ordenem, no que diz respeito ao benefício das almas e à propagação da fé; e [a ir] a qualquer região para onde nos queiram enviar».³¹

Esta mesma ideia de missão está ainda fortemente enraizada nos *Exercícios Espirituais*, sobretudo nas contemplanções da Encarnação e do Reino, onde se expressa o desejo de Deus de salvar toda a humanidade e de estabelecer o seu reino na terra, razão pela qual envia o Filho, que nos toma como seus companheiros (e servos) [Ej 91-100; 101-134]. Finalmente, o conceito de missão é configurado e institucionalizado nos principais textos normativos da Companhia de Jesus: as *Constituições*, que «estabelecem vários critérios e regras de preferência a ter em conta na escolha dos lugares de missão...».³²

³⁰ *Ibid.*

³¹ S. ARZUBIALDE, J. CORELLA e J. M. GARCIA LOMAS, eds., *Constituciones de la Compañía de Jesús, Introducción y notas de lectura* (Bilbao – Santander: Mensajero – Sal Terrae, 1993), 33.

³² Michael SIEVERNICH, «La misión y las misiones en la Primitiva Compañía de Jesús», em *Ite Inflamate omnia*, Thomas McCoog, ed. (Roma: IHSI, 2010), 262.

No entanto, a ideia de missão que se tinha nos primeiros anos da Companhia era diferente da que se tem hoje em dia na esfera eclesial. O termo *missão* era mais utilizado no ambiente legal/diplomático, e foi neste sentido que Santo Inácio o compreendeu quando enviou São Francisco Xavier às Índias: «Deus se quer servir de ti, nisto; esta empresa é tua, a ti toca esta missão»,³³ mas assumindo o estatuto de Núncio Apostólico e embaixador do Rei de Portugal. Nessa altura, a missão tinha uma ligação estreita com a expansão dos reinos europeus para outras partes, para terras recentemente descobertas, tanto para estabelecer novas relações comerciais com elas como para as conquistar espiritualmente e cristianizá-las.³⁴ Quando se queria falar de missão como a entendemos hoje, utilizavam-se outros termos, tais como: «conversão dos infiéis, pregação aos gentios, difusão do evangelho, propagação da fé».³⁵

Assim, vamos determo-nos brevemente e fazer alguns esclarecimentos importantes e olhar para o conceito de missão no contexto em que a Companhia de Jesus nasceu, e o que se pode encontrar consagrado nas suas Constituições.

O facto de, na nascente Companhia, os Jesuítas se verem como homens para a missão, ou seja, homens cujo princípio e fundamento principal era o de serem enviados, pelo Santo Padre ou pelo Padre Geral, a ajudar as almas, diz muito sobre o lugar que ocupa a Sétima Parte das suas Constituições, dedicada às missões. De facto, e segundo Ignasi Salvat, esta, a «Sétima Parte constitui o núcleo central de todo o livro das Constituições, uma vez que o seu objectivo é apresentar as normas que explicitam o propósito apostólico fundamental da Companhia: "serviço em missão"».³⁶ A sétima parte é também uma das mais antigas das Constituições da Companhia de Jesus. Foi mesmo uma das primeiras a ser redigida, já que grande parte do seu conteúdo, os dois primeiros capítulos sobre as missões do Papa e do Padre Geral, já tinham sido elaborados por volta de 1545 nas chamadas *Constitutiones circa missiones*.³⁷ Compreender o conteúdo, a estrutura e a organização desta sétima parte das Constituições ajudará muito a compreender a sua dinâmica interna e a forma como as missões foram concebidas na

³³ J. ITURRIOZ, «San Francisco Xabier, enviado del Papa Paulo III», *Manresa* 58 (1986): 172.

³⁴ Michael SIEVERNICH, *Op. Cit.*, 258.

³⁵ *Ibid.*, 257.

³⁶ Ignasi SALVAT, «Séptima Parte Principal: Introducción», em *Constituciones de la Compañía de Jesús, Introducción y notas para su lectura*, eds. Santiago Arzubialde, Jesús Corella, Juan M. García-Lomas (Bilbao – Santander: Mensajero – Sal Terrae, 2009), 247.

³⁷ Ignasi SALVAT, *Ibid.*

nascente Companhia de Jesus, uma vez que reflecte a inspiração inicial dos fundadores e a experiência apostólica prática dos seus membros nos primeiros anos.

Esta sétima parte, encontra-se, portanto, estruturada em quatro capítulos: No primeiro capítulo, sobre as missões de Sua Santidade, descreve-se a intenção e a finalidade do quarto voto, para o qual se requer a disponibilidade total de todo jesuíta; salienta-se que o jesuíta enviado deve estar claramente consciente da missão para a qual é enviado e do que se espera dele; e, finalmente, aconselha-se o jesuíta a não se ausentar do seu lugar de missão, a menos que lhe pareça que no lugar para onde pretende deslocar-se, se ajudarão efectivamente as almas ali presentes [Co 603-617].

O segundo capítulo, sobre as missões do Superior da Companhia, propõe uma série de critérios a serem observados pelo Padre Geral quando tem de enviar um Jesuíta em missão, tendo em conta que o primeiro critério será sempre o do maior serviço divino e de um bem mais universal [Co 618-632].

O terceiro capítulo, sobre deslocar-se por conta própria de um lugar ou outro, trata da liberdade do jesuíta enviado em missão (especialmente para lugares distantes como as Índias) para discernir a forma concreta de levar a cabo a sua missão [Co 633-634].

O quarto capítulo, sobre as casas e colégios, sobre o modo como ajudam o seu próximo, trata da forma como as casas e residências mais fixas, tais como os colégios, devem edificar o seu próximo e ajudar as almas [Co 636-654].

Desta sétima parte, assim estruturada, surgirão os critérios que orientarão a redacção das outras partes das Constituições, e em torno dos quais se articulará a vida da Companhia. De tal forma que, desde os critérios de admissão à Companhia de Jesus, os anos de formação e estudos, até aos critérios de vida espiritual, o horizonte será sempre o de poder cumprir a vocação a que foram chamados, isto é, ir pelos diferentes lugares do mundo, sobretudo aí onde se espera: «discorrer e fazer vida em qualquer parte do mundo onde se espere um maior serviço de Deus e ajuda das almas» [Co 304].

Com este pano de fundo contextual e o previsto nas Constituições, vários membros da Companhia foram enviados para diferentes partes do mundo, incluindo os territórios correspondentes aos reinos do Congo e de Angola. Isto significava que tinham de abraçar os novos desafios colocados por culturas, religiões, modos de ser e de pensar até então desconhecidos com os quais tinham de viver; olhar para o mundo e discernir os

desafios que se lhes apresentavam, a fim de tentar enfrentá-los e responder-lhes com maior eficácia.³⁸

2.2. O espírito missionário na nascente província de Portugal

A acção da nascente Companhia de Jesus em Portugal começou em 1538, quando o Dr. Diogo de Gouveia, rector do Colégio de Santa Bárbara em Paris, sugeriu a João III de Portugal que convidasse Inácio de Loyola e os seus companheiros a evangelizar a Índia. Depois de uma primeira resposta de Inácio,³⁹ desenvolveu-se um processo que culminou com o envio para esta missão do português Simão Rodrigues e do espanhol Francisco Xavier, que chegaram a Portugal na Primavera de 1540.⁴⁰

O fruto espiritual dos seus ministérios em Lisboa, enquanto esperavam por um navio para a Índia, fez com que João III quisesse mantê-los em Portugal, e mereceu aos Jesuítas o nome de apóstolos nestas terras.⁴¹ Finalmente apenas Xavier foi enviado à Índia enquanto Rodrigues permaneceu em Portugal. A 5 de Janeiro de 1542, Simão Rodrigues fundava a primeira residência da Companhia, em Santo Antão "o Velho": «passou-se para o mosteiro o P. Mestre Simão com seus companheiros⁴² no dia cinco de Janeiro de 1542 [...]. Foi êste mosteiro a primeira casa, que em todo o mundo teve, como própria, a Companhia de Jesus».⁴³ E enquanto a Companhia crescia rapidamente em número, foram lançadas, nesse mesmo ano, as fundações do futuro Colégio de Coimbra:

«a nove de junho de 1542, numa sexta-feira depois do dia solene do Corpo de Deus, partiu de Lisboa o P. Simão Rodrigues com mais doze companheiros, que entre todos os seus escolhera para fundadores do primeiro colégio da Companhia de Jesus [...]. Depois de muito ponderar [...], resolveu-se com grande acerto o P. Simão pelo mais alto da cidade».⁴⁴

³⁸ Michael AMALADOSS, «Los religiosos en misión». *Confer* 33 (1994): 445.

³⁹ Cf. Petrus FABER, Didaco de Gouvea (23 de Novembro de 1538), *Epp* I, 132-134.

⁴⁰ J. M. PACHECO, «Portugal», em *DHCJ* II, 3196.

⁴¹ *Ibid.*, 3196-3197.

⁴² «Desta maneira entraram e se alojaram no velho mosteiro os novos habitantes [...], Simão Rodrigues, Gonçalo de Medeiros e Bernardino dos Reis [...]. Mas além de um sacerdote, [...] viviam com Mestre Simão na casa [...], mais três membros da Companhia que Inácio de Loyola lhe enviara de Paris para a fundação do primeiro colégio. Chamavam-se Diogo Mirão, Pôncio Cogordan e Francisco Rojas [...]. Com êstes se deu princípio à casa de S. Antão de Lisboa». Cf. Francisco RODRIGUES, *História de la Compañía de Jesús en la Asistencia de Portugal, 1540-1560*, T. 1, Vol. I (Porto: «Apostolado da Imprensa» - Empresa Editora, 1931), 290-292.

⁴³ «A casa de Roma que nêsse ano de 1542 habitava S. Inácio, e alguns afirmam ter sido a primeira casa da Companhia, era só tomada de aluguel. Em 1544 é que Inácio começou com os seus a morar em casa própria». *Ibid.*, 287-288.

⁴⁴ *Ibid.*, 393.

Assim, em 1546, Portugal convertia-se na primeira província da Companhia de Jesus, e Simão Rodrigues era nomeado o seu primeiro provincial:

«Inácio, não conseguindo haver Simão Rodrigues em Roma, tratou de estabelecer definitivamente as coisas da Companhia em Portugal e de coroar com uma demonstração de confiança a obra do seu bom companheiro, levada a cabo nos cinco primeiros anos de seu governo, promovendo-o à dignidade de Provincial e dando-lhe por êste modo a honra singular de ser êle o primeiro Provincial de toda a sua Ordem».⁴⁵

2.2.1. O fervor missionário dos primeiros companheiros

O ardor e o zelo missionário característicos da primeira geração de jesuítas eram evidentes nos diferentes lugares onde a companhia se foi estabelecendo, e na Província de Portugal, que desde as suas origens se caracterizou pelo seu dinamismo missionário, os seus membros sempre tentaram torná-lo evidente.⁴⁶ Este dinamismo, fez com que em apenas alguns anos, já se haviam estabelecido em território português vários colégios⁴⁷ e residências, bem como missões no ultramar que tinham em Portugal o porto de partida.⁴⁸ Esta predilecção pelas terras ultramarinas, que foi sempre entendida pelos Jesuítas da época como um requisito fundamental do seu carisma fundamentalmente apostólico, não se limitava apenas ao envio de missionários para essas terras, mas sobretudo ao cuidado com que preparavam as pessoas que iam ser enviadas como missionários. Assim por exemplo, Simão Rodrigues, que como já dissemos mais acima teve de permanecer em Portugal, havia fundado um colégio que teria como missão preparar missionários para o Oriente, como relata Francisco Rodrigues:

«Os primeiros que vieram a Portugal, Francisco Xavier e Simão Rodrigues, traziam, por vontade de D. João III e obediência do Pontífice Romano, o destino para as missões das índias Orientais. E, se um deles ficou na Europa, não o detiveram por lhe mudar a vocação apostólica, mas para lhe dar o encargo de fundar um colégio, que fosse um seminário fecundo e perene de missionários para o Oriente».⁴⁹

⁴⁵ *Ibid.*, 304-306.

⁴⁶ A este respecto, Francisco Rodrigues afirmava que «ao zêlo da nova Ordem religiosa, que sem ressaibos de lisonja havemos de qualificar de essencialmente apostólica, abriu Portugal um campo de extensão imensurável, onde poderiam os ardentes apóstolos da civilização cristã expandir largamente os estos irreprimíveis de sua caridade evangélica». Cf. RODRIGUES, *História*, T. 1, Vol. I, XLII.

⁴⁷ Até cerca de 1574, pelo menos quatro faculdades ou universidades já tinham sido fundadas em Portugal: O colégio de Santo Antão de Lisboa, o colégio de Coimbra, o colégio e a Universidade de Évora, e o colégio de Bragança. *Ibid.*

⁴⁸ Por volta de 1560, já se tinham estabelecido no continente africano, missões no norte, em Ceuta (1548); na África Central, na região dos antigos reinos do Congo (1548) e Angola (1560); e na região da Etiópia (1553).

⁴⁹ «Assim o entendeu D. João III e seus próximos sucessores no governo da nação. Quando suplicavam ao Sumo Pontífice favores para aumento daquele colégio, a razão principal em que apoiavam sua petição, eram os trabalhos apostólicos da Companhia na índia, na África e na América, e a preparação que no colégio

A convicção de que o êxito das missões ultramarinas ia de mãos dadas com o envio de missionários para essas terras e o cuidado e preparação necessária (formação) do pessoal a enviar, era partilhado por uma boa parte dos membros da nascente Companhia;⁵⁰ e pela realeza portuguesa,⁵¹ que apesar de não estar movida pelos mesmos interesses, insistia no facto de que os colégios tinham um papel importante a desempenhar no sucesso das empresas de além-mar. Se fizermos justiça às palavras de Gonçalves da Câmara, a Companhia em Portugal deve ter sido nessa altura o maior centro de envio de missionários para terras ultramarinas:

«o P. Luís Gonçalves, [...], bem penetrado da elevada vocação de sua Província, aconselhava encarecidamente ao Visitador⁵² que se demorasse em Portugal para dar impulso ao engrandecimento e fervor da Província portuguesa, “porque dela, dizia, depende em grande parte a ajuda de tantas almas quantas há no Oriente, às quais não falta para se converterem senão enviar-se-lhes de cá muita gente bem-ensinada e criada no espírito da Companhia”. E insistindo dias depois naquele santo empenho acrescentava: “Lembro a V. R.... que todas as províncias da Índia, Molucas, Japão, China e mil léguas de costa no Brasil.... e ainda África, se Nosso Senhor ajudar esta terra, como se espera, pendem, para o negócio de sua salvação, quanto aos instrumentos, da Companhia desta Província; porque, ainda que tôdas as outras Províncias acudam, não há nenhuma a que tanto toque, como a esta”».⁵³

se faria de missionários, que fossem aumentar o fruto abundante já recolhido naquelas regiões». Francisco RODRIGUES, *História de la Compañía de Jesús en la Asistencia de Portugal, 1540-1560*, T. 1, Vol. II (Porto: «Apostolado da Imprensa» - Empresa Editora, 1931), 518.

⁵⁰ Francisco Rodrigues dá-nos alguns exemplos ilustrativos de como vários Jesuítas insistiram neste aspecto, entre eles o próprio Santo Inácio, fundador da ordem, e o Padre Miguel Torres, um dos primeiros provinciais da província portuguesa: a) Santo Inácio: «Assim o alvitrou o próprio fundador da Companhia, quando, dividindo-se os pareceres à-cêrca de conservar em Portugal ou mandar para a Índia aqueles dois primeiros apóstolos, propôs que se despedisse Francisco Xavier para o Oriente, e se retivesse no reino Simão Rodrigues para fundar o Colégio de Coimbra»; b) Miguel de Torres: «declarava o doutor Miguel de Torres ser mister que todos os religiosos da Província “entendessem que se não criavam para viver em Portugal mas para andar entre infieis”». Cf. *Ibid.*, 518 e 519.

⁵¹ Pedro de Ribadaneira insistiu no facto de que «D. João III determinara “fundar à Companhia um colégio que fôsse seminário dos obreiros que se haviam pelo tempo adeante de mandar à Índia”»; e em 1560 dona Catarina de Áustria, em carta ao papa Pio IV insistia neste mesmo facto: «“El rei meu senhor e avô... pelo muito que desejou a conversão dos infieis dos reinos de sua conquista, parecendo-lhe que o meio para se isto alcançar, era o dos Padres da Companhia de Jesus... mandou fundar na cidade de Coimbra um colégio para nele se criarem padres em exercício de virtudes e letras, que pudessem intender na conversão dos ditos reinos...”». Cf. *Ibid.*

⁵² O visitador, por vezes também chamado "comissário" nas Constituições, é um oficial extraordinário, enviado pelo General para visitar uma província, quando o julgar necessário ou muito conveniente, pelo tempo e com a autoridade que considerar oportuno. Substitui o General no seu ofício pastoral de visita, tratando pessoalmente, consolando os seus irmãos, e corrigindo-os paternalmente; [...] Após a morte do General, ele continua o seu ofício até que o Vigário-Geral, tendo ouvido os Assistentes, ou o novo General determine a sua dispensa. Uma grande parte dos generais da empresa, desde Inácio, sempre nomearam visitantes para diferentes partes da empresa. A CG XXXI (1966) recomendou que o Padre Geral visitasse certas regiões da Companhia a fim de fomentar contactos mais paternais e humanos com os Jesuítas, sem, contudo, abrogar a figura do Visitador. Cf. J. AIXALÁ, «Gobierno: Visitador», en *DHCJ* II, 1748-1749.

⁵³ RODRIGUES, *História*, T. 1, Vol. II, 519.

Esta convicção mais ou menos generalizada, aliada ao grande entusiasmo com que as (novas) missões eram promovidas na nascente Companhia de Jesus,⁵⁴ eram muito favorecidas pelas incríveis e surpreendentes histórias e descrições que, através das cartas e relatos de São Francisco Xavier, se ouviam destas novas latitudes. E de facto, Francisco Rodrigues ressaltava exactamente este aspecto, quando insistia que

«Tão fervorosos desejos de sacrifício cresciam cada ano, maravilhosamente ateados com as novas que vinham de além dos mares, e mais com as cartas que enviava continuamente à Europa o santo apóstolo Francisco Xavier. Tanto incendiam elas os ânimos, que pôde escrever já em 1545 o P. Araoz “não ter feito Xavier menos com suas cartas em Espanha e Portugal do que nas Índias com sua doutrina”».⁵⁵

Todo aquele horizonte fascinante que se gerando em torno às missões preenchia a imaginação colectiva e inspirava os sonhos de muitos jovens que entraram ou tentavam entrar na Companhia, ao ponto de o desejo de serem enviados para as Índias, quer se tratasse das Índias Orientais ou Ocidentais, se ter tornado no eixo principal sobre o qual as suas vocações e aspirações se moviam, como parecia querer assinalar Simão Rodrigues, quando escrevia a São Francisco Xavier dizendo que, «todos os filhos da Companhia, que se formavam em Portugal, mais se desejavam na Índia do que na pátria».⁵⁶ As diferentes esferas da sociedade portuguesa também iam participando deste entusiasmo, e os envios de missionários eram momentos vividos sempre com muita alegria, chegando mesmo a fazer parte do ritmo de vida daquela sociedade:

«não nos admiramos que a partida de missionários para as terras de além-mar, fosse em Lisboa uma festa das mais comovedoras que se realizavam nas margens do Tejo. O dia do embarque era soleníssimo. Desde o princípio se meteu o suavíssimo costume, e pelos séculos adiante se conservou, de saírem do colégio de S. Antão ou da casa de S. Roque os missionários numa devota procissão, que formavam os religiosos da Companhia e os estudantes de seus colégios, e seguiam numerosos amigos e muito povo, que os acompanhavam até ao cais do embarque».⁵⁷

⁵⁴ Este entusiasmo era também, em certa medida, um reflexo do contexto sociopolítico e cultural do mundo da época: as fronteiras geográficas até então conhecidas expandiram-se enormemente; as viagens de Colombo, no início do século, e a consequente consciência pelo velho mundo da existência destas novas terras, as Américas; as viagens dos exploradores portugueses e espanhóis, especialmente a primeira viagem de circunavegação, de Fernão de Magalhães e Juan Sebastian Elcano, entre 1519 e 1522; e as constantes descobertas de novas rotas comerciais e a inerente possibilidade de novos negócios; enchem a imaginação e abriam possibilidades até então inimagináveis.

⁵⁵ RODRIGUES, *História*, T. 1, Vol. II, 520.

⁵⁶ *Ibid.*, 521.

⁵⁷ *Ibid.*

2.2.2. As missões no Oriente, América e África

A volta de um tal contexto se desenvolveu grande parte dos envios de missionários, que permitiu a que jesuítas oriundos de Portugal, cheios de animo e dedicação se fossem adentrando cada vez em novos territórios, conscientes de que estava em suas mãos trazer cada vez pessoas ao conhecimento do evangelho. J. M. Pacheco afirma que «até 1700, mais de 2.000 Jesuítas partiram para a Ásia e África e cerca de 500 para o Brasil».⁵⁸ Assim, começando com a primeira missão, liderada por São Francisco Xavier, às Índias, as missões jesuíticas ultramarinas foram aumentando consideravelmente em número a medida que os anos iam passando:

«Desde 1542, em que aportaram a Goa os primeiros missionários com o apóstolo do Oriente, Francisco Xavier, disseminaram-se eles pelas várias províncias da Índia até Malaca. Em 1546 adiantaram-se até às Molucas; em 1549 apareciam no Japão; em 1557 entravam na Etiópia; em 1560 evangelizavam a África Oriental até ao Monomotapa, em Macau estabeleciam-se no ano de 1565; [...]. Para o Congo partiam em 1547, para o Brasil navegavam em 1549, para Angola saíam de Portugal em 1560».⁵⁹

Esta presença se justificava sobretudo pelo contante grupo de missionários, que de Portugal, formados no recém-criado colégio de Coimbra, eram enviados às Índias. Na verdade, se pode notar que em Portugal, e mais concretamente em Simão Rodrigues, havia o sentimento de que apesar de não ter podido ir pessoalmente com Francisco Xavier nesta missão, era, de certo modo, obrigação sua, ajudar da melhor maneira possível, para o sucesso desta que em parte também considerava sua. E esta preocupação era tão patente, que tão cedo como em 1544, já Simão Rodrigues procurava enviar o primeiro grupo de missionários formados no colégio de Coimbra, em ajuda ao apóstolo do Oriente.⁶⁰

Este ardor e zelo, não se limitou simplesmente ao envio de missionários às Índias, pois em breve, como se pode constatar mais acima, também se começaram a enviar missionários ao continente americano, ao Brasil, e ao continente africano, Etiópia, reino do Congo, e posteriormente ao reino de Angola. A partir deste momento, e tão logo se formou o Colégio de Coimbra, se podem notar, num ritmo praticamente anual, envios de missionários em apoio as missões ultramarinas:

⁵⁸ J. M. PACHECO, «Portugal», *Op. Cit.*, 3197.

⁵⁹ RODRIGUES, *História*, T. 1, Vol. II, 523.

⁶⁰ Esta missão, para a qual tinham sido escolhidos os Jesuítas Antonio Criminale, italiano, Nicolau Lanciloto e João da Beira, não pôde ser realizada em 1544, pois devido ao mau tempo o navio em que os Jesuítas viajavam teve de regressar ao porto de Lisboa. No entanto, no ano seguinte, depois de deixarem Portugal a 28 de Março, chegaram a Goa a 2 de Setembro, após breves paragens na ilha de São Tomé e em Moçambique. Cf. *Ibid.*, 528-529.

- Três jesuítas enviados às Índias, em Março de 1545;⁶¹
- Nove jesuítas enviados às Índias, em Abril de 1546;⁶²
- Quatro jesuítas, três sacerdotes e um irmão enviados ao reino do Congo, em Setembro de 1547;⁶³
- Dez jesuítas enviados às Índias, em Março de 1548,⁶⁴ e tres, dois sacerdotes, entre os quais Luís Gonçalves da Câmara, e um irmão, enviados ao norte de Africa, a Ceuta, em Agosto deste mesmo ano;⁶⁵
- Seis jesuítas enviados ao Brasil, encabeçados pelo padre Manuel da Nóbrega, em Fevereiro de 1549;⁶⁶
- Quatro jesuítas enviados a reforçar a missão do Brasil, em 1550;⁶⁷
- Vinte e dois missionários, entre as quais, seis jesuítas, sete candidatos à Companhia, e nove leigos enviados às Índias, em Março de 1551;⁶⁸
- Dois jesuítas, e três meninos que lhes serviam de auxiliares, eram enviados a missão do Congo, em finais de 1552;⁶⁹
- cinco jesuítas enviados às Índias, em Março de 1553. Deste grupo, inicialmente divididos em duas naus apenas dois jesuítas chegaram às Índias, devido a contratempos na viagem.⁷⁰ Em Maio deste mesmo ano, sete outros jesuítas, entre os quais, José de Anchieta, eram enviados ao Brasil;⁷¹

⁶¹ *Ibid.*

⁶² *Ibid.*, 529.

⁶³ *Ibid.*, 548.

⁶⁴ *Ibid.*, 531-532.

⁶⁵ *Ibid.*, 559.

⁶⁶ Este grupo acompanhava a Tomé Sousa, recém nomeado primeiro Governador-Geral do Brasil. Cf. *Ibid.*, 539.

⁶⁷ *Ibid.*, 540.

⁶⁸ *Ibid.*, 532-533.

⁶⁹ *Ibid.*, 553.

⁷⁰ *Ibid.*, 534.

⁷¹ *Ibid.*, 540.

- Dois jesuítas, um sacerdote, e um irmão⁷², enviados às Índias, na companhia de D. Pedro Mascarenhas, recentemente nomeado vice-rei da Índia, em Abril de 1554;⁷³
- Dois jesuítas enviados às Índias, e dez para a Etiópia, em Abril de 1555;⁷⁴
- Três jesuítas destinados às Índias, e sete outros a Etiópia, em Março de 1556;⁷⁵
- Sete jesuítas enviados as Índias, em 1558;⁷⁶
- Sete jesuítas enviados ao Brasil, na companhia de D. Pedro Leitão, segundo bispo do Brasil, em Setembro de 1559;⁷⁷
- Quatro jesuítas, dois sacerdotes e dois irmãos, enviados ao reino de Angola, em Dezembro de 1559;⁷⁸
- Quatro jesuítas, três sacerdotes e um irmão, enviados as Índias,⁷⁹ e outros dois ao Brasil, em 1560.⁸⁰

2.2.3. Os principais benfeitores

O sucesso do dinamismo missionário jesuítico em Portugal deveu-se muito ao apoio de certas personalidades que «generosamente promoveram, auxiliaram e defenderam a obra inaciana em domínios portugueses». ⁸¹ E foi sobretudo na monarquia portuguesa, onde o exemplo dos jesuítas mais parece ter inspirado confiando, pois desde o princípio se pode encontrar no seu seio, quem estivesse disposto a pôr os meios necessários para o seu desenvolvimento.

⁷² Este era o Irmão Diogo de Soveral, que tinha feito parte do grupo enviado para o reino do Congo.

⁷³ *Ibid.*, 534-535.

⁷⁴ *Ibid.*, 535-536.

⁷⁵ Deste grupo fazia parte o Padre Gonçalo da Silveira, martirizado em Monomotapa, em Africa Austral. Cf. *Ibid.*, 536-537.

⁷⁶ *Ibid.*, 536-537.

⁷⁷ *Ibid.*, 541.

⁷⁸ *Ibid.*, 557.

⁷⁹ *Ibid.*, 536-537.

⁸⁰ *Ibid.*, 541.

⁸¹ *Ibid.*, 587.

O primeiro grande benfeitor da Companhia de Jesus em Portugal, foi o próprio rei João III,⁸² em cujas graças a Companhia de Jesus parece ter logo caído. Como vimos mais acima, o seu interesse pela Companhia data de 1538, através da mediação de Diogo de Gouveia. Em várias ocasiões, não apenas através dos benefícios que ia concedendo, mas também de testemunhos de sua própria pena, granjeavam os mais altos elogios à Companhia. Em carta de 28 de Fevereiro de 1551 a santo Inácio, por exemplo, o rei dizia ao santo fundador: «sabeys quanto contentamento tenho de ajudar e fauorecer todas as coussas d'esta congreguaçam e Companhia de Yesu para em meus regnnos e senhorios ser muyto acrescentada».⁸³ Em outra ocasião, o rei escrevia ao duque de Arcos, então Bispo de Coimbra, pedindo-lhe que desse um testemunho favorável da Companhia de Jesus, assegurando-lhe, da sua parte, do bom exemplo, do serviço e virtudes da mesma, contrariamente ao que se ia propagando em alguns meios:

«Eu tenho muita affeição e boa vontade aos Padres da Companhia de JESU, pollo grande louuor que se segue a N. S., e muito proveito spiritual ás almas, e a my muito seruico, e a todos meus reinos e senhorios grande provei. to e consolação com o religioso exemplo, virtuosa uida, conuersação, doctrina, industria, e zelo do amor de Deos, e das almas, que os ditos Padres e pessoas da ditta Companhia continuamente tem mostrado, e mostram cada dia em meus reinos desd'o tempo que ha que em elles se edificarom collegios da Companhia, com que tem feito e fazem muito fruto, de que eu tenho recebido e recebo muito contentamento e seruico: e lhe sou por isso em muita obrigação. Pollo que uos encomendo muito que por isto assi ser, como sabeis, queirais dar d'isso uossa fé, e testemunho por scrito, e de como sabeis de quanta qualidade, e exemplo são as pessoas que em a dita Companhia se recebem, e como os Padres della são em muita ajuda, e exemplo de todas as outras religioës, e fauorecem sua religiosa conuersação, e quam humilmente se empregam em ajudar os prelados, e em a edificação de suas ouelhas sugundo sua possibilidade, prégando, confessando, e administrando o santissimo sacramento da Eucharistia e occupandose em outras obras pías, e assi quam aceita a dita Companhia e a my e a os principes de meus reinos, e quam proveitosa polla paz, bondade e doutrina que nelles semeão».⁸⁴

⁸² João III de Portugal (1502-1557) era filho do rei D. Manuel I (1469-1521) e Maria de Aragão, filha dos Reis Católicos. Recebeu uma educação humanista e ascendeu ao trono em 1521, aos dezanove anos de idade. Casou com Catarina da Áustria, irmã do Imperador Carlos V, em 1525. Dos nove filhos que teve com ela, nenhum lhe sobreviveu, e foi sucedido pelo seu neto Sebastián I (1554-1578). Na frente religiosa, João III foi notado pela sua profunda piedade, que o influenciou a introduzir a Inquisição em Portugal (1536) e a apoiar fortemente a Companhia de Jesus, que ele encorajou a realizar o trabalho missionário no vasto império português. O seu reinado foi particularmente notável para a expansão e organização do império ultramarino. Sob o seu domínio, a colonização do Brasil começou e a exploração do território, a chegada de emigrantes de Portugal e a chegada de escravos foram impulsionadas. O reinado de João III marcou a fase chave do estabelecimento territorial na Ásia. Com a conquista de Goa (1512), tinham começado a construir o seu próprio império na Índia, que expandiram apreendendo outros pontos costeiros. Também conseguiram, a partir de meados do século XVI, monopolizar o comércio com o Japão e obter autorização para se estabelecerem na costa chinesa em Cantão e Macau. cf. Rubén GONZÁLEZ CUERVA, «Juan III de Portugal», Real Academia de la Historia, 09 de Noviembre de 2021, [Juan III de Portugal | Real Academia de la Historia \(rah.es\)](https://rah.es/).

⁸³ JOÃO III, *Carta ao padre Inácio de Loyola (28-2-1551)*, Epp III, 497.

⁸⁴ JOÃO III, *Carta ao Bispo de Coimbra (16-8-1555)*, Epp XII, 583-584.

Um outro personagem que também jogou um rolo importante no desenvolvimento da companhia de Jesus em Portugal, foi o cardeal Infante Don Henrique.⁸⁵ O cardeal que ao que parece, num primeiro momento não dispunha de uma opinião muito favorável à Companhia, se foi aos poucos afeiçoando a ela, ao ver o exemplo e virtude dos seus membros.⁸⁶ O seu preço, ele mesmo o manifestou em carta de 29 de Maio de 1542, à santo Inácio:

«Reuerendo Padre. Polla enformaçam que tenho de vossaa uirtudes da autoridade e credito que vos daa S.S., [...] e polla boa vontade e afeição que eu tenho a vossa congregaçam, como uos podraa escrever o Padre mestre Simam. [...] E se haa alguma cousa, que eu possa fazer pola congregaçam, eu ho farey com muito boa vontade».⁸⁷

Dona Catarina de Áustria,⁸⁸ esposa de Don João III, foi outra das pessoas que também manifestou sempre grande apreço pela Companhia e em muito favoreceu o seu crescimento e expansão. Em 1557, depois do falecimento do seu esposo, e ao tonar-se regente, escrevia a Diogo Laínez, insistindo em que se poderia continuar com a sua ajuda e favor, no que da Companhia se tratasse, como até aí, vinha sendo o caso:

«Padre mestre Dioguo Lainez. Pola deuaçam que el rey, meu sennhor e avo, que sancta gloria aia, sempre teue aas cousas da Companhia, e pelo fundamento que d' ela sempre fez para as que tocauam a seruiço de noso senhor, por quanto fructo se por seu meyo fez, dilatando-se a sancta fee catolica, e trazendo-se a ela alguums reys e regnos de

⁸⁵ Henrique II, Filho do Rei D. Manuel e da sua segunda esposa, Maria, nasceu em Lisboa a 31 de Janeiro de 1512. A sua educação foi orientada para os estudos eclesiásticos, recebendo conhecimentos dos mais importantes humanistas do século XVI. A sua formação religiosa caracterizou-se por uma defesa absoluta da ortodoxia dos princípios da fé cristã, enfrentando os desvios da heresia e assumindo-se como uma figura conservadora na sua visão dos ideais que iriam formar a Igreja Católica. A pedido do seu irmão Rei João III, juntamente com o Papa, foi nomeado administrador do arcebispado de Bragança em 1532. A 22 de Junho de 1539, devido à morte do Cardeal Infante Afonso, tornou-se arcebispo de Évora e o seu irmão, o rei, nomeou-o inquisidor maior do reino. A 16 de Dezembro de 1545, foi nomeado cardeal pelo consistório. Durante a minoria do príncipe herdeiro Sebastião, após a morte de João III em 15 de Junho de 1557, a rainha Catarina criou um conselho de regência e preparou-se para assumir as funções de regente do reino por disposição testamentária até o seu filho atingir a idade de vinte anos. Após muita hesitação em aceitar a comissão, a Rainha pediu ao Cardeal que se tornasse vice-regente. Após a demissão de Catarina em 1562, Henrique foi eleito regente do reino, cargo que ocupou até 20 de Janeiro de 1568, décimo quarto aniversário de dom Sebastian. Quando dom Sebastião subiu ao poder, o cardeal continuou a ser o principal conselheiro de estado do rei. Em 1578, após a morte do rei, ele assumiu o reino. Morreu a 31 de Janeiro de 1580, no seu sexagésimo oitavo aniversário. cf. Humberto BAQUERO MORENO, «Enrique II de Portugal», Real Academia de la Historia, 09 de noviembre de 2021, [Enrique II de Portugal | Real Academia de la Historia \(rah.es\)](https://rah.es)

⁸⁶ RODRIGUES, *História*, T. 1, Vol. II, 607.

⁸⁷ HENRIQUE II, *Carta ao padre Inácio de Loyola (29-5-1542)*, Epp I, 215-216.

⁸⁸ Dona Catarina de Áustria, nascida a 14 de Janeiro de 1507 em Torquemada, Palência, Espanha, foi a última filha de Filipe o Belo e Juana a Louca. Passou a maior parte da sua infância e adolescência em um semi-confinamento forçado com a sua mãe em Tordesilhas, onde recebeu uma educação muito cuidada. A 5 de Fevereiro de 1525, em Lisboa, foi oficialmente casada com Don João III, Rei de Portugal. Ela exerceu sempre grande influência na política do reino, tanto durante a vida do seu marido como posteriormente, quando, após a morte inesperada de João III em 1557, assumiu a regência do trono até 1562, representando o seu neto, o futuro rei, Don Sebastião. cf. Annemarie Jordan GSCHWEND, «Catalina de Austria», Real Academia de la Historia, 10 de agosto de 2021, <http://dbe.rah.es/biografias/11817/catalina-de-austria>

muita jente; desejo eu de proseguir na mesma deuacam, e mostral-o em tudo o que se ofereçer».⁸⁹

2.3. O Generalato do padre Diogo Laínez

2.3.1. Breve biografia

Diogo Laínez, segundo Geral da Companhia de Jesus (1558-1565), nasceu em Almazán (Soria), Espanha, em 1512, e morreu em Roma em 1565. Após os seus estudos em Alcalá, chegou a Paris, no final de 1532, ao colégio de Santa Bárbara e juntou-se ao grupo dos primeiros companheiros. Fez os Exercícios Espirituais, sob a direcção de Inácio, no início de 1534. A 15 de Agosto, juntamente com o grupo dos primeiros companheiros, na capela de Montmartre, emitiu o voto de castidade e pobreza e fez o voto de ir para a Terra Santa. Em Abril de 1543 foi nomeado para o Concílio de Trento. Em várias secções pronunciou-se sobre temas como a justificação, a eucaristia, as ordens sacerdotais e a inefabilidade do Papa. Em 1552 foi nomeado provincial das comunidades italianas. Após a morte de Inácio, a 31 de Julho de 1556, foi eleito primeiro Vigário Geral, e logo a seguir Prepósito-Geral, na primeira Congregação Geral da Ordem, em 1558. Muitos atribuem a ele o sucesso desta primeira Congregação Geral. Depois da sua eleição, a sua primeira decisão foi a de confiar a Polanco a responsabilidade de governar a Companhia, enquanto recuperava da enfermidade de que padecia naquele momento. Apesar das suas ausências obrigatórias de Roma, dirigiu a Companhia de Jesus com agilidade, diligencia e perspicácia, e a sua participação no Concilio de Trento, deu uma grande notoriedade à Companhia. A educação, mais concretamente os colégios, foi um dos campos que Laínez mais impulsionou, durante o seu generalato. Este foi talvez o aspecto mais visível do seu generalato: com a ajuda de Pedro Canísio fundou colégios no norte da Europa e publicou as normas a seguir para que os mesmos fossem aceites, a *Formula acceptandorum collegiorum*.⁹⁰ No entanto, Laínez, a quem Scaduto aplica o epíteto de missionário de coração,⁹¹ atribuiu também uma grande importância às missões. De facto, Scaduto relata que Laínez foi enviado como assistente espiritual das tropas que

⁸⁹ CATARINA DE ÁUSTRIA, *Carta da rainha de Portugal ao Padre Diogo Laínez* (07-12-1557), *MLain* II, 570.

⁹⁰ Cf. Antonio ALBUQUERQUE, "Laínez, Diego", em *DEI* II, 1109-1115; M. SCADUTO, "LAÍNEZ Diego", em *DHCJ* II, 1601-1605. Grupo de espiritualidade Ignaciana (ed.), *Escritos Esenciales de los primeros jesuitas*, Bilbao – Santander: Mensajero – Sal Terrae, 1993), 291-352.

⁹¹ M. SCADUTO, *L'epoca di Giacomo Lainez. Il governo: 1556-1565*. (Roma: La Civiltà Cattolica, 1964), 240.

na segunda metade de 1550, tentaram a reconquista do Norte de África. Durante o seu tempo com as tropas, Laínez também teve de assumir a administração financeira do hospital que tinha sido improvisado, o cuidado dos moribundos e o enterro dos mortos; uma tarefa que o mantinha ocupado desde o amanhecer até às seis horas da noite, de modo que nem sequer tinha tempo suficiente para comer e dormir. A caridade de Laínez foi muito elogiada pelos soldados após o seu regresso da expedição.⁹²

2.3.2. A abordagem missionária

Como já vimos mais acima, grande parte do esforço missionário da nascente Companhia de Jesus, até por volta do período da morte de Santo Inácio, passava por Portugal. E, de facto, o papel e o comprometimento da província portuguesa eram tais que vários dos assuntos discutidos na Primeira Congregação Geral,⁹³ que se reunia na altura, giraram em torno de Portugal, e através dos seus representantes, visto que a província se sentia sobrecarregada, naquele dado momento, pediu ajuda à Congregação Geral. A resposta da Congregação Geral, que nos chega pelo número 6 do decreto 51, foi de que se deveria ajudar a província portuguesa na medida do possível:

«Cum ex Provincia Lusitaniae plurimi ad Indos, Brasiliam et alias infidelium regiones mittantur et hominum penuria ibi laboretur, petierunt Patres lusitani a Congregatione auxilium. — Responsum fuit: quoad eius fieri posset subveniendum illis esse». Praeterea res Provinciae Lusitanae et aliarum ultramarinarum mense Augusto tractatae sunt». ⁹⁴

Assim, graças a este zelo missionário, iniciado com o envio de Xavier para as Índias em 1542, e à grande preocupação pela formação daqueles que seriam enviados para as missões ultramarinas, levado a cabo sobretudo no colégio de Coimbra, com Simão Rodrigues à cabeça, a Companhia já estava presente em várias partes do globo quando Laínez foi eleito superior geral:

«Por altura da morte do fundador, a "mínima" Companhia já se tinha firmado em muitos cantos do mundo católico; [...] estava a avançar, por vezes com fúria, entre os pagãos

⁹² *Ibid.*, 148-151.

⁹³ Nesta primeira Congregação Geral, a 2 de Julho de 1558, Diogo Laínez foi eleito Superior Geral. Cf. *MMiss. Doc.Ind.* IV, 80.

⁹⁴ «Uma vez que a maioria deles são enviados desde a província de Portugal aos índios, Brasil e outros infieis, e que há falta de pessoas, os padres portugueses pediram ajuda à Congregação. – A resposta foi: na medida do possível, vir em seu auxílio». Além disso, os assuntos da província de Portugal e outros de além-mar foram tratados no mês de Agosto. Cf. *Ibid.*

da Ásia e da América, visando já o Continente Negro. [...] Em finais de 1555, havia 92 Jesuítas na Ásia, que cresceram para 115 em Dezembro de 1557».⁹⁵

Laínez, que foi sem dúvida um jesuíta excepcional, levou este dinamismo da companhia, a um patamar ainda mais alto, e seguindo os passos de Inácio, fortaleceu o carisma da nascente Companhia de Jesus e «antes da sua morte, teve o consolo de ver duplicar o número de missionários nos domínios transmarinos portugueses em relação a 1556».⁹⁶ À sua morte, existiam na Companhia de Jesus, dezoito províncias em quatro Assistências. Foi através dos seus esforços, que por exemplo, a Companhia de Jesus foi admitida em França.

2.3.3. Memorial para as missões de Juan-Alphonso de Polanco, e carta de Laínez aos missionários nas Índias (1558)

O lugar central que Laínez atribuiu às missões reflectir-se-ia de maneira muito expressiva mais concretamente em dois documentos de meados de 1558: Um memorial de Polanco sobre as missões na carta de Laínez aos missionários ultramarinos.

Este memorial sobre as missões⁹⁷ nasceu certamente da necessidade de organizar melhor a abundante actividade missionária daqueles anos. O documento é apresentado sob a forma de uma série de pontos práticos, como de artigos, destinados a ajudar os missionários a levar a cabo um projecto eficaz de conversão dos infiéis nas Índias e outras missões ultramarinas.

No número dois, por exemplo, consciente talvez da necessidade de acompanhar de perto a implantação missionária naquelas terras, e de assegurar-se dos métodos utilizados, «Polanco sugere que se considere o envio de comissários ao local para verificar o método missionário seguido, para dar conselhos e directivas, e para observar a conduta dos trabalhadores em relação à regra».⁹⁸ Já no número cinco, sugere-se que se procure a amizade das autoridades locais para que estas possam assegurar um tratamento justo aos novos convertidos: «Veja-se também que favores podem ser obtidos junto dos príncipes seculares, para que os neófitos possam ser tratados humanamente, encorajados e ajudados

⁹⁵ M. SCADUTO, *L'epoca di Giacomo Laínez*, 239-240.

⁹⁶ *Ibid.*, 240.

⁹⁷ Juan-Alphonso de POLANCO, *Memoria de Negotiis Missionariis Tractandis*, *MMiss. Doc.Ind.* IV, 74-80. Agrademos a ajuda do professor emérito Augusto Hortal, pela tradução deste memorial do latim ao castelhano.

⁹⁸ M. SCADUTO, *Op. Cit.*, 242.

em tudo, e não sejam tributados mais pesadamente do que outros antigos cristãos».⁹⁹ O número sete centra-se nos meios concretos a serem adoptados, de modos que os sujeitos destes lugares de missão possam ser atraídos e conservados para a fé cristã:

«Considere qual deve ser o modo a adoptar para atrair os brasileiros à fé e conservá-los nela.

Dos chineses e outros a serem ajudados na costa de África que pareçam bem-dispostos a abraçar a fé.

Diga-se o mesmo das Índias sujeitas ao Rei Filipe, para ver se é conveniente levar este assunto a sério através dos paraguaios ou por qualquer outra via, ou se deve esperar pela ocasião, e ainda se é oportuno perguntar sobre o assunto».¹⁰⁰

No número dezoito, muito provavelmente com vista a uma melhor integração à realidade daquelas terras, propõe-se que os jesuítas a serem enviados possam aprender as línguas dos seus lugares de missão: «É desejável que os nossos, enviados da Europa, aprendam as línguas dessas nações, e se alguns se considerassem dotados de tal capacidade, sejam ajudados para tal, com perícia e experiência».¹⁰¹

Por sua parte, na sua cartas aos missionários, O padre Laínez começa desde por afirmar, como que para justificar a razão da sua carta, que levava dentro de si de uma maneira muito especial os companheiros nas missões ultramarinas, e que ao mesmo tempo tentava assegurar que os jesuítas que viviam nas comunidades espalhadas por toda a Europa também os tivessem sempre presentes nas suas orações:

«por esta vez quis consolar-me com todos vós, escrevendo-vos a presente, em testemunho de que vos tenho todos gravados no meu coração, e que nestas partes foi ordenado que todos os nossos irmãos façam diariamente uma oração especial por vós, não apenas na casa e colégio de Roma, mas em toda a parte da Europa onde residem».¹⁰²

Para Laínez, os companheiros em terras de missão deveriam sentir-se afortunados, porque, segundo ele, era uma graça especial sentir-se chamados a trabalhar em terras ultramarinas, entre os infiéis, devido à importância desta obra para a propagação e preservação da fé cristã, e também porque, apesar das dificuldades que frequentemente encontravam, faziam um grande bem ao serem capazes de conduzir tantas pessoas para o caminho da salvação.¹⁰³

⁹⁹ Juan-Alphonso de POLANCO, *Memoria*, 74.

¹⁰⁰ *Ibid.*, 75-76.

¹⁰¹ *Ibid.*, 79.

¹⁰² Diogo LAÍNEZ, *Carta aos missionarios das Índias*, *MMiss. Doc.Ind.* IV, 109.

¹⁰³ *Ibid.*, 109-110.

Laínez, talvez, recordando a sua experiência em terras africanas, afirma que aqueles que trabalhavam em terras ultramarinas, tinham mais possibilidades, pela própria natureza do seu trabalho, de purificar-se das suas paixões e fortalecer-se nas suas virtudes, tornando-se assim em instrumentos cada vez mais úteis e eficazes da mão de Deus, e um exemplo e encorajamento para muitos, especialmente os da Europa, que tinham os olhos postos neles, devido à forma exemplar como desempenhavam as suas missões.¹⁰⁴

Laínez continua advertindo-os de que, apesar do acima exposto, eles não deviam negligenciar os cuidados com o corpo e com o espírito:

«Com isto, meus queridos irmãos, embora no zelo pela honra divina e na sede pela salvação das almas tendais sempre de crescer a partir de dentro e mostrá-la exteriormente através de obras de bondade e misericórdia para com elas, contudo no trabalho dos vossos corpos deve haver uma medida, e para a preservação do vosso espírito deve haver algum tempo. [...], para vos empregardes inteiramente nas coisas da sua glória e serviço, e na ajuda das suas almas, lembrai-vos de o fazer de tal forma que o corpo possa suportar o fardo do seu trabalho a longo prazo, tendo em conta a preservação da saúde e força necessárias para eles, e que a própria alma não possa negligenciar a si própria para atender às dos outros; Pois a conquista de todo o mundo não vos beneficiaria com a sua perda, segundo o dito de Cristo Nosso Senhor, e quanto mais ela se ajudar em toda a perfeição, mais útil ela será para a ajuda dos outros».¹⁰⁵

Laínez assegura que uma tal atitude ajudaria a manter a pureza interior em terrenos adversos, e a manter a vigilância necessária, que seriam certamente reforçadas pelo exame diário. Serviria também como um instrumento eficaz de auto-controle, quando houvesse a necessidade, ou fosse o momento de ponderar-se e avaliar o próprio modo de proceder.¹⁰⁶ Laínez salienta, finalmente, a importância do cuidado devido ao próprio corpo. Que é imprescindível que os fardos aos quais se submete o corpo, sejam proporcionais àquilo que o mesmo pode suportar, de tal forma que não se degrade a saúde, o corpo preserve por mais tempo a vitalidade que necessita para obrar na vinha do Senhor, e “que a própria alma não possa negligenciar a si própria para atender à do próximo”. Laínez queria com isto reforçar a ideia de que só um corpo e uma mente saudáveis podem ser plena e fecundamente dedicados ao serviço de Deus e à ajuda das almas, e que a santidade da alma própria ajuda a promover a dos demais.

¹⁰⁴ *Ibid.*, 110-111.

¹⁰⁵ *Ibid.*, 111.

¹⁰⁶ *Ibid.*, 111-112.

3. Conclusão

Desde o início, o nosso objectivo neste capítulo foi o de o apresentar como um capítulo de carácter contextualizador, especialmente porque não podemos falar com autoridade sobre a primeira missão jesuíta ao reino de Angola se não tivermos alguns elementos que nos situem dentro do contexto geral da época. Assim, como vimos, organizámos este capítulo em torno daqueles que são os dois principais protagonistas do nosso trabalho: o reino de Angola e a Companhia de Jesus (a nascente Companhia de Jesus).

A apresentação do reino de Angola, que tentamos, naturalmente, distanciar desde logo, de uma apresentação estritamente histórica ou etno-histórica, e centrar-nos mais em apresentar, em grandes linhas, o quadro sócio histórico e geopolítico do reino de Angola nos territórios por ele abrangidos no período pré-jesuítico. A concepção deste retrato do processo histórico do reino de Angola, que insistimos, não é um retrato acabado deste processo, e de contornos mais externos, tais como o processo de alargamento dos limites do reino, a sua organização administrativa e o seu mapa geográfico; permitiu-nos adquirir uma ideia dos principais aspectos da organização interna do reino, ao mesmo tempo que uma melhor compreensão dos factores que ligam a situação do reino naquele momento histórico e a necessidade de estabelecer relações religiosas e comerciais com Portugal.

Na segunda parte deste capítulo, direccionamos a nossa atenção para o contexto cultural e espiritual, interno e externo, que rodeou a nascente Companhia e influenciou a sua subsequente explosão missionária. O contexto sociopolítico e cultural da época criou um ambiente favorável para aqueles que queriam aventurar-se no mundo ultramarino, e os membros da Sociedade, cheios deste espírito e do desejo de levar o Evangelho a latitudes cada vez mais distantes, acolheram com entusiasmo os desafios que se apresentavam de uma forma cada vez mais insistente.

Embora o entusiasmo fosse de certa forma partilhado por todos, os membros da embrionária Província Portuguesa assumiram, como um chamado particular, a responsabilidade de tornar evidente a identidade jesuítica enquanto homens para a missão, e fizeram da aventura ultramarina uma das suas principais actividades apostólicas: milhares de missionários partiam todos os anos dos portos de Portugal para as Índias.

Tudo isto, como vimos, só foi possível porque, de dentro da própria Companhia, ela foi lendo a sua própria experiência e adequando-se ao que os seus documentos mais carismáticos apontavam como o horizonte. Por outro lado, a acção determinada das pessoas de dentro e de fora da Companhia permitiu-lhe instalar-se cada vez mais confortavelmente em diferentes lugares, reforçar a sua imagem e sentir-se confortada e apoiada nas suas acções. Entre as personalidades que intervieram de forma notável neste período, destacamos o General Diogo Laínez, o Rei Juan III, o Cardeal Infante Henrique e a Rainha Catarina.

No final deste capítulo, torna-se claro que a informação que temos vindo a tratar ao longo deste capítulo permite-nos compreender que conhecer o contexto de um determinado período nos ajuda, por um lado, a ler certos factos isolados desde uma perspectiva conjunta, e por outro lado, a compreender a lógica interna que subjaz a muitas das mudanças e momentos significativos da história da Igreja e Companhia de Jesus.



Mapa III: Costa Occidental Africana (ca. 1550). Fonte: David BIRMINGHAM. *Trade and Empire in the Atlantic, 1400–1600* (London – New York: Taylor & Francis e-Library, 2002), 33.

CAPÍTULO II: TRADUÇÃO E ANOTAÇÃO DA CORRESPONDÊNCIA (1558-1565)

INTRODUCCÃO

Como vimos no capítulo anterior, a nascente Companhia de Jesus foi, desde seus começos, caracterizada por uma grande dinâmica de dispersão e expansão, tanto dentro como fora da Europa. Respeito às missões fora da Europa, às Índias, Portugal era o principal centro onde se formavam e de onde se enviavam os missionários para estas latitudes. Em todo este processo, a correspondência desempenhou um papel extremamente importante, uma vez que os jesuítas que eram enviados para estas missões passavam longos períodos de tempo isolados, levando por vezes meses a chegar ao seu destino, e por isso se serviam das cartas como principal meio de comunicação com os seus companheiros em Roma ou em outras partes da Europa. De facto, o próprio Santo Inácio – talvez em grande parte devido «à sua formação administrativa em Arévalo (1506-1517), sob a tutela de D. Juan Velázquez de Cuellar, Contabilista Maior do Rei de Castela, [onde certamente] entrou em contacto com estas práticas epistolares»¹ –, consciente desta

¹ José GARCÍA DE CASTRO, «Cartas», em *DEI*, ed. Grupo de Espiritualidad Ignaciana (Bilbao – Santander: Mensajero – Sal Terrae, 2007), 294. Tradução nossa.

realidade, e da importância das cartas na preservação da homogeneidade do grupo, que se encontrava disperso pela Europa, Oriente, América e África, aconselhou e insistiu, nas Constituições da Companhia de Jesus, na conveniência de manter uma correspondência frequente entre os companheiros: «Ajudará a comunicação de cartas entre inferiores e superiores, e o conhecimento frequente uns dos outros, vendo as notícias que vêm de um lado ou do outro [Co 673]». ² Nesta perspectiva, pode-se dizer que

«Inácio de Loyola via na comunicação epistolar não só um instrumento de governo, mas também um factor de unidade, como expressa no título da oitava parte da Constituições: "Sobre o que ajuda a unir aqueles que estão divididos com as suas cabeças e uns com os outros", e explicita em disposições particulares [Co 673-676]». ³

Tendo em conta esta particularidade das cartas na organização interna da vida da Companhia de Jesus, e a riqueza que elas representam para a compreensão do desenvolvimento das primeiras missões, centrar-nos-emos, neste segundo capítulo, na apresentação de uma série de cartas, quinze no total, da segunda metade do século XVI, del período de 1558 à 1565, que estão directamente relacionadas com a génese e o desenvolvimento inicial da missão jesuítica no reino de Angola.

No que respeita às datas, a distribuição é a seguinte: 1558, seis cartas; 1559, quatro cartas; 1560, duas cartas; e 1563, 1564 e 1565, uma carta respectivamente. Isto é, onze delas informam sobre o processo de preparação, uma sobre a viagem e três sobre o desenvolvimento da missão. No entanto, as onze primeiras, são relativamente curtas se comparadas com as últimas quatro cartas, especialmente as do padre Lacerda (documento 12), do irmão Mendes (documento 13) e do padre Gouveia (documento 14).

Sobre los autores, cinco foram escritas por Inácio de Azevedo, três por Miguel Torres, duas por Francisco de Gouveia, uma respectivamente por Francisco de Borja, Francisco Alvarez, Agostinho Lacerda, e irmão António Mendes, e uma desde a casa de são Roque ⁴ de Lisboa, cujo autor se desconhece. ⁵ Quanto aos destinatários, sabe-se que

² Ignasi SALVAT, *Servir en misión universal* (Bilbao – Santander: Mensajero – Sal Terrae, 2002), 122. Tradução nossa.

³ G. BOTTEREAU, «Correspondencia», em *DH CJ*, vol. I, dir. Charles E. O'Neill y Joaquín M.^a Domínguez (Roma – Madrid: IHSI – UP Comillas, 2001), 965.

⁴ A casa de são Roque, era a casa professa de Lisboa, Portugal.

Uma casa professa é, na Companhia de Jesus, «o domicílio onde os professos devem viver, que só acidentalmente podem viver nos colégios (Co 557ss)». Durante o Generalato de Diogo Laínez, havia apenas duas casas professas na Companhia de Jesus, a de Roma e a de Lisboa, que já tinham sido erigidas no tempo de Santo Inácio. Cf. I. ECHARTE, «Casas», em *DH CJ*, vol. I, 678.

⁵ Tratando-se de uma carta quadrimestral (*Litterae Quadrimestrae*), supõe-se que a mesma teria sido escrita pelo então superior da residência de são Roque.

era habitual neste período da Companhia de Jesus, as cartas serem enviadas a Roma, ao Prévosto Geral. No entanto, do conjunto das cartas que aqui apresentamos algumas delas foram destinadas a outras latitudes e pessoas, duas mais concretamente. Uma carta escrita pelo padre Francisco Gouveia dirigida ao Colégio de Artes de Coimbra, que, como já foi dito mais acima, tinha sido confiada à Companhia de Jesus em 1555. Relativamente às línguas, a maior parte destas cartas, doze, foram escritas em castelhano, duas em português, e uma em latim. Note-se, contudo, aqui, que as cartas em castelhano têm vários elementos em português, e vice-versa.

A nossa abordagem a estas cartas consistirá primeiramente em traduzi-las⁶ para o português moderno⁷ e depois em anotá-las. Na tradução que vamos realizar, tentaremos não nos afastar demasiado das cartas originais, pelo que optaremos por uma tradução que seja, em muitos aspectos, literal, quando, evidentemente, isso não sacrifique o sentido e a compreensão do conteúdo das mesmas. No que toca a nossa tarefa de anotar, ela consistirá basicamente em clarificar os nomes próprios de pessoas e lugares, os termos fundamentais ligados à Companhia de Jesus, à sua história e espiritualidade, e também alguns termos da realidade que se descobre, com vista a uma melhor compreensão destas cartas. Como critério geral para a nossa anotação, fá-lo-emos apenas uma vez, ao longo de todo o trabalho, pelo que se alguns termos e nomes tiverem já sido comentados no capítulo anterior, não serão repetidos, como nos casos do rei João III, da rainha Catarina, do cardeal Infante dom Henrique, e do padre Diogo Laínez.

Dado que com frequência nos referimos a fragmentos de cartas, mas que as cartas completas, preferimos falar de documentos. Passamos a apresentá-las.

⁶ Relativamente às cartas cujo original está em português, o que faremos é actualizar a ortografia, a pontuação e algumas palavras cujo significado não nos seja muito claro.

⁷ Os documentos originais transcritos, encontram-se incluídos no apêndice, no final deste documento.

DOCUMENTO 1.⁸ Do padre Inácio de Azevedo⁹, ao padre Diogo Laínez [Évora¹⁰, 7 de Abril de 1558]. Original em espanhol. Fragmento.

[O padre Inácio de Azevedo escreve ao padre Diogo Laínez, Vigário Geral da Companhia de Jesus, em Roma, informando que a Rainha, Dona Catarina da Áustria, viúva de Dom João III e Rainha Regente por causa da minoria do seu neto, Dom Sebastião, desejava enviar alguns Jesuítas como missionários para o Reino de Angola. Ele enumera as razões que o levavam a pensar que o pedido da Rainha deveria ser aceite].

⁸ *Monumenta Lainii. Epistolae et acta Patris Jacobi lainii*, vol. III. 230-234. Madrid: Typis Gabriellis Lopes del Horno, 1913. 232-233.

⁹ Inácio de Azevedo (1526-1570) passou parte da sua juventude na corte do rei João III, como pajem, e lá completou os seus estudos em Humanidades. Movido pelos sermões do jesuíta Francisco de Estrada e pelos conselhos de Henrique Nunes de Gouveia, seu amigo, decidiu mudar a sua vida. Fez os Exercícios Espirituais e entrou na CJ (1548). Após a sua ordenação, foi reitor (1553-1555) do Colégio de Santo Antão em Lisboa, visitante e depois reitor (1556-1558) do Colégio das Artes de Coimbra, vice-provincial (1558), conselheiro da província e ministro na casa professa em Lisboa, reitor (1560-1566) do Colégio de Braga. Desde cedo sentiu um apelo especial para as missões, e escreveu ao Padre Diego Laínez pedindo as missões das Índias ou do Brasil em 1556 e 1564. Uma carta de 13 de Setembro de 1559, do Padre Miguel Torres, então Provincial de Portugal, ao Padre Diogo Laínez, parece sugerir que o Padre Inácio de Azevedo era um dos Jesuítas destinados ao reino de Angola (e que provavelmente o tivesse solicitado). Em 1565 foi nomeado visitador, e depois provincial do Brasil. Preparou a maior expedição até então reunida para as missões no Brasil: mais de setenta jesuítas, mais de setenta candidatos para entrar no CJ no Brasil, e um grupo de famílias e obreiros para construir igrejas e escolas. A caminho do Brasil, o navio Santiago, no qual navegavam Azevedo e trinta e nove companheiros, separou-se dos outros, e a 15 de Julho, ao sair da Baía de Tazacorte na ilha de La Palma, foram abordados pelo corsário Huguenot Jacques Sourie; os calvinistas pouparam as vidas da tripulação do navio, mas martirizaram todos os missionários. Pio IX beatificou-os a 11 de Maio de 1854. Cf. M. MOUTINHO, "Azevedo (Azevedo), Ignacio de", em *DHCJ*, vol. I, 313-314. Acrescentamos da nossa parte que o padre Inácio de Azevedo também pediu para ser enviado para Angola em 1559 (doc7).

¹⁰ Évora era nesta altura a sede do Colégio do Espírito Santo, erigido em 1551 e financiado pelo Cardeal D. Henrique.

«(...) Aqui¹¹, ofereceu-se agora uma nova empresa¹², de um reino que quer tornar-se cristão, que chamam Angola, como informarão¹³ a Vossa Paternidade¹⁴ os padres que se foram daqui.¹⁵ Querendo a rainha¹⁶ reenviar uns embaixadores¹⁷ daquela terra, e sendo sua intenção que com eles fossem pessoas da Companhia [de Jesus], foi-lhe respondido que se escreveria à Roma¹⁸, ou ao padre Francisco¹⁹. Ela insistiu que

¹¹ Embora os pedidos de novas missões fossem normalmente dirigidos a Roma, neste caso o pedido foi feito directamente aos jesuítas em Portugal.

¹² O significado de *empresa*, empregado sobretudo em uma linguagem cavallaresca, estava, de acordo com o *Tesouro da língua castelhana ou espanhola*, durante a segunda metade do século XVI, período em que a correspondência que aqui nos ocupa foi escrita, muito ligado ao de *emprender*: «Determinar-se a tratar de algum negócio árduo e dificultoso; (...). Daí dizer-se *empresa* a uma tal ofensiva. E porque os cavaleiros-errantes costumavam pintar nos seus escudos, bordados nos seus sobretudos, estes desígnios e as suas tentativas particulares, apelidaram-se empresas; e também os capitães nos seus estandartes quando iam a alguma conquista. De modo que uma *empresa* é um certo símbolo ou figura enigmática feita para um determinado fim, orientada a conseguir o que se vai pretender e conquistar ou mostrar o seu valor e ânimo». Cf. Sebastián de COVARRUBIAS, “Emprender”, em *Tesoro de la lengua castellana o española*, 2ª ed., eds. Ignacio Arellano e Rafael Zafra (Madrid/Frankfurt: Iberoamericana/Vervuert, 2020), 767. Tradução nossa.

¹³ Na nascente Companhia de Jesus, era costume os Jesuítas informarem o Padre Geral de tudo o que acontecia nas suas vidas e das suas instituições. Este era o principal objectivo da intensa correspondência destes primeiros dias.

¹⁴ Vossa Paternidade é uma forma de tratamento normalmente reservada ao Preposito Geral na Companhia de Jesus.

¹⁵ Faz-se aqui referência aos Miguel Torres, Provincial, Gonçalo Vaz de Melo e Luis Gonçalves da Câmara, que tinham ido de Portugal a Roma para participar na Primeira Congregação Geral da Ordem. Cf. *MLain* III 230.

¹⁶ Dona Catarina de Áustria, após a morte inesperada de Dom João III em 1557, assumiu a regência do reino até 1562, representando o seu neto, o futuro rei Dom Sebastião. Cf. Capítulo I.

¹⁷ Ao todo, eram três os embaixadores do reino de Angola, um dos quais se chamava Dom António. Cf. Carta do Irmão Antonio Mendes (documento 12).

¹⁸ À Cúria Geral dos Jesuítas.

¹⁹ Faz-se aqui referência ao Padre Francisco de Borja que na altura era o comissário do Padre Geral para Portugal, Espanha e as Índias.

Francisco de Borja nasceu em Gandía (Valência) a 28 de Outubro de 1510. Pertencia à poderosa linhagem da antiga Coroa de Aragão. Após a morte da sua esposa, fez os Exercícios Espirituais sob a direcção de Andrés de Oviedo e professou solenemente na Companhia de Jesus a 2 de Fevereiro de 1548. Dedicou todos os seus esforços à aprovação do livro dos Exercícios (1548), à sua impressão e distribuição. Ordenado sacerdote em Roma a 31 de Maio de 1551, foi comissário para Espanha e Portugal durante os generalatos de Inácio e de Laínez. Foi eleito terceiro Geral da Companhia de Jesus, cargo que ocupou durante os últimos sete anos da sua vida (1565-1572). Durante o seu generalato, propôs a revisão das regras da Companhia de Jesus, do tempo de oração, da organização dos noviços e do plano de estudos. Incentivou o crescimento do número de colégios e promulgou, em 1569, a primeira *Ratio Studiorum*. Neste período, a Companhia de Jesus experimentou um notável aumento tanto em casas como em pessoas, começou as missões na América espanhola, até então reservadas às ordens mendicantes, e intensificou a sua penetração no Brasil, Índia, Japão, China, etc. O seu governo foi marcado pelos princípios inacianos, dada a sua preocupação pelo noviciado, pela fidelidade à oração, pelas missões estrangeiras e por um equilíbrio entre a vida espiritual e apostólica. O corpo apostólico da Sociedade continuou a crescer e a sua organização e governo tornaram-se mais complexos. Cf. C. de DALMASES. «Generales: 3. Borja» em *DHCJ* II, 1605-1610; José MARTÍNEZ DE LA ESCALERA, «Borja, Francisco de» *DEI* II. 241-246; y «Francisco de Borja», em *Escritos Esenciales*, 497-549.

queria despachar os embaixadores com uns navios que se estavam preparando, e que de momento bastariam dois ou três [jesuítas] que pudessem explorar a terra.

Consultando-o entre nós, pareceu[nos] que não se deveria negar [um tal pedido], por algumas razões, a saber, para que não se perdesse a conjectura actual de se servir a Nosso Senhor naquelas terras, e especialmente porque parece que Nosso Senhor mostra querer servir-se da Companhia naquela empresa, pelo facto de os embaixadores estarem inclinados a que apenas sejam enviados os da Companhia, tendo a rainha reforçado esta ideia: que se os da Companhia não fossem, não reenviaria os embaixadores. E como a dotação do colégio de Coimbra²⁰ estava então concluída, e também havia sido ela, pareceu-nos que deveríamos, tanto pelo serviço que se espera se preste a Nosso Senhor, como para mostrar a devida gratidão²¹ á rainha, satisfazer o que ela pedia, porque tal parece que seria a vontade de Vossa Paternidade.

Visto isto, disse-se a Sua Majestade que ordenasse o que mais lhe parecesse ser para a maior a glória de Nosso Senhor, e que nós tentaríamos satisfazer na medida do possível. Portanto, Sua Majestade está a tentar despachá-los, e mandar outro embaixador seu, uma pessoa acomodada, para o que se pretende do serviço de Nosso Senhor na conversão dessas daquela gente. Escrevemos de seguida ao padre Francisco [informando] de tudo o que se estava a passar, e, entretanto, se encomenda o negócio²² a Nosso Senhor,

²⁰ Nesta altura existiam dois colégios da Companhia de Jesus em Coimbra, o Colégio de Coimbra (Colégio de Jesus), fundado em 1542, para a formação de missionários para as Índias; e o Colégio das Artes, fundado em 1548, o qual foi confiado à Companhia de Jesus em 1555. Ambos foram financiados pelo rei João III. É muito mais provável que Inácio de Azevedo se referisse ao Colégio das Artes, que só tinha sido confiado à Companhia de Jesus alguns anos antes. Cf. J. VAZ DE CARVALHO, "Casas: Portugal", em *DHCJ*, *ad. loc.*

²¹ No número 622 das Constituições da Companhia de Jesus, no terceiro capítulo da sétima parte, Santo Inácio parece indicar como um dos critérios para a aceitação de uma nova missão, a dívida ou gratidão para com a pessoa ou lugar em questão.

²² O termo negócio não é aqui utilizado tanto com a conotação de ocupação lucrativa, mas sobretudo como uma ocupação que requer uma certa diligência. Cf. COVARRUBIAS, "Negocio", em *Tesoro de la lengua castellana o española*, 1309.

e se consultam os reitores²³ e consultores²⁴ dos colégios²⁵. Procuramos estar prontos para o que for ordenado. (...)».

DOCUMENTO 2.²⁶ Do padre Inácio de Azevedo, ao padre Diogo Laínez [Lisboa, 19 de Maio de 1558]. Original em espanhol. Fragmento.

[O padre Inácio de Azevedo escreve ao padre Diogo Laínez, informando-o do progresso da missão para o Reino de Angola. Relata que tinha escrito ao padre Francisco de Borja sobre o projecto, e acrescenta que este último tinha respondido enviando um padre por sua conta para fazer parte da missão].

«(...) Quanto ao que escrevi a Vossa Paternidade na [carta] passada, do reino de Angola, para onde a rainha pedia insistentemente alguns da Companhia, escrevi ao padre Francisco com um mensageiro particular, e tive resposta²⁷ de sua reverencia, e ele enviou também um padre para acompanhar um outro desta província²⁸; e pela insistência da rainha, e pelas razões que escrevi a Vossa Paternidade, estamos preparados para o momento que se nos há de enviar, que será no mês de Julho, segundo o cardeal²⁹. (...)».

²³ O reitor é, na Companhia de Jesus, o superior ordinário de uma casa de formação, colégio, universidade ou seminário. O nome reitor parece seguir o uso dos colégios italianos do século XVI, onde o superior era chamado reitor. O reitor é nomeado pelo Padre Geral ou, mediante aprovação do Padre Geral, pelo Provincial ou por aquele a quem o General tenha dado essa autoridade [Co 490; 421, 740, 757; 419, 758].

²⁴ Os consultores são os oficiais que assistem o provincial (nomeados pelo Geral), e o reitor ou superior local (nomeados pelo provincial), no governo da província ou de uma casa [cf. Co 441,442, 490, 502].

²⁵ Na Companhia de Jesus, o Colégio era tradicionalmente um domicílio que podia ter rendas fixas, e onde viviam os estudantes e os seus professores [cf. Co 289].

²⁶ *Monumenta Lainii. Epistolae et acta Patris Jacobi lainii*, vol. III. 280-281. Madrid: Typis Gabriellis Lopes del Horno, 1913.

²⁷ Não nos foi possível encontrar esta carta.

²⁸ Uma província é na Companhia de Jesus, a divisão administrativa que agrupa um grupo de casas ou comunidades canonicamente erigidas que têm em comum laços de geografia, história ou língua, sob a autoridade de um grande superior. Cf. E. OLIVARES, "Territorios (División): Provincia", em *DH CJ*, vol. IV, 3782.

²⁹ O Cardeal Infante, Don Henrique.

DOCUMENTO 3.³⁰ Do padre Francisco de Borja, ao padre Diogo Laínez [Valladolid, 20 de Maio de 1558]. Original em espanhol. Fragmento.

[O padre Francisco de Borja escreve ao padre Diogo Laínez, informando-o, entre outras coisas, do envio de quatro Jesuítas, dois sacerdotes e dois irmãos, para o reino de Angola, e expõem-se as razões pelas quais se aceitou a missão].

«(...) Ao reino de Angola vão, no próximo mês de Junho, dois sacerdotes e dois irmãos³¹ que os acompanham, com os embaixadores do seu rei, que vieram pedir que lhes seja enviado, pessoas que os instruem nas coisas da fé, porque desejam, tanto o rei como os vassallos, converter-se, e pediram em particular a pessoas da Companhia para este fim.

Não foi possível deixar de atender a um tão justo, santo e quase prodigioso pedido, embora não se enviem mais [jesuítas], até que se tenha, da parte dos que forem agora, pleno conhecimento da terra e dos seus habitantes. O rei³², ao que parece, deve ser muito poderoso, e não [está] sujeito a ninguém, nem constrangido no que pede, excepto por sua própria vontade; e ter-lhe Nosso Senhor por acaso mostrado que esta é a única verdadeira lei. Bendita seja a sua misericórdia. Que Vossa Paternidade dê a sua bênção, desde aí, aos que vão, porque a empresa o merece, e o auxílio das orações de toda Companhia. No anexo que com esta vai,³³ se pode ter uma ideia da distância e da natureza dessa terra. Que a Divina Majestade dê a esta empresa o êxito que para a sua maior gloria se deseja. (...)».

³⁰ *Monumenta Borgia*. vol. III. 375-386. Madrid: Typis Gabriellis Lopes del Horno, 1908. 381.

³¹ De momento nos é difícil dizer, com exactamente a quem se refere Borja, pois como veremos, os nomes dos jesuítas destinados à missão de Angola foram mudando, até pouco antes da partida definitiva.

³² O rei do reino de Angola, que havia enviado os embaixadores era Ngola Inene, que viria a falecer pouco tempo depois, e substituído por Ngola Kiluanji.

³³ No documento que consultamos, este anexo não se encontrava. Era habitual que as cartas fossem acompanhadas por aspectos práticos, com mais detalhes, chamadas *hijuelas*, que não se arquivavam com as cartas. Cf. GARCÍA DE CASTRO, «Cartas», em *DEI*, 303.

DOCUMENTO 4.³⁴ Do padre Francisco Álvarez³⁵, ao padre Diogo Laínez [Lisboa, 30 de Junho de 1558³⁶]. Original em latim³⁷. Fragmento.

[O padre Francisco Álvares, por encargo do padre Francisco Henríquez, escreve ao padre Diogo Laínez, informando-o da presença em Lisboa dos embaixadores do Rei de Angola, que tinham vindo pedir missionários e que faziam visitas frequentes ao colégio da Companhia em Lisboa].

«(...) Suponho que não vos seja desconhecido o assunto da Etiópia³⁸: três legados do reino chamado Angola, enviados pelo rei desse reino, propuseram e imploraram com insistência que a nossa rainha pudesse enviar para lá alguns homens adornados com integridade de vida e costumes, que ensinassem ao rei e a todo o reino a fé cristã. Eles costumam vir com frequência ao nosso colégio e discutir com os nossos padres algumas questões, para que possam voltar para lá, onde serão considerados como professores e companheiros da fé e religião cristã.

Da nossa rainha eles receberam [a resposta] que somente enviassem padres da nossa Companhia. Ela inclusive pediu ao padre Inácio³⁹ que designasse alguns padres para esta missão, e, se não estou em erro, já foram designados os que iriam assumir esta tarefa. De Castela, estão aqui o padre Vernedo e o irmão Juan Roxo, que certamente estão designados para ir para lá, a menos que algum impedimento se interponha, que Deus proíba que [tal] aconteça.⁴⁰ Estes dois são os que lidam principalmente com os legados,

³⁴ *Litterae Quadrimestres ex universis praeter Indiam et Brasiliam locis, in quibus aliqui de Societate lesu versabantur*, vol. V. 959-966. Madrid: La Editorial Ibérica. 1921. 961.

³⁵ Segundo a carta de António Monserrat, superior, em Julho de 1559 Francisco Álvarez era mestre de terceira classe. O catálogo do colégio de Lisboa de 1565 informa o seguinte: «Francisco Álvarez, natural de Alva, no bispado de Viseu, entrou na Companhia a 26 de Maio, de 1556, fez os votos daí a mais ou menos três anos. Ensinou latim quatro anos, depois seguiu o curso das artes, e agora lê outra vez latim, neste colégio. É mestre em Artes». Cf. *Litterae Quadrimestres ex universis praeter Indiam et Brasiliam locis, in quibus aliqui de Societate lesu versabantur*, vol. V. 959-966. Madrid: La Editorial Ibérica, 1921, 966, n. 1.

³⁶ O editor da *Monumenta* discute a data desta carta, dado que no manuscrito, em uma das margens, vem escrito 1559. Nos convencem os seus argumentos para optar pelo ano de 1558. Em particular, porque se aceitássemos a data de 1559, teríamos duas cartas quadrimestrais em apenas 20 dias, 30 de Junho e 20 de Julho, com duas realidades muito diferentes, e nenhuma de 1558.

³⁷ Agrademos a ajuda do professor emérito Augusto Hortal, pela tradução desta carta do latim ao castelhano.

³⁸ Segundo um uso genérico difundido pelos portugueses, os jesuítas dos séculos XVI e XVII chamavam "Etiópia" não só a Etiópia actual, mas também as regiões africanas habitadas por negros. Cf. J. Vaz DE CARVALHO, "Etiópia", em *DHCJ*, vol. II, 1339.

³⁹ Inácio de Azevedo.

⁴⁰ Como sabemos, nem o padre Vernedo nem o Irmão Juan Roxo tomaram parte na missão. Parece que algo se interpôs.

a quem ensinam os elementos básicos da fé e religião cristã. [O] Deus Altíssimo, a cuja glória e honra se orientam todas estas coisas, fará com que estes começos sejam levados a bom termo, para que se divulgue a fé e a religião cristã e se difunda por todo o globo da terra, e para que tudo isto, com estes presságios e com alguns constrangimentos, desemboque numa planície ampla e espaçosa. Que haja outros, quem e quantos serão no futuro, é algo que ignoramos. Em Agosto ou, o mais tardar, em Setembro, parece que partirão (...)».

DOCUMENTO 5.⁴¹ Do padre Inácio de Azevedo, ao padre Diogo Laínez [Lisboa, 19 de Agosto de 1558]. Original em espanhol. Fragmento.

[O padre Inácio de Azevedo escreve ao padre Diogo Laínez, Geral da Companhia de Jesus, em Roma, informando-o de que, com a morte do Rei de Angola, a partida dos missionários tinha sido adiada].

«(...) A missão do reino de Angola, sobre a qual escrevi a Vossa Paternidade noutras ocasiões, dificultou-se por causa de algumas informações que chegaram até nós, a saber, a morte do rei que tinha enviado os embaixadores para pedir sacerdotes. Um seu filho⁴² está agora como soberano, e até aqui não se sabe se este tem as mesmas intenções que o seu pai; ainda assim, o cardeal, com o zelo que tem pela honra de Deus, deseja que [a missão] vá em frente. Do nosso lado, estão preparados um padre e um leigo enviados pelo padre Francisco⁴³ para o efeito, e ainda outro padre e outro leigo desta província. (...)».

DOCUMENTO 6.⁴⁴ Do padre Inácio de Azevedo, ao padre Diogo Laínez [Lisboa, 02 de Novembro de 1558]. Original em espanhol. Fragmento.

[O padre Inácio de Azevedo escreve ao padre Diogo Laínez, expressando preocupação pela qualidade dos Jesuítas que eram enviados de Castela para

⁴¹ *Monumenta Lainii. Epistolae et acta Patris Jacobi lainii*, vol. III. Madrid: Typis Gabriellis Lopes del Horno, 1913. 455.

⁴² Em muitas das linhagens dos Mbundu, a sucessão não era directa, ou seja, quem sucedia ao soberano não era um dos seus filhos biológicos, mas sim o filho da sua irmã.

⁴³ Este padre e este leigo aos quais Azevedo se refere, terão sido muito provavelmente o padre Vernedo e o irmão Juan Roxo, como se verá mais adiante no documento oito.

⁴⁴ *Monumenta Lainii. Epistolae et acta Patris Jacobi lainii*, vol. III. Madrid: Typis Gabriellis Lopes del Horno, 1913. 613.

Portugal, com a intenção de serem enviados para as missões ultramarinas, e menciona o caso concreto de um, que deveria ser enviado para a missão em Angola, e que queria regressar a Castela, sem autorização].

«(...) Pareceu-me [oportuno] representar⁴⁵ a Vossa Paternidade que tenho a impressão de que estão a ser admitidas na Companhia pessoas que, na minha opinião, serão de grande prejuízo para a mesma; especialmente em Castela.⁴⁶ Um dos que foram enviados para cá sentia muita saudade [da terra] e não jurava mais que por ela, e outras coisas semelhantes. Fui informado de que existem outros casos semelhantes. Além deste, que aqui foi enviado com boas referências, de quem envio informações mais detalhadas, noutra [carta], outros foram enviados com a intenção de irem para as Índias, que aqui de nenhuma maneira seriam eleitos para tal, aparentemente, tanto por falta de juízo, porque alguns saem completamente à destempo, como por falta de estabilidade na sua vocação, como foi o caso de um que vinha para Angola,⁴⁷ e que queria regressar a Castela, mesmo sem uma licença daqui; outros por falta de talento e qualidades que os pudessem servir entre os infiéis. Destes, quatro foram enviados este ano, isto sem mencionar três ou quatro outros que, da mesma forma, foram enviados para estudar aqui. (...)».

DOCUMENTO 7.⁴⁸ Do padre Inácio de Azevedo, ao padre Diogo Laínez [Lisboa, 18 de Abril de 1559]. Original em espanhol. Fragmento.

[O padre Inácio de Azevedo escreve ao padre Diogo Laínez, informando-o de que se sentia inadequado para assumir o cargo de assistente provincial que este

⁴⁵ Na linguagem inaciana, o termo "representar" ("representação") assume nuances próprias, e tende a afastar-se mais dos seus significados habituais, tais como desempenhar um papel, simbolizar algo ou agir em nome de outro. Por vezes, contudo, especialmente nos exercícios espirituais e na autobiografia, utiliza-se com um dos seus significados habituais. Representar, portanto, refere-se normalmente ao facto de se manifestar ao superior a sua própria opinião sobre algo, ou também ao facto de que um pensamento, dúvida, movimento, sentimento, propósito, etc. se "represente" ao entendimento, apreciação ou consideração mais reflexiva. No entanto, a representação é quase sempre, ou se pretende que seja, em chave espiritual, ou seja, uma compreensão, julgamento ou consideração que se leva a cabo, que opera sob a acção do Espírito; na presença de Deus; à luz da fé e da ajuda da graça que esta permite sentir. Cf. José Luis SÁNCHEZ-GIRÓN, "Representación", em *DEI*, 1570-1573.

⁴⁶ A 7 de Janeiro de 1554 santo Inácio encarregou Jerónimo Nadal de criar três províncias em Espanha: uma constituída pelo reino de Aragão, Valência e Catalunha; a outra por Castela la Vieja e o reino de Toledo; e a terceira pela Andaluzia e Salamanca. Cf. E. OLIVARES, "Territorios (División): Provincia", em *DHCJ*, vol. IV, 3782.

⁴⁷ Referir-se-á provavelmente ao padre Vernedo ou ao irmão Juan Roxo, mencionados na carta do padre Alvarez.

⁴⁸ *Monumenta Lainii. Epistolae et acta Patris Jacobi lainii*, vol. IV. Madrid: Typis Gabriellis Lopes del Horno, 1913. 288-290.

lhe tinha confiado recentemente, e ao mesmo tempo exprime o seu profundo desejo de ser enviado como missionário para a missão de Angola, que estava agora a ser preparada].

«(...) Nesta direi algo sobre alguns avisos ou memórias⁴⁹ que Vossa Paternidade deu ao nosso padre Provincial⁵⁰, em que diz que eu deveria servir-lhe de memória, e executar as coisas do seu ofício, vestindo-me da sua pessoa, destituído da autoridade, e visitar os colégios.⁵¹ (...) [Eu] sinto igualmente uma certa desordem e inquietude interior para com semelhantes ofícios, e a minha alma vem ansiando [sempre] pelo que por outras tenho significado à Vossa Paternidade, que é o ser enviado a alguma terra de infiéis, ou pessoas rudes, aonde houvesse trabalho, penitência e poucos agradecimentos, como seria a missão do reino de Angola, que agora se solicita, para onde sinto um grande desejo e inclinação. De tudo isto, dou conta a Vossa Paternidade, pedindo a Nosso Senhor que lhe dê a sentir aquilo que seria [para] mais glória de sua Divina Majestade; e se pelos meus pecados não merecesse a Nosso Senhor, ser enviado (mesmo porque faria mais falta aqui, qualquer outra pessoa que para lá pudesse enviar, creio que Nosso Senhor seria mais servido com a minha ida). (...)».

⁴⁹ Memória refere-se aqui à exposição de factos, dados ou motivos referentes a um determinado assunto. Cf. DRAE, s.v. “memoria”.

⁵⁰ O provincial é o superior que governa ordinariamente uma província. São nomeados pelo General, geralmente por um período de três anos, e podem encurtar e prolongar este prazo quando lhe parece ser para a maior glória de Deus. Neste momento, o provincial de Portugal era o Padre Miguel Torres.

Miguel Torres nasceu a 23 de Agosto de 1509, em Alagón (Saragoça), Espanha. Estudou (1532) como colegiado de S. Idelfonso na Universidade de Alcalá, onde se licenciou em artes e teologia, e foi professor de artes (1536-1538) e seu reitor. Foi a Roma (1540) para defender processos judiciais contra Juan de Tavera, arcebispo de Toledo, e embora no início estivesse relutante em lidar com os jesuítas, fez os exercícios com Inácio de Loyola (1542) e foi admitido no CJ. Fez os votos em Gandía (8 de Novembro de 1546), onde Inácio queria que ele visse o duque, Francisco de Borja, para confirmar a vocação um do outro. Em 1547 juntou-se à comunidade do recém-criado colégio da cidade de Alcalá. Em 1548, foi enviado para fundar e governar o colégio de Salamanca. Em Maio de 1550, a caminho de Ávila para Toledo, teve uma conversa no convento carmelita da Encarnação, em cuja comunidade Teresa de Jesus era membro: este foi o primeiro contacto entre o CJ e o reformador carmelita. Foi nomeado Visitante de Portugal (1552-1553) para resolver o complicado caso de Simão Rodrigues. Inácio sempre teve uma grande confiança em Torres e nomeou-o primeiro provincial da Andaluzia (1554-1555). Foi então enviado para Portugal como provincial (1555-1561), e depois superior e visitante da casa dos professos em Lisboa (1566). Até 1571 foi confessor da rainha Catarina. Frequentou as Congregações Gerais I (1558) e III (1573). Após cerca de vinte anos em Portugal, regressou (1578) a Espanha para ser superintendente do colégio de Madrid e, a partir de 1580, residiu na casa dos professos em Toledo. Morreu a 24 de Outubro de 1593 em Toledo, Espanha.

⁵¹ Parece-nos que o papel do Padre Azevedo está a ser descrito como viceprovincial do padre Torres, que nesta altura estaria muito ocupado, possivelmente com o cargo de confessor da rainha, e que o próprio Azevedo, não tendo a sua autoridade, estava a desempenhar as tarefas.

DOCUMENTO 8.⁵² Do padre Miguel Torres, ao padre Diogo Laínez [Lisboa, 18 de Abril de 1559]. Original em espanhol. Fragmento.

[O padre Miguel Torres escreve ao padre Diogo Laínez, informando-o de que a missão ao reino de Angola tinha sido adiada para finais de Agosto ou princípios de Setembro, e pedia algumas directrizes ao padre Lainez sobre o assunto].

«(...) A missão de Angola adia-se para finais de Agosto ou inícios de Setembro: desejavamos algumas instruções de Vossa Paternidade, tal como as pedimos ao padre Francisco⁵³ quando parecia que a partida estava mais próxima, e a informação vai na cópia da [carta] que escrevi ao padre Francisco no dia 18 [do mês] de Fevereiro passado. (...)».

DOCUMENTO 9.⁵⁴ Do padre Miguel Torres, ao padre Diogo Laínez [Lisboa, 29 de Julho de 1559]. Original em espanhol. Fragmento.

[O padre Miguel Torres escreve ao padre Diogo Laínez, informando-o de por enquanto não enviava a lista com os nomes e a informação solicitada daqueles que iam ser enviados para o Brasil e Angola porque precisava de mudar algo nela, mas que enviá-la-ia em breve].

«(...) Com esta se enviam os nomes, e a informação dos que temos designados para o Brasil e Angola. Partirão todos no mês de Agosto, com a ajuda de Nosso senhor, ou ao princípio de Setembro. (...) Os nomes e informação dos de Angola e do Brasil [já] não se enviam, porque teve-se depois, ao que parece, alterar algo nos mesmos. Na medida em que estejam completamente determinados, se enviarão juntamente com a informação adicional que Vossa Paternidade pede (...)».⁵⁵

⁵² *Monumenta Lainii. Epistolae et acta Patris Jacobi lainii*, vol. IV. Madrid: Typis Gabriellis Lopes del Horno, 1913. 297.

⁵³ Francisco de Borja.

⁵⁴ *Monumenta Missionaria Africana*, vol. XV, ed. António Brásio (Lisboa: Academia portuguesa da História, 1988), 215. 216

⁵⁵ Há uma aparente contradição nesta carta: o padre Miguel Torres anuncia, no início, que está a enviar os nomes e informações daqueles que ele pensava que seriam enviados para Angola. No entanto, no final da carta, afirma o contrário e diz que os nomes em questão já não existem. A minha teoria é que, sendo esta uma longa carta, da qual apenas são apresentados alguns extractos, não foi escrita num único dia. Entre a data inicial e a data final da escrita, houve alterações que reflectiriam dificuldades com o grupo inicialmente previsto.

DOCUMENTO 10.⁵⁶ Do padre Miguel Torres, ao padre Diogo Laínez [Lisboa, 13 de Setembro de 1559]. Original em espanhol. Fragmento.

[O padre Miguel Torres escreve ao padre Diogo Laínez, informando-o de que era de opinião que a presença de Inácio de Azevedo era de maior utilidade na província portuguesa, especialmente porque pensava que não se devia esperar muito da missão ao reino de Angola, já que o primeiro interesse do Rei de Angola não era tornar-se cristão, mas estabelecer relações comerciais com os portugueses].

«(...) Quanto ao do padre dom Inácio⁵⁷ para Angola, nunca estive de todo satisfeito desta missão, e se me representa que [não] se obterá o fruto que se esperava quando se começou a tratar deste negocio, pois se tem por mais certo que o rei daquela terra não pede, nem pediu cristandade, que ao contrario, o que deseja é estabelecer relações com os portugueses, e espera-se aqui, seguras as conjecturas [actualmente] existentes, seja de proveito temporal para esta terra. [Embora] pareça-nos que o padre dom Inácio faria muito bem este negócio, [mas] aqui ele é muito necessário e mesmo que outros não estejam satisfeitos com o seu modo, para mim ele dá-me muito descanso porque sente bem as coisas da companhia, e é cuidadoso e diligente na execução do que lhe é ordenado, e sob a obediência ele tem um melhor registo do que quando é superior.⁵⁸ (...)».

DOCUMENTO 11.⁵⁹ Da casa São Roque, ao padre Diogo Laínez [Lisboa, 17 de Fevereiro de 1560]. Original em espanhol. Fragmento.

[Da casa São Roque, em Lisboa, escreve-se ao padre Diogo Laínez, informando-o da partida em Dezembro de quatro Jesuítas, dois sacerdotes e dois irmãos, para o reino de Angola, a fim de evangelizar aquelas terras].

⁵⁶ *Monumenta Missionaria Africana*, vol. XV, ed. António Brásio (Lisboa: Academia portuguesa da História, 1988), 215. 297.

⁵⁷ Inácio de Azevedo.

⁵⁸ Ainda que alguns não estavam de acordo com a forma como Inácio de Azevedo levava a cabo as suas tarefas, o padre Torres o agradece.

⁵⁹ *Litterae Quadrimestres ex universis praeter Indiam et Brasiliam locis, in quibus aliqui de Societate Iesu versabantur*, vol. VI. Madrid: La Editorial Ibérica. 1925. 523-524.

«(...) Ao reino de Angola, que é na Guiné,⁶⁰ para lá do reino do Congo⁶¹, partiram este mês de Novembro quatro padres e [dois] irmãos.⁶² Este reino fica a mil e quinhentas léguas⁶³ daqui, onde o evangelho nunca fora pregado até agora.⁶⁴ O próprio rei enviou embaixadores ao rei de Portugal, pedindo-lhe padres que lhe fossem mostrar o caminho para a sua salvação, sendo que o rei⁶⁵ e o cardeal infante e os outros senhores mostraram grande alegria, e entendeu-se de imediato que se deveria efectuar a missão; e [apesar] dos muitos impedimentos que intervieram, quis Nosso Senhor dar a Sua Alteza, a graça para que [os impedimentos] fossem vencidos; e determinou-se um embaixador⁶⁶ para o rei de Angola com presentes para lhe ganhar a vontade. Esperamos no Senhor que se faça muito fruto. (...)».

⁶⁰ O termo "Guiné" surgiu em meados do século XV para se referir às terras habitadas pelos guineenses, termo genérico utilizado pelos portugueses para se referir aos povos africanos 'negros' que vivem a sul do rio Senegal (em contraste com os Berbers, a norte do rio, a quem chamavam Azenegues). O rei João II de Portugal adoptou o título de Senhor da Guiné, desde 1481. Cf. "Guinea (region)", Wikipédia, 22 de Novembro de 2021, [Guinea \(region\) - Wikipédia](#). Paulo Dias de Novais, por exemplo, obteve do rei D. Sebastião em 1571, o título de "Governador e Capitão-Mor, conquistador e povoador do reino de Sebaste na Conquista da Etiópia ou Guiné Inferior", nome pelo qual a Angola era então conhecida.

⁶¹ A sul do reino do Congo.

⁶² Cremos ter-se tratado de um erro da parte do redactor da carta, pois em vez de quatro sacerdotes haviam sido enviados apenas dois, o padre Francisco de Gouveia e o padre Agostinho Lacerda, acompanhados pelos irmãos, António Mendes e Manuel Pinto. O padre Agostinho de Lacerda morreu em 1560, de febres altas alguns meses após a sua chegada ao reino de Angola, enquanto esperava pela mensagem do rei para poder ir para a capital do reino. O irmão Manuel Pinto morreu de disenteria, em finais de 1562, na ilha de São Tomé e Príncipe. O irmão António Mendes regressou a Portugal em 1563 e o padre Francisco Gouveia ficou retido no reino até 1575. Cf. Carta do irmão António Mendes (Doc. 13).

⁶³ Segundo o dicionário RAE, a légua é uma medida de itinerário, variável de acordo com os países ou regiões, definida pelo caminho que é percorrido regularmente em uma hora, e que no antigo sistema espanhol era equivalente a 5572,7 metros. Uma légua marítima, légua utilizada pelos marinheiros, equivale a 5555,55 metros. Cf. DRAE, s.v. "legua". Portanto, calculava-se nessa altura, que Angola se encontrava a mais ou menos 8300 km de Portugal.

⁶⁴ Embora o cristianismo já se tivesse desenvolvido consideravelmente no reino do Congo, o seu vizinho do norte, o reino de Angola não tinha recebido formalmente a presença de missionários de Portugal até então. Este motivo se vai repetindo nas cartas. Cf. Docs. 1,3,4.

⁶⁵ O mais provável é que se trate da rainha, Dona Catarina, que nessa altura era a regente do reino.

⁶⁶ Este embaixador era o nobre e explorador português Paulo Dias de Novais, neto do famoso navegador Bartolomeu Dias (o primeiro europeu a navegar para além da extremidade sul de África, contornando o Cabo da Boa Esperança e alcançar o Oceano Índico a partir do Atlântico, abrindo assim a rota marítima para a Índia).

DOCUMENTO 12.⁶⁷ Do padre Agostinho de Lacerda, ao padre Diogo Laínez [Ilha de São Tomé, 18 de Fevereiro de 1560]. Original em espanhol. Completo.

[O Padre Agostinho de Lacerda, por encargo do Padre Francisco de Gouveia, faz uma descrição detalhada dos acontecimentos ocorridos durante a viagem de Lisboa, de onde os missionários partiram a 22 de Dezembro de 1559, até à ilha de São Tomé, onde se encontravam no momento em que a carta foi escrita].

«(...) A paz de Cristo.

Determinou-se pela bondade de nosso Senhor, a jornada de Angola, como Vossa Paternidade terá já sido avisado desde Lisboa, depois de muitos impedimentos que o demónio pós, como quem já entende e receia será a causa do seu desânimo e o início da exaltação do nome de Jesus naquela terra, e o padre Doutor Torres pra lá envia, o padre Francisco de Gouveia, os irmãos António Mendes e Manuel Pinto, e eu, espero em Nosso Senhor [Ele] seja servido nesta jornada.

Partimos de Lisboa num bom navio [aos] 22 de Dezembro do ano de 59, e quando saíamos da barra⁶⁸, o padre Francisco de Gouveia ordenou que disséssemos o hino *Veni Creator Spiritus*⁶⁹ com uma oração ao Espírito Santo, e a seguir umas ladainhas e orações à Santíssima Trindade e à Nossa Senhora. Ainda que [a isto] não tenha vindo toda a gente do navio, por estarem ocupados nos afazeres do momento, se não um ou dois que desocupados se juntaram a nós.

Tendo deixado a barra, ainda que com bom tempo, o piloto logo se apercebeu de que o tempo estava a mudar, pois, um mau tempo nos acompanhou na popa até ao período da tarde. A partir daí, mudou de direcção, estando quase [sempre] em proa; Nosso Senhor, na sua misericórdia, proveu que o mesmo não fosse tão violento que nos fizesse regressar ao porto, que era o que mais temíamos, e assim, “dando bordos” de um lado e de outro,

⁶⁷ *Monumenta Missionaria Africana*, vol. II, ed. António Brásio (Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1953), 451-457.

⁶⁸ Uma barra é um banco de areia que se forma à entrada ou na foz de alguns rios e no estreitamento de certos mares ou lagos, e que torna a navegação perigosa. Cf. DRAE, s.v. “barra”. Trata-se aqui, da barra do rio Tejo.

⁶⁹ O “Veni Creator Spiritus” (Vem, Espírito Criador) é um hino cristão tradicional que se crê ter sido escrito por Raban Maur, monge beneditino alemão (780/1-856). Este hino, que é uma invocação ao Espírito Santo, é normalmente cantado no Pentecostes ou no sacramento da Confirmação. Também é cantado em ocasiões como a celebração de sínodos ou concílios, entrada dos Cardeais na Capela Sistina, durante o conclave, consagração de bispos, na ordenação de sacerdotes, dedicação de igrejas, coroação de monarcas, profissão de membros de institutos religiosos, etc. Cf. Raymund KOTTJE. «RABAN MAUR (HRABANUS MAURUS), bénédictin puis archevêque de Mayence, 780/1-856» em *Dictionnaire de Spiritualité Ascétique et Mystique*, T. 13, dir. Charle Baumgartner, (París: Beauchesne, 1957), col. 6-7.

fomos navegando sem ter de voltar para trás, o que foi suficiente para nos alegrarmos de não ter de regressar ao porto. Estivemos assim durante três ou quatro dias, nos quais navegamos umas 30 ou um pouco mais de léguas, tanto por causa do tempo, como por ir aguardando alguns dos navios do rei que vinham connosco.

Neste intervalo de tempo, nos sentimos todos mal, como é habitual que quase todos enjoem. Nosso Senhor proveu, ao dar um esforço particular ao irmão António Mendes para cuidar de nós, já que em certos momentos ele vomitava como os outros, mas pouco depois já se sentia melhor, de maneiras que podia ocupar-se do referido ministério.

Na segunda-feira [seguinte], no dia do nascimento do nosso Redentor,⁷⁰ à tarde, parecia haver umas nuvens da cor e da maneira como as grandes tempestades geralmente se formam, e assim que as reconheceu o piloto teve um certo receio. Vendo este iminente perigo, o padre Francisco Gouveia nos ordenou que recorrêssemos a Nosso Senhor, como verdadeiro remédio, invocando a intercessão dos santos, e disto se informou o capitão, que pediu que se erguesse imediatamente um altar com um retábulo muito devoto de Nossa Senhora, onde em dois castiçais de prata, [ardiam] duas velas de cera. O capitão com todos os do navio, aproximando-se de nós, permaneceram de joelhos diante da imagem, com grande devoção, enquanto rezávamos as ladainhas e as orações da festa de Natal, de santo Estevão⁷¹ e *pro nauigantibus*.⁷² Mal terminamos este momento, o padre [Gouveia], ainda que não totalmente recuperado dos enjoos, mas esforçando-se no senhor, consciente de que a gente se sentiria confortada, proferiu-lhes uma plática⁷³ da festa em questão, encorajando-os a estarem firmes no que o Senhor os ordenasse. Parece que sua Divina Majestade quis servir-se de uma ocasião tao pequena para levar-nos a reflectir sobre um tao profundo caminho, em como Ele, recém-nascido, no presépio, devia tocar o [estar no] coração de algumas pessoas tão tépidas e negligentes como eu, convidando-nos a que a Ele fossemos pedir a clemência que vinha usar neste mundo. Assim, parece que [eles] ficaram comovidos e devotos na consideração da presente festa; [e] foi do agrado do benditíssimo Menino Jesus, começar, logo desde os primeiros momentos do seu nascimento, a fazer uso da sua misericórdia e mandar desde a manjedoura, que os ventos

⁷⁰ 25 de Dezembro.

⁷¹ A festa litúrgica de santo Estevão se celebra 26 de Dezembro.

⁷² Significa, em favor dos navegantes.

⁷³ As "pláticas" eram uma espécie de "exortação doméstica", um género mais familiar do que a pregação e as lições sagradas, amplamente utilizadas na altura pela Companhia de Jesus como um meio de recordar e manter os grandes princípios espirituais. Cf. José MARTÍNEZ DE LA ESCALERA, "Plática", em *DEI*, 1452.

cessassem e o mar amainasse; e isto foi tao evidente que nos parecia tê-lo ouvido da sua sacratíssima boca, como o vimos, com efeito, com os nossos olhos; pois logo que desfeitas as nuvens que com tao evidente perigo nos ameaçavam, o vento mudou para o oposto [e] *cum magna tranquillitate*⁷⁴ serviu-nos em popa toda aquela noite, e daí adiante ainda que tenham havido variações nos ventos, nos foram mais favoráveis que contrários; mesmo se ao final, com o impedimento dos navios que esperávamos, avançávamos pouco [na viagem] até ao ultimo dia da Pascoa.⁷⁵ Num outro dia, sexta-feira, passamos pela paragem da Ilha da Madeira, e não foi pequena [a nossa] consolação e alegria, pela certeza que [agora] tínhamos de não ter de regressar a Portugal.

No domingo seguinte, último dia de Dezembro, amanhecemos à vista das Ilhas Canárias, o que prolongou a nossa alegria, e à tarde fomos ao lugar de La Gomeira, onde descobrimos do mar, um eremitério no cimo da serra, a que chamam Nossa Senhora da Guia; encomendou-se logo, pelo navio, um Pai Nosso e [uma] Ave Maria, pedindo-lhe a sua intercessão e guia. Saudou-se o eremitério, do navio, com alguns instrumentos que levavam para alegrarem-se, e assim durou a festa quase toda tarde, ao cabo da qual, nos intrometemos nós, com umas devotas ladainhas que se prolongaram até quase ao anoitecer. Estivemos toda noite em calma, por estarmos entre ilhas tao próximas uma da outra, que não circula o vento. No dia seguinte, segunda-feira, o primeiro dia do ano 1560, dia de Jesus,⁷⁶ nos visitou com a sua misericórdia, dando-nos o vento em popa com bonança, pois sem tormenta, caminhávamos de um dia para o outro, entre cinquenta, cinquenta e cinco e setenta léguas, o que era uma próspera navegação, até chegar a Ilha de Santiago, em Cabo Verde.

Neste dia de Ano Novo, o padre [Gouveia] proferiu-lhes uma *platica* da festa do dia, com satisfação e consolação dos ouvintes. Antes disto, desde o terceiro dia da Pascoa, porque até então não tinha sido possível, o irmão António Mendes começou a ensinar a doutrina⁷⁷ aos grumetes e marinheiros, porque havia muitos que não sabiam, nem persignar. Assim, em alguns dias, quando não estivesse impedido por alguma indisposição, continuava o irmão Manuel Pinto. Por esta razão, não foram contínuas as

⁷⁴ Significa, com grande tranquilidade.

⁷⁵ Na altura, era tambem considerado Páscoa, os dias de Natal.

⁷⁶ A festa litúrgica do Santíssimo Nome de Jesus é agora celebrada a 3 de Janeiro, sendo o primeiro dia do ano dedicado à festa de Maria, Mãe de Deus.

⁷⁷ Ensinar a doutrina aqui significa ensinar a catequese.

ladainhas, nem [nenhum] outro exercício espiritual⁷⁸, visto que cada um de nós em particular, com os que se pode, fala-lhes de nosso Senhor, do que Ele se nos inspira naquele momento, enaltecendo-os muito a graça que a todos do navio faz, ao querer servir-se de nós num tao sublime ministério; e da virtude e bom exemplo que para tal é necessário e devem dar a uns e outros, especialmente aos embaixadores do rei de Angola, que com connosco vão; encarregando-lhes também a disposição para as confissões. Tudo isto, inclusive as repreensões, se alguma vez lhes são feitas, ouvem e recebem de bom grado, o que é motivo para dar Glória a Deus, que na Sua bondade os faz, ao que parece, apreciar estas, pois todas as manhas, andam todos ou com rosários ou com livros de orações nas mãos, encomendando-se a Nosso Senhor; é motivo de acção de graças ver a modéstia desta gente, porque no navio não juram, nem jogam naipes, nem dados, nem qualquer outro tipo de jogo, para além de, umas poucas vezes, o das tábuas, e simplesmente de pessoas que não desedificam nem escandalizam. No dia da epifania⁷⁹, pelo meio-dia, estávamos ao largo das ilhas de Cabo Verde, situadas a quinhentas léguas de Lisboa, e como o resto daquele dia e a noite navegamos em direcção às ilhas. No dia seguinte, domingo,⁸⁰ amanhecemos sobre a Ilha de Santiago, para grande contentamento de todos.

Chegamos ao porto por volta das onze horas, e por [eu] estar mal disposto, tive que desembarcar logo. Fui com o irmão António Mendes, à misericórdia,⁸¹ onde, não tivemos nem tempo para começar a nossa oração, [quando] pois chegou um pajem do senhor bispo⁸² com uma mensagem que sua senhoria nos mandava convocar e comparecer pessoalmente diante ele. Neste exacto momento, chegou [também] o seu vigário⁸³ que vinha ao navio, a nossa busca, com idêntica convocatória, para levar-nos à sua casa. Eu

⁷⁸ Santo Inácio, certamente de acordo com a doutrina da época, entende por exercícios espirituais, «todo o modo de examinar a consciência, de meditar, de contemplar, de orar vocal e mentalmente, e de outras operações espirituais». Cf. *Ej* 1.

⁷⁹ Dia 6 de Janeiro.

⁸⁰ Dia 7 de Janeiro.

⁸¹ A nossa intuição é que a misericórdia talvez se refira a um hospital, ou simplesmente a um lugar de misericórdia, uma espécie de lugar para peregrinos e transeuntes - como por exemplo a Magdalena, em Azpeitia, onde Inácio esteve durante algum tempo - onde os jesuítas podiam descansar, rezar e sobretudo dar alguma assistência directa aos necessitados. John O'Malley, por exemplo, diz-nos que "em meados do século XVI [...]. para onde quer que os jesuítas fossem, acabavam por ir parar aos hospitais [...]. Por vezes lavavam e alimentavam os pacientes e de várias formas esforçavam-se por os tornar fisicamente confortáveis". Cf. John O'MALLEY, *Los primeros jesuitas* (Bilbao – Santander: Mensajero – Sal Terrae, 1993), 214.

⁸² Dom Freí Francisco da Cruz, bispo de 1547 a 1574.

⁸³ Não fomos capazes de o identificar.

bem tentei desculpar-me, alegando estar mal disposto, mas não adiantou. Tivemos de ir, e o bispo nos recebeu com tanto amor e caridade que não tenho como explicar a V. P.; de tarde desembarcaram o pe. Francisco de Gouveia e o irmão Manuel Pinto; vieram visitar o bispo, que os recebeu da mesma maneira como já havia assinalado antes a V.P. Isto mostra o grande amor que [o bispo] tem pela Companhia;⁸⁴ e embora o padre [Gouveia] tenha voltado ao navio naquela noite, devido a certas confissões que estava prestes a fazer. Eu, no entanto, permaneci em casa do bispo, em certo modo como garante de que o padre [Gouveia] voltaria no dia seguinte, para aí hospedar-se até ao momento da nossa partida, como o fizeram, durante dez dias, os irmãos que foram ao Brasil, um mês antes. No dia seguinte pela manhã, desembarcaram o padre [Gouveia], o irmão, o capitão e mais gente do navio. Alguns, começando pelo capitão, confessaram-se e receberam o Santíssimo Sacramento.

Na quinta-feira seguinte, dia 11 de Janeiro, às oito da noite, deixamos Santiago. Todos voltamos a enjoar, ainda que, graças a Deus, por pouco tempo. Esforçando-nos no Senhor, retomaram os exercícios espirituais,⁸⁵ como antes, embora [agora], tendo com o tempo caído na conta, organizados de maneira diferente, que era chamá-los a todos com uma campainha; [ou] por volta das três horas depois do meio-dia, reunirmo-nos todos na proa e ordenados em procissão, virem assim cantando os mandamentos ao tom e modo da terra, em direcção à popa, até chegarem a um local convenientemente decorado como um altar, onde está colocada uma imagem.

Nos primeiros dias, o Padre Francisco de Gouveia começou a dizer-lhes algumas coisas sobre as orações que lhes ensinava e a dar a cada um deles uma lição particular de que desse conta no dia seguinte, e eles dão-na com muito cuidado e têm tirado muito proveito. Mais tarde, continuou o irmão António Mendes, a quem Nosso Senhor deu o dom particular de falar sobre o assunto com grande fervor e caridade; o faz cada dia, para grande satisfação e benefício de todos, como o ouço de muitos homens de idade, que [tendo já] feito muitas viagens por mar, [que] nunca foram tão felizes em suas vidas, nem vieram no navio marinheiros ou passageiros com tamanha devoção e virtude como neste. Muitos ou a maioria desses homens que digo, para além do *pater noster*, *ave-maria* e *credo*, não sabiam nada mais, e mesmo isto, mal sabido e mal pronunciado. Agora pela

⁸⁴ Embora nesses primeiros anos a Companhia de Jesus fosse apreciada por muitos, esta apreciação não era generalizada, razão pela qual Lacerda insiste neste aspecto particular.

⁸⁵ Não confundir com os Exercícios Espirituais de Santo Inácio, mas refere-se, neste caso, como acima referido, a diferentes práticas de oração e/ou devoção.

bondade de Deus todos eles estão estudando o resto da doutrina de acordo com os nossos usos.

Todas as noites uma imagem de Nossa Senhora é colocada num local decorado para tal, e convida-se às ladainhas com um sino; todos eles vêm com muita devoção a ela e respondem em tom; terminadas as ladainhas e as orações, encomendam-se, para a nossa viagem, um *pater noster* e uma *ave-maria* e [outros] para almas do Purgatório⁸⁶ e, por último, toca o sino e as *ave-marias*⁸⁷. Aos domingos, o padre [Gouveia] profere uma platica a todos, como no princípio.

No Dia da Purificação de Nossa Senhora,⁸⁸ a pedido do povo se ordenou a bênção das velas e para isso fez-se um altar ao pé da mesa, muito bem decorado, e nele foram postas todas as velas que estavam no navio, que eram muitas e com todos de joelhos começou a bênção cantada, foram ordenados dois coros, um de vozes e outro de trombetas; se organizaram da seguinte maneira: os versos de *nunc dimittis*,⁸⁹ eram ditos pelos cantores e a repetição do verso *lumen ad reuelationem*,⁹⁰ as trombetas diziam, e tudo tão bem organizado como se muitas vezes o tivessem feito; após a bênção, as velas foram distribuídas e acesas em suas mãos, todos em procissão com as ladainhas cantada,

⁸⁶ O purgatório, de acordo com a doutrina tradicional na Igreja Católica Romana, é o estado intermédio em que se encontram as almas de homens que morreram numa situação intermédia: estes homens não merecem o inferno porque não morrem em inimizade com Deus; nem merecem o céu, porque não morrem em perfeita caridade; necessitam, portanto, de uma "purgação", uma purificação última que os torne dignos de ter acesso à visão do Deus Santíssimo. A Igreja e a piedade cristã recomendam que se reze pelas almas no purgatório, para que elas possam encurtar o seu tempo de purgatório e ter acesso ao céu. Cf. Pierre MIQUEL. «Purgatoire», em *DSp*. T. 12, col. 2652.

⁸⁷ Pensamos tratar-se aqui, de uma referencia al *Ángelus*, oração feita em memória da Anunciação e Encarnação do Verbo, por vezes chamada tabiem, ao toque da(s) Ave Maria(a). O *Angelus* tira o seu nome das suas primeiras palavras em latim, *Angelus Domini nuntiavit Mariæ*. É composto por três textos que resumem o mistério. Recitam-se um verso e a resposta alternadamente. Entre cada um dos três textos é recitada uma Ave Maria. É normalmente recitado às seis da manhã, ao meio-dia e às seis da tarde. A composição do *Angelus* é atribuída por uns ao Papa Urbano II e por outros ao Papa João XXII. O costume de o recitar três vezes por dia é atribuído ao rei francês Luís XI, que, em 1472, assim o decretou. Cf. H. THURSTON, «Ave Maria», em *Dictionnaire de Spiritualite Ascetique et Mystique*, Tome 1, dir. Charle Baumgartner, (Paris: Beauchesne, 1957), col. 0.

⁸⁸ A festa litúrgica da Purificação de Nossa Senhora é uma das maiores e mais antigas comemorações da Igreja Católica. É celebrado no dia 2 de Fevereiro. Baseia-se nos acontecimentos narrados em Lc 2, 22: «Quando se cumpriram os dias da sua purificação, de acordo com a lei de Moisés, trouxeram-no a Jerusalém para o apresentar ao Senhor».

Este mesmo dia é também celebrado como o dia dos consagrados, pois foi o dia em que o Menino Jesus foi apresentado no Templo.

⁸⁹ O *Nunc dimittis* é um cântico evangélico, baseado nas palavras do velho Simeão, quando encontra o menino Jesus no Templo (Lc 2, 29-32). O seu nome deriva das suas duas primeiras palavras na versão latina. Na Liturgia das Horas é sempre utilizada nas completas, a última oração do dia, antes de ir dormir.

⁹⁰ Se refere ao versículo «luz para as nações e glória do Teu povo Israel» que encerra a oração (Lc 2, 32).

seguimos pelo navio. Ao baixarmos à popa, fizemos uma estação com as trombetas, uma outra na proa e à subida da popa. As ladainhas terminaram com a chegada ao altar, e no fim desta, o padre [Gouveia] fez-lhes um sermão. Todos ficaram muito felizes e consolados com tudo, [afirmando que] nada disso tinha jamais sido visto ou feito nos navios, como quem ainda não tinha viajado com os padres da Companhia à Índia.

De Santiago até aqui, apesar de termos tido alguns dias de calmas, ainda assim viemos bem – bendito seja o Nosso Senhor –, em comparação com outros que levaram muito mais tempo do que nós, porque nas mil e duzentas léguas daqui até Lisboa, viemos em cinquenta e cinco dias, enquanto outros levam entre três e quatro meses, como nos apercebemos aqui.

Chegámos à ilha de Santo Tomás na quarta-feira, 14 de Fevereiro, todos de boa saúde, bendito seja o nosso Senhor. [No entanto] à nossa chegada, uma lancha veio a bordo e a primeira coisa que nos disse foi que morriam todos os dias entre vinte e trinta pessoas na cidade. No dia seguinte, quinta-feira, desembarcámos e celebrámos a missa na Misericórdia, e quando terminámos, veio um mensageiro do senhor bispo⁹¹ que estava à nossa espera para comer. Ele mostrou-se muito satisfeito connosco e manifestou o seu desejo de que houvesse aqui padres e um colégio da Companhia – ainda que fossem apenas quatro, desde que um deles, claro, o ajudasse a pregar –. Pensa-se que se faria com tal, um grande serviço a Nosso Senhor, e com muitos frutos, porque as pessoas da terra, segundo dizem, são muito viciosas, e com a devoção e opinião que se tem da Companhia, aproveitar-se-iam muitos.

Todos aqui nos dão ótimas notícias de Angola, tanto da qualidade da terra como do povo. Espero em Nosso Senhor, que agindo de acordo com misericórdia que lhe é característica, possamos de lá, escrever à Vossa Paternidade, grandes coisas para glória de Deus e consolação de todos. Até ao momento, por se ter passado tão pouco desde que chegamos a esta ilha, não há muito sobre o que escrever: confessamos todos os dias os do nosso navio até que todos o tenham feito. Quanto ao resto, do que aqui se tem de negociar por parte da rainha, relativamente a alguns costumes desonestos que existem nesta terra há muito tempo, dos quais o capitão do nosso navio traz o mandato, espero em Nosso Senhor que eles tenham um bom fim, porque a maioria daqueles que o vão levar a cabo estão a sair-se bem nele. Como este navio está de partida, pareceu bem ao Padre Francisco

⁹¹ Dom Frei Gaspar Cão, bispo de 1554 a 1574.

de Gouveia que se aproveitasse para escrever a Vossa Paternidade tudo o que sucedeu até agora, de acordo com a instrução do padre Doutor,⁹² que assim o determinou. Parece-me que partiremos daqui em breve, porque esta terra não está para se permanecer muito tempo nela. Encomendamo-nos aos sacrifícios e orações de Vossa Paternidade e de toda a Companhia; que o Senhor nos dê a sua graça para cumprir a sua santíssima vontade. Ámen. (...)».

DOCUMENTO 13.⁹³ Do irmão António Mendes ao padre Diogo Laínez [Lisboa, 9 de Maio de 1563]. Original em espanhol. Completo.

[O irmão António Mendes escreve ao Padre Diogo Laínez, informando-o detalhadamente de tudo o que tinha a ver com o progresso da missão: descreve os detalhes da viagem, a data de chegada ao reino de Angola, o tempo passado no mar à espera da resposta do rei, as mortes do padre Agostinho de Lacerda e do irmão Manuel Pinto, os primeiros contactos com o rei de Angola e as primeiras dificuldades na missões, as características da terra e os costumes dos nativos].

«(...) Já Vossa Paternidade terá sido informado de como a partir da casa de São Roque de Lisboa fomos enviados dois pais e dois irmãos para Angola.⁹⁴ Partimos de Lisboa no final de Dezembro e chegamos ao porto da barra de Angola no terceiro dia do mês de Maio, em 1560.⁹⁵ Estivemos durante cinco meses na viagem, passando primeiro por duas ilhas, que convém saber: Cabo Verde e São Tomé. Na ilha para de Cabo Verde fomos à terra para apanhar um pouco de ar fresco, e fomos recebidos pelo bispo do lugar, que se chama dom Francisco da Cruz, um grande amigo dos da Companhia. Estivemos na sua casa cinco dias, e foi muito caridoso connosco. Ofereceu-nos nove bois para a viagem. Aceitamos [apenas] dois, dos quais doamos um ao pessoal do navio, e o outro

⁹² O padre Miguel Torres, provincial de Portugal.

⁹³ *Monumenta Missionaria Africana*, vol. II, ed. António Brásio (Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1953), 495-512.

⁹⁴ Cf. Documento 12.

⁹⁵ Os detalhes da viagem, especialmente de Lisboa à ilha de São Tomé, são narrados pelo padre Agostinho de Lacerda, no documento 12. Desta carta podemos deduzir que a viagem durou pouco mais de quatro meses, com paragens em Cabo Verde e São Tomé: de Lisboa a Cabo Verde, na ilha de Santiago, levaram dezasseis dias. Permaneceram nesta ilha cinco dias, de 7 a 11 de Janeiro. De Cabo Verde a São Tomé levaram trinta e quatro dias. Ficaram aí quinze dias, de 14 a 29 de Fevereiro, provavelmente. E desde a ilha de São Tomé até à foz do rio Kwanza, reino de Angola, sessenta e três ou sessenta e quatro dias.

salgamos para nós mesmos. De lá navegamos para a ilha de São Tomé, que fica a setecentas léguas desta ilha outra, e da ilha de São Tomé para Lisboa, são mil e duzentas léguas.

Nesta ilha fomos todos a terra e lá fizemos com que confessasse o capitão e toda a restante gente dos navios, que eram cerca de setenta pessoas, o que causou grande devoção em toda a população da ilha e ficaram tão comovidos que creio que se lá ficássemos mais tempo todos o fariam. O tempo que lá passámos foi de 15 dias e parte dele foi para realizar certas coisas para o serviço de Nosso Senhor, que em nome da obediência nos foram ordenadas desde Portugal. Há uma grande necessidade que [se propague] a doutrina, nesta ilha, por ser uma terra muito enferma, e porque a maior parte da gente que aí se dirige, vai pelos seus próprios interesses.

Assim, no final dos referidos quinze dias em que lá estivemos, embarcámos novamente e continuámos a nossa viagem, até chegarmos à costa do Congo, ao longo da qual fomos até chegarmos a um rio muito caudaloso⁹⁶, que sai do interior da terra do Congo. Este rio entra no mar com tamanha impetuosidade que, pela sua fúria, faz com que os navios esperem ali durante muito tempo, antes de atravessarem para o outro lado do rio. Por esse rio entrámos e chegámos a um porto chamado Pinda.⁹⁷ Aí nos abastecemos de lenha e água. Voltamos a sair do rio e continuamos a nossa viagem até chegarmos à foz de outro rio⁹⁸, que é o de Angola.

Assim que chegamos, enviámos logo um homem português com um dos dois embaixadores, que tinha vindo de Angola para pedir o cristianismo.⁹⁹ Eles foram pelo interior da terra com uma mensagem ao rei de Angola, dizendo-lhe que tínhamos chegado com um embaixador do rei de Portugal para fazer dele e de todo o seu reino, cristão. Tias

⁹⁶ Refere-se a foz do Rio Congo. O rio Congo (também conhecido como Zaire) é um longo rio na África Central que corre nas direcções Norte, Sul e Sudoeste através de quatro países - Zâmbia, República Democrática do Congo, República do Congo e Angola - até desaguar no Oceano Atlântico. Tem uma extensão de 4700 km, tornando-o o nono rio mais longo do mundo. É o segundo rio com maior caudal do mundo depois do Amazonas, com cerca de 41.300 m³/s, e o mais profundo do mundo com áreas de até aproximadamente 230 m. Cf. "Río Congo", Wikipédia, 23 de Novembro de 2021, [Río Congo - Wikipedia, la enciclopedia libre](#).

⁹⁷ O porto do Mpinda esta localizado município do Soyo, província do Zaire, norte de Angola.

⁹⁸ O rio Kwanza é o rio mais longo de Angola. Nasce no planalto do Bié, no centro do país. Flui inicialmente para norte, depois para oeste e desagua no Oceano Atlântico, a sul de Luanda. O seu comprimento total é de 965 km e a sua bacia drena uma área de 15.422 km². A foz do rio Kwanza (barra do kwanza), por onde chegaram os portugueses, fica a cerca de 75 km a sul de Luanda. Cf. "Río Cuanza", Wikipédia, 23 de Novembro de 2021, [Río Cuanza - Wikipedia, la enciclopedia libre](#).

⁹⁹ No documento oito, diz-se que houve três embaixadores enviados pelo rei de Angola. O irmão António Mendes refere-se apenas a dois.

homens, foram até a cidade onde estava o rei, que são 60 léguas mais para o interior. Levaram 49 dias de caminhada, no final dos quais vieram com uma mensagem do rei de Angola, dizendo que estava muito satisfeito com a nossa chegada, devido às coisas que lhe trouxemos de Portugal, que é o que eles querem muito nas suas terras. No entanto, sobre o tornar-se cristão, ele não dizia nada. Apenas mandava dizer ao capitão que fosse com a mercadoria e as roupas que o rei de Portugal (a quem ele chama de irmão) lhe enviara. [Porque] os negros que tinham vindo de Portugal, dizendo-se seus embaixadores,¹⁰⁰ pediram ao rei [de Portugal], em seu nome, a *crisandade*, e com este, algumas coisas mais para o rei [de Angola], tais como um cavalo, uma mula e alguns profissionais como carpinteiros, ferreiros, [e] alfaiates.

Ditos embaixadores tinham vindo [primeiramente] à ilha de São Tomé, na qual estiveram nove anos, sem que ninguém lhes fizesse caso. Ao fim deste tempo, eles foram aconselhados a que pedissem a *crisandade* e dissessem que o seu rei pretendia tornar-se cristão, pois apenas dessa maneira ser-lhes-ia permitido embarcar para a sua terra [Portugal]. Assim o fizeram, e o rei [de Portugal]¹⁰¹, zeloso da honra de Deus, acreditando ser verdade o que os embaixadores diziam e pediam, determinou-se pelo envio de um embaixador seu e padres da Companhia para o que parecia ser uma tão santa obra.¹⁰²

Deste modo, não ficamos satisfeitos com esta primeira mensagem (resposta) do rei, e nos decidimos pelo envio de um segundo recado, pedindo ao rei que dissesse o que ele pensava sobre a *crisandade*, e que o embaixador do rei de Portugal, apenas tinha vindo à sua por causa dos padres [da Companhia], para fazerem dele cristão. Por outra, que era essa a razão principal pela qual o rei de Portugal lhe enviava um presente, agradecendo-lhe muito o louvável desejo que ele tinha de tornar-se cristão. Este recado foi levado por um dos ditos embaixadores, que se chamava dom António, que foi na companhia de um outro homem preto, que era o nosso traductor, e que também tinha vindo [a Portugal] pedir a *crisandade*, com os tais embaixadores de Angola. Ele falava

¹⁰⁰ O irmão António Mendes parece ter algumas dúvidas sobre se tais homens tinham sido realmente enviados pelo rei, e sobre as suas intenções de converter-se ao cristianismo, questionando assim o ponto de partida da missão. A minha teoria é mais que o novo rei não se revia inteiramente nas pedidos que o seu predecessor tinha feito ao seu homólogo português.

¹⁰¹ Trata-se muito provavelmente da Rainha, Dona Catalina, ou do Cardeal Infante, Enrique, porque a chegada dos embaixadores do Rei de Angola a Portugal ocorreu após a morte do rei dom João III.

¹⁰² As ideias aqui expressas pelo irmão Mendes sugerem que a imagem que ele tinha nesse momento do rei e dos habitantes de Angola tinha mudado substancialmente em relação à que deixou transparecer no início desta carta, quando, ainda em São Tomé, todos pareciam apenas falar bem do povo e das qualidades da terra.

bem a nossa língua. Assim que, enviados esses dois homens pretos, esperávamos a sua resposta, para entrarmos na terra com mais certeza.

Entretanto, já se haviam passado quatro meses desde que estávamos ancoradas nas margens do mar, próximo da foz do rio que sai do interior das terras de Angola.¹⁰³ Aqui, muita gente adoeceu e dez pessoas morreram, entre as quais o padre Agostinho de Lacerda, que o Nosso Senhor quis levar para Si. Ele morreu de febres,¹⁰⁴ [já] em terra, nas margens do mar, dentro de uma casa de palha que tínhamos feito, onde se presidiam as missas e comungávamos. No dia que morreu, o padre havia se confessado e comungado, e tinha comido connosco numa mesma mesa, de pé. À tarde, porem, teve um resfriado e logo lhe veio uma febre tão alta que lhe tirou o juízo e a fala. Deu-se-lhe logo a extrema unção, e assim estivemos com ele ajudando-lhe, até que deu o último suspiro, como um passarinho. Naquela noite, estivemos três pessoas com ele, a saber, um padre, um irmão, e uma outra pessoa que por devoção sua decidiu acompanhar-nos naquela noite.¹⁰⁵ As restantes pessoas estavam no mar, nos navios, e logo que amanheceu, rezamos o ofício dos mortos: o padre Francisco de Gouveia [presidiu] a missa e nós os salmos, como é costume fazer-se na Companhia [de Jesus].¹⁰⁶ Enterramos-lhe próximo duma serra, às margens do mar, com uma cruz cabeceira. Morreram também ali, com ele, outros nove homens. [Todos] receberam os sacramentos, tanto a confissão e a comunhão, como os restantes, porque todos morreram nas nossas mãos, excepto um que morreu no rio de Angola, comido por um lagarto muito grande.¹⁰⁷ Existem lagartos muito grandes e compridos, que podem engolir um homem de uma só dentada, no rio de Angola. Todas as pessoas ali estavam muito doentes e perto da morte,¹⁰⁸ porque não tinham nada para

¹⁰³ Barra do Kwanza.

¹⁰⁴ O mais provável é que fosse paludismo. Nesta parte de Angola, a paludismo está frequentemente associado a febres altas e sintomas semelhantes aos da gripe.

¹⁰⁵ Se entende o padre Gouveia, o próprio irmão Mendes outra pessoa não identificada.

¹⁰⁶ O irmão Mendes parece estar a descrever e a referir-se ao que Santo Inácio propõe, nas Constituições da Companhia de Jesus, como o que deveria ser o cuidado para com aqueles que morrem na Companhia. Cf. [Co 595-598].

¹⁰⁷ Um jacaré, sem dúvida, uma vez que são abundantes nas águas do rio Kwanza.

¹⁰⁸ O irmão reflecte aqui as principais dificuldades de adaptação que se encontram (e que na altura devem ter sido em maior grau) quando se chega pela primeira vez a esta parte do território angolano. Estando instalada na orla do mar, onde a terra é maioritariamente salobra, tornando a agricultura difícil, e a pesca fluvial também difícil, devido à presença de jacarés, a dificuldade de mantimento é óbvia. Além disso, a área é muito quente e húmida, e as doenças tropicais abundam.

comer a não ser farinha da terra, cozida,¹⁰⁹ que os negros traziam ali para vender. Perto do mar vivia um senhor chamado *Mani Corinba*¹¹⁰ que obedecia ao rei de Angola e do Congo, porque estava na fronteira entre os dois reinos. Ele queria tornar-se cristão com toda a sua gente, se se mostrava muito amigável com connosco. Deu-nos três bois, algumas cabras e outros bens comestíveis que tinha na sua terra. Ele trazia uma cruz ao pescoço e fazia questão de levá-la consigo e fazer alguns sinais cristãos.

Nessa altura chegou o segundo recado que enviámos ao rei de Angola e com os nossos, um homem de casa do seu feiticeiro mor, dizendo que seu rei queria se tornar cristão e que na altura certa fossemos ter com ele. Que nós eramos a única coisa que lhe interessava, pois já tinha conhecimento das coisas daqui da terra, e que nós lhe ensinaríamos sobre as do céu. Com esta mensagem nos determinamos por desembarcar a mercadoria e partimos para onde estava o rei. Descemos pelo rio, cerca de trinta léguas.¹¹¹ Nós íamos a bordo da lancha do navio com uma grande parte da nossa mercadoria, porque era muito grande, e nos acompanhavam muitas canoas com o resto das pessoas e da mercadoria.

Tais canoas são um certo género de barco feito de um pau muito alto grande e largo que os homens negros usam em tais rios; este rio era muito grande e nele haviam muitos cavalos marinhos.¹¹² Estes eram grandes e feios. Tinham quatro pés como os nossos e são mais grossos e servem de alimento para os homens negros da terra; é carne como a de porco, muito branca. De um lado e de outro do rio há campos muito frescos e vales, e há alguma população de negros, porque nas zonas despovoadas existem muitos elefantes e há também muitas palmeiras.

¹⁰⁹ Um dos alimentos básicos nesta região de Angola é o *funge*, que é feito a partir de farinha de mandioca cozida. La harina de mandioca utilizada para hacer el funge no debe confundirse con la farofa brasileña, que se hace con mandioca rallada.

¹¹⁰ Ainda que o termo se escreva habitualmente em uma só palavra, o escrevemos separado porque assim está na carta original. O termo *Mani* era sobretudo usado no reino do Congo, para designar toda a pessoa que tivesse autoridade. Inicialmente o termo era apenas usado para designar a autoridade principal do rei do Congo, *Manicongo*, tendo-se mais tarde extendido para designar qualquer autoridade, incluindo funcionários provinciais e suboficiais. O termo "manicongo" é uma deformação portuguesa do termo Kikongo "Mwene Kongo" (literalmente "senhor do Congo"). O termo "Mwene" é criado acrescentando o prefixo pessoal "Mu-" a este termo, dando-lhe a definição de "pessoa que desempenha as funções do reino".

Mani é uma deformação da grafia original desta palavra. Cf. "Manicongo", Wikipédia, 23 de Novembro de 2021, [Manicongo - Wikipédia, la enciclopedia libre](#).

¹¹¹ A partir da costa, o rio Kwanza tem cerca de 258 km de extensão navegável.

¹¹² Muito provavelmente tratava-se de um hipopótamo.

Depois da navegação do rio, fomos recebidos por um homem daquele porto, vassalo do rei de Angola e ordenou que nos dessem comida. Ficamos com ele durante dois dias, durante os quais ele agregou toda a sua gente e mandou sermos carregados às costas até chegarmos à região de um outro homem, que eram a umas cinco léguas dali. Este nos recebeu da mesma forma que o outro. E da mesma forma fomos o caminho todo até chegar à cidade onde estava o rei.¹¹³ O rei tem vinte vassalos desde a barra do mar até onde ele vive. Isto é apenas pelo caminho que usamos. Há muito mais noutras partes, que segundo os homens negros são mais de quinhentos¹¹⁴, e todos eles pagam tributo ao rei de Angola. Eles pagam muitos bois, cabras, galinhas, e tudo o que têm nas suas áreas.

Quando chegamos à cidade onde estava o rei, muita gente nos veio receber e nos levaram à casa do seu *feiticeiro mor*, que se chama *Mani dongo*. Ficamos em três casas de palha e ele mesmo logo veio nos visitar e em nome do rei nos deu galinhas, cabras, farinha, e muitas cabaças de vinho de palma e algumas frutas da terra. Passou alguns dias antes que o víssemos porque há um costume que quando algumas pessoas venham de outra terra para a sua, deve passar alguns dias antes que os veja.¹¹⁵ Depois de quatro ou cinco dias ele ordenou que nos levássemos onde ele estava para conversarmos. Passamos por dez ou doze portas antes de lá chegar. Todas essas portas tinham seus porteiros com chaves. Esta cidade tinha muitas árvores e palmeiras que estavam muito juntas umas das outras e serviam de muros, e todas tinham palha muito grossa, de maneira que ninguém pudesse entrar na sua casa a não ser pelas portas. A primeira porta onde chegamos tinha um pátio muito grande e tinham muitas árvores muito grandes ao redor dele. O rei vai muitas vezes neste pátio com todo povo para mandar fazer justiça aos malfeitores.¹¹⁶ Esta

¹¹³ Este é um dos aspectos mais característicos da hospitalidade nesta área e em muitos outros lugares em África: quando chega um visitante importante, quase todos o querem receber e passar tempo com ele em sua casa.

¹¹⁴ Esta questão da organização do reino já foi abordada, em certa medida, no primeiro capítulo.

¹¹⁵ Este costume talvez estivesse mais relacionado com uma certa superstição.

¹¹⁶ As árvores têm uma presença significativa na vida dos Mbundu, não só como lugares privilegiados para reuniões e eventos oficiais, como Mendes descreve, mas também como um vórtice de histórias e crenças antigas. Existem portanto, na tradição oral do Mbundu, transmitidas de boca em boca, várias histórias relacionadas com as árvores. É comum, por exemplo, ouvir aqui e ali que a árvore baobá serve de refúgio para certos espíritos. No entanto, a árvore mais mítica desta tradição, considerada por muitos como sagrada, é a "Mulemba Xangola".

Localizada a 9 quilómetros a leste de Luanda, na direcção de Luanda Cacucaco, acredita-se ter sido plantada pelo mítico rei Ngola Kiluanji Kia Samba, como atalaia no limite norte das terras concedidas ao português Paulo Dias de Novais. Nessa altura, era comum utilizar as mulembas (ou mulembeiras) como marcadores geodésicos de territórios soberanos. Diz-se que Ngola Kiluanji a plantou de cabeça para baixo: folhas para baixo, raízes para cima, mas apesar disso, resistiu e tem resistido até aos dias de hoje. Também se diz que a mítica rainha Jinga Mbandi e a sua comitiva acamparam debaixo desta árvore durante uma viagem a Luanda em 1621, como embaixadora do seu irmão Ngola Mbandi. Cf. "Mulemba Waxa N'gola",

é uma casa grande e tem dois porteiros, um na entrada e o outro na saída. Saindo dessa casa fomos por uma rua que vai em voltas até chegarmos a outra porta. Depois encontramos outro pátio muito grande onde o rei tinha uma casa a maneira de alpendre. Era muito grande e tinha muitas colunas de paus muito grossos forrados com esteiras pintadas, e por baixo argamassa.

O rei estava nessa casa, sentado numa coisa quadrada feita de palmas a maneira de assento de mulheres.¹¹⁷ Ele tinha um corno na mão onde bebia vinho, e havia também uma cabaça grande cheia de vinho no meio da casa. Muita gente estava sentada com o rei, bebendo vinho por meio de seus cornos. Eles têm muita honra pela bebida, e acham que beber é melhor do que comer. Assim que entramos, ele nos recebeu alegremente, nos disse para sentar junto de si, e nos deu uma fruta que ele gosta muito (na lua língua se chama cola), que era muita amarga para nós, mas muito gostava para eles. Ele também nos convidou a beber o vinho diante dele. Ele gostou muito do presente que o lhe levava o embaixador que estava connosco, e lhe parecia que não havia outro presente melhor, pois o rei de Portugal enviava tais coisas, e as nossas coisas valem muito entre eles e são bem estimadas, tanto que o rei traz uma tira de pano azul e outro com manchas señidas ao redor da cintura. Isto é considerado um privilegio por ser o rei, e os outros homens não podem fazer o mesmo. Eles estimam muito especialmente o pano com manchas, desde que seja preto e tenha manchas. O presente que lhe enviava o rei de Portugal era: Uma mula muito boa com dois arreios – um de pêlo carmesim dourado, e o outro prateado –, dois bastões, quatro patas,¹¹⁸ uma cadeira tecida de peles carmesim, um guarda-chuva branco forrado, e algumas outras coisas pequenas.

Quando lhe demos os presentes, ele mandou nos dar dois bois, um para o embaixador e o para nós, muitos capões e cabras, e farinha, e umas dez ou doze cabaças de vinho, e frutas da terra; depois começamos a falar com ele, e pelo que ouvíamos, era sobre a cristandade, dizendo que era por isso que o rei de Portugal lhe enviava aquelas coisas, porque se fosse cristão e ele e o seu reino quisesse aceitar água do baptismo e deixar suas gentilidades os seus filhos para que lhes doutrinemos e que lhes ensinemos a doutrina crista e a nossa santa fé católica, ele teria o rei de Portugal com seu irmão e

Rede Angola, 23 de Novembro de 2021, [Mulemba Waxa N'gola - Rede Angola - Notícias independentes sobre Angola](#).

¹¹⁷ As mulheres normalmente sentam-se no chão, em esteiras.

¹¹⁸ Não sabemos muito bem a que se refere.

amigo e o rei de Portugal enviaria navios para a sua terra, se comunicaria com ele, e o seu reino seria enobrecido pelos portugueses. De modos que a tudo isto ele respondeu que sim, que queria os padres na sua terra, tornar-se cristão, e dar-nos os seus filhos para que os ensinássemos. [Assim que] deu-nos quinze ou vinte meninos seus e dos principais da sua casa, os quais começamos de imediato a ensinar com muita alegria.¹¹⁹ Tudo parecia indicar, tanto da sua parte como da nossa, que iríamos adiante com esta santa obra. Muitos deles já sabiam persignar¹²⁰ e parte da doutrina. Eles [começavam] a apegar-se a nós, e nos iam manifestando um grande amor e reverência. Traziam-nos da casa dos seus pais, farinha e outras coisas de comer.

No entanto, não levou muito tempo até que ele nos tirou os meninos e roubou tudo o que levávamos, assim ao embaixador e outras pessoas como a nós. Mas ele foi um pouco mais piedoso para connosco, deixando-nos algumas coisas da Igreja para a celebração de missas. Ele nos chamou de traidores e nos acusou que íamos espiar a sua terra com o pater noster de mentira, e disse que tinha que nos banir para uma outra terra muito longe da sua.¹²¹ Depois mandar fender a boca dos embaixadores que iam haviam ido connosco e então cortou-lhes a cabeça. Não tínhamos certeza da razão para tal, mas dizia-se que o rei do Congo havia mandado dizer ao rei de Angola que tivesse cuidado com a sua terra, e que nós íamos lá para obter prata out ouro, para lhe roubar a terra e que não confiasse em nós. Isso foi porque o rei do Congo não queria gostou que tínhamos ido para Angola, porque ele costumava enviar presentes ao rei de Angola das coisas que lhe eram enviadas de Portugal ante de começarmos a lá ir, e o rei de Angola pagava tudo isso com bois que havia ganhado frequentemente, porque a terra do Congo é muito estéril para criação, mas Angola é uma terra muito rica. Foi por esta razão que o rei do Congo mandou dizer tais coisas.

¹¹⁹ Na Companhia de Jesus, dá-se especial atenção ao ensino da doutrina às crianças. Cf. [FI 1; Co 410, 483,527, 528].

¹²⁰ Persignar (fazer o sinal da cruz), é fazer com a ponta dos dedos da mão, especialmente com o dedo indicador e o polegar, três cruces, a primeira na testa, a segunda na boca e a terceira no peito.

¹²¹ Linda Heywood diz o seguinte sobre o assunto: «embora Ndambi a Ngola tenha permitido aos visitantes portugueses permanecerem em Kabasa, e mesmo permitido aos jesuítas abrirem uma escola, este acolhimento não durou muito. Quando ele morreu em 1561 e o seu filho, Ngola Kiluanje kia Ndambi (Ngola Kiluanje), tomou o poder em Ndongo, a situação mudou. Ngola Kiluanje virou-se contra os portugueses, convencido de que os verdadeiros motivos do grupo era "espiar a sua terra"». Cf. Linda M. HEYWOOD, *Njinga of Angola*, 23. Heywood parece sugerir que a mudança de atitude em relação aos portugueses se deveu a uma mudança de governo no reino, em 1561. Este facto surpreende-nos, porque, tendo isto ocorrido em 1561, período em que o irmão Mendes estava no reino, e sendo o mesmo uma mudança da maior importância na vida de um reino, parece estranho que nem o irmão Mendes, nem o padre Gouveia tenham feito qualquer referência a este facto nas suas cartas.

Assim, depois de nos ter roubado tudo, nos retirou os meninos. Mandou que nenhum de nós saísse da sua terra nem enviasse algum recado aos navios que estavam esperando no mar, que era a sessenta léguas dali. Os navios, que levavam já onze meses ancorados, a espera de um recado nosso, vendo que não enviávamos nenhum, e visto que eles não tinham mais o que comer, nem para se manter ancorados por muito mais tempo, pelo tempo que estavam no mar, partiram dali e foram para a ilha de São Tomé, sem algum recado da nossa parte.

Depois do rei de Angola se aperceber que os nossos navios se tinham ido de seu porto para São Tomé e que não tínhamos embarcação, decidiu despachar alguns do nosso grupo para Portugal e que o embaixador e dois de nós ficássemos na sua terra, o padre Francisco e eu, e que todos os outros se fossem. Mandou dar escravos a todos que vinham, dois nalguns três noutros, dez noutros, e como bem lhe parecesse. O pessoal ficou encurralado lá porque não tinham embarcação. Todavia, viriam umas trinta pessoas e com eles um nosso irmão, Manuel Pinto, e nós ficamos detidos com algumas pessoas que quiseram ficar por sua vontade. Eramos nove no total e um depois morreu. O resto do pessoal foi para a barra onde haviam ficados os navios. Assim que nos encontraram, o nosso senhor queria que um senhor que vivia perto do mar, amigo dos portugueses, lhe desse uma almadia muito grande que podia abrigar cinquenta pessoas, feito de um único mastro que tinha quinze metros de diâmetro, que o padre Lacerda e eu medimos. E assim deu-lhe outras pequenas canoas nas quais percorreu toda a costa do mar até chegar ao porto do Congo com muito trabalho e aí encontrou um navio que os levou para a ilha de São Tomé. O irmão Manuel Pinto morreu aí, de câmaras de sangue¹²² e os clérigos da ilha sepultaram-no com muita caridade, porque todos os habitantes lá têm muita devoção e querem lá ter os padres da Companhia e os naturais dali são gente de uma muita esmola e muito rica.

O capitão da ilha de São Tomé sabia que os navios de Angola tinham chegado, que tinham voltado por falta de amarras,¹²³ por não haver abastecimento, e sem qualquer mensagem do embaixador e dos padres da Companhia ou se o rei de Angola havia

¹²² Câmaras de sangue o disentería. Cf. Oscar GONZÁLEZ HERRADA, *Las enfermedades digestivas en América en el siglo XVI*, em *Gen* 67, no. 4 (2013), 252-255, 253. Neste artigo, o autor comenta o tratado breve de medicina y de todas las enfermedades do frei Augustín Farfán, de 1592.

¹²³ Amarras, em linguagem nautica, refre-se ao cabo, corda ou corrente formada por elos pesados com que uma embarcação é fixada no porto ou no local onde se encontra no fundo, seja através de uma âncora ou boia, ou simplesmente amarrada a terra. Cf. DRAE, s.v. “Amarra”.

aceitado o cristianismo, mandou então um dos dois navios, o mais pequeno, subir para ir buscar notícias sobre a nós e sobre o embaixador, mandando alguns alimentos, como vinho e farinha para missa e biscoitos. E a tripulação levava algumas coisas para dar ao rei de Angola, como mercadoria. Então, este navio partiu e chegou à barra em Dezembro de 1562.¹²⁴

E assim que eles chegaram, enviaram um homem para o interior para saber sobre nós. Este homem era muito bom e piloto do mesmo navio, pois noutra altura já tinha estado em Angola e por isso o capitão do navio enviou-lhe com um homem negro; no caminho, o piloto adoeceu e quase que morreu. O caminho era muito longo e muito quente. Quando chegaram a região onde o rei estava já tinham se passado três meses e os que permaneceram no navio já queriam voltar por causa do grande atraso e também porque não teriam amarras por mais tempo, e o escrivão do navio já estava morto, afogado no mar. Quando este homem chegou, ele falou com o rei e lhe disse que ele queria saber sobre nós e sobre o Cristianismo, e se ele queria ser um cristão e porque ele não deixou as outras pessoas regressarem, ou se ele não quisesse ser cristão que os deixasse voltar para Portugal. O rei respondeu que faria e que lamentava o que tinham feito com os outros, e queria enviar presente um presente ao rei de Portugal naquele navio; e assim fez um outro homem escrever ao navio. Este foi sem uma carta ou recado nosso, mas com o que o rei de Angola e do piloto que lá foi tinham dito, e disse que tinham que levar as mercadorias que trouxeram.

Os que estavam no navio ao verem esta mensagem do piloto e rei de Angola e não uma mensagem nossa, ficaram muito assustados porque a única razão deles irem ali era apenas para obter notícias sobre nós. Eles haviam esperado tando que não queriam sair do navio ou enviar nada porque não tinham nenhum recado nosso. Mas eles escreveram para o piloto dizendo que queriam regressar logo e que se ele quisesse ficar ali, que ficasse, e que eles não queriam se colocar nas mãos do rei de Angola porque eles já tinham roubado os o grupo anterior, e o também não tinham notícias do embaixador ou dos padres que estavam lá, nem lhes tinha restado bastante comida, e também lhe havia dito o capitão de Santo Tomé o mandou que não esperasse mais na barra visto que já se haviam passado quatro meses.

¹²⁴ Entendemos que o irmão Mendes se esteja provavelmente a referir a Dezembro de 1561, para que pudesse ter tomado o navio e chegado à ilha de São Tomé em Maio de 1562, a Lisboa em Setembro e escrito ao Padre Geral desde Lisboa em Maio de 1563, como se pode ver no desenvolvimento da carta.

Quando esta mensagem voltou ao rei de Angola e ao piloto, visto que eles ainda não tinham alguma notícia nossa, e o rei sabia que o navio queria regressar, falou com o piloto e depois concordaram que seria bom mandar ao navio um de nós com alguns do seu povo para que os que estavam no navio soubessem que estávamos vivos, lhes pedíssemos que nos dessem o presente que eles traziam, e que não se fossem porque ele lhes trataria muito melhor do que o grupo anterior. E ordenou ao capitão e ao padre Francisco de Gouveia que escrevessem para o navio a lhes dizer que enviassem o rebanho senão nós pagaríamos caro, ameaçando-nos e dizendo que éramos a causa pela qual eles não vinham com a mercadoria. Assim, os dois, o embaixador e o padre, escreveram aos do navio, dizendo que desde que traziam presentes e o rei de Angola sabia, que os enviassem porque pouco se perdia e nós corríamos risco e de o rei nos culpar se eles se fossem com os presentes que traziam, e era provável que o rei lhes trataria bem se eles esperassem mais um mês, ou então ele nos enviaria todos para o seu navio ou deles; e então decidi que eu fosse enviado ao navio com tais cartas e regressasse a ele com os presentes. O padre Francisco de Gouveia e o embaixador que vinham comigo também, me enviavam para que eu regressasse com certeza, pois isso dava mais confiança aos indígenas; e então o rei mandou um Senhor da terra chamado *Hongaxisa*, e com muita gente de guerra, que ele me levasse como prisioneiro para me poder levar de volta para a terra com eles.

Pareceu bem ao padre Francisco de Gouveia, que já que eu vinha ao navio, que seria bom trazer algumas coisas da igreja, como era o caso das santas relíquias¹²⁵, pois eram muitas as que tínhamos conosco ali. Nos havia dado a rainha de Portugal quando nos fomos [de Portugal]. [Trouxe] também alguns ornamentos de Igreja, porque eram coisas que ali, entre os negros, corriam risco. Mas sobretudo porque já não tínhamos esperanças, nem víamos a possibilidade de eles se tornarem cristãos.¹²⁶ Assim, trouxe tudo isso escondido, embora fosse perigoso. Mas quis Nosso Senhor ser servido, que tudo viesse à Portugal. Ainda assim, ficaram lá, na posse dos negros, muitas coisas muito boas.

¹²⁵ Uma relíquia é a parte do corpo de um santo, ou qualquer outro objecto que, tendo tocado o corpo de um santo, é digno de veneração. Cf. DRAE, s.v. “Reliquia”. A Igreja convida-nos a honrar os restos dos santos; à devoção [de] certos objectos materiais, intermediários através dos quais chegamos às pessoas [santos]. Cf. Émile BERTAUD et André RAYEZ. «Dévotions», em *DSp*. T. 3, col, 775.

¹²⁶ Parece dar-se aqui um ponto de inflexão definitivo na perspectiva que os Jesuítas têm do futuro da missão. Estamos a princípios de 1562.

Me despedi então do padre e do embaixador com muitas lágrimas. Eles vieram comigo pelo caminho por um bom momento, pois lhes custava deixar-me, pelas saudades que tinham [já] da nossa separação. Isso causava tanta admiração nos negros da terra que de muitas partes, muitos deles vinham observar isso, e o amor que tínhamos uns pelos outros. Lá, entre eles, não se amam muito, ao ponto de o filho poder matar o pai para ficar com seus bens, como o fazem alguns. E os negros trouxeram-me ao longo dessas sessenta léguas, como um preso, até chegarmos à barra. O navio já não estava ali, porque se tinha ido a cinco léguas dali a uma barra que era mais protegida dos ventos. E assim, fomos até onde estava o navio.

Quando os do navio souberam que eu ia, alegraram-se muito, pois já levavam quatro meses sem ter nenhuma notícia nossa. A lancha do navio veio logo à terra, com alguma coisa para comer, ao que nos convidaram. O senhor que ia comigo ficou muito contente com isso, e deu-me logo licença para ir ao navio pedir e fazer desembarcar a mercadoria que vínhamos buscar. Mandeí [logo] meter as santas relíquias e os enfeites de Igreja na lancha, e fui para a navio.

Quando entrei no navio, informei ao capitão e às outras pessoas, a razão da minha vinda ali. Isto é, buscar a mercadoria. Dei-lhe as cartas trazia, e que diziam o mesmo. Eles responderam-me que quanto à mercadoria que eu vinha buscar, que de bom grado me a dariam, mas que de jeito nenhum eu voltaria ao rei de Angola, porque levado até eles. [Alem disso] o navio não podia esperar por mais tempo, porque já não tinham amarras. Que eu fosse com eles à ilha de São Tomé e que ali pediríamos outra embarcação para voltar e esperar pela mensagem do rei de Angola. Eles não podiam. Deste modo, não me quiseram deixar desembarcar. No entanto, deram-me a mercadoria que traziam, para que eu a enviasse e fizesse com ela o que achasse melhor.

Tomei a mercadoria e mandei à terra, ao negro que esperava na praia, em duas viagens de lancha. Ao receber a mercadoria que enviava, mandou logo dizer que eu fosse, porque me estava esperando. O capitão do navio mandou lhe dizer que eu não podia voltar com ele porque tínhamos que ir à ilha de São Tomé buscar uma outra embarcação de depois voltar ali. O negro com esta mensagem mostrou que tinha muita pena disso e disse que devíamos voltar a tomar a mercadoria e devolvê-la assim que regressem porque não queria ir sem eu. Quando isso aconteceu, voltei a insistir com os do navio que me deixassem voltar com ele, mas não deixaram. Escrevi então duas cartas, uma para o Padre Francisco de Gouveia e outra para o embaixador, nas quais contava sobre o que se

passava, a mercadoria que lhes enviava, e como os homens do navio foram obrigados a ir para a ilha de São Tomé para lá pedir um outro barco para ir a barra de Angola. Enviei as cartas para o negro e ele foi com a mercadoria. Depois partimos para a ilha de São Tomé e chegamos lá no mês de Maio de 1562, onde o capitão da Ilha e o bispo receberam-me com grande caridade, a quem fiz um relato da minha vinda e das coisas de Angola e de como vim procurar outro barco para voltar para Angola por amor àquelas pessoas que foram detidas lá.

Para o capitão primeiro pareceu bom que eu regressasse. Mas o bispo nunca achou que fosse melhor, mas sim pior, tanto que concluiu mandar-me para Portugal num navio que ele queria que saísse naquela altura, para ir para Lisboa para dar informações ao rei¹²⁷ e ao cardeal sobre o ocorrido; e assim saí da ilha de São Tomé para Lisboa. A viagem demorou três meses e meio e cheguei a casa de São Roque em meados de Setembro, onde os padres e irmãos me acolheram com a caridade costumeira, informando ao padre principal da causa da minha vinda. O padre doutor Diogo Mirão,¹²⁸ que está aqui na posição de Principal, trabalha o máximo possível com o cardeal, com o haja uma forma de se enviar outras pessoas, isto é, quanto a minha viagem de ida para Angola.

Quanto à disposição do povo e das terras angolanas,¹²⁹ o rei é muito temido pelos seus, porque lhes faz grande justiça e não há dia em que não ordene a justiça e principalmente mate muitos feiticeiros que tem para si. Podem fazer chover e não chover, porque quando não chove e a terra precisa de água para seu sustento, mandam fazer

¹²⁷ Tratava-se provavelmente do Rei dom Sebastião, então com 8 anos de idade, ou talvez da Rainha Regente, sua avó.

¹²⁸ Diogo Mirão (1516-1590). Ingressou na Companhia em 1541, em Paris onde estudava, depois de ter feito os exercícios com o padre Jerónimo Domenech, que escreveu a santo Inácio dizendo que Mirão dava muito boas esperanças. Enviado para Portugal em 1542, foi membro da primeira comunidade do Colégio de Coimbra, e mais tarde tornou-se seu reitor. Depois de passar por Valência e Roma, regressou (1551) a Portugal a pedido de João III e Simão Rodrigues, de cuja província Inácio o encarregou de fazer um relatório. Foi superintendente e reitor do colégio de Coimbra pela segunda vez. Sucedeu (1552) a Rodrigues como provincial em circunstâncias muito difíceis. Em 1556 foi enviado para Valência. Em 1561 regressou a Portugal, onde, com a morte do provincial Gonçalo Vaz de Melo, tornou-se vice-provincial (1563). Como tal, participou na Congregação Geral (1565) que elegeu Borja Geral. Permaneceu em Roma como assistente da Assistência de Portugal. No final de 1571, regressou a Portugal. Borja aproveitou a oportunidade para o nomear visitador da província de Portugal até Setembro de 1572. Pouco tempo depois regressou a Roma. Cessou as funções de assistente em 1573. É o autor de um directório dos Exercícios e, por ordem do General Everardo Mercuriano, preparou a edição do resumo das Constituições, das regras comuns e dos officios (ed. 1580). Cf. J. VAZ DE CARVALHO, "Mirón (Miró), Diego", em *DHCJ*, vol. III, 2686.

¹²⁹ Começa agora uma segunda parte da carta, na qual o irmão Mendes, depois de ter relatado os factos, passa a avaliar e apresentar o povo as terras angolanas angolanos, em particular o rei.

chover e como tal não está em suas mãos, não chove. O rei zangado com eles, ordena que se matem muitos; e vimos onze mortos juntos em um dia.

Na maioria das vezes o rei faz guerras, porque tem muitos vassallos, que vêm com todo o seu povo quando são chamados pelo rei, e destes, o rei escolhe como capitães aqueles que lhe aprouver e assim os envia para várias partes, que com dez, que com cinco ou quatro mil, etc., distribuídas, porque ele tem muitos outros reis para a região que continuamente fazem guerra contra ele, como eles são o rei de Quitango¹³⁰, o rei de Benguela e muitos outros grandes senhores que juntos fazem guerra contra ele; e enquanto estávamos lá na terra, vimos cerca de cinquenta mil homens se reunirem e eles vieram de mil a mil, em esquadrões para escaramuçar e fazer seus caminhos que costumam fazer na guerra, em um campo muito grande onde o rei estava com todo o seu povo se estabeleceu, olhando para eles; e quando um esquadrão terminou, todos eles fizeram um certo sinal de conformidade com o revezamento e passaram adiante e então outro veio, até que todos passaram; e estes foram com todas essas pessoas em doze grandes senhores que foram levantados contra o rei e capturaram todos eles e as mulheres, crianças, escravos, com mais de três mil bois e um monte de gado pequeno, muito cobre e marfim, e tudo isso aconteceu onde costumávamos morar.

Outra guerra feita e foi ele em pessoa com ela sobre um rei de Benguela e ele o capturou e ordenou que matasse e colocasse dois de seus filhos no mesmo reino, dando a cada um metade e pagando tributo a ele todos os anos, e eles depois viram que estavam de posse do reino e se levantaram e não queriam obedecê-lo nem pagar o tributo que lhe prometeram quando lhes deu o reino de seu pai; e agora, com a minha partida, o rei decidiu voltar contra eles novamente com o povo de guerra.

Quando um grande senhor morre em sua terra, dizem que alguém que o amou mal lhe deu feitiços e assim matam muitos com ele que morre. De cinco em cinco dias, têm um dia de festa que eles chamam de *sona*; neste, não comem a não ser muito tarde, mas bebem desde manhã até à noite. Todos os meses também têm uma festa à lua nova,

¹³⁰ Não pudemos situar este reino de Quitango. O Reino de Benguela era um reino localizado a sul do Reino de Angola, na região da Baía de Vacas, e a sua capital era a cidade de Ombaca (actual Benguela). O seu território compreendia uma grande parte das actuais províncias de Benguela e do sul do Kwanza Sul. No contexto da União Ibérica (1580-1640), o período de integração de Portugal em Espanha, o Rei Filipe III separou, em 1615, o "Reino de Benguela" de Angola. Cf. "Reino de Benguela", Wikipédia, 30 de Novembro de 2021, [Reino de Benguela – Wikipédia, a enciclopédia livre \(wikipedia.org\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Reino_de_Benguela).

que eles chamam *enbege*.¹³¹ Têm também t alguns ídolos feitos de pau e têm amostras de homens e mulheres.

Quanto à própria terra, é muito fértil em mantimentos. É muito povoada e repleta de palmeiras, de onde colhem e retiram os seus vinhos, muito azeite e outros frutos dos se alimentam, como são uns que eles chamam de *tendos*.¹³² São doces, do estilo de castanhas. Fazem também das mesmas palmeiras, madeira para as suas casas. Há muitos bois, cabras, carneiros, ovelhas, muitas galinhas, capões.¹³³ Isto deve-se ao facto de as mulheres [velhas] serem grandes criadoras, e eles [os homens] andarem sempre em guerra. São elas [as mulheres] que semeiam a terra toda e nunca têm preguiça. As suas sementeiras, são [compostas de] diferentes variedades de milho, feijões, abóboras, inhames e outras que eles chamam *tanbas*, que são como rábanos. Há também perdizes e lebres e outros [animais] como coelhos. Há veados e cervos. Na cidade onde está o rei, há muitos pavões e galinhas muito grandes. Há pombos, muitos porcos e cachorrinhos que eles comem e consideram bons para comer. Há também bananas, embora pouca. Há mel das abelhas. Há também uma grande variedade de animais: elefantes e *pacaças*, que são como bois e têm chifres grandes; onças, leões, tigres como leões, etc.

Existem dois rios muito grandes na terra: Um se chama Lucala,¹³⁴ outro Kwanza, e os negros não sabem dizer de onde vêm, porque vêm de muito longe. Nestes rios há lagartos muito compridos e largos que podem engolir uma pessoa, e vimos ser levado um

¹³¹ Sona na língua nativa kimbundu significa semana. Estas festas semanais destinam-se a agradecer a Deus por tudo o que experimentaram durante a semana. Como por vezes é difícil reunir durante a semana, reúnem-se aos fins-de-semana. Aqui, como em muitos outros lugares em África, dar graças é sinónimo de celebrar. É portanto comum em muitas destas celebrações ver uma pequena bebida atirada ao chão antes de beber, para indicar que não nos esquecemos dos espíritos daqueles que se foram e velam por nós.

Já *enbege* (que significa mês), se refere a festa da lua, e serve para pedir a saúde. Nas aldeias, quando aparece a lua, não se vai trabalhar, e logo que o(s) mais velho(s) se dá conta que a lua apareceu por norma exclama: “*enbege ya moneka, wenda ni uhaxi we Nzambi to kwatekese*”, que quer dizer, “a Lua apareceu, (mas) leva a doença, deixa-nos apenas a saúde”. Normalmente, na tradição, o aparecimento da lua (tem sinais próprios) que podem significar duas coisas distintas: quando aparece meio inclinada indica problemas, os mais velhos procuram acautelar-se, e é comum, sobretudo as mulheres pedirem a benção, para que nada de mal lhes ocorra. Se no final do ciclo do lua nada ocorre, então há motivos para se festejar. (Toda a explicação aqui dada foi baseada numa conversa com um ancião).

¹³² Acreditamos que o irmão se refere ao *dendê*, que é o fruto de uma palmeira africana, a partir do qual é feito o óleo de palma.

¹³³ O capão é um galo castrado com a idade de aproximadamente quatro meses, antes de iniciar o processo de engorda. Isto torna-os maiores e mais pesados do que os galos de criação normais, e a sua carne é mais fina. Cf. “Capón”, Wikipédia, 30 de Novembro de 2021, [Capón - Wikipédia, la enciclopedia libre](#).

¹³⁴ O rio Lucala é um rio do interior da África Ocidental, um afluente do rio Cuanza que corre totalmente em Angola e atravessa as províncias de Uíge, Malanje e Cuanza Norte. É um rio importante porque é o lar das quedas de Kalandula, uma das mais importantes cachoeiras de África. Cf. “Río Lucala”, Wikipédia, 30 de Novembro de 2021, [Río Lucala - Wikipédia, la enciclopedia libre](#).

ao levar ao rei, que retirou do estômago um negro, o que foi uma coisa admirável. Eles comem esses lagartos. Também comem ratos e cobras. O rei come a carne do boi com pele e cabelo e na mesma panela onde é cozida, daí ele a distribui para todos nas mãos, inclusive para nós, quando estávamos lá. Eles matam muitas vezes na cidade onde o rei mora cento e tantos bois e isso a maior parte dos dias e eles sempre comem carne. Não há muito peixe, é raro, porque está a sessenta léguas do mar.

O rei é de grande estatura e um dos maiores da terra, parece gigante e é muito forçado. Tem mais de sessenta filhos e filhas porque tem muitas esposas, dizem que são mais de quatrocentas, todas as paredes internas, e uma delas é a principal e que tem controle sobre as demais. O rei chama-se Angola Quiluanje e a rainha Quilundonanboa¹³⁵. O rei está sempre muito confinado e muitas vezes se passaram dois meses que não íamos pedir-lhe para comer, porque durante certo tempo nos deu um boi e um pouco de farinha e às vezes se esquecia de nós, que estávamos muito necessitados, e cortávamos tiras de pano da nossa roupa e mandávamos ao mercado comprar farinha de milho que comíamos cozida e carne e o resto que viajávamos [...].

Todos os dias, em todas as terras do reino, eles fazem mercado, onde trazem todas as suas coisas para vender. O sal é sua moeda ali e com ele compram todas as coisas de que ainda precisam. Eles colocam esse sal em uma serra bem grande e dali o retiram e fazem pedras quadradas de um metro de comprimento e cada uma dessas pedras vale três capões e seis galinhas, pois cada galinha capã vale duas galinhas, uma cabra ou um castrado vale três pedras de sal e um boi ou vaca vale quatorze e quinze pedras de sal. As cabras dão à luz quatro e cinco cabritos. O leite não se come na terra, porque o têm asco. Entre eles, se estima tanto o ovo como a galinha. Os cães também têm muito valor, e alguns valem tanto quanto um escravo.

O rei de Angola mandou-nos fazer latir um cão para ele, porque ali nenhum late e durante o tempo que o cão esteve entre nós veio a saber latir, o que foi uma grande admiração para eles e o cão foi a ocasião para o rei mandar-nos chamar mais vezes do que antes, mas nós o fazemos latir na sua frente e ele também nos sustenta para nós e para os outros.

¹³⁵ A única informação que pudemos encontrar é que durante o tempo dos missionários no reino de Angola, ela foi a principal esposa do Rei Ngola Kiluanje. Cf. Linda M. HEYWOOD, *Njinga of Angola, Africa's Warrior Queen* (Cambridge - Massachusetts: Harvard University Press, 2017), 23.

Isto é, em suma, o que se oferece para escrever a Vossa Paternidade daquelas terras, em cujas bênçãos e santos sacrifícios peço que sejam confiadas.

De Lisboa, hoje, 9 de Maio de 1563.¹³⁶ (...)».

DOCUMENTO 14.¹³⁷ Do Padre Francisco de Gouveia¹³⁸ ao padre Diogo Laínez [Cabaça¹³⁹, 1 de Novembro de 1564¹⁴⁰]. Original em português. Completo.

[O padre Francisco de Gouveia escreve ao Padre Diogo Laínez, Geral da Companhia de Jesus, em Roma, informando-o sobre a sua situação e o incêndio catastrófico de 1564 que devastou a cidade de Angoleme, onde residia o rei de Angola].

«A graça de Jesus Cristo nosso Senhor seja sempre nas nossas almas. Amém. Numa terça-feira, dezassete de Outubro de 1564, véspera do glorioso evangelista S. Lucas, chegou a este reino de Angola um homem de nome António Casado, criado do pai do senhor Paulo Diaz¹⁴¹, com cuja vinda nos alegamos, e consolamos muito no Senhor, por vermos homem cristão que de tão longe nos visitasse, e consolasse, assim com sua

¹³⁶ Embora datado de Maio de 1563, no que diz respeito à missão de Angola, o documento cobre apenas os eventos ocorridos até à primeira metade de 1562.

¹³⁷ *Monumenta Missionaria Africana*, vol. XV, ed. António Brásio (Lisboa: Academia portuguesa da História, 1988), 228-235.

¹³⁸ Francisco de Gouveia (1531-1575) nasceu em Castelo de Penalva (Mangualde), Portugal. Entrou no noviciado da Companhia de Jesus a 5 de Novembro de 1554, em Coimbra, Portugal, e foi ordenado entre Abril e Julho de 1559, em Évora, Portugal. A 20 de Julho de 1559 foi designado ministro do colégio de Évora, onde tinha estudado teologia. Em Dezembro de 1559 foi enviado como superior da primeira expedição dos missionários jesuítas ao reino de Angola. Ao chegarem a Angola, o soberano manteve a Gouveia, o embaixador Paulo Dias e o irmão António Mendes como reféns. Após o regresso a Portugal do irmão Mendes (1563) e do embaixador (1565), Gouveia permaneceu sozinho no reino, servindo de garantia ao rei de Angola, de modo a não perder o contacto com os portugueses. Durante este tempo, o seu apostolado limitou-se quase exclusivamente ao atendimento de alguns portugueses que, esporadicamente, iam a Angola em negócios. Ao que parece, apesar desta situação e da sua recusa reiterada em abraçar a fé cristã, o rei de Angola tinha desenvolvido um grande "amor e respeito" pelo padre Gouveia, pois este "lhe havia educado e ensinado o catecismo desde tenra idade". O padre Gouveia permaneceu neste reino até à sua morte a 19 de Junho de 1575. Cf. António FRANCO, *Imagem da virtude em o noviciado da Companhia de Jesus, no real collegio de Jesus de Coimbra*, T. 2, L.4 (Coimbra: Real collegio das artes da Companhia de Jesus, 1719), 460-464; J. VAZ DE CARVALHO, "GOUVEIA, Francisco de", em *DHCJ*, vol. II, 1793.

¹³⁹ "Cabaça" ou "Mbanza Kabasa", era a então capital do reino de Angola. Estava situada nas proximidades do que é hoje a cidade de Ndalatando. O padre Francisco Gouveia, nos descreve ao longo da carta, que depois do grande incendio que destrui quase por completo a cidade de Angoleme, antigo lugar de residencia do rei, a corte do reino foi transladaa para a cidade de Cabaça.

¹⁴⁰ Nesta mesma data, o padre Gouveia escreveu tambem ao padre provincial Diogo Mirão. Por ser esta uma carta que descreve os mesmos factos, de maneira mais breve, nao a traduzimos nem a anotamos, mas a oeferecemos em apendice, no final deste trabalho, como documento 14 bis.

¹⁴¹ Embaixador do rei de Portugal.

presença como muitas, largas e mui boas novas que dessas partes nos deu. Do mesmo recebi dois maços de cartas que vinham por duas vias [distintas], também elas, cheias de mui singulares novas dessas partes da Europa, Índia e Brasil, como por exemplo as do sagrado Concílio¹⁴²: refutação dos hereges e confirmação da Igreja, [que é] motivo para se louvar ao Senhor. Continham também, novas da bondade, boa inclinação, discrição e saber do rei nosso senhor,¹⁴³ e das grandes esperanças que nele se têm, o que não é menos [motivo] para se agradecer ao Senhor Deus, [por este] que é um dos seus grandes benefícios e mercês. Finalmente, [continham] muitas novas da mui Santa Companhia de Jesus, e de como o Senhor pela sua clemência a tem amplificada, e do grande fruto que para ela nosso Senhor obra: a Ele apenas [seja dada] a gloria.

Muito me animam e consolam os trabalhos dos padres, e irmãos, assim de Portugal como de todas as demais partes remotas, em especial quando vejo o bem-aventurado trânsito do padre dom Gonçalo¹⁴⁴ e do cativo do irmão do Cairo¹⁴⁵ e de [todos] os que estão em trabalhos semelhantes. Com quanta mais fé, constância, paciência e alegria sofrem por Cristo nosso Senhor, e com mais fruto e serviço do mesmo Senhor, do que eu inútil – e por nada tendo-me por cativo em terra estranha –, que não faço aquilo

¹⁴² O padre Gouveia está a referir-se ao Concílio de Trento, que tinha acabado de terminar no ano anterior. Realizado entre 1545-1563, foi considerado como o 19º conselho ecuménico. Foi convocado para examinar e condenar os erros promulgados por Lutero e outros Reformadores, e para reformar a disciplina da Igreja.

É importante lembrar que quando Martinho Lutero se chocou com a autoridade eclesiástica sobre as indulgências, apelou inicialmente a um conselho geral, prometendo submeter-se às suas decisões caso fosse convocado. Contudo, só após 30 anos após a sua ruptura inicial com a Igreja Romana em 1517 é que o Concílio de Trento se reuniu, em 1545, altura em que a reforma se tinha espalhado por todo o lado e as feridas dentro da Igreja se revelaram demasiado profundas para sarar. Havia várias razões para o longo atraso: de um lado estava o medo de um renascimento do conciliarismo. Receio de que se um conselho geral fosse chamado, renovaria as reivindicações de Constança e Basileia à superioridade do Concílio sobre o Papa. do seu lado, a localização era também um problema. O papa queria um conselho em Itália, de preferência em Roma ou perto de Roma, enquanto o imperador Carlos V insistia que se o conselho tivesse credibilidade, especialmente com os luteranos alemães, não deveria ser visto como controlado pelo papa. Eventualmente Trento foi acordada, uma cidade que se encontrava dentro da Itália mas que fazia parte de um feudo do imperador e, portanto, aceitável para ele. O Concílio durou 18 anos (o mais longo de todos os Concílios), e as reuniões concentraram-se em 3 períodos: 1545-1548/1551-1552/1562-1563. A maioria das reuniões realizavam-se na igreja catedral. Trento foi o Concílio que emitiu o maior número de decretos dogmáticos e reformatórios. Cf. L. CRISTIANI, Trento, en Historia de la Iglesia, Agustin Fliche y Victor Martin (dirs.), vol. XIX (Valencia: Edicep, 1976), *ad. Loc.* Acrescentamos que o padre Lafnez, destinatario desta carta assistiu ao Concílio.

¹⁴³ Refere-se ao rei menino, dom Sebastian. Nascido em 1554, teria então 10 anos de idade. Assumiu o reino aos 14 anos, em 1568. Morriria na batalha de Alcazarquivir em 1578.

¹⁴⁴ Referência a Gonçalo da Silveira, mártir de Monomotapa (antigo reino situado na África Austral, no que é hoje parte da região ocupada pela Zâmbia, Botswana e Moçambique).

¹⁴⁵ O editor da MMA acrescenta uma nota em que diz tratar-se do irmão Fulgêncio Freire, que fora preso no Cairo, e vendido como escravo, e por quem se pedia 1000 cruzados de 14 reais cada um. Cf. MMA XV. 228-235.

para o qual fui enviado – como se eu tivesse em terra própria e fosse livre, ou do meu serviço se tivesse alguma necessidade.¹⁴⁶ Como a homem tão fraco, farto de cumprir e satisfazer as suas necessidades, lhe mandam desse reino esmola tão copiosa, que mais parece emprego de mercador que remédio de pobre, ainda que como a pobre se mande. Queira nosso Senhor dar-me graça para que saiba conhecer a obrigação que tenho, e o pouco que faço, e me dê virtude, e força para que faça o que devo, para o qual me é necessário o favor divino, por meio dos santos sacrifícios dos meus caríssimos padres e irmãos. Porque com tais socorros me ajudara nosso Senhor muito, como já tem ajudado em muitos trabalhos e perigos do corpo e da alma. Por isso, peço encarecidamente a vossa reverência, por amor de nosso Senhor, que mande que nas orações, se me tenha em conta, de maneira muito particular.

Agora lhe darei novas de mim, e da mais gente cristã que aqui está, e do que sucedeu depois da última que escrevi por [meio do] João Pinto¹⁴⁷, o preto que levou as nossas cartas. [E porque] não sei o fim que terá este despacho com a vinda da fazenda¹⁴⁸ [acima] para o resgate. Escrevo esta, assim um pouco larga, porque sendo caso que não sejamos despachados, mas antes retidos, será necessário ir ao navio levar ao menos esta carta, [ou] as nossas cartas, para que lá saibam o que [até agora] sucedeu, e como estamos desde a partida dos demais na barçaça, em *Bombatungo*¹⁴⁹, em que o João Pinto foi com nossas cartas.

Dos que inicialmente viemos, permanecemos aqui quatro cristãos, a saber: o senhor Paulo Dias¹⁵⁰ e eu, e dois nossos criados de pessoas do primeiro navio, que para nos ajudarem e fazerem companhia, nos quiseram acompanhar.¹⁵¹ Eles têm cuidado de nos arrecadar alguma pobreza que das feiras¹⁵² se tira, servindo-se de alguns negrinhos que existem para tal efeito.

Já havia escrito sobre o quão importante, para ajudar-nos com o nosso sustento, eram estas feiras, [tendo em conta] o que o rei nos dava como esmola, [porém] sobretudo,

¹⁴⁶ O padre Gouveia se lamenta da pouca actividade e fruto da missão.

¹⁴⁷ Desconhecemos este personagem, e não sabemos a que datas se refere o padre Gouveia. Estas cartas não foram preservadas.

¹⁴⁸ Mercadoria.

¹⁴⁹ Não pudemos identificar este lugar.

¹⁵⁰ O embaixador Paulo Dias de Novais.

¹⁵¹ Segundo o doc. 13, após a partida do grupo do irmão Pinto, restaram 9 pessoas. Uma morreu em seguida e depois partiu o irmão Mendes. Significa isto que outras três pessoas teriam partido ou morrido.

¹⁵² Lugar onde os locais se reuniam para vender os seus produtos.

desde que tudo mudou. [Pois] ao princípio, enquanto prestávamos para os rendeiros da feira, era coisa razoável. Mas, depois que se nos aumentou a quantidade de trabalho, para além de muitas vezes não nos darem nada em troca, a gente nos espanca, foge de nós e nos deixa abandonados. [E] dizer isto ao rei não adianta nada, pelo que nos contentamos com vender secretamente dessa pobreza que temos – farrapos e coisas velhas –, aos fidalgos da terra, a troco de mantimentos, e sal para as compras. Mas o Senhor nunca deixa de nos prover das coisas da terra a que já estamos muito afeitos, e nos livra todos os dias, de mil perigos. Nós, os cristãos que aqui estamos, continuamos com as nossas ladainhas, e missa seca¹⁵³ aos domingos e festas. O senhor Paulo Dias reza comigo o ofício divino,¹⁵⁴ e todas as suas devoções, como são caso do rosário de Nossa Senhora, e outras práticas semelhantes.

Na outra gente da terra não há nenhuma mudança, apenas que, agora que nos vê despidos e descalços, desprezam-nos e dão-nos menos crédito, assim que insistimos [continuadamente] em lhe pregam-lhes. No entanto, muitos ficam perplexos e convencidos do que não podem negar. Quando lhes mostramos que não fazem o que Deus lhes manda e aquilo a que são obrigados, alguns respondem que Deus deve mandar lá na nossa terra, e não na sua; que eles não conheçam outro senhor senão Angola¹⁵⁵, e assi como cada terra tem os seus costumes, [assim] cada uma tem o seu Senhor, e que o seu é o Angola, e não imaginam a Deus como Senhor de todos.

Há alguns dias, visitando eu um fidalgo [meu] amigo que me tem feito algumas amizades, ao longo do diálogo, falamos das causas de Deus, e dos céus, sobre as quais, ele tem pouquíssima curiosidade. Dizendo-lhe que lá [o céu] era a nossa pátria, e não esta terra, onde tudo eram trabalhos, mortes, e misérias, ele respondeu-me [perguntou-me] se alguma coisa podia ser melhor que a sua terra e o senhor Angola, e ter coisas de Portugal. Perguntei-lhe então sobre o que acontecera ao velho rei e aos seus antecessores, e aos dele. Ele respondeu-me que eles se gastaram de velhos. Perguntei-lhe se, após a sua morte, teriam ali outros reinos como os que tinham deixado, ou melhores. Disse-me que

¹⁵³ A missa seca é a missa que se celebra sem consagrar o pão e o vinho: Cf. DRAE, s.v. “Misa”. «Após o séc. XVI, concretamente depois do Concílio de Trento, formaliza-se (legaliza-se) uma prática dos marinheiros portugueses cristãos de quatrocentos, que consistia na celebração da missa a bordo, sem pão nem vinho consagrados, pelos riscos que estes corriam pelos balanços atribulados das navegações. A existência de um oratório benzido (“encomendado”), ou de um relicário, seria assim e então, suficiente, para a celebração da missa (seca)». Cf. “Diferença entre Missa-seca e Missa”, Dicionarioinformal.com.br, 22 de Novembro de 2021, [Missa-seca ou Missa \(dicionarioinformal.com.br\)](http://Missa-seca%20ou%20Missa%20(dicionarioinformal.com.br)).

¹⁵⁴ Orações diárias a que estão obrigados os membros ordenados da Igreja católica.

¹⁵⁵ O Ngola.

eles próprios se tinham ido, e que [portanto] não tinham lá nada. Tornei-lhe a dizer [perguntar] que se eles eram seus deuses e senhores, porque deixaram seu reino, sem disso se lhes seguir outro bem maior. Respondeu-me que não era sua vontade deixá-los, mas que já me tinha dito que tinham morrido de velhice, ou dos feitiços dos seus inimigos. E de imediato disse-lhe [perguntei]: [pois] logo são homens como os outros e sujeitos às mesmas misérias que todos os outros homens. Respondeu que sim, que por ele ser grande e poderoso em terras e gente, era senhor. Tornei-lhe a dizer: pois bem, aquele que é mais que homem, criador dos homens e de todas as coisas, imortal – ao qual servir é reinar –, e o mais pequeno de seu reino, é maior que todos os senhores e reis do mundo. Tal ser é maior que o Angola, que o Manicongo¹⁵⁶, o Quitanga¹⁵⁷, e outros reis negros que lhe nomeei, que ele tem por grandes. A isto, ele riu friamente. No entanto, alguma coisa do que lhe disse permaneceu, ainda que não me lo tenha dado a entender. Pude percebê-lo no seu semblante. Ele não quis que falássemos mais disto, e não ficou muito contente com o facto de lhe tornar a dizer que esse, que criara aos homens, aos céus, e todas as coisas, lhes havia de pedir conta quando morressem. Que haviam de ir ter com os seus antecessores, onde todos ardem, e arderiam sem fim. Apesar de se ter sentido confundido com o meu discurso, dissimulou, e disse às pessoas que acabavam de chegar: estes homens brancos querem que tenhamos apenas uma esposa, que nobreza é a sua, pois têm apenas uma? E com isso deixei-o.

Praticas como estas temos tido muitas,¹⁵⁸ com pessoas honradas, e principais da terra, mas como o rei não as quer, têm estado a mais. O mesmo rei temos visto muito poucas vezes, e nessas, sempre receia que lhe falemos do que ele não gosta. Quando o vemos pergunta-nos sempre quem nos leva, e que é o que lhe queremos dizer. Quando lhe falamos das coisas da fé, faz-se de desentendido, e depois de importunado, diz as aprenderá mais tarde, e isto cheio de risos e zombando de nós. Por desprezo, diz algumas palavras do Pai Nosso.

Parece-nos quase impossível que se possa fazer algo com estes gentios, enquanto não forem governados pelo rei de Portugal, porque nem os de Congo se podem chamar bons cristãos, apesar de já há muito tempo terem comunicação e notícia do

¹⁵⁶ Nome pelo qual era conhecido o soberano do reino do Congo.

¹⁵⁷ Acreditamos tratar-se de uma confusão com Katanga, região no Sudeste do que é hoje a República Democrática do Congo (nordeste de Angola), e que era a capital do antigo Império Lunda.

¹⁵⁸ O padre Gouveia descreve os seus humildes ministérios de conversação, tão característicos da companhia de Jesus, num verdadeiro diálogo inter-religioso.

cristianismo.¹⁵⁹ Hoje em dia usam muitos ritos e costumes gentílicos, segundo nos dizem estes gentios, como já escrevemos nas cartas que levou João Pinto. Não adianta que se lhes desfaçam as suas feitiçarias. Confessam que dizemos a verdade, mas que nem por isso deixariam de fazer usa delas. As pessoas nobres têm muito respeito pela nossa igreja, e mostram ter-lhe veneração, porque quando alguns deles nos vem visitar, pedem que se lhe mostre a igreja. Sentam-se de joelhos e fazem tudo o que lhes mandamos fazer. Porém, não imaginam a Deus senão como homem mortal, grande senhor de terras, e muito sábio, que por meio do seu saber os pode livrar dos perigos corporais. Quanto aos [perigos] da alma, não fazem caso, nem daquilo que sobre isso lhes dizemos várias vezes. Me rogam com insistência que rogue a Deus por eles, coisa o que eu aceito muito boamente, e louvo-os pelo bom que é ter Deus em conta.

Há alguns dias, o regedor mor¹⁶⁰, segunda pessoa do reino me pediu que lhe desse uma cruz e um livro. Dei-lhe uma cartilha e comecei a dizer-lhe algumas coisas, mas ele, como medo delas, não ousou continuar. Ele tem-na guardada com muita estima. Dei destas a algumas outras pessoas nobres que mas pediram em imitação ao regedor mor. Mas, é como tenho dito, se a cabeça for a que deve [a que se espera], todos os membros a seguirão de muito bom coração. Nisto reside tudo. Tudo nos nossos costumes lhe parece muito bem: o governo, a paz e a justiça. Somente o não termos muitas mulheres não lhes parece quadrar. Parece-lhes acertado que o rei tenha mil ou um pouco menos. O rei quase se faz presente na nossa igreja e nem faz disso muito caso. Antes, porque o sino lhe interpelava todas todos os dias, ouvindo-o soar, mandou-o tomar, como diria o Padre António Mendes¹⁶¹.

O nosso amo, que se chama Gongazinga¹⁶², embora não seja pior que Manidongo,¹⁶³ não é melhor, e o pior de tudo, ele faz muito pouco bem e muito mal, como todos os outros. Porque não é ouvido, não se lhe interessa falar, excepto no que agrada ao rei. Quando fala connosco, ele diz que Deus é o seu Senhor. Entre os desta terra, ele é o que menos faz uso de feitiços, e tudo o que lhe dizemos das feitiçarias, que as não use,

¹⁵⁹ Referência à mentalidade da época, em que o domínio de um rei cristão permitia a chegada de missionários.

¹⁶⁰ Até ao momento, não fomos capazes de determinar o nome deste regedor.

¹⁶¹ Julgamos que pretendia dizer, irmão António Mendes.

¹⁶² Não pudemos saber muito mais sobre este personagem que as informações que nos dá o padre Gouveia.

¹⁶³ Muito provavelmente uma referência ao rei.

ele obedece. Porém, fá-lo mais para mostrar que nos contenta, do que por sentir que tal seja necessário. Como eles não têm fé nas suas causas, pouco se lhes dá deixá-las. Ele é muito cobiçoso. E isto não se lhe pode tira. Todos dias se nos vira os olhos, para que não se lhe preste, e assim se nos rouba tudo. De resto, diz que eu vim para ficar nesta terra, e ensinar ao rei as coisas de Deus. Que nem sequer fale ou pense em ir-me daqui, porque virá o momento em que o rei me chamará para lhe ensinar, pois faz pouco tempo que ele começou a reinar.¹⁶⁴ E apenas diz isso porque pensa que enquanto cá estiver, continuarão a existir navios de mercadorias. Tudo o resto é falso. Com as suas palavras pretende apenas elogiar-nos. Dias há, que diz que somos escravos do rei, que estamos ao serviço. Isto temos feito algumas vezes, quando por exemplo, temos de coser-lhe capas e outras roupas de Portugal, fabricar banheiras, nas quias o rei se lava, e outras coisas semelhantes. Nisto temos passado a vida.

Por causa das ventanias do ano 1564, em que agora estamos, se incendiou a cidade de Angoleme, onde o rei residia no momento em que se enviou o João Pinto com o piloto João Soeiro. Durante dez dias o fogo se espalhou por diversos lugares, fazendo sempre grande estrago nas casas, mercadoria e pessoas. No último dia tudo ardeu, não tendo nenhuma casa resistido, de maneiras que o rei teve de mudar-se para daí a duas léguas, a uma outra povoação sua. Pouco dias depois veio a Cabaça, metrópole dos seus reinos, onde agora reside, e nós com ele. Fez-se aqui uma nova cidade, num outro lugar.

O incêndio de Angoleme foi de tais proporções e de tal maneira assustador, que nem eu nem os negros nos recordamos de tal ter visto. Em certos momentos o fogo atingia dimensões do tamanho dos muros da cidade de Évora com uma cinco ou seis mil casas de palha, madeira muito grossa, muros de paus altos, grossos tecidos de palha e canas, assim por fora das cercas como por todas as ruas da cidade. Tudo se viu envolto em um estranho e vivo fogo, ateado por um vento tempestuoso. Era o estrondo mais espantoso que se podia imaginar.

O incêndio começou a volta da uma hora da noite, e terminou uma ou duas horas antes do amanhecer, pouco mais ou menos. Deixou tudo arrasado, feito em cinza e carvão. As pessoas que vieram para o fogo, eram perto de cem mil. Amontoaram-se ao ruído dos

¹⁶⁴ Ainda que não tenhamos uma cronologia oficial dos reis de Angola no século XVI, existem algumas sugestões, tais como a de Linda Heywood, mencionada mais acima, que sugerem que o rei que recebera os missionários podia ter morrido e que um terceiro rei reinava, na altura. A informação contida nas nossas cartas não confirmam tais dados. No entanto, a possibilidade de algumas se terem perdido, tais como as dadas a Juan Pinto, por exemplo, faz-nos deixar esta questão em aberto.

seus chocalhos, para recolher a mercadoria do rei, que se queimou quase toda, tanto a daqui da terra, como a de Portugal, pelo que veio à tona este navio, que tão necessitados estavam.¹⁶⁵ O fogo era tão bravo que nas mais altas palmeiras, de que toda a cidade estava cheia, circulavam fortes, as línguas dele, que ao serem verdes ardiam como tochas. Como eram altas e cheias de ramos, eram mais abaladas pelo vento, e faziam maior estrondo. Parecia que o céu estava em chamas, e toda a terra, até aonde as nossas vistas podiam alcançar, estava clara como se como se fosse meu dia, apesar de ser tão alta noite. Muitas pessoas que não puderam ser salvas, morreram queimadas neste incêndio. Houve também pessoas a quem se mandou queimar, lançadas ao fogo, como sacrifício ao mesmo fogo para o aplacar. Isto de bem pouco valeu, porque o diabo assim costuma servir-se deles e de todos seus servos, para obrigar-lhes a prestar-lhe muitos serviços e maldades que este lhes ordena, sem, no entanto, conceder-lhes nenhuma das coisas que eles lhe pedem, antes, faz tudo ao contrário. Mas estão tão cegos que parece que não merecem que o Senhor Deus emende as suas cegueiras. Ele, pela sua bondade, os queira iluminar.

Este novo fogo causou, como disse, muito espanto em todas as pessoas da terra. O que mais espanto causou foi o facto da nossa casa estar pegada à casa do rei, e não em nenhuma das vezes ter sido afectada pelo fogo, antes vinha sempre morrer na nossa testada, como um milagre. Não havia ninguém que não atribuísse este facto a um grande milagre. Outra coisa que causou grande espanto, foi verem toda a nossa mercadoria na rua, sem guarda, e não ter sido furtada coisa alguma dela. Ao passo que a sua [a do rei], como muitos guardas roubou-se quase toda, coisa que neles causou muito grande admiração, e em toda a terra se fava nisto. Nós o atribuímos a especial providência, e misericórdia de Deus, como também atribuímos outras muitas que cada dia vemos que o Senhor faz por sua honra, *ne dicant gentes, ubi est Deus eorum*.¹⁶⁶ Isto confundi-nos, e deixa-nos muito agradecidos, pelo cuidado tão particular que o Senhor tem para conosco. A Ele, e somente, a gloria e o louvor, *quia nos inutiles sumus*.¹⁶⁷

¹⁶⁵ Creio que o padre Gouveia faz aqui uso de uma expressão popular ou *dictum* da época, para sublinhar que se tinha tornado evidente o quão necessitados estavam os habitantes daquele reino (navio).

¹⁶⁶ Traduzido significa: «que as nações não digam, onde está o seu Deus?». Cf. Sl 42, 10 (todo o dia me dizem: onde está o teu Deus?); Sl 115, 2 (porque dirão as nações: onde está o seu Deus?) e Joel 2, 17 Joel (não entregues a tua herança ao opróbrio, para que as nações façam escarnio dele; Porque diriam entre os povos: onde está o seu Deus?).

¹⁶⁷ Traduzido significa: «quão inúteis somos». Referência à Lc 17, 10, que diz: «assim também vós, quando fizerdes tudo o que vos for mandado, dizei: somos servos inúteis, porque fizemos somente o que devíamos fazer».

Todos nos diziam que a igreja, e as coisas de Deus que nela tínhamos nos preservavam. Por isso folgavam de nos ter por vizinhos, por se verem livres do fogo. Creio que por isso foram livres, como eles também crêem, por estarem a par da igreja. Principalmente um gentio fidalgo, parente do rei, de grande valor, e capitão-mor deste reino. Ele tem tanta crença nas coisas de Deus que muitas vezes vem perguntar pela igreja. Se assenta de joelhos com o barrete fora e as mãos levantadas, ficando a sua gente fora, como que reza. Depois pede água benta, e a caixa das relíquias para beijar. E quando se vêm atribulados, ou com intrigados com o rei, logo vem buscar ajuda à igreja. Alem disso é gentio e não deixa de usar dos seus *rois* costumes. Sobre as mulheres não pode suportar, como os outros, que lhe sejam tiradas. Nisto são da [mesma] opinião que o rei. Todos nós não deixamos de lhe dizer o que está mal [feito], mas não faz caso disto.

O senhor capitão repreendeu o regedor mor sobre chamar o Diabo com uns chocalhinhos, para que lhe dissesse o que havia de julgar, dizendo-lhe que não se fiasse daquilo, porque quem com o diabo andava, o diabo o levava. O outro ficou meio confuso, dizendo que ele tinha razão, mas que não pararia de usar os chocalhos. O mesmo capitão disse a um ferreiro nosso amigo que não era bom consentir ao rei uma certa devoção do Diabo, e que fizera um [chocalho] privado seu para sarar. Que tal era como pôr uns ídolos de pão no meio de um caminho público enfarinhado, para que quem passasse por ali, lhe oferecesse alguma cousa. O ferreiro disse ao rei, e o rei disse que não estava bem, e que se tirassem os ídolos. Por essa razão, já não queria passar por aquele caminho. Nós reprendemos todos os dias estas feitiçarias. Uns respondem que temos rezão, outros zombam e dizem que é costume da sua terra, mas nós não nos cansamos de lhes dizer.

Isto é o que pouco mais, ou menos tinha para escrever a Vossa Reverência para que saiba o que se faz por aqui, da disposição em que a terra está. Se o Senhor Deus ordenar que eu seja despachado lá darei larga relação. Se não, o que suceder depois, eu tornarei a escrever a vossa reverência. Sendo o caso que Deus não permita que não despachem a ninguém, esta que agora mando, bastaria para saber de como o Senhor nos tem guiado, tratando-nos umas vezes com mimos, outras com açoites, trabalhos, doenças, que todos já por vezes estivemos à [beira] da morte. Por tudo damos muitas graças ao Senhor Deus. Que vossa reverência por seu amor nos mande encomendar nos santos sacrifícios, e orações dos Padres e irmãos da sua Santa Companhia de Jesus. Encomendo-me à sua bênção. Hoje primeiro de Novembro de 1564.

[Agora],¹⁶⁸ se não estivéssemos ambos, ou algum de nós, quando o navio regressasse, ninguém deveria sair do navio. Mas desde a batelão, falar com firmeza aos negros da Barra, que o rei nos enviasse, e que [então] fariam negócios com ele. De outra maneira, não desembarcariam e navegariam ao longo da costa, sem fazer qualquer negócio com ele, porque retém as pessoas. Depois disso esperariam um mês ou dois, e se nada acontecesse, que retomassem ao navio, pois será sempre de algum proveito economizar nas despesas, a fim de que a cobiça pelas mercadorias lhe obrigue a que nos mande [de volta]. Por agora, é o que me vem ao espírito, enquanto não se pensa em algo melhor.

No que diz respeito à minha pessoa, não tomeis muito trabalho, porque não estou tao necessitado que não tenha o suficiente para esta terra. E se tivessem de enviar-me algo, que seja do que sobra dos irmãos, coisas velhas para pobres, que ainda assim, não creio que mereça. Escrevo também ao padre Francisco Henriques e ao padre Bernardino sobre isto, e que não gostaria que se importunasse Sua Alteza, com a questão do meu sustento. (...)».¹⁶⁹

Documento 15.¹⁷⁰ Do Padre Francisco de Gouveia para o Colégio das Artes. [Angola, 19 de Maio de 1565]. Original em português. Fragmento.

[O Padre Francisco de Gouveia escreve ao Colégio das Artes, infomando sobre o estado da missão no reino de Angola, da qual não se espera muito, e da libertação de Paulo Dias de Novais].

¹⁶⁸ A partir daqui parece tratar-se de uma adição posterior. O mais provável é que o padre Gouveia, tendo terminado de escrever a carta, tenha achado conveniente incluir as sugestões encontradas neste parágrafo, que não destinadas ao padre Geral, mas às pessoas no navio.

¹⁶⁹ O padre Francisco Henriques era então o procurador das missões portuguesas. Os missionários jesuítas que iam para as terras dos domínios portugueses (Brasil, África e Oriente) partiam de Lisboa. A Coroa pagava as viagens dos missionários, assim como as suas despesas nos territórios onde eles trabalhavam. Nestas circunstâncias, era necessário ter uma pessoa responsável pelos assuntos materiais destas missões em Lisboa, que se chamava Procurador. A este respeito, o padre Francisco Henriques escreveu: «Tenho, por ordem de Roma, o ofício de procurador desta província [de Portugal] e das três províncias [ultramarinas], scilicet: Índia, Etiópia e Brasil, incluindo Angola.... Ao ofício de procurador correspondem os negócios, tanto de processos judiciais como de despachos do rei, e a expedição dos mesmos e de outras pessoas.... Também é responsável pelas disposições dos colégios e casas desta província e das outras três». Cf. J. VAZ DE CARVALHO, «Procura de misiones en la antigua CJ», em *DHCJ*, vol. IV, 3242. Observamos como o Padre Gouveia não quer ser um fardo para a coroa.

¹⁷⁰ *Monumenta Missionaria Africana*, vol. II, ed. António Brásio (Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1953), 530.

(...) Por agora, as coisas do cristianismo estão como antes, com muito pouca esperança, se Nosso Senhor não as melhorar. O rei não me [re]envia, nem me fala sobre o assunto, embora me diga que quer que eu o ensine, [e] que há de ser cristão. Isto ele manda dizer pelo Capitão¹⁷¹, a quem agora entendeu por bem despachar, o que não é uma graça negligenciável da parte de Deus, pois já estava sendo muito pressionado. [Com o Capitão] envia um seu servo para visitar Sua Alteza, enviando-o como presente quarenta anéis de cobre, trinta e cinco dentes de chifre e quarenta peças de pano¹⁷² que aqui chamam quicongo, [é] muito estimado nestas terras. Também envia mais escravos, exigindo por isso mil coisas. Enquanto o seu embaixador aí estiver, ele vai reter-me [aqui], pois uma das razões pelas quais não me reenvia é porque lhe foi dito que eu vim para ficar na sua terra. (...)».

CONCLUSÃO

Ao terminar a tradução e a anotação destas quinze cartas dos Jesuítas ligadas à gênese e ao desenvolvimento integral da missão jesuítica em Angola, podemos fazer as seguintes observações:

Em primeiro lugar, estamos diante de diferentes tipos de cartas, tanto em termos de extensão como de conteúdo. Existem cartas de governo, os documentos 1, 2, 3, 5, 8, 9, 10; uma carta quadrimestral¹⁷³ (*litterae quadrimestres*), documento 4; uma carta *Indipeta*,¹⁷⁴ documento 7; e relatos de viagem, documentos 12, 13, 14.

¹⁷¹ O embaixador Paulo Dias de Novais.

¹⁷² Tela.

¹⁷³ As cartas quadrimestrais são relatos que devem ser enviados de quatro em quatro meses em duplicado para o provincial, para que este possa enviar uma cópia para o general. O conteúdo destas cartas deve oferecer encorajamento aos outros e ajudar à edificação mútua. Além disso, estas cartas também eram úteis para o governo. Segundo Polanco, as cartas deviam ser enviadas no início de Janeiro, Maio e Setembro e, a partir de Roma, uma vez corrigidas pelo secretário, eram distribuídas às províncias. As cartas quadrienais para o período 1546-1562 foram publicadas em sete volumes da MHSI. Em 1564 Laínez reduziu o número de vezes por ano que estas cartas deviam ser enviadas a Roma para duas, tornaram-se bianuais. A CG II (1565), que elegeu Francisco de Borja como Gera, decretou, por sua vez, que estas deveriam ser anuais. Cf. J. AIXALÁ, «Correspondencia», em *DHCJ*, vol. I, 965.

¹⁷⁴ Nesta altura, era comum os jovens jesuítas escreverem ao padre Geral expressando o seu desejo de serem enviados em missão para as Índias. Estas cartas, conservadas nos arquivos romanos da Companhia de Jesus como Cartas *indipetae*, formam uma coleção de 14.067 documentos. Nestas cartas, que eram pessoais, o jesuíta relatava o seu desejo de partir para as Índias, exprimindo a sua motivação e a sua indiferença pelo destino da viagem, caso fosse escolhido. Aliocha MALDAVSKY, “Pedir las Indias. Las cartas *indipetae* de los jesuitas europeos, siglos XVI-XVIII, ensayo historiográfico”, *Relaciones. Estudios de Historia y Sociedad*, vol. .33 no. 132 (enero 2012): 147-181. Para aprofundar mais este tema, ver também

Sobre o primeiro grande protagonista do nosso trabalho, Angola, as cartas, especialmente as do irmão Mendes e do padre Gouveia (documentos 13 e 14), forneceram-nos muita informação sobre a organização do reino, a personalidade do rei, o modo de vida da gente, as riquezas do lugar, a fauna, a flora, as colheitas, os costumes e as crenças praticados. Estamos claramente diante de alguns dos relatos mais primitivos chegados ao Ocidente da realidade dentro do reino de Angola. Como aliás em muitos outros lugares onde os jesuítas foram dos primeiros ocidentais a chegar e a tornar tais realidades conhecidas. Caso similar, por exemplo, ao de Pedro Paez em relação às fontes do Nilo.¹⁷⁵

Quanto ao segundo protagonista da nossa história, a Companhia de Jesus, as cartas permitem-nos, antes de mais, ter acesso ao processo de gestação da missão ao reino de Angola. A iniciativa, como vimos, partiu da rainha Catarina, em resposta ao pedido do rei de Angola, o antecessor de Ngola Kiluanji; e os jesuítas portugueses puseram-se de imediato em contacto com o Padre Geral, conforme estava prescrito nas Constituições.

A personalidade de alguns dos principais protagonistas surpreende, tanto pela responsabilidade que desempenharam na Companhia de Jesus, como pela sua altura espiritual: Inácio de Azevedo (vice-provincial, mártir e beato), Francisco de Borja (Geral e santo), Miguel Torres (provincial), foram todos jesuítas da primeira hora e com grande influência no desenvolvimento da nascente Companhia. Em todo este processo sentimos a falta das possíveis cartas do Padre Lainez, das que, no entanto, não encontramos nenhuma na *MHSI*. Esta ausência talvez possa ser justificada pelo facto de que no memorial de Juan-Alphonso de Polanco aos missionários ultramarinos, no início do seu generalato, se sugeriu que a relação com os missionários ultramarinos fosse resolvida directamente pelos comissários.

Da leitura das cartas, emergem também claramente as dificuldades sentidas na formação do grupo de jesuítas a serem enviados. A composição do grupo passou, como vimos, por várias vicissitudes, até que, nas palavras de Inácio de Azevedo, puderam ser encontradas pessoas aptas para a missão. Podemos notar, como era tradição na Companhia, que o grupo estava composto por padres e irmãos, manifestando assim a

o artigo de Elisa Frei sobre o mesmo assunto: Elisa FREI, "Signed in Blood: Negotiating with Superiors General about the Overseas Missions," in *Studies in the spirituality of Jesuits*. 51/4 (2019).

¹⁷⁵ Pedro Paez (1564-1622) foi um jesuíta e missionário espanhol do século XVII, lembrado por ter sido o primeiro europeu a chegar às fontes do Nilo Azul em 1618.

necessária complementaridade de carismas na Companhia de Jesus. Nesta, o papel dos irmãos manifesta-se tanto no serviço *ad intra*, cuidado e assistência dos padres, como no serviço *ad extra*, instrução e assistência dos marinheiros e dos habitantes do reino de Angola.

Finalmente, acreditamos que o conjunto destas quinze cartas apresentadas neste capítulo confirma uma vez mais o imenso tesouro que representa a abundante correspondência jesuíta preservada ao longo da história da Companhia, como fonte historiográfica, e do nascimento e implantação da Igreja, no reino de Angola.. São um instrumento privilegiado para escrever a história das pessoas e dos lugares distantes no espaço e no tempo.

CAPÍTULO III: ELEMENTOS ESPIRITUAIS E TEOLÓGICOS NA CORRESPONDÊNCIA

INTRODUÇÃO

No seu conjunto, ao estudar as cartas que apresentámos ao longo do nosso trabalho, desde a perspectiva da teologia e da espiritualidade, torna-se evidente que as cartas têm características diferenciadas, tanto na sua extensão como no seu conteúdo. Uma primeira observação leva-nos a concluir que, dos quinze fragmentos das cartas estudadas, quatro não apresentam qualquer conteúdo ou referência que possamos considerar de teor teológico-espiritual, ou algo que se revele muito específico. São os documentos dois e cinco (cartas de Azevedo a Laínez, datadas de Maio e Agosto de 1558), e os documentos oito e dez (cartas de Torres a Laínez, datadas de Abril e Setembro de 1559). Estes quatro documentos são extractos bastante breves contendo referências à missão angolana. Neles, entre outros assuntos de governo, Azevedo, como vice-provincial, e Torres, provincial, escrevem ao Geral informando-o de como as coisas estão a correr e das vicissitudes do processo.

Os restantes documentos revelam-se bastante ricos em conteúdos de teor teológico-espiritual. Portanto, o que faremos ao longo deste capítulo será concentrarmos nestes doze documentos restantes e tentar identificar no seu conteúdo referências de natureza teológico-espiritual. De uma forma muito simples, começaremos com o uso da

Bíblia como fonte primária de toda a espiritualidade e teologia cristã, e, em segundo lugar, analisaremos aspectos da espiritualidade inaciana e jesuíta à luz de alguns documentos carismáticos.

1. Uso da Bíblia

Em relação a possíveis fontes que emergem nas leituras, podemos afirmar que, em geral, as citações bíblicas ou citações de outras fontes ou autoridades eclesiais primam pela sua ausência. De facto, não se trata de cartas espirituais, quer sob a forma de acompanhamento ou de instrução, mas, como vimos no capítulo dois, se trata antes de cartas governamentais ou crónicas de viagens ou o desenvolvimento da missão. A excepção à ausência de citações bíblicas está na longa carta do padre Gouveia ao padre Geral (doc. 14), na qual aparecem, ao longo da sua narração, as duas únicas referências bíblicas, em latim, pois era na altura a língua da liturgia na Igreja latina e a língua em que a Sagrada Escritura era lida. Precisamente no contexto da Reforma Protestante, o Conselho de Trento, a que ele próprio se refere como apenas concluído, reafirmou a validade da versão da Vulgata.

A primeira citação que identificámos é «*ne dicant gentes, ubi est Deus eorum*», que aparece em até três lugares no Antigo Testamento (Joel 2,17; Sal 42,10 e 115,2). Gouveia usa a citação para reivindicar a acção de Deus que não os abandona (tanto a ele como àqueles que o acompanham) no meio das dificuldades da sua retenção forçada, com todas as dificuldades e opróbrios que a acompanham, no meio de um povo pagão. Sem poder dizer exactamente, acredito que o texto que ele teria em mente seria o dos Salmos e não propriamente o do profeta Joel, pois é mais conhecido enquanto parte da liturgia das horas, que, como ele explica, rezava regularmente acompanhado pelo embaixador. O contexto vital está muito próximo dos Salmos originais em que o povo de Israel proclama o seu Deus como o único Deus verdadeiro (Sl 115), ou o crente anseia pelo santuário (Sl 42), enquanto o profeta Joel apresenta um contexto de pedido de perdão.¹

A segunda citação bíblica, «... A Ele a gloria e o louvor, *quia nos inutiles sumus*», pertence ao Novo Testamento, extraída especificamente de Lc 17, 10. A passagem situa-se no caminho para Jerusalém (Lc 9, 51-19, 27), dentro de uma exortação de Jesus ao serviço humilde e obediente, um contexto que sem dúvida se enquadra na realidade vivida

¹ Cf. *Bíblia de Jerusalém*, 4ª edição, Bilbao - DDB, 1998, *ad loc.*

pelo padre Gouveia, e característico de uma espiritualidade apostólica, embora talvez o adjectivo inútil seja excessivo.²

Finalmente, podemos salientar que na afirmação do padre Álvarez «[O] Deus Altíssimo.... fará com que estes começos sejam levados a bom termo» (Doc. 4) se evoca Flp 1,6, onde Paulo reafirma aos seus destinatários a sua plena convicção de que aquele que tinha começado a boa obra neles, a levaria a bom termo.

2. Espiritualidade Inaciana e Jesuítica

No que diz respeito à espiritualidade inaciana, pretendemos reconhecer como ressoam nas cartas as fontes fundamentais inacianas e jesuíticas. Em particular, centraremos a nossa atenção nos Exercícios Espirituais, assumindo que os Jesuítas fizeram esta experiência e podemos sentir que ela os moldou interiormente. Ao mesmo tempo, estaremos também atentos para reconhecer outras características afirmadas na Fórmula do Instituto e nas Constituições, ainda que estejamos conscientes, para estas últimas, de que o tempo que estamos a tratar ainda está demasiado próximo da sua aprovação pela CG I (1558). No entanto, como afirma Coupeau, já haviam circulado anteriormente alguns esboços do texto.³

2.1. Finalidade da Companhia: o serviço divino e a propagação da fé, o proveito das almas

Antes de mais, e como não poderia deixar de ser na gestação e primeiros passos de uma missão como a do Reino de Angola, o desejo de serviço divino na Companhia, fundada para "a defesa e propagação da fé e para o proveito das almas na vida e doutrina cristã", tal como estabelecido na Fórmula do Instituto de 1550 no seu início, está presente como motivação para todo o projecto. O zelo apostólico para servir a Deus é particularmente evidente no início do processo, na primeira carta de Azevedo:

- «Para que não se perdesse a conjectura actual de se servir a Nosso Senhor naquelas terras»;
- «Especialmente porque parece que Nosso Senhor mostra querer servir-se da Companhia naquela empresa»;

² François BOVON, *O Evangelho segundo Lucas*, Vol. III (15,1 – 19,27), Sígueme: Salamanca, 2004, 178-180, que considera o adjectivo "inútil" excessivo, porque o servo faz o que lhe foi ordenado.

³ José Carlos COUPEAU, «Constituciones», em *DEI*, 436-437.

- «Pareceu-nos que deveríamos: tanto pelo serviço que se espera se preste a Nosso Senhor»;
- «despachá-los, [...] pessoa[s] acomodada[s], para o que se pretende do serviço de Nosso Senhor na conversão dessas daquela gente» (doc. 12).

A mesma motivação é também expressa pelo Padre Lacerda, cuja carta narra a viagem de ida: «Espero em Nosso Senhor [Ele] seja servido nesta jornada» e «Pensa-se que se faria com tal, um grande serviço a Nosso Senhor, e com muitos frutos» (doc. 12).

Além disso, é evidente na correspondência como um todo que o desejo do rei angolano, transmitido pelos seus embaixadores, de se converter, teve um grande impacto como ocasião favorável para a propagação da fé. Este é um motivo mencionado por vários autores:

- «Aqui, ofereceu-se agora uma nova empresa, de um reino que quer tornar-se cristão» (Azevedo, em doc. 1);
- «Porque desejam, tanto o rei como os vassallos, converter-se» (Borja, em doc. 3);
- «que ensinassem ao rei e a todo o reino a fé cristã» e «para que se divulgue a fé e a religião cristã e se difunda por todo o globo da terra» (Álvarez, em doc. 4);
- «E o início da exaltação do nome de Jesus naquela terra» (Lacerda, em doc. 12);
- «Há uma grande necessidade que [se propague] a doutrina, nesta ilha, por ser uma terra muito enferma, e porque a maior parte da gente que aí se dirige, vai pelos seus próprios interesses» (Mendes, em doc. 13).

Neste último comentário de Mendes percebemos a ligação com um dos critérios estabelecidos por Santo Inácio na sétima parte das Constituições para a selecção das missões: maior necessidade [*Co* 622].

Percebemos a mesma combinação de motivações, servir a Deus em terras de infiéis, guiando o discernimento pessoal de Azevedo para se oferecer ao Padre Geral:

«Tenho significado à Vossa Paternidade, que é o ser enviado a alguma terra de infiéis, ou pessoas rudes, onde houvesse trabalho, penitência e poucos agradecimentos, como seria a missão do reino de Angola (...). Creio que Nosso Senhor seria mais servido com a minha ida» (doc. 7).

É também digno de nota que o desejo do proveito das almas ou ajuda, tal como as Constituições o exprimem [*Co* 3, 156, etc.], move os jesuítas durante a mesma viagem, sem esperar para chegar ao seu destino, como relata o Padre Lacerda, seja em relação aos habitantes da ilha de São Tomé, «as pessoas da terra, segundo dizem, são muito viciosas, e com a devoção e opinião que se tem da Companhia, aproveitar-se-iam muitos», como dos membros da tripulação: «Agora pela bondade de Deus todos eles estão estudando o resto da doutrina de acordo com os nossos usos», e «eles dão-na com muito cuidado e têm tirado muito proveito» (cf. doc. 12).

Por sua vez, as cartas dos missionários que nos falam das suas actividades tanto durante a viagem como durante a sua estadia em Angola (docs. 12, 13 e 14) atestam os meios utilizados para alcançar o fim, que são também os indicados na Fórmula do Instituto: ministérios da palavra (pláticas, sejam de festa ou repreensões, e lições em [doc. 12], e conversas espirituais, doc. 14), exercícios espirituais (doc. 12), educação cristã das crianças e dos ignorantes (docs. 12 e 13), e consolação espiritual através de confissões e sacramentos (docs. 12, 13 e 14), e também o serviço da caridade, incluindo a passagem pelos hospitais na viagem (docs. 12 e 14). Em diferentes momentos somos informados sobre a participação dos irmãos nestes ministérios, também no ensino da doutrina cristã.

2.2. Fazer a vontade de Deus

Estreitamente relacionado com o acima exposto, servir a Deus, em diversas cartas aparece o desejo dos seus autores de realizar a vontade de Deus. Isto não é surpreendente entre os Jesuítas, uma vez que este desejo impulsionador aparece no início dos Exercícios como o seu fim: «achar a vontade divina» [Ej 1]. A carta do padre Lacerda evoca de forma muito clara a habitual fórmula conclusiva inaciana em tantas das suas cartas a partir de Junho de 1532, pedindo a graça de sentir e cumprir a vontade de Deus: «que o Senhor nos dê a sua graça para cumprir a sua santíssima vontade» (doc. 12).⁴

2.3. Glória de Deus

Este desejo de realizar a vontade divina que acabamos de ver reflecte-se também na expressão de procurar a glória de Deus ou da sua Divina Majestade, com várias variantes como a que «seja ou dê mais glória».

Borja, por exemplo, que escreve «Que a Divina Majestade dê a esta empresa o êxito que para a sua maior gloria se deseja» (doc. 3). Também Azevedo, quando se oferece para a missão em Angola, pede ao padre Geral «a Nosso Senhor que lhe dê a sentir aquilo que seria [para] mais glória de Sua Divina Majestade» (Doc. 7). É verdade que a glória de Deus aparece no início da Fórmula do Instituto como critério juntamente com o bem comum para as obras de misericórdia e para que o Prepósito ordene e mande [FI, 1-2], mas, no entanto, é nos Exercícios que encontramos este sentido que podemos

⁴ José GARCÍA DE CASTRO, «Cartas», em *DEI*, 300. De acordo com Javier Melloni, son 992 cartas. Cf. «Sentir», em *DEI*, 1636.

considerar sinónimo de fazer a vontade de Deus [cf. *Ej* 16, 152, 167, 179, 180, 185, 189, 240] em relação tanto com o louvor como com o serviço de Deus e, portanto, em clara continuidade com o que é expresso no Princípio e Fundamento como o fim do homem [*Ej* 23]. O termo glória e, em particular, maior glória tornar-se-ia muito mais frequente nas Constituições, até chegar a converter-se no lema de Santo Inácio.⁵

Embora a expressão «maior glória» seja muito mais frequente e percorra todo o texto das Constituições,⁶ «mais glória» aparece em dois momentos: na sétima parte como critério para determinar o número de Jesuítas enviados a uma missão [*Co* 624] e na oitava parte como critério para tratar os assuntos na Congregação Geral [*Co* 711]. Nas palavras de Nurya Martínez-Gayol «gloria» y «magis» são dois conceitos que emergem juntos na sua génese histórica.⁷

A expressão de «maior o mais glória» leva-nos ao coração dos Exercícios na segunda semana, e em particular ao tempo da eleição. Ali, Inácio indica em quatro ocasiões o que ele quer que a más glória de Deus seja ou a maior glória deve guiar o exercitante: na meditação dos binários [*Ej* 152] e no terceiro tempo de eleição [*Ej* 179, 180, 185], como também depois, a distribuição de esmolas [*Ej* 339].

Neste contexto podemos também situar também o desejo do padre Álvarez: «[O] Deus Altíssimo, a cuja glória e honra se orientam todas estas coisas, fará com que estes começos sejam levados a bom termo» (Doc. 4).

O mesmo pedido de Azevedo para o padre Laínez (Doc. 7) reflecte, por outro lado, matizes muito importantes, uma vez que pede que sinta o que seja para mais glória. Dois termos inicianos essenciais aparecem, «sentir» e «mais», que analisaremos a seguir.

2.4. «Sentir» e «mais»

Para Javier Melloni, no verbo «sentir» se dá a confluência dos sentidos corporais, dos afectos e do conhecimento, e em santo Inácio é um processo de cristificação em que toda a ressonância sensorial, afectiva e cognitiva vai convergindo no sentir de Deus (cf.

⁵ Nurya MARTÍNEZ-GAYOL, «Gloria», em *DEI*, 905-910.

⁶ Aparece onze vezes no livro do Exame, e outras trinta e sete vezes nas diferentes partes das Constituições.

⁷ Cf. Nurya MARTÍNEZ-GAYOL, «Magis (más). “Ad Maiorem Dei Gloriam”», em *DEI*, 1158-1159.

Fil 2, 5-6).⁸ Nos Exercícios, o verbo aparece duas vezes na anotação segunda [*Ej* 2]. Na dimensão mais cognitiva ressoa nas adições [*Ej* 89], e também quando santo Inácio usa este verbo em conexão com regras de discernimento: regras para ordenar-se no comer [*Ej* 213], e, sobretudo, nos títulos das regras para de alguma maneira sentir e conhecer as várias moções que na alma se causam [*Ej* 313] e para sentir e entender escrúpulos [*Ej* 345].

Por seu lado, o «mais» inaciano, como Azevedo o usa, nos Exercícios é uma ideia associada à eleição e também à descoberta progressiva das leis para o discernimento dos espíritos, embora apareça mais cedo nas Anotações e no Princípio e Fundamento que introduza-nos na dinâmica do «que mais».⁹

2.5. Agradecimento e louvor

À primeira vista, a primeira missão a Angola falhou porque a intenção que a pôs em marcha, a conversão do rei e dos seus súbditos, não foi alcançada. As dificuldades vividas moldaram o processo segundo o mistério pascal que é o caminho seguro do Evangelho, como acabou por ser demonstrado quando a fé cristã criou raízes na terra e entre o povo de Angola.

É sem dúvida edificante e comovente que o texto que concentra as expressões de gratidão seja a carta do padre Gouveia ao padre Geral, quando este se encontra detido há anos, experimentando carências, limitações e frustrações (cf. doc. 14). Ele revela-se assim um verdadeiro filho de Santo Inácio, pois a gratidão é uma atitude essencial na espiritualidade inaciana. Não é apenas que o exame geral deve começar com a acção de graças [*Ej* 43], mas também que os Exercícios, em contemplação para alcançar o amor, fazem da acção de graças a fonte do amor e do serviço [*Ej* 233]. Os exemplos seguintes são dignos de menção:

- «...e das grandes esperanças que nele se têm, o que não é menos [motivo] para se agradecer ao Senhor Deus, [por este] que é um dos seus grandes benefícios e mercês»;
- «...e de como o Senhor pela sua clemência a tem amplificada, e do grande fruto que para ela nosso Senhor obra: a Ele apenas [seja dada] a gloria»;
- «Senhor nunca deixa de nos prover das coisas da terra a que já estamos muito afeitos, e nos livra todos os dias, de mil perigos»;
- «Nós o atribuímos a especial providência, e misericórdia de Deus, como também atribuímos outras muitas que cada dia vemos que o Senhor faz por sua honra»;

⁸ Cf. Javier MELLONI, «Sentir», em *DEI*, 1631 y 1636.

⁹ Cf. Nurya MARTÍNEZ-GAYOL, «Magis», em *DEI*, 1160-1161.

- «Por tudo damos muitas graças ao Senhor Deus».

2.6. Mistérios da vida de Cristo

No que diz respeito aos mistérios da vida de Cristo, há apenas uma referência directa na carta do padre Lacerda a uma plática dada pelo padre Gouveia por ocasião do dia de Natal, que celebram durante a viagem de ida a Angola: «Parece que Sua Divina Majestade quis servir-se de uma ocasião tao pequena para levar-nos a reflectir sobre um tao profundo caminho, em como Ele, recém-nascido, no presépio, devia tocar o [estar no] coração de algumas pessoas tão tépidas e negligentes como eu, convidando-nos a que a Ele fossemos pedir a clemência que vinha usar neste mundo» (Doc. 12).

Evoca a contemplação do nascimento [Ej 110-117] e o tão inaciano verbo «reflectir» a que Santo Inácio convida nessa e em todas as contemplações. Segundo Adolfo Chércoles o termo aparece treze vezes e sempre no livro dos Exercícios: sete vezes nas contemplações, duas vezes na aplicação dos sentidos e quatro vezes na contemplação para alcançar amor. Ele interpreta-o como «deixar reflectir», o que hoje diríamos «impactar». O objectivo é retirar algum benefício, o que aponta para uma atitude, uma disponibilidade para responder sem reservas, para amar e seguir na segunda semana, e em tudo amar e servir na contemplação para alcançar amor.¹⁰ Parece, segundo as palavras do padre Lacerda, que aqueles jesuítas e aqueles que iam com eles, a reflexão (o reflectir) despertou a atitude de conversão e de pedir clemência.

Não acreditamos que a ausência de referência a mistérios concretos da vida de Cristo deva ser considerada como uma falta de união com Cristo. Há uma referência constante ao Nosso Senhor nas cartas que nos fala da presença de um cristocentrismo experiencial neste grupo de jesuítas.

2.7. Nossa Senhora

As referências à Virgem são várias. Acima de tudo, a devoção a Nossa Senhora aparece na referida carta do padre Lacerda, na qual ele assinala que durante a viagem:

«O capitão, que pediu que se erguesse imediatamente um altar com um retábulo muito devoto de Nossa Senhora...», y más adelante, «Todas as noites uma imagem de Nossa Senhora é colocada num local decorado para tal, e convida-se

¹⁰ Adolfo CHÉRCOLES, «Reflectir», em *DEI*, 1544-1546.

às ladainhas com um sino; todos eles vêm com muita devoção a ela e respondem em tom; [...] e, por último, toca o sino e as ave-marias» (Doc. 12).

Entre as várias ocasiões, é marcante a reacção quando descobriram de longe um eremitério na ilha de *La Gomera* dedicado a Nossa Senhora da Guía, a quem rezaram pedindo a sua intercessão. Esta característica de Maria como intercessora é tipicamente inaciana, aparecendo em particular no triplo colóquio dos Exercícios.¹¹

Por seu lado, o padre Gouveia declara na sua carta ao Padre Geral que, durante a sua detenção forçada, o embaixador Paulo Dias o acompanha na oração, entre outras coisas, do terço (Doc. 14). Nas Constituições, a recitação do rosário é mencionada na quarta parte, indicando que se deve instruir aqueles que o recitam para que pensem e meditem sobre os mistérios para uma maior atenção e devoção [Co 344 e 345].

2.8. Consolação e desolação, dificuldades e esperança

Em diferentes momentos há referências às fontes da consolação e da alegria, embora, dado o desenvolvimento da missão, estas não sejam as predominantes. Por um lado, o padre Lacerda aponta a consolação experimentada durante a viagem devido à intensa vida de devoção: «Todos ficaram muito felizes e consolados com tudo, [afirmando que] nada disso tinha jamais sido visto ou feito nos navios, como quem ainda não tinha viajado com os padres da Companhia à Índia» (Doc. 12). Por outro lado, o padre Gouveia é consolado pela chegada de um criado do pai de Paulo Diaz e pelas boas notícias que ele traz, e em particular pelo fruto, que se lê nas cartas, que a Companhia ia alcançando:

«Chegou a este reino de Angola um homem de nome António Casado, criado do pai do senhor Paulo Diaz, com cuja vinda nos alegamos, e consolamos muito no Senhor, por vermos homem cristão que de tão longe nos visitasse, e consolasse, assim com sua presença como muitas, largas e mui boas novas que dessas partes nos deu (...). Muito me animam e consolam os trabalhos dos Padres, e irmãos, assim de Portugal como de todas as demais partes remotas» (Doc 14).

Com esta intenção de consolar a todos, Lacerda esperava poder escrever novamente ao Padre Geral (Doc. 12). Esta experiência descrita e pretendida é uma expressão viva do que Santo Inácio escreveu nas Constituições quando pede na oitava parte, dedicada ao que ajuda a manter a união dos que são distribuídos com a cabeça e

¹¹ Cf. María Clara LUCCHETTI BINGEMER, «María», em *DEI*, 1195-1196.

entre si, que se escrevam cartas para que possam comunicar-se notícias da Companhia [Co 675].¹²

Em contraste, as causas da desolação vêm do pouco progresso na sua missão, das dificuldades e da escassíssima resposta, e reflectem-se nas últimas três cartas, que são as que já têm a perspectiva do que foi acontecendo. Assim, o irmão Mendes: «não tínhamos esperanças, nem víamos a possibilidade de eles se tornarem cristãos» (Doc. 12); e depois Gouveia em duas ocasiões:

«...quanta mais fé, constância, paciência e alegria sofrem por Cristo nosso Senhor, e com mais fruto e serviço do mesmo Senhor, do que eu inútil – e por nada tendo-me por cativo em terra estranha –, que não faço aquilo para o qual fui enviado – como se eu tivesse em terra própria e fosse livre, ou do meu serviço se tivesse alguma necessidade» (Doc. 14);

«Por agora, as coisas do cristianismo estão como antes, com muito pouca esperança, se Nosso Senhor não as melhorar» (Doc. 15).

Os missionários não perdem completamente a esperança, mas sentem-na ameaçada. A carta de Gouveia de Novembro de 1564 expressa a tentação de sentir-se inútil, enquanto no documento 15, datado de alguns meses mais tarde, ele parece ter esperança contra a esperança, apoiando-se em Deus (cf. Rom 4,18).

O Senhor, a sua graça e misericórdia, são a esperança constante dos missionários face às dificuldades reais ou temidas. Assim, tanto Alvarez como o escritor anónimo de San Roque esperam que Ele supere os obstáculos que possam surgir (docs. 4 e 11); Torres confia na sua ajuda (doc. 9), e durante a viagem Lacerda percebe que ele fortalece o irmão Mendes para cuidar dos outros, e que os protege providentemente das ameaças da navegação (doc. 12).

2.9. Pobreza e humilhações

A identificação com Cristo, pobre e humilde, o centro da espiritualidade inaciana, que por sua vez se desdobra nas Constituições, aparece mais claramente em dois pontos. Por um lado, no oferecimento do padre Inácio de Azevedo para ir às Índias, e em particular a Angola. O seu oferecimento evoca o apelo do Rei [Ej 91-98]: «Tenho significado à Vossa Paternidade, que é o ser enviado a alguma terra de infiéis, ou pessoas

¹² Sobre esta função das cartas, cf. José GARCÍA DE CASTRO, «Cartas», em *DEI*, 296-297, y J. AIXALÁ, «Correspondencia», em *DHCH*, vol. I, 965.

rudes, onde houvesse trabalho, penitência e poucos agradecimentos, como seria a missão do reino de Angola, que agora se solicita, para onde sinto um grande desejo e inclinação» (Doc. 7).

No seu desejo ressoa tanto a oblação de maior estima e momento [Ej 98] como o final do quarto capítulo do Livro do Exame [Co 101]. Deve também presumir-se que Azevedo, que tinha sido reitor do Colégio das Artes em Coimbra (ou talvez até ainda fosse), conheceria a carta que santo Inácio enviou aos estudantes jesuítas daquela cidade em 1547. Nela, ele exortava-os ao puro amor de Jesus Cristo, ao desejo da sua honra e da saúde das almas.¹³

Já o padre Gouveia parece conformado com o Cristo pobre e humilhado durante a sua detenção forçada ou cativo na capital do reino de Angola. Como ele primeiro expressa na sua carta ao Padre Laínez, ele recebe as humilhações e zombarias dirigidas a ele, e, como escreve mais tarde, no que poderia ser uma apostila dirigida ao portador da carta, talvez o capitão do navio, «se tivessem de enviar-me algo, que seja do que sobra dos irmãos, coisas velhas para pobres, que ainda assim, não creio que mereça» (cf. Doc. 15). Ele contenta-se com o pior da casa [Co 81] e não quer incomodar o rei com a sua subsistência, a qual, em princípio, a Coroa era obrigada.

2.10. Orações e sacrifícios

A oração aparece numa perspectiva diária. Em particular, a carta de Lacerda testemunha a presença constante da oração vocal, seja de acção de graças ou de petição. Durante a viagem, igualmente se reza o Pai Nosso e a Ave Maria, o hino *Veni Creator Spiritus*, uma oração ao Espírito Santo, ladainhas e orações à Santíssima Trindade, à Nossa Senhora e da festa de Natal, invoca-se a intercessão dos santos, de santo Estevão; para almas do Purgatório. No navio «todas manhãs andam todos ou com rosários ou com livros de orações nas mãos... encomendando-se a Nosso Senhor» (cf. doc. 12). Reza-se também o Ofício dos Mortos (doc. 13) e o Ofício Divino (doc. 14).

O valor da oração torna-se igualmente evidente em vários momentos, através da sua relação com o trabalho apostólico em progresso. Borja, por exemplo, confia-se ao «auxílio das orações de toda Companhia» (doc. 3), e também Gouveia quando escreve

¹³ Cf. *Epp* I, 495-510 e também Antoni Blanch, «Deseo», em *DEI*, 566.

«Queira nosso Senhor dar-me graça para que saiba conhecer a obrigação que tenho, e o pouco que faço, e me dê virtude, e força para que faça o que devo, para o qual me é necessário o favor divino, por meio dos santos sacrifícios dos meus caríssimos padres e irmãos». Ele também reza pelos habitantes de Angola (doc. 14), que ele recorda [Co 638].

Por seu turno, vemos também nas cartas como se celebra a Eucaristia, e durante o cativo de Gouveia descobrimos a realidade da missa seca quando não há espécies para consagrar (doc. 14).¹⁴

Por outra, como grande parte da correspondência estudada é constituída por fragmentos de cartas, apenas encontramos a conclusão da carta nos textos que apresentamos na sua totalidade. Pero quando disponemos de ella, encontramos una intención especial de las oraciones y sacrificios. Sendo estes os documentos 12, 13 e 14, em que lemos respectivamente:

«Encomendamo-nos aos sacrifícios e orações de Vossa Paternidade e de toda a Companhia; que o Senhor nos dê a sua graça para cumprir a sua santíssima vontade. Ámen» (Doc. 12);

«(...) em cujas bênçãos e santos sacrifícios peço que sejam confiadas» (Doc. 13), e

«Que Vossa Reverência por seu amor nos mande encomendar nos santos sacrifícios, e orações dos padres e irmãos da sua Santa Companhia de Jesus. Encomendo-me à sua bênção» (Doc. 14).

En estas frases encontramos el eco del primer número de la parte décima de las Constituciones sobre cómo se conservará y aumentará todo este cuerpo en su buen ser. Afirma san Ignacio que «es menester en Él solo poner la esperanza... y por eso el primer medio será de las oraciones y sacrificios» [cf. Co 812].

2.11. Viver e morrer na Companhia

O destino do grupo dos primeiros quatro missionários em Angola foi trágico.¹⁵ Como vimos, o padre Lacerda morreu alguns meses após a sua chegada a Angola,

¹⁴ A devoção de Santo Inácio à Eucaristia frequente e à comunhão foi transmitida à Companhia, tanto aos escolásticos [cf. Co 352, 481] como à Companhia formada [Co 693].

¹⁵ No facto de terem sido nomeados quatro, podemos perceber a importância dada à missão. De facto, em relação às missões do superior da Companhia (parte sete), Santo Inácio indica que o superior «pode enviar mais de dois quando a importância do trabalho a ser feito é maior no serviço de Deus nosso Senhor e requer um número maior» [Co 623]. Como vimos no Capítulo II, não foi fácil estabelecer a composição do grupo e a azevedo chegou ao ponto de se queixar da falta de julgamento, talento e qualidades que poderiam ser úteis entre os infieis (cf. doc. 6). Finalmente encontraram-se «alguns homens adornados com integridade de vida e costumes» (doc. 4), «con virtude e bom exemplo que para tal é necessário e devem dar a uns e outros» (doc. 12).

enquanto ainda se encontravam na costa, antes de irem ao encontro do rei; o irmão Pinto morreu na viagem de regresso à ilha de São Tomé; e finalmente o padre Gouveia morreu durante a sua detenção forçada em 1575. Podemos afirmar que conseguiram aquilo por que entraram na Companhia: «viver e morrer com esta e nesta Companhia» [*Co* 51, cf. 119, 126].

Interessa-nos neste ponto o relato do irmão Mendes sobre a morte do padre Lacerda. Referindo-se aos seus últimos momentos, ele conta como recebeu a extrema unção e a sua morte, e como depois, o padre Gouveia, ele próprio e outra pessoa, vigiaram o seu corpo durante a noite. Ele continua: «Logo que amanheceu, rezamos o ofício dos mortos: o padre Francisco de Gouveia [presidiu] a missa e nós os salmos, como é costume fazer-se na Companhia [de Jesus]» (Doc. 13). A sua narração parece ser a implementação do que Santo Inácio escreve no quarto capítulo da sexta parte das Constituições sobre a ajuda a ser dada no momento da morte e os sufrágios e orações após a morte [cf. *Co* 595-598].

3. CONCLUSÃO

Chegamos assim ao fim da nossa viagem, que foi obrigada a ser breve devido à pressão dos prazos académicos. Temos tentado reconhecer e organizar os traços da espiritualidade inaciana e jesuíta presentes nas cartas, nem sempre uma tarefa fácil, uma vez que as cartas são uma expressão da espiritualidade em acção e vivida, aparecendo frequentemente numa combinação de diferentes elementos.

Como se pode ver pela série de referências, algumas cartas manifestam um conteúdo espiritual muito mais pronunciado. Referimo-nos sobretudo às cartas dos missionários Lacerda, Mendes e Gouveia, mas várias passagens do Padre Azevedo são também espiritualmente ricas, assim como os toques aqui e ali nas outras cartas.

Vimos como, neste empreendimento apostólico, o propósito da Companhia e a espiritualidade da Companhia, são claramente manifestados tal como se expressa na Fórmula e nas Constituições.

Do grupo de quatro missionários, o irmão Pinto permanece mais na sombra, mas dos outros três pode-se dizer sem dúvida que aparecem como autênticos jesuítas que encarnaram o carisma sonhado e vivido por Santo Inácio e os primeiros companheiros, configurados ao Cristo pobre e humilde, o de *Co* 101 e o da terceira maneira de

humildade. Com as suas limitações, viveram o ideal de Santo Inácio, movidos pelo serviço divino e pela ajuda das almas, para a glória de Deus e o bem do próximo, viveram e morreram nesta e com esta Companhia. Eles são verdadeiros companheiros de Azevedo e Borja, e ousamos considerar o Padre Gouveia um mártir sem dúvida. Estamos gratos pelo seu sacrifício que ajudou, não sem ambiguidades, a trazer o cristianismo a Angola.

CONCLUSÃO GERAL

Grande parte do nosso percurso ao longo deste trabalho de tesina foi o de dialogar com as fontes à nossa disposição, especialmente com as cartas de Jesuítas, directamente ligadas à história da génese e desenvolvimento da primeira missão jesuítica no reino de Angola. Como todo o diálogo sincero e genuíno, o mesmo abriu-nos perspectivas e horizontes não pensados anteriormente, muitas vezes completamente fora daqueles que contemplávamos. Deixamo-nos interpelar por aquilo que estas fontes nos permitiam ir trazendo à luz, questionando aqui e ali, a fim de construir gradualmente um discurso que se destina a reflectir esse diálogo.

O relato resultante, que é o que se reflecte nestas páginas, foi apresentado de modo a fornecer o máximo de informação possível susceptível de esclarecer as origens, as razões subjacentes à aceitação da missão, os critérios em que se basearam no processo de preparação e selecção dos Jesuítas que estariam à altura de uma tal missão; as dificuldades encontradas no itinerário de Lisboa para o reino de Angola e os critérios puramente inicianos que se tornaram evidentes; a atitude dos Jesuítas, em especial do padre Gouveia, ao longo desses cinco anos de presença e desenvolvimento da missão, que cobrimos no nosso relato. É verdade que isto só foi possível porque aqueles companheiros de Jesus, longe de guardarem para si as suas experiências, partilharam-nas e escreveram-nas. Observadores convictos como eram, registaram nas suas cartas tudo o

que viram, desde as interações sociais, hábitos, costumes, qualidades e riquezas da região, até aos seus movimentos interiores, alegrias e frustrações.

Como se pode ver, estruturámos o nosso relato em três partes principais, e um apêndice documental final com as transcrições dos quinze documentos originais discutidos no segundo capítulo. No primeiro capítulo quisemos definir o contexto geral dentro do qual se desenrola toda a trama histórica deste trabalho. Assim, concentrámos a nossa apresentação nos dois principais protagonistas da nossa história: o reino de Angola e a Companhia de Jesus.

No nosso olhar retrospectivo do reino de Angola, limitados pela dificuldade de encontrar fontes que facilitassem e enriquecessem o relato, mas sobretudo porque não era nossa intenção apresentar um tratado histórico ou etnográfico, nos decidimos pela apresentação de um retrato que reflectisse a organização sócio histórica e geopolítica do reino naquele momento histórico. Este retrato ajudou-nos a compreender melhor os factores que, ao longo do processo de desenvolvimento histórico do reino, conduziram ou permitiram que o encontro com os missionários vindos de Portugal se tornasse possível; e que, portanto, esta mesma vinda dos missionários ao reino não foi o resultado de um encontro casual entre duas realidades, de um movimento puramente determinado desde o exterior, mas o resultado da necessidade do reino, nessa altura, de continuar com o seu processo de independência e expansão. Assim, se pode dizer que a necessidade de estabelecer relações religiosas e comerciais com Portugal era naquele momento, um imperativo para o reino. É uma pena que não tenhamos podido dispor de nenhum documento que pudesse testemunhar ou oferecer uma visão de como todo este processo foi sendo vivido e percebido a partir do interior do reino. Este é talvez um dos maiores handicaps deste trabalho.

Virando-nos para a Companhia de Jesus, fixámos a nossa atenção no contexto sociocultural e espiritual em que a nascente Companhia de Jesus viu-se envolvida e que influenciou a subsequente explosão missionária dos seus membros, dentro da qual se enquadra a aventura ultramarina da missão de Angola.

Começámos por olhar brevemente para os documentos carismáticos que serviram de princípio orientador para todas as acções dos membros da Companhia. Compreendemos que o entusiasmo com que os jesuítas acolheram os novos desafios, que se apresentavam de uma forma cada vez mais insistente, e o espírito com que expressaram

o desejo de levar o Evangelho a latitudes cada vez mais distantes e alheias às suas realidades habituais, constituía, de certa maneira, um reflexo de como eles leram, interpretaram e quiseram fazer transparecer nas suas vidas, estes documentos carismáticos.

Mas como a nossa intenção era acima de tudo poder apreciar esta espiritualidade em acção, desviámos sensivelmente o nosso olhar para exemplos mais concretos que davam testemunho do espírito missionário que percorria as veias dos seus membros. Se o entusiasmo pela missão foi a nota característica partilhada pelos Jesuítas da época, não deixa de ser notável o testemunho heróico de dedicação e entrega com que os membros da Companhia de Jesus em Portugal quiseram manifestar a preferência e primazia que a Companhia de Jesus tem pelas missões. Na verdade, eles não pouparam esforços e chamaram a si mesmos toda a responsabilidade, fazendo da aventura ultramarina uma das suas principais actividades apostólicas e um traço característico da sua identidade. Não admira que nestes primeiros tempos fossem conhecidos por apóstolos. Algo que ficou bem patente no grande numero de missionários que partiam todos os anos dos portos de Portugal para as Índias.

Mas como é característico na Companhia, e já era evidente nessa altura, a acção não se realiza apenas no terreno. Precisa de um centro a partir do qual se possa planear, coordenar, e ao mesmo tempo animar e avaliar todo o trabalho e todo o esforço, para que as forças não sejam dispersas ou para que não sejam tomadas iniciativas precipitadas. Tudo isto transparece na figura do Padre Geral Laínez e manifesta-se claramente na sua carta aos missionários das Índias, e no memorial de Juan Alfonso de Polanco.

Para além do trabalho do padre Laínez, não pudemos deixar de mencionar a acção decisiva de figuras como Dom Juan, III de Portugal, o verdadeiro iniciador da Companhia de Jesus em Portugal, o Cardeal Infante Dom Henrique que, juntamente com a Rainha Catarina da Áustria, foram os principais motivadores da missão ao reino de Angola. Entre eles, financiaram quase todas as colégios e missões da Companhia em Portugal naquela época.

Este primeiro capítulo foi talvez aquele em cuja redacção tivemos menos dificuldades. É verdade que gostaríamos de ter tido mais tempo para aprofundar uma ou outra questão, mas em geral pudemos encontrar, com maior ou menor grau de dificuldade, obras que nos ajudaram a ter uma ideia geral das fases iniciais da província portuguesa.

Neste capítulo, beneficiamos enormemente do apoio do professor emérito Augusto Hortal, que nos ajudou com a tradução do texto do memorial de Polanco do latim ao espanhol, e do professor Javi Cía Blasco, na compreensão da figura do Padre Lainez.

Concebido essencialmente como um capítulo que nos ajude a compreender o contexto subjacente ao nosso relato, para que possamos ler vários dos acontecimentos relacionados desde uma perspectiva global, acreditamos que podemos, até certo ponto, dar-nos por satisfeitos com este capítulo.

O segundo capítulo, o coração do nosso trabalho, foi aquele cuja redacção representou para nós o maior desafio. Tínhamo-nos fixado a tarefa de transcrever, traduzir e anotar as quinze cartas de jesuítas, directamente relacionadas com a génese e desenvolvimento da primeira missão jesuíta no reino de Angola, que tínhamos previamente seleccionado. A transcrição, sendo de documentos antigos, foi uma tarefa árdua, na qual tive de verificar palavra por palavra. Embora fosse um trabalho mecânico, exigia um alto nível de concentração, e consumiu um momento precioso do meu já escasso tempo.

Foi, contudo, o processo de tradução, ou actualização para o português actual, que exigiu um maior esforço da minha parte. Após uma primeira tradução mais literal, tive de rever todo o texto, corrigir a pontuação, reescrever os parágrafos, clarificar o significado e, sobretudo, procurar a informação necessária para completar, através de notas pontuais, o que o texto nos proporcionava. Tive de mergulhar no contexto cavalheiresco da época, na linguagem marítima e especialmente nos textos da Companhia de Jesus. Acreditamos, no entanto, que ainda que se possa encontrar aqui e acolá, um ou outro ponto que se possa discutir, no geral, o texto reflecte o que os autores quiseram transmitir.

O resultado que temos diante de nós, sem nos querermos ensoberbecer, é sem dúvida uma jóia. A riqueza das cartas aqui recolhidas é inegável, não só devido à diversidade de tipos, mas também devido ao conteúdo e diversidade de assuntos com que lidam, e ao número de notas explicativas que tentam tornar a sua leitura tão clara quanto possível. Os conhecimentos que nos dão sobre assuntos internos da Companhia de Jesus: todo o processo em torno à organização de uma missão, desde a aceitação da missão até à selecção dos Jesuítas; os ministérios, especialmente os da palavra; as obras de misericórdia; os diferentes e mais comuns tipos de oração, etc. A informação sobre as

qualidades da terra: a sua organização interna, os seus hábitos e costumes, a sua geografia, a grandeza dos seus rios, a abundância da sua fauna, etc. Do ponto de vista histórico, é sem dúvida uma fonte indispensável para lançar luz sobre um dos períodos mais desconhecidos da história do reino de Angola e das missões da Companhia de Jesus.

As palavras de O'Malley, na sua obra, *Os Primeiros Jesuítas*, servem claramente para descrever o que pretendíamos com a parte seguinte deste trabalho. Ele, ao expor o que seria o primeiro objectivo do seu livro, «entender os primeiros Jesuítas como eles próprios se entendiam», disse que tal entendimento só poderia ser empreendido «estudando o que eles diziam de si mesmos aos seus companheiros e a pessoas de fora; e especialmente observando como eles traduziam a sua mentalidade em acção nos seus muitos ministérios e no seu modo de vida». ¹ Nós, na altura do início do terceiro capítulo deste trabalho, estávamos claramente numa situação semelhante a esta, pois se quiséssemos perceber como se iam revelando os diferentes aspectos da espiritualidade em acção, como o espírito ia agindo e inspirando os nossos actores, só o poderíamos fazer prestando atenção ao que cada uma das suas acções, diálogos, conversas, etc., exprimiam. Cada um delas era certamente reveladora de toda uma maneira implícita de ver e conceber o mundo próprio da espiritualidade em que tinham sido moldados.

Este era até certo ponto o nosso objectivo no terceiro capítulo: deixar claro, como O'Malley indica, que «a forma como os Jesuítas se dedicavam, inclusive nas mesmas actividades, era diferente de lugar para lugar: o Brasil não era a Alemanha; a Itália não era a França», e que Angola era Angola. Tentar abrir janelas através das quais se poderia vislumbrar os aspectos salientes da actividade dos nossos actores, susceptíveis de nos ajudarem a compreender a forma como eles entendiam o catolicismo, a espiritualidade inaciana e a cosmovisão dos habitantes do reino de Angola, em meados do século XVI.

No entanto, o nosso principal inimigo neste foi o tempo, porque quando nos preparávamos para começar a lapidar o diamante no bruto que era o segundo capítulo, tivemos de nos limitar a uma breve síntese dos principais elementos espirituais e teológicos que iam se revelando no relato dos nossos companheiros. No entanto, tentámos destacar os principais: referencias bíblicas, a encarnação do carisma da Companhia como propagação da fé e ajuda das almas e a sua manifestação na diversidade de ministérios, a configuração da experiência espiritual e da devoção ao modo inaciano, etc.

¹ John O'MALLEY, *Los primeros jesuitas* (Bilbao – Santander: Mensajero – Sal Terrae, 1993), 20.

No final deste trabalho, temos claramente a sensação de que abrimos várias perspectivas sobre as quais ir pincelando. Poderíamos ter polido mais esta jóia, mas as limitações de tempo se impuseram. Além disso, e infelizmente não tivemos acesso a certas obras que poderiam ter enriquecido muito mais este trabalho. Não foi possível, por exemplo, para nosso grande desgosto, aceder aos antigos catálogos da Companhia de Jesus, especialmente os das províncias de Portugal e Espanha. Assim, esta limitação nos impossibilitou ir, mas além da informação disponível nas cartas, e dizer algo mais sobre as figuras como a do Padre Agostinho de Lacerda, quem melhor descreve os acontecimentos da viagem de Lisboa a São Tomé; do irmão Mendes, que narra habilmente os inícios da missão em Angola; e do irmão Pinto.

Contudo, demos certamente um grande passo em frente em relação à nossa tese de mestrado sobre a espiritualidade inaciana: trabalhamos com mais cartas e de um modo mais profundo, traduzindo-as, anotando-as e identificando nelas a espiritualidade inaciana em Acção. A nossa esperança é poder torná-las acessível a um grande público, para que se possa conhecer as raízes da evangelização de Angola pela Companhia de Jesus.

Que o Senhor continue a inspirar-nos, para que, como os nossos actores, possamos percebendo a acção do Espírito em nós, e como S. Inácio, cujo 500º aniversário de conversão estamos a celebrar, possamos iniciar uma jornada semelhante.

APÊNDICE DOCUMENTAL

Documento 1. Do padre Inacio de Azevedo, ao padre Diogo Laínez. 1558, abril, 7. [Évora]

Original: Epist. B. Ign. de Acevedo, 2 ff., nn. ant. 294, 295, delecto 603.

Publicado em: *Monumenta Lainii. Epistolae et acta Patris Jacobi lainii*, vol. III. 230-234. Madrid: Typis Gabriellis Lopes del Horno, 1913. 232-233.

[O Padre Inácio de Azevedo escreve ao Padre Diogo Laínez, Vigário Geral da Companhia de Jesus, em Roma, informando que a Rainha, Dona Catarina da Áustria, viúva de Dom João III e Rainha Regente por causa da minoria do seu filho, Dom Sebastião, desejava enviar alguns Jesuítas como missionários para o Reino de Angola. Ele enumera as razões que o levavam a pensar que o pedido da Rainha deveria ser aceite].

«(...) Una impresa se offereció aora aquí de nuevo, de un reino que se quiere hazer christiano, que llaman Angola, según que darán cuenta á V. P. los Padres, que an ido de aquí. Queriendo la reina despachar vnos embaxadores de aquella tierra, y teniendo intento que fuesen con ellos personas de la Compañía, siéndole respondido que se screueria á Roma, ó al P. Francisco, instó que quería despachar los embaxadores con vnos nauíos, que se apareiauan ahora, y que bastaría por aora que fuesen dos ó 3 para que explorasen la tierra.

Consultándolo entre nosotros, pareció que no se le deuria negar por algunas razones, scilicet, porque no se perdiese la conjunción presente de se hazer siruicio á nuestro Señor en aquella tierra, y porque parece que specialmente nuestro Señor mostraua quererse siruir de la Compañía en aquella inpresa, por la inclinación que los embaxadores tenían á nosotros, diciendo que no querían gente si no de la Compañía, y la reina también así lo dixo: que si de la Compañía no fuesen, no despacharía los embaxadores; y como la dotación del colegio de Coímbra se concluía a entonces, y aun

se trataua della, pareciónos que deueriamos, así por el seruicio de nuestro Señor que se esperaua, como por mostrar la gratitud que deuíamos á la reina, satisfazer á lo que pedía, porque así parece que sería la uoluntad de V. P.

Y uisto esto, le fué dicho que S. A. ordenase lo que pareciese más gloria de nuestro Señor, que de nuestra parte procuraríamos de satisfazer lo que pudiésemos. De manera que S. A. procura despacharlos, y mandar otro embaxador suio, persona acomodada, á lo que se pretende del seruicio de nuestro Señor en la conuersión de aquella gente. Scriuimos luego al P. Francisco todo lo que pasaua, y entretanto se encomienda el negocio á nuestro Señor, y se consultan los rectores y consultores de los colegios, y procuramos estar aparejados para lo que se ordenare. (...)».

Documento 2. Do padre Inacio de Azevedo, ao padre Diogo Laínez. 1558, Mayo, 19. [Lisboa]

Original: Epist. B. Ign. de Acevedo, 2 ff., nn. ant. 656, 566.

Publicado em: *MLain III* 280-281.

[O Padre Inácio de Azevedo escreve ao Padre Diogo Laínez, informando-o do progresso da missão para o Reino de Angola. Relata que tinha escrito ao Padre Francisco de Borja sobre o projecto, e acrescenta que este último tinha respondido enviando um padre por sua conta para fazer parte da missão].

«(...) Acerca de lo que en la passada escreuí á V. P. del reyno de Angola, para donde la reyna pidía algunos de la Compañía con mucha instancia, escreuí al P. Francisco con un mensagero proprio, y he tenido respuesta de Su Rev.^{cia}, y embió juntamente un sacerdote para ir en compañía de otro desta prouincia; y por la instancia que la reyna a hecho, y por las causas que escreuí á V. P., estamos aparejados para el tiempo que ouieren de embiar, que dize el cardenal será en el mes de Julio. (...)».

Documento 3. Patri Jacobo Lainio. 1558, Mayo, 20. [Valladolid]

Original: Epist. S. Franc. Borgiae, 5 ff., n. 101, prius 250.

Publicado em: *Monumenta Borgia*. vol. III. 375-386. Madrid: Typis Gabriellis Lopes del Horno, 1908. 381.

[O Padre Francisco de Borja escreve ao Padre Diogo Laínez, informando-o, entre outras coisas, do envio de quatro Jesuítas, dois sacerdotes e dois irmãos, para o reino de Angola, e expõem-se as razões pelas quais se aceitou a missão].

«(...) Al reyno de Angola uan este Junio dos sacerdotes, y dos hermanos que los acompañan, con los embaxadores de su rey, que han uenido á hazer instancia que uayan

á él personas que los instruyan en las cosas de la fé, porque dessean, assí rey como uassallos, conuertirse, y pidieron en particular para este effecto personas de la Compañía.

No se ha podido faltar á tan justa y santa petición, y quasi prodigiosa, aunque no se enbían más, hasta tener, de *los* que fueren ahora, entera notiçia de la tierra y naturales della. El rey, á lo que se entiende, deue ser muy poderoso, y no sugeto a nadie, ni constreñido á lo que pide, sino de *su* uoluntad; y haverle por uentura N. S. mostrado que esta sola es la uerdadera ley. Bendita sea su misericordia. A los que uan dé V.P. desde allá su bendición, porque la empresa lo mereçe, y el ayuda de las oraçiones de toda la Compañía. Por la copia que con esta ua, se entiende algo de la distancia y naturaleza de aquella tierra. Dé la diuina majestad á esta empresa el éxito, que para su mayor gloria se dessea. (...)».

Documento 4. Franciscus Alvarez. 1558, Junho, 30. [Lisboa]

Original: ARSI Lus.51, 2 ff., nn. 87,88, prius 13,14.

Publicado em: *Litterae Quadrimestres ex universis praeter Indiam et Brasiliam locis, in quibus aliqui de Societate lesu versabantur*, vol. V. 959-966. Madrid: La Editorial Ibérica. 1921. 961.

[O Padre Francisco Álvares, por encargo do Padre Francisco Henríquez, escreve ao Padre Diogo Laínez, informando-o da presença em Lisboa dos embaixadores do Rei de Angola, que tinham vindo pedir missionários e que faziam visitas frequentes ao colégio da Companhia em Lisboa].

«(...) Non te latere arbitror venisse huc ex Æthiopia: regno, nomine Anguola, legatos tres ab illius regni rege missos, qui a regina nostra summis precibus contenderint aliquot illuc viros et vitæ et morum integritate ornatos vellet mittere, qui regem et vniversum regnum fidem christianam erudirent. Qui ad nostrum collegium sæpe venire solent, et cum Patribus nostris aliqua communicare, vt quibuscum illuc reversuri sint, quosque fidei religionisque christianæ magistros et socios sint habituri.

A regina enim acceperunt nullos alios præter quam ex nostra Societate Pates illuc esse mittendos: quæ et a Patre Ignatio petiuit, vt rei illi Patres aliquot præscriberet, quorum aliquot, ni mea me falleret opinio, illi obeundo muneri assignati iam sunt. Quin etiam ex Castella apud nos sunt et P[ate]r nomine Vernedus, et frater Ioannes Roxo, qui illuc certo ituri dicuntur, nisi aliquod interueniat impedimentum, quod Deus omen auertat. Hi enim duo potissimum cum legatis illis agunt, eosque christianæ fidei rudimenta docent. Deus opt. Max. ad cuius gloriam [et] honorem hæc omnia spectant, faxit vt hæc incepta ad finem vsque feliciter perducantur, vt fides religioque christiana per tatum terrarum orbem diuulgetur, et ea iis augusciis et quibusdam quasi angulis in latum et spatiosum campum educatur. Alii, qui et quot futuri sint, ignoramus. Mense autem Augusto vel ad summum Septembri profecturi creduntur (...)».

Documento 5. Pater Ignatius de Acevedo, patri Jacobo Lainio. 1558, agosto, 19. [Lisboa]

Original: Epist. B. Ign. de Acevedo, 2 ff., nn. ant. 657, deleto 567.

Publicado em: *MLain III* 455.

[O Padre Inácio de Azevedo escreve ao Padre Diogo Laínez, Geral da Companhia de Jesus, em Roma, informando-o de que, com a morte do Rei de Angola, a partida dos missionários tinha sido adiada].

«(...) La misión del reyno de Anguola, sobre que otras vezes he scrito á V. P., se a difficultado por algunas informaciones que a auido, scilicet, de ser muerto el rey que auia embiado los embaxadores á pedir sacerdotes. Quedó por rey hun su hijo, y no se sabe aún si tyene los mismos propósitos que su padre; todavía el cardenal, con el zelo que tiene de la honrra de Dios, desea que se effectúe. De nuestra parte están aperçebidos hun sacerdote é hun lego que embió el P. Francisco para esse effecto, y otro sacerdote, y otro lego desta prouincia. (...)».

Documento 6. Pater Ignatius de Acevedo, patri Jacobo Lainio. 1558, Novembro, 02. [Lisboa]

Original: Epist. B. Ign. de Acevedo, 2 ff., n. ant. 657, deleteo 658.

Publicado em: *MLain III* 613.

[O Padre Inácio de Azevedo escreve ao Padre Diogo Laínez, expressando preocupação pela qualidade dos Jesuítas que eram enviados de Castela para Portugal, com a intenção de serem enviados para as missões ultramarinas, e menciona o caso concreto de um, que deveria ser enviado para a missão em Angola, e que queria regressar a Castela, sem autorização].

«(...) Parecióme representar á V. P. que he entendido que se toleran sujetos en la Compañía, que parece será mui gran detrimento della; y esto en Castilla. Vno se inbió aquá que tenía ciertas malencolías, con que juraua y derenegaua y hazía cosas semejantes. He sido informado que ai allá otros de semejantes malencolías. Sin este que digo, que se a imbiado aquá por buen sujeto, como en otra tergo imbiado más larga información, se an imbiado otros con intento de pasar á las Indias, que aquá en ninguna manera se eligieran para ello, á lo que parece, así por falta de juizio, porque alguno sale totalmente dél ad tempus, como por falta de estabilidad en la uocación, porque uno se a querido boluer á Castilla, que uenía para Angola, aun sin licencia de aquá; otros por falta de talento y partes, con que puedan aprouechar entre infieles, y destos an imbiado 4 este año, sin otros 3 ó 4 de la misma manera, que se imbiaron para studiar aquá. (...)».

Documento 7. Pater Ignatius de Acevedo, patri Jacobo Lainio. 1559, Abril, 18. [Lisboa]

Original: Epist. B. Ign. de Acevedo, 2 ff., n. ant. 29.

Publicado em: *MLain IV* 288-290.

[O Padre Inácio de Azevedo escreve ao Padre Diogo Laínez, informando-o de que se sentia inadequado para assumir o cargo de assistente provincial que este lhe tinha confiado recentemente, e ao mesmo tempo exprime o seu profundo desejo de ser enviado como missionário para a missão de Angola, que estava agora a ser preparada].

«(...) En esta diré algunas cosas acerca de vnos auisos ó memorias que V. P. a dado á nuestro Padre prouincial, em que dize que yo le seruiese de memoria, y de executar las cosas de su cargo, uistiéndome de su persona, quitada la authoridad, y uisitase los colegios. (...) Yo también siento interiormente desorden y inquietud con semejantes officios, y el alma me anda siempre deseando lo que por otras tengo significado á V. P., que es ser imbiado á alguna parte de infieles ' ó de gente rude, adonde ouiese trabajo y pinitentia y pocos cumplimientos, como seria la misión del reino de Angola , que agora se pide, para donde siento mui gran deseo y inclinación. Doi de todo esto cuenta á V. P., pidiendo á nuestro Señor le dee a sentir lo que fuera más gloria de su diuina Magestad; y si por mis pecados no mereciere á nuestro Señor ser inbiado (aunque porque haría más falta aquí qualquiera de los otros que allá se podrían inbiar, creo se siruiría el Señor de mi ida) (...)».

Documento 8. Pater Michaël Turrianus, patri Jacobo Lainio. 1559, Abril, 18. [Lisboa]

Original: ARSI Lus.60, 2 ff., nn. 118, 119, ant. 38-40.

Publicado em: *MLain IV* 297.

[O Padre Miguel Torres escreve ao Padre Diogo Laínez, informando-o de que a missão ao reino de Angola tinha sido adiada para finais de Agosto ou princípios de Setembro, e pedia algumas directrizes ao Padre Lainez sobre o assunto].

«(...) La mission de Angola se diffiere para fin de Agosto, ó principio de Setiembre: deseauamos algunas instrucciones de V. P. como las pedimos al P. Francisco quando parecia que la partida estaua más cercana, y la información ua en la copia de la que escreuí al P. Francisco en XVIII de Hebrero passado. (...)».

Documento 9. Carta do Padre Miguel Torres ao Geral da Companhia. 1559, Julho, 29. [Lisboa]

Original: ARSI Lus.60, fls., 137-138.

Publicado em: *Monumenta Missionaria Africana*, vol. XV, ed. António Brásio (Lisboa: Academia portuguesa da História, 1988), 215. 216

[O Padre Miguel Torres escreve ao Padre Diogo Laínez, informando-o de por enquanto não enviava a lista com os nomes e a informação solicitada daqueles que iam ser enviados

para o Brasil e Angola porque precisava de mudar algo nela, mas que enviá-la-ia em breve].

«(...) Con esta se embian nos nombres, y informacion de los que tenemos nombrados para en el Brasil y Angola, partiran todos en el mes de Agosto con la ayuda de nuestro Señor, à al principio de Setiembre. (...) Los nombres y informacion de los de Angola y Brasil no uan porque pareció despues uariar algo en ello, como estuuieren del todo determinados se embiarian con las mas informaciones que V.P. pide. (...)».

Documento 10. Carta do Padre Miguel Torres ao Geral da Companhia. 1559, Setembro, 13. [Lisboa]

Original: ARSI Lus. 60, fl., 146.

Publicado em: *MMA XV 297*.

[O Padre Miguel Torres escreve ao Padre Diogo Laínez, informando-o de que era de opinião que a presença de Inácio de Azevedo era de maior utilidade na província portuguesa, especialmente porque pensava que não se devia esperar muito da missão ao reino de Angola, já que o primeiro interesse do Rei de Angola não era tornar-se cristão, mas estabelecer relações comerciais com os portugueses].

«(...) Quanto a lo del P.^e Dõ Ignaçio para Angola, yo nũca me sathize desta mission, y se me representa que se ha de hazer el fructo que se esperaua quando epeçaró a tratar deste negoçio, porque se tiene por mas çierto que El Rey de aquella tierra ni pide, ni pedio christiandad, que lo contrario, lo que desea es tener trato cõ los Portugueses, y esperasse acá segura las cõiecturas que ay que sera de prouecho temporal para la esta tierra. El P.^e Dõ Ignaçio nos parece que hiziera muy bien este negoçio, mas aca es muy neçessario y aun que otros no se sathizen de su modo, para mi descansame mucho por que siente bien las cosas de la compaia, y es cuidadoso dellas y diligente en executar loque le ordenan, y debaxo de obediencia tiene mas expediente que quando el es superior. (...)».

Documento 11. N. N. 1560, Febrero, 17. [Lisboa]

Original: ARSI Lus.51, 2 ff., nn. 168, 169, prius 335, 336.

Publicado en: *Litterae Quadrimestres ex universis praeter Indiam et Brasiliam locis, in quibus aliqui de Societate lesu versabantur*, vol. VI. 519-525. Madrid: La Editorial Ibérica. 1925. 523-524.

[Da casa San Roche, em Lisboa, escreve-se ao padre Diogo Laínez, informando-o da partida em Dezembro de quatro Jesuítas, dois sacerdotes e dois irmãos, para o Reino de Angola, a fim de evangelizar aquelas terras].

«(...) Para el reyno de Angola, que es en Guinea, allén del reyno de Congo, partieron este mes de Deziembre quatro Padres y [dos] hermanos. Está este reyno de aquí mil y quinientas leguas, onde nunca hasta aora se ha predicado el euangelio. El mismo rey embió embaxadores al rey de Portugal, pidiéndole Padres que le fuessen enseñar el camino de su saluación, con que el rey y el cardenal iffante y los demás señores mostraron gran alegría, y se entendió luego en se effectuar la misión; y con interuinar muchos impedimentos, quiso nuestro Señor dar gracia a SS. AA. que los uenciessen; y se ordenó embaxador para el rey de Angola con dádivas para le ganar la voluntad. Speramos en el Señor que se hará mucho fructo. (...)».

Documento 12. Carta do Padre Agostinho de Lacerda. 1560, Febrero, 18. [Isla de San Tomé]

Original: BNRJ —1-5, 2, 38.

Publicado em: *Monumenta Missionaria Africana*, vol. II, ed. António Brásio (Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1953), 451-457.

[O Padre Agostinho de Lacerda, por encargo do Padre Francisco de Gouveia, faz uma descrição detalhada dos acontecimentos ocorridos durante a viagem de Lisboa, de onde os missionários partiram a 22 de Dezembro de 1559, até à ilha de São Tomé, onde se encontravam no momento em que a carta foi escrita].

«Pax Christi

Detreminosse por la bondad de nuestro Señor la jornada de Angola, como V. P. terá ya auiso de Lisboa, despues de muchos impedimjentos que el demonio puso, como quien ya entiende y reçela será causa de su abatimjento y principio de exalsacimjento del nombre de Jesus en aquella tierra y a ella embia el p.^e Doctor Torres, al P.^e Francisco de Gou[u]jea, y a los hermanos Antonio Mendez y Manuel Pinto, y a mi, spero en nuestro Señor seia seruido en esta jornada.

Partimos de Lisboa en vn buen nauio. 22. de deziembre del año de .59. y saliendo de la barra, ordenó, el P.^e Francisco de Gou[u]jea dixessemos el hymno *Veni creator spi\rit\us*, con una oración del Sp[irit]u Sancto, y luego la Letania jústamēte con oraciones de la Santíssima Trinidad † [Cruz] y de nuestra Señora y aunque a esto no se halló la gente toda del nauio por andar [en] ocupados en el auiamiento del aquella hora, si no fué uno o dos dos que desocupados se allegaron a nosotros.

Salidos de la Barra aũque cõ buen tiempo, luego el Piloto conoció otro que nos hizo, puesto que nos siruio en popa hasta la tarde, y de alli adelante se declaró por contrario, siendo casi por proa; proueyo nuestro Señor por su misericordia, que no fuesse tan forçoso que nos híziesse arribar, que era lo que más temyamos, y assi dando bordos de una parte para outra nos tuuimos con el sin boluer para tras, que bastó para contentarnos [...?...] de no arribar. Desta manera anduimos tres o quatro dias, en los quales nauegamos no más que.30. leguas o poco más, asi por esta causa del tiempo como por jr aguardando algunos nauios del Rey que uenian en nuestra companhia.

En este tiempo nos hallamos todos mal, como es ordinario casi a todos marcarse; proueyo nuestro Señor dar particular esfuerço al hermano Antonio Mendez con que curasse de

nosotros, puesto que a horas ciertas gomitaua como los otros, pero quedaua de allí libre, de manera que podia atender al dicho ministerio.

Lunes luego siguiente, día del nacimjento de nuestro Redemptor, à la tarde, parecierõ vnos ñublados de la color y manera con que suelen venir las grandes tormentas y por tales las conoció y temió el Piloto, y con este propinquo peligro ordenó el p.^e Francisco de Gou[u]ea recorriessemos a nuestro Señor como a verdadero remedio, inuocando la intercession de los santos, y desto se dio recaudo al capitan, que luego mandó adereçar un altar con un retablo muy deuoto de nuestra Señora y en dos candeleros de plata, dos velas de çera ençendidas, y él con todos los del nauío llegados a nosotros de rodillas delante la imagé estuuieron çon gran deuocion en tanto que diximos la letanía con oraciones de la fiesta del nacimjento y de S.^{do} steuan y *pro nauigantibus*. Luego acabado esto el p.^e aunque no bien libre de su maramjento, todauia esforçado en el Señor, conociendo de la gente se consolaria dello, les hizo vna platica de la misma fiesta, animandolos a estar bien en lo que nuestro Señor ordenasse; y parece quiso su diuina magestad con tan pequeña ocasión lleuar nos por consideracion à tan larga jornada, como él en el pesebre tan rezien nacido, deuia estar de los coraçones de algunos tan tibios y remissos como yo, combidandonos que acudiessemos a pedirle la clemencia de que uenia a usar en este múdo, y asi pareció quedaron mouidos y deuotos en la consideracion de la fiesta presente; fué seruido el Benditissimo Niño Jesus al principio de sua nacimiento empeçar luego a obrar sus misericordias y mandar dende el pesebre a los vientos que cessanen y a la mar que ama[n]çasse y esto así tan euidente nos pudiera parecer auerlo oydo de su sacratissima boca, como lo vimos en effecto con nuestros ojos; porque desechos luego los núblados que cõ tan euidente peligro nos amenazauan, mudado el viento en opposito *cú magna tráquillítate* nos siruio en popa toda aquella noche, y de ay adelante aúque vuo variacion en los vientos, todauia nos eran mas fauorables que contrarios; en cabo con el impedimento de los nauios que aguardauamos haziamos poco viage, hasta el ultimo día de Pascha, y otro dia viernes passamos del paraje de la isla de la Madera, que no fué pequeña consolacion y alegría, por la seguridad que teníamos de no arribar a Portugal.

Domingo luego siguiente, último de deziembre, amanecimos a vista de las Canarias, cõ que se continuó nuestra alegría, y a la tarde fuymos en paraje de la Gomera, adonde descubrimos dende la mar una hermita en lo alto de la sierra, que llaman nuestra Señora de Guia; encomédosse luego por el nauio vn p[ate]r n[oste]r y Aué Maria pidiéndole su intercession y guia, saludosse del nauio la hermita con algunos instrumentos que para alegrarsse / lleuauan, y asi duró la fiesta casi toda la tarde, y en cabo della entremetimos nos la nuestra cõ una deuota letanía que se acabó casi de noche, y esta estuuimos toda en calma, por estar entre islas tan juntas que no corre uiento; y otro dia lunes, primero dia del año de .1560. dia de Jesu, nos visitó cõ su misericordia dándonos viento en popa con bonança, porque sin tormenta caminauamos un dia natural con otro a .50. .55. y .57. leguas, que era una prospera nauigacion, hasta llegar a la isla de Santiago en Cabo Verde.

Este día de año nueuo el padre les hizo vna platica de la mesma fiesta con satisfaciõ y consolación de los oyentes. Antes desto dende el .3^o. día de pascua, porque hasta alli no auia auido en alguno posibilidad, empeço el hermano Antonio Medez a enseñar la doctrina a los grumetes y marineros, que auia muchos que no la sabían, ni signarse e asi a días la continuaua el hermano Manuel Pinto, sino quando lo impedia alguna indisposicion, que por esto no ha sido continua la letania, ni otro exercicio sp[int]ual, puesto que cada qual de nosotros en particular, con los que se acierta, les hablan de nuestro Señor, lo que él da aquella hora, encareciéndoles mucho la merced que a todos los del nauio nos haze queriendosse seruir de nosotros en tan alto ministerio, y la virtud que para

esto es necessária, con el buen exemplo que deuen dar vnos a otros, specialmente a los Embaxadores del Rey de Angola, que uan cõ nosotros, encargándoles también la disposición para las confesiones; todo esto con las reprehensiones si alguna uéz se les daa, oyen y reciben de buena gana, que es para dar gloria a Dios y así por su bondad les ha dado gusto de si como parece, porque todos o los más andan por las mañanas unos con rosarios, otros cõ libros de rezar en las manos, encomedandosse a nuestro Señor; es para darle gracias ver la modestia desta gente, porque en el nauio no juran, ni juegan naypes, ni dados, ni otro genero de juego que a las tablas y esto sin precio y pocas uezes y de personas que ni desedifican, ni escandalizan. Dia de la Epiphania, a medio dia, nos pusimos en altura de las jslas de Cabo Verde, que son .500. legoas de Lixboa, y esto de aquel dia y la noche venimos . en demanda dellas, y amanecimos sobre la de Santiago o otro dia domingo, con grande contentamiento de todos.

Surgimos en el puerto a las onze horas del dia, y por venir yo mal dispuesto, fué necessário salir luego en tierra; con el hermano Antonio Mendez, fuymos a la misericordia, adonde casi no auiamos hecho oración, quando llegó un paje del señor Obispo con recaudo que su señoría nos mandaua citar y parecer personalmente ante él, y en este mesmo punto llegó su uicario que iua en nuestra demanda al nauío con la mesma citatoria para lleuarnos a su casa; / yo trabajé quanto pude escusarme, por estar mal dispuesto, y no me valió. Vuimos de jr, y recibió nos el señor Obispo con tanto amor y charidad que no lo see significar a V. P.; a la tarde salió en tierra el p.º Francisco de Gou[u]jea y el hermano Manuel Pinto; vino a visitar al Obispo, que los recibió como he querido dizir a V. P., con que muestra la afficion grande que tiene a la Compañía; y aunque el p.º boluio aquella noche al nauio, por ciertas confesiones que alia auia de hazer, todauia yo quedé en casa rehén de que el p.º auia de boluer otro dia para estar en su casa hasta partirnos, como estuuieron diez dias los hermanos que fueron para el Brasil un mes antes. Otro dia por la mañana salió en tierra él p.º y el hermano y él capita con gente del nauio; confessaronse algunos y recibieron él santissimo sacramento, siendo él primero él Capitán.

Jueves luego siguiente .11. de Henero, a las ocho horas de la noche partimos de Santiago; tornamonos todos a marear de nueuo, aunque duró poco, bendito nuestro Señor, y esforçados en el tornaron los exercícios sp[í]rituales como antes, aunque se tuuo otra orden de que el tiempo avisó, y fué llamarlos a todos cõ la campanilla; como a las tres horas después de medio día recogense todos en proa y ordenados en p[ro]çession uiené assi a popa cantando los mandamientos al tono y modo desta tierra, y llegan hasta donde estaa puesta vna imagem en vn lugar bien adereçado, a manera de altar; y los primeros dias empeço el p.º Francisco de Gou[u]jea a dizirles algunas cosas sobre las oraciones que les enseñaua y darles a cada vno lición particular de que diesse otro dia cuenta, y danla cõ mucho cuydado y están muy ap[ro]uechados.

Después continuo esto él hermano Antonio Mendez a quié nuestro Señor dio particular don de hablar del con grande feruor y charidad; esto haze cada dia con grande satisfacción y prouecho de todos, como lo yo oygo a muchos hombres ya de edad, que han hecho muchas viages por mar, que nuca tan contentos fuero en su vida, ni vieron en navio marineros ni passajeros de tanta deuocion y virtud como en este; y destes hombres que digo auia muchos o los más que sacados de pater noster y aué Maria y credo no sabían palabra de lo demás y aun esto mal sabido, y mal pronüciado, y agora por la bondad de Dios andan todos estudiando lo demás de la doctrina según nuestra usança. Todas las noches se pone una jimagen de Nuestra Señora en lugar adereçado para ello, y se llama a la letania con campanilla; viene todos y con mucha deuocio están a ella y responden en tono; acabada la letania y oraciones encomiéndose vn pater noster y aué Maria por nuestro

viage, y otro por las animas de Purgatorio, y en fin desto toca la campanilla a las aué marias; los domingos todos les haze platica el padre como empeçó.

Dia de la Purificación de Nuestra Señora, a petición de la gente se ordenó la bendición de las candelas y para ello hizo se un altar al pié de la mezana muy bien adereçado y en el puestas todas las candelas que en el nauio auia que eran muchas y puestos todos derrodillas se empeço la bendición cantada, ordenados dos coros, vno de bozes que lo saben bien hazer y otro de trompetas; concertarō se desta manera: los versos de *nunc dimittis*, dizian los cantores y la repetición del verso *lumen ad reuelationem*, dizian las trompetas, y todo con tan buena orden como si muchas uezes lo uuieran hecho; acabada la bendición repartiéronse las candelas y encendidas en las manos todos en procession con la letanía cantada fuymos por el nauio y a la baxada de popa hezimos una stacion con trompetas y otra en proa y otra a la subida de popa, y llegados al altar se acabó la letanía y en fin della les hizo el p. e una platica; de todo quedaron todos muy contentos y consolados teniendo todo esto por cosa nuca vista ni hecha en navios, como quié no auia jdo con p^{es}. de la Compañía a Jndia.

De Santiago acá añ que tutumos algunos dias de calmas, todauia venimos bié, bendito Nuestro Señor, respecto de otros que tardaron mucho más que nosotros, porque en 1200 leguas que pone de aqui a Lixboa, venimos en 55 dias, viniendo otros en tres y quatro meses, como aqui los hallamos.

Llegamos a esta jsla de Sant Thomé miércoles 14 de febrero, todos con salud, bendito Nuestro Señor, au que en surgendo vino un batel a bordo y lo primero que nos dixo fué que en la cibdad morían cada día 20 y 30; otro dia jueues salimos en tierra y diximos missa en la Misericordia y acabando vino vn recaudo del Señor Obispo que nos aguardava a comer. Holgó mucho con nosotros y mostró deseo que uuiesse aquí padres y collegio de la Compañía, siquiera de quatro, y se entiende que aya en ellos quien le ayude a predicar, parece se haría grande seruicio a Nuestro Señor, co mucho fructo, por ser los de la tierra muy viciosos, según todos dixen, y con la deuocion y opinión que tiene de la Compañía aprouecharse yan mucho.

Aquí nos dan todos muy grandes y buenas nueuas de Angola, asi de la calidad de la tierra como de la gente; espero en Nuestro Señor, obrado él según su misericordia escriuremos a V. P. de alla grades cosas para gloria de Dios y consolación de todos. Hasta agora, por auer tan / poco que llegamos a esta Jsla, no se ha offreçido que scriuir; confessamos cada dia de los de nuestro navio hasta auerlo hecho todos. En lo demás que aqui se ha de negociar por parte de la Reyna acerca de algunas deshonestas costumbres que en esta tierra ay de mucho tiempo, de las quales trae la solicitud el capitán de nuestro navio, espero en Nuestro Señor ternan buen fin, porque los más de los que lo han de executar están bien en ello. Y por estar este nauio de partida pareció al p.^e Francisco de Gou[u]ja que con el escnuiesse a V. P. lo que hasta aquí ha passado, conforme a la instruction del p.^e Doctor, que lo mandó asi. De aqui me parece partiremos en breue, porque no estaa la tierra para estar mucho en ella. En los sacrificios y oraciones de V. P. y de toda la Compañía nos encomédamos; él Señor nos dee su gracia para cumplir entéramete su santissima voluntad. Amen. (...).

Documento 13. Carta do irmão António Mendes ao padre Geral. 1563, Maio, 09. [Lisboa]

Original: BNRJ - 1-5, 2, 38.

Publicado em: *Monumenta Missionaria Africana*, vol. II, ed. António Brásio (Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1953), 495-512.

[O irmão António Mendes escreve ao Padre Diogo Laínez, informando-o detalhadamente de tudo o que tinha a ver com o progresso da missão: descreve os detalhes da viagem, a data de chegada ao reino de Angola, o tempo passado no mar à espera da resposta do rei, as mortes do padre Agostinho de Lacerda e do irmão Manuel Pinto, os primeiros contactos com o rei de Angola e as primeiras dificuldades na missões, as características da terra e os costumes dos nativos].

« Ya V. P. será informado como de la casa de San Roque de Lisbona fuímos enbiados dos padres y dos hermanos a Angola. Partimos de Lisbona en el fim de disiebre y llegamos al puerto de la barra de Angola a tres dias del mes de mayo de 1560. Anduimos en el viage cinco meses, passando primero por dos Isllas, conuiene a saber: Cabo Verde y Santo Thomé. Salimos é la isla de Cabo Verde a tomar refresco. / En la qual nos recibio el obispo dalli, que se llama don Francisco [da] Cruz muy amiguo en estremo de los de la Compañia; estuimos en *su* casa cinco dias, del qual reçibimos muchas charidades y nos ofrecia nueue bueis para noestro viage; dos dellos le tomamos. De los quales un dimos a la gente del nauio y el otro salamos para nosotros; day nos partimos a la isla de Santo Tomé, que son siete cientas legoas de una isla a otta y de la isla de San Thomé a Lisbona son mil y docientas leguas; é la qual isla salimos todos a tierra y alli hicimos que se confesasse el capitan con toda la demás gente de los nauios, que eran por todos setenta y tantas personas, lo qual causou grande deuociõ en toda la gente de la isla y quedó tan mouida que creio que se estuuieramos ay mas tienpo lo izieran todos; el tienpo que ay instuimos fuerõ 15 dias y parte dellos fué por conplir ciertas cossas de seruicio de Nuestro Señor, que acá en Portugual nos fué encomendado por la obediencia; es esta isla muy necesitada de Doctrina, porque la más de lá gente que a ella uiene es por su proprio interesse y tanbié por ser la tierra muy enferma; assi que al cabo de los dichos 15 dias que alli estuimos nos tornamos a embarcar y prosiguimos nuestro viage, [h]asta llegar a la costa de Conguo, por la qual fuímos [h]asta llegar a hú rio muy caudeloso que sale del sarten de la tierra de Conguo; este rio entra con tan grande inpeto en el mar, que hase cõ su furia esperar alli los nauios por tienpo reçio, para pasar de la otra parte del rio; por el qual rio entramos nosotros dentro y llegamos a un puerto que se llama Pinda. Ay nos proueimos de leña y agua y assi tornamos a salir del rio y proseguir nuestro viage hasta lleguaremos a la boca de otro rio, que [es] el de Angola.

A donde como llegamos enbiamos luego un hombre portugues con huno de los dos enbaxadores, que auia venido de Angola a pedir la christiandad, los quales fuerõ por la tierra a dentro con recado al Rey de Angola a decirle como éramos lleguados nosotros con hun enbaxador del Rey de Portugal para lo hazer christiano, y a todo *su* / Reino; los quales hombres fuerõ hasta llegar a la çiudad a dõde estaua el Rey, que só 60 legoas por la tierra a dentro; pusierõ 49 dias en el camino, en el cabo de los quales vinierõ con este recaudo, diciendo que el rey dAngola se auia holgado mucho cõ la lleguada nuestra, por causa de las cossas que le trayamos de Portugal, que es lo que ellos desean mucho é su tierra. Mas de se hazer christiano no respondia nada. Solamente mandaua dizer al Capitan que fuesse con el hatu y ropa que le mandaua el Rey de Purtugal (a quien el llama su hermano), porque los negros que auian venido de Purtugal cõ nonbre de sus enbaxadores y *de* su parte pidierõ al Rey la christiandad y juntamente con esto algunas cossas para el

Rey, como só hun cauallo y vna mula y algunos oficiales como só carpinteros, herreros, sastre.

Estos sobre dichos enbaxadores vinierō a la isla de Santomé, é la qual isla estuierō 9 años sin se hazer ningun caso dellos; a cabo de todo este tienpo no faltó quié les aconsejasse pidiessé la chrisriandad y dixissé que su Rey queria ser chrisriano, por que desta manera le dariá embarcaçió para sua tierra; y anssi lo hizierō; y el Rey como zelozo de la honrra de Dios, penssando ser verdad lo que ellos dizian y pidiá, determinó de ēbiar su ēbaxador y padres de la Companhia para tan santa obra, como parecia; de manera que no quedamos satisfechos deste primero recaudo, y determinamos de ēbiar otro segundo recaudo a dizer al Rey que era lo que respondia de la christiandad y que él enbaxador al Rey de Portugal no iua a su tierra sino por causa de los Padres, para lo hazierē christiano. Y tanbiē por essa causa le enbiaua el Rey de Portugal hũ presente, agradeçiendole mucho el bue deseo que tenia de hazerse christiano; y este recaudo lleuó vno de los que se diziã ēbaxadores, y llamauasse Dō Antonio y *en* su companhia fué otro hōbre preto, él qual lleuauarnos por nuestra lengua, y este mismo fué causa de *se* pedir la tal christiandad, porque avia uenido con los mismos ēbaxadores de Angola y era buē lengua; anssi que enbiados estes dos hombres pretos esperauamos su recaudo para cō mas sertidunbre ētraremos / ē la tierra; ē este tienpo erã ya pasado 4 meses que estáuamos sobre amarras en la costa del mar, junto a la boca del Rio que sale del sertan de la tierra dAngola; aquí nos adolecio mucha gente y nos morrierō 10 personas, antre las quales fué vno el padre Agustin de Lacerda, que Nuestro Señor quisso lleuar para si; morio de calenturas ē la tierra a orilla de[l] mar, dentro ē vna casa de paya que tínamos hecha, dōde se dizia missa y comunguáuamos; y él padre él mismo dia que murio se auia confessado y comulgado y comido có nosotros a una mesa, estando é p[i]é; mas a la tarde le dio un rezió frio y luego uino la calentura tan grande que le quitó el juizio y la habla; diosele luego la extrema untiō y anssi istuimos con él ayudandole hasta que ispiró como hun paxarito; y istuimos con él aquella noche por 3 personas -s- un padre y vn hermano y otra persona que por su deuotiō nos aconpanhó ally aquella noche; la más gente estaua en el mar en los nauios y luego como amañeçio le hizimos el officio de los muertos, el padre Francisco de Gouuea *sus* missas y nós os psalmos, como se suele hazer en la Conpanhia; enterramos le al pié de vna sierra, a la orilla del mar, con una cruz a cabeçera.

Tanbiē nos morierō ally juntamente con él nueue hōbres. Recebidos los Sacramyentos anssi de la Confessiō y Comuniō como los más, porque todos nos morierō en las manos. Quando uno que morió en el rio de Angola, y lo comyo un lagarto mui grande, porque los ay en el rio de Angola muy grandes e mui largos y tragan vn hombre de um bocado, estuue toda la gente alli muy enferma y quassi a la muerte, porque nõ teniã ya que comer sino harina de la tierra cozida, que trasē los negros a vender alli. Cerca de la mar moraua un Señor que se llamaua Mani Corinba y obedecia al Rey de Angola y de Congo, por que está en la raya entre vno y otro; este se quería hazer christiano con toda sU gente y se mostraua muy amiguo de nosotros y nos dio tres bois y algunas cabras y anssi otras cossas de corner que tenia é su tierra. Este mesmo trazia vna cruz al cuello y preciauase de traerla y haciendo algunas senalles de christiano.

En este tienpo lleguó el segundo recaudo que auíamos enbiado al Rey dAngola y / con los nuestros un hombre de casa de su heéhicero major, diciendo que su Rey se queria hazer christiano y que fuésemos nosotros, na [h]ora buena y que no queria alla otra cosa sino a nosotros y que ya sabia las cosas de aqua de baxo y que nós le ensenariamos las del çielo; e assi con este recaudo detreminamos de desenbarcar el hato y partirimos para donde estaua él Rey y fuímos por el rio a dentro 30 legoas; nosotros yuamos en el batel

del nauio por que era muy grande y con mucha parte de nuestro hato y juntamente con nosotros yuan muchas almadias co la más gente y hato.

Son estas almadias hun cierto genero de barcos hecho [s] de un palo muy grande y largos, de que vsaõ estos negros por los tales rios; es este rio muy grande; ay en el muchos animales caualllos marinos. Son estos muy grandes y feos; tienē quatro piés como los nuestros y sō muy gruessos (?) y comē los los negros de la tierra; *es* la carne como de puerco, muy blanca; y de vna banda y otra del rio ay muy frescos canpos y valles y [h]a luguares, ay algunas poblaciones de los negros, porque en los despoblados andá muchos elefantes paseando y ay muchos palmares.

Y salidos de la naueguaciõ del rio fuímos recibidos de un Señor de aquel puerto, uasallo del Rey dAngola y nos mandó dar de comer y istuimos con él dos dias, en los quales ajuntó toda su gente y *nos* mandó llevar a las cuestas dellos y todo nuestro hato hasta lleguarmos a otro Señor que seria dalli 5 legoas, él qual nos recibio de la misma manera que él otro; y desta manera venimos todo el camino hasta la cibdad a donde estaua el Rey; ay desde la barra del mar hasta onde mora el Rey 20 vasallos suyos y esto por el camino por donde nosotros yuamos, fuera los más que estan por la tierra dentro, que segū supimos de los negros son más de 500 y estos todos pagan tributo al Rey dAngola; lo que le pagã son muchos bois y cabras galinas y todo lo que tienē ē sus tierras.

Lleguados a la cibdad donde estaua él Rey nos salio a recibir mucha gente y llevaron nos a aposentar a casa de su hechizero maior que se llama Manidongo, ē 3 casillas de paja / y el mismo Manidongo nos vino a uisitar luego y nos dio da parte del Rey galinas y cabras y harina y muchas calabças de vino de palma y algunas fructas de la tierra y istuimos algunos dias primero que lo víssemos, porque tiene por custunbre quando alguna gente uiene de otra tierra a la suia estar algunos dias antes que los ueja; y a cabo de 4 o cinco dias nos mandó llamar que fuéssemos donde él estaua, para nos uer y hablar; al qual primero que lleguássemos passamos diez o doze porterias; todas tienē sus porteros con llaues; es esta su cibdad toda cercada de arboles y palmeras que le siruē de muros y estan muy juntas vnas con otras y texida con paga muy gruessa y con las mismas palmas, de manera que no puede entrar ninguno dentro de sus muros sino por las puertas; a la primera porteria que llegamos está vn páteo muy grande y tiene muchas arboles muy grandes al deredor del y sale él Rey muchas vezes fuera a este páteo donde se ajunta con todos los suyos y allí manda hazer muchas justicias de los males hechores; es esta portería una casa grande y tiene dos porteros, uno a la entrada de la puerta otro a la salida, por que tiene dos puertas; y salidos desta porterya fuimos por una calle dentro, la qual uá en bueltas hasta lleguarmos a otra porteria y assi las passamos todas y fuímos a otro páteo muy gráde adonde él Rey tenia una casa a manera de alpendre; era muy grande y toda llena de columnas de palos muy gruessos y horrada toda con hesteras pintadas, y por baxo arguamasada, ē la qual casa estaua él Rey assentado en una cosa quadrada; era de palmas a manera de asiento de mugeres y tenia en la mano un cuerno por do [nde] beuia el uino y v na gran calabça llena de vino en el medio de la casa y mucha gente asentada corn él y él y todos los más beuiendo vino por sus cuernos; y todo el dia beuē, por que lo tienē por muy grande honrra y del beuer hazē mas cuenta que del corner; entrados a do[nde] él estaua nos recibio alegremente mandando nos asentar cahessi y nos conbidó cõ vna fructa que él estima mucho (que se llama ē *su* lengua *cola*) aun que a nosotros amarguaua mucho, a ellos sabē biē; y tanbiē nos mandaua que beuessemos de su vino / delante del por nos hazer mucha honrra; y con el presente que le lleuaua él enbaxador que yua cõ nosotros holguó mucho y le pareçia que no auia otro tan grande como el, pués el Rey de Portugal enbiaua tales cossas, por que las nuestras cossas entre ellos ualé mucho y sō de mucha estima; y tanto que él Rey traye vna tira de pano açul y otra de frisado señidas

deredor de la sintura y esto por particular priuilegio, por ser Rey, y los otros Señores no pueden llegar a tanto; y el pano frisado; especialmente estiman mucho aun que sea luto y sea frisado; el presente que le ĩbiaua ĩl Rey de Portugal era -s- vna mula muy buena con dos guarniçiones -s- vna de terçio pelo carmesin dorada y a la otra plateada, y dos lebyleles (?) y 4 patas y huna silla guarneçida de terçio pelo carmesi y un so[m]brero blanco forrada de lo mesmo y unos borziguins y otras cossas menudas.

Como le dimos estes presentes ĩl nos mandó dar dos bueys, vno al ĩbaxador y otro a nosoutros y assi muchos capones y cabras y mucha harina y algunas diez o doze calabças de vino y fructas de la tierra; y anssi le ĩpessamos a hablar y, a lo que íuamos, que era acerca de la christiandad, diziendo que por esso le enbiaua ĩl Rey de Portugal aquellas cossas, porque fuese christiano y que si ĩl y todo *su* Reyno quiziessē aceptar el agua de baptismo y dexar sus gentilidades y dar nos los niños sus hijos para los doctrinarnos y enseñarnos la Doctrina christã y enstruir en la nuestra sancta fee chatolica, que ĩl tendria a ĩl Rey de Portugal por hermano y amigo y le mandaria nauios a su tierra y comunicaria con ĩl, y seria *su* Reyno ennobrecido con los portugueses; de modo que a todo esto respondia que si y que queria los padres en su tierra y hazer se christano y darnos sus hijos para los enseñarnos; y ansi nos dio loguo 15 o 20 niños sujos y de los principales de sua casa, los quales enpeçamos luego a enseñar con mucha alegria, pensando irē ja y nós adelante con esta santa obra y ja muchos dellos sabiã persignar se y parte de la Doctrina y nos eran afiçionados en extremo por que nos mostrauã grande amor y reuerençia y nos trayan de casa de sus padres harina (?) y otras cossas de corner; enpero no quedó mucho tienpo que nos tornó a quitar los niños y robar de todo quanto lleuãuamos, assi ĩl enbaxador y más gente como a nosotros, aun que con nosotros usó mas piadosamente dexandonos / algunas cossas de la yglesia para se dizer missa y llamandonos traydores que le íuamos a ispiar su tierra con el *pater noster* de mentira y que nos tenia de desterrar para otra tierra muy lexos de la suya; y ansi a los sujos enbaxadores que auian ido con nosotros mandó luego hender las bocas y después le cortarō las cabeças y la causa no la supimos de cierto, porque fué somente, se dizia, quel Rey [de Congo] auia mandado dizer al Rey dAngola que ollase por su tierra que nosotros que íuamos alla para uer se teníamos plata o oro para le tomar ĩl Rey de Portugal a tierra y que no se fiasse de nosotros; y esto fue por que ĩl Rey de Congo no podia sufrir que nos otros fuésemos [a] Angola, por causa que ĩl solia a mandar presentes a ĩl Rey dAngola de las cossas que le yuan de Portugal antes que nosotros fuéssernos y ĩl Rey dAngola le mandaua tambiē en paguo desto muchos bueis q ganado menudo, porque la tierra de Congo es muy estérile destas cossas de criaçiō y Angola muy abundosa; esta fué la causa por que ĩl Rey de Congo mandó dizer estas cossas atras.

Ansi que después que nos robó a todos y quitó los niños mandó que ningunos de nosotros se fuessē de su tierra ni mandassē ningun recado a los nauios que estaua[n] esperando ĩ la mar, que era de alli 60 legoas; y los nauios aviendo ya onze messes que estauan sobre amarras esperando nuestro recado, uiendo que no venia recado ninguno y ellos no teniã ya que corner ni amarras por el mucho tienpo que estauan ĩ la mar, se partirō de alli y fueró a la isla de Santo Thomé sin recado ninguno nuestro.

Después que ĩl Rey de Angola supo que nuestros nauios se auian ydo de su puerto a Santo Thomé y que no tiníamos ĩ barcaciō, detreminó de despachar alguna de nuestra gente para que se uiniesse pera Portugal y que quedãsemos ĩ su tierra detenidos ĩl enbaxador y dos de nosotros -s- el padre Francisco de Guouea y io y que toda la más gente se fuésse; y mandó dar a todos los que se uinian esclauos a quien dos a quien 3 a qui ĩ diez y como le parecia y la gente holgaua mucho de se uinir aun que no tinia embarcaciō, por se uerē fuera dellos, todauia se vinierō algunas 30 personas y con ellos un nuestro hermano,

Manuel Pinto, quedando nosotros e la tierra retenidos con algunos que por su voluntad quisierõ quedar alla; y los que quedamos éramos por todos nueue y uno morio después; y la más gente se fué a la barra adonde auian quedados los nauios; / y como nos los hallarõ, quiso Nuestro Señor que hũ Señor que alli moraua cerqua la mar, amigo de los portuguesses, le dio una almadia muy grande en que cabiã 50 personas, echa de un solo palo, porque los ay alli muy grandes y largos, y nosotros vimos alli palo que tenia cinquenta palmos al deredor y lo midimos el padre [La]cerda e yo, y asi le dio otras almadias pequenas en que fuerõ al luengo de la costa del mar hasta llegar al puerto de Congo con mucho trabaio y alli hallarõ un nauio que los lleuó a la isla *de Santo Thomé*; y ally morio el hermano Manuel Pinto de camaras de sangre y ènterraron le e la Misericordia los clerigos de la isla con mucha charidad, porque nos tienē allí mucha deuoiõ todos los moradores y desean alli tener padres de la Companhia y es gente de mucha limosna los naturales de alli y muy riqua.

El capitan de la isla de Santo Thomé como uio que los nauios de Angola eran llegados y que se auia uenido por falta de amarras y de no tener proueimento y sin recado ninguno del enbaxador y padres de la Companhia, ni saber *si* auia él Rey dAngola aceptado la christiandad, mandó luego uno de los dos nauios, él mas pequeño, que se apareiasse y boluesse a saber de nosotros y del enbaxador, mandando algũ prouimiento, como vino y harina pera se dizer missa, y bisquicho y juntamente los del nauio lleuauã algunas cossas pera daren a él Rey dAngala, como sã cossas de mercadaria pera que se las pagasse; y assi se partio este nauio y llegó a la bar[r]a en deciembre de 1562.

Ynbiados llegados inbiarõ luego un hombre por la tierra dentro a saber de nosotros. Este hombre era muy buē luenga y piloto del mismo nauio, porque en otro tienpo auia estado en Angola y por esto lo enbió él capitan del nauio a la tierra y otro hombre preto con él; los quales como fuerõ por la tierra adentro él piloto adaleçio y estuuu quasi a la muerte de camaras y como el camino era muy larguo y ay sienpre muchas calores en aquellas tierras, quando llegó asima a donde estaua él Rey eran ya passados 3 meses y los que quedauan en el nauio ya se querian boluer, por la grãde tardança y tanbiē por no tenerē amarras pera mas tienpo y el scriuiano del nauio *se* auia ya muerto, ahogado en el mar; y como este hombre legó habló al Rey y dixole como uenia saber de nosotros y de la christiandad, y se queria ser christó porque no auia despachado biē la otra gente que se auia ydo en almadias y se tanbiē no queria ser christõ que nos dexasse venir pera Portugal y al enbaxador; y el rey le respondió que lo haria mucho biē con ellos y que le pesaua de lo que auian usado cõ los otros y que querian enbiar presente al Rey de portugal en aquel nauio; y ansi hizo scriuir a este hombre otra del nauio, que fuessē alla a la tierra con la hazienda que trayan y esto sin recaudo y carta nuestra, sino solamente por dicho del Rey dAngola y del piloto que auia ydo alla; y los del nauio como vieron alla este recado del piloto y Rey dAngola y no lo nuestro espantaronse / mucho pués no yuan a otra cosa solamente a saber de nosotros, que auia ya tanto tiēpo que alli esperauan, de modo que no quisierõ salir del nauio nē mandar ninguna cosa, pués no tenian ningũ recado nuestro, mas escriuieró al piloto diziendo que se querian luego boluer y que si él quería alla quedar quedasse, que ellos no se querian yr a meter en las manos de los negros, pués ya auian robado la otra gente y tanbiē no tenian recado del enbaxador ni padres que alla estauã, ni teniã que comer y tanbiē le avia mandado él capitan de Santo Thomé que no estuiessē más en la barra esperando que 4 meses y ellos eran ya passados; y como este recado tornó asima a él Rey dAngola y al piloto, porque nosotros no éramos ya oydos y él Rey supo que el nauio se queria boluer, habló con él piloto y ambos consultaró que seria bueno enbiar luego vno de nosotros al nauio con mucha gente suya y para que los del nauio supuessē que nosotros éramos biuos yua pedirle que nos diessē la hazienda que trayan y

que no se fuessē y que él lo haria mejor con ellos de lo que auia hecho con los otros; y mandó al capitan y al padre Francisco de Guouea escreuiessē al nauio que enbiassē el hato y sino que nosotros lo auyamos de pagar, amenasandonos y diciendo que nosotros éramos la caussa porque ellos no veniã asima con el hato; de modo que escreuiērō los dos, el enbaxador y el padre a los del nauio, diciendo que ya que auian venido a saber de nosotros y traian hazienda y lo sabia él Rey dAngola, que la enbiassē, pués poquo se perdía en ello y nosotros corríamos risco y que él Rey nos ponía la culpa se se ellos fuessē con la hazienda que auian traydo, y que ya puede ser que él Rey lo haria bien con ellos *si* ellos ally pudiessē esperar aynda un mes, o tanbiē nos enbiaria a todos en su nauio o a dellos; y ansi determinó que viniessē yo al nauio con estas cartas y tornasse a boluer otra vez adonde él estaua con la hazienda y ansi tanbiē uenia yo enbiado por el padre Francisqu de Guouea y por el enbaxador para que boluesse, porque assi fiaria él negro mas de nosotros; y luego mandó él Rey comiguo un Señor de la tierra que se llamaua Hongaxisa y con mucha gente de guerra que me trayá como preso, pera otra uez me tornarē a lleuar a la tierra.

Pareció biē al padre Francisco de Guouea que ya que io venia al nauio que seria bueno traer algunas cossas de la yglesia, como eran las Santas Reliquias que tenemos alla muchas, que nos auia dado la Reyna de Portugal quando fuímos, y ansi tanbiē algunos hornamientos de yglesia, porque alla corrían aquellas cossas risco antre los negros, y mas tanbiē no tínamos esperança ni viamos parejo en ellos pera se hazerē christianos; y ansi truxe todo esto escondido, aunque fué piligro; mas quis Nuestro Señor ser seruido que uino todo a Portugal, aunque quedarō alla muchas cossas muy buenas en poder de los negros; y ansi me dispidi del P.^o y enbaxador cō muchas lágrimas; y vinierō comiguo hasta un buen rato por el camino, que no se podían apartar con la salud que tenían de nuestro apartamyento; y causaua esto tanta admiraciō en los negros de la tierra que venian mucha parte/ dellos a uer esto y el amor que tenemos vnos a los otros, por que ellos alla es gente que no se aman mucho, antes si el hijo pudiesse matar al padre para quedar en sus bienes la haria, como lo hazē algunos.

Ansi me truxerō los negros como preso estas 60 legoas hasta lleguarnos a la barra; y el nauio no estaua ya alli porque se avia ido dalli cinquo legoas a una barra que era mas abriguada de los vientos y assi fuymos hasta donde el nauio estaua. Como la gente del nauio supo que yo yua, fué tanta la alegria que reçebierō, porque auia ya 4 meses que ali estauan sin saber siertas nueuas de nosotros; y ansi vino luego el batel de su nauio a tierra y truxo algunas cossas de corner con que nos conbidarō y él Señor que yua conmiguo se holgó mucho con esto y me dio luego licencia pera ir al nauio a pedir y hazer desenbarcar la hazienda que viniamos a buscar'; y ansi mandé meter las Santas Reliquias y ornamentos de yglesia en el batel y me fuy para el nauio; y como entré en el nauio luego di cuenta al capitan y a la demás gente a lo que avia uenido darriba, conuiene a saber, a buscar el hato, y le di las cartas que traya que dician lo mismo; ellos me responderō que quanto [a] la hazienda que yo venia a buscar que de buena voluntad me la darian, mas que yo en ninguna manera auia de boluer al Rey dAngola, pués Dios entre ellos me auia traído y que el nauio no podia esperar alli mas tienpo, por que no tenia ya amarras y que fuésse con ellos a las islas de Santo Thomé y que allá pidiríamos otra embarcaciō para tornar ally a esperar recado del Rey dAngola, pués ellos no podian; de modo que no quizerō mas dexarme salir en tierra, mas la hazienda que traya[n] me la dierō, que yo la enbiassē y hiziesse lo que me pareciesse; la qual hazienda yo tomé y la mandé por dos uezes en el batel a tierra, al negro que estaua esperando por mí en la playa; el qual como recibio la hazienda que yo le enbiaua, mandó luego dizir que fuesse yo, porque me estaua esperando; él capitan del nauio le mandó dizer de la mar que yo no

podia tornar con él porque auia de ir a la isla de Santo Thomé a buscar otra embarcaciõ para boluer alli, porque el nauio no podia alli esperar mas; él negro con este recado mostrõ sentirlo mucho y dizia que tornásemos a tomar la hazienda y que fuésse yo, que no se queria ir sin mim; yo quando esto uy torné a insistir corn los del nauio que me dexassẽ tornar a boluer con él; enpero no me lo consedierõ; escreui entonces dos cartas, una para él padre Francisco de Guouea y otra para el enbaxador, en que les daua cuenta de lo que passaua y de la hazienda que les enbiaua y de como fué forçado de los del nauio ir a la isla de Santo Thomé y alli pidir otra embarcaciõ para ir a la barra dAngola y mandé las cartas al negro y el todauia se fué con la hazienda y nosotros nos partimos pera la isla de Santomé, adonde llegamos en el mes de majo de 1562, adonde él capitan de la isla y el bispo me recibierõ con mucha charidad, a los quales di cuenta de mi venida y de las cossas de Angola y como venia a buscar otra embarcaciõ para boluer otra vez a Angola, por amor de aquella gente / que allá quadaua retenida.

Al capitan pareció bien que yo boluesse a la primera; ya si lo determinaua. mas al obispo nunca le pareció bien mas lo estoruaua, de modo que al vno y al otro pareció biẽ y concluyerõ de me enbiar a Portugual en vna naue que queria partir naquel tienpo, para venir a Lixboa a dar informaciõ a la Reyna y cardenal de lo que pasaua; y desta manera me parti de la isla de Santomé para Lisbona; puse tres messes y medio en el viage y llegué a esta casa de Sant Roque mediado setiembre, adonde me recibierõ los padres y hermanos con la charidad acostunbrada, dando cuenta al padre prouincial [de] la causa de mi venida; el padre doctor Dieguo de Miron, que aqui está aguora en lugar del prouincial, trabaja lo posible con el Cardenal, con que aya alguna manera de se enbiar por aora (?) gente, esto es, quanto a mi viagẽ de la yda de Angola.

Quanto a la disposiciõ de la gente y tierra de Angola, él Rey es muy temido de *los* sujos, por que haze muy grande justicias en ellos y no ay dia ninguno en que no mãde hazer justiciã y principalmente mata muchos hechiceros quel tiene para si que pueden hazer llouer y no llouer, porque quando no llueue y la tierra tiene necessidad de agua para sus mantinimyentos, mandanles que hagan llouer y como no es en *sus* mano[s] hazerlo no llueue; y él Rey ayrado dellos manda matar a muchos; y nós vimos en un dia matar 11 juntos; él Rey lo más del tienpo haze guerras, por que tiene muchos vasallos, los quales vienẽ con toda su gente quando sõ llamados del Rey; y destes escoje el Rey para capitanes los que le parece y assi los enbia a diuersas partes quien con diez, quẽ con cinco o 4 mil, etc., repartidos, porque tiene muchos otros Reys a el comarcanos que continuamente le hazẽ guerra, como sõ él Rey de Quitango, él Rey de Banguela y otros muchos Señores grandes que juntamente le hazẽ guerra; y estando nós allá en la tierra uimos ajuntar serca de 50 mil hombres y ueniã de mil en mil, en escadrones a escaramusar y hazer sus modos que suelen hazer en la guerra, en un muy grande canpo donde estaua él Rey con toda su gente asentado, mirandolos; y como acabaua hun escadron hazian todos sierta señal de acatamyento al Rey y pasauan adelante y luego venia otro, hasta que pasauã todos; y estos fuerõ con toda esta gente sobre doze Señores grandes que estauan aleuantados contra él Rey y los captiuarõ a todos y [a] las mugeres, hijos, esclauos, con mas de 3 mil bueys y mucho ganado menudo, mucha cobre y marfil, y esto todo passó por donde nosotros moráuamos.

Otra guerra hizo y fué él en persona con ella sobre hũ Rey de Bangulla y lo captiuó y mandó matar y puzo dos hijos suyos en el mismo Reyno, dando a cada huno ametade y que le paguassẽ tributo todos los años, y ellos depois que se uierõ ã pcessiõ del Reyno aleuantaronse y no le quizerõ obedesçer ni pagar el tributo que le auian prometido quando lhes entregó el Reyno de su padre; y aguora a mi partida detreminaua él Rey tornar sobre ellos otra uez con gente de guerra.

Quando muere algũ Señor grande en su tierra dizen que alguno que le queria mal le dio hechisos y ansi matan muchos con él mesmo que muere. De cinco en sinquo dias tien ē hũ dia de fiesta que ellos llamã *sona*; en este no comē sino mucho tarde, mas beb ē desde la mañana hasta la noche; de mes en mes hazē tanbié fiesta a la luna quando es nueva e llaman a la luna *enbege*; tanbié tienē algunos ydolos hechos de palo y tienē mostrás de hombres y mugeres.

Quanto a la tierra ensi es muy fértil de sus mantynimientos; es muy poblada y toda llena de palmares, donde ellos cogen e quitan sus uinos y mucho azeite y otras fructas de que se mantienē, como son vnas que ellos llaman *tendos*; son dulces a modo de castañas; tanbiē hazē de las mismas palmas madera para suas casas; ay muchos buēs y cabras, carneros, ovegás. muchas galinas, capones, por que las mugeres viegas son muy criaderas y ellos sienpre andan en guerra; elias son las que senbran toda la tierra y no estan nunca osiosas; *sus* sementeras *sõ* muchas castas de millos y fegones, calabaças, yñames; otras que llaman *tanbas*; estos son como rabanes; ay tanbiē perdizes y lebres y otros como conegos; ay uenados y corsos y [en] la sibdad adonde está el Rey ay muchos pauones y galinas muy grandes; ay palomas, ay muchos porquos y canes pequeños que ellos comē y tienē por bueno corner: tanbiē ay bananas mas poquas; ay mel de abegas; ay tanbiē muchas castas de animales, alifantes, empacaças; estas son como buēs y tienē grandes cornos; onças, leones, tigres como leones, etc.

Ay en la tierra dos rios muy grandes; uno se llama Lucal, otro Coamza y los negros no saben dizir donde uienē, porque vienē de muy lexos. En estos rios ay lagartones muy largos y anchos que tragan una persona y nós uimos lleuar uno al Rey que le auian quitado un negro del estamago, que era cosa admirable; estos lagartones comen ellos; y comen tanbiē ratones y coluebras; él Rey come la carne del buey con pele y cabello y en la misma olla adonde se cueze; y ainsí reparte con todos y dasele en las manos y a nosotros tanbiē quando estáuamos ally; matanse muchas uezes en la cibdad adonde mora él Rey ciento y tantos boeys e isto los más de los dias y sienpre comen carne; pescado no lo ay sinõ muy poquo, porque está sesenta legoas del mar.

El Rey es de muy gran estatura y de los mayores que ay en la tierra; parece gigante y es muy forçoso; tiene más de sesenta hijos y hijas porque tiene muchas mugeres; dizen que son más de 400, todas de sus muros adentro, e una dellas es la principal y que tiene mando sobre las otras; él Rey llamasse Angola Quiloange y la Reyna Quilundonanboa; él Rey está sienpre muy enserrado y muchas vezes passauan dos meses que la non úamos para le pidirmos de comer, porque nos daua huno buey y harina de cierto en cierto tienpo y a las vezes se oluidaua de nosotros, que passáuamos mucha necessidad; y cortáuamos tiras de pano de nuestra ropa y enbiauamos al mercado a conprar harina de millo que comíamos cocida y carne y lo demás que viamos [...]; todos los dias del mundo hazen por todas *sus* tierras el / mercado, adonde traē todas sus cossas a vender; la sal es alla su moneda y con el conpran todas suas cousas que an menester; esto sal tienē en una sierra muy grande y de allí lo quitan y hazen piedras quadradas de tres palmos ē larguo y cada vna destas piedras ualen tres capones y seis galinas, porque cada galina capon uale por 2 galinas, una cabra o vno castadro uale tres piedras de sal y hun buey o vaqua uale 14 y 15 piedras de sal. Las cabras de vna vez sola parem 4 y 5 cabritos y la leche no se come en la tierra, porque le tiennē asquo y entre ellos tanto estimaõ un ueuo como la galina. Los pierros tanbiē tienē en mucho y algunos vallem tanto como un esclauo.

El Rey dAngola nos mandó que le echássemos un pierro a ladrar, porque alla no ladra ninguno y por cespacio de tiēpo quel perro estuuu entre nosotros vino a saber ladrar, que fué para ellos mucha admiraciõ y el perro era ocasiõ que él Rey nos enbiasmase a llamar más

vezes de lo que solia pera le hazermos ladrar delante del y tanbiẽ nos prouia de mantinimientos pera nosotros y pera los demás.

Esto es en suma lo que se ofresçe escriuir a V. P. de aquellas tierras, en cujas bendiçõ y santos sacrificios pido ser encomédado.

de Lixboa oje 9 de Mayo de 1563 annos. finis. (...)».

Documento 14 bis. Carta do Padre Francisco de Gouveia ao Padre Diogo Mirão. 1564, Novembro, 01. [Cabaça]

Original: BNL - CA, Ms, 308.

Publicado em: *MMA II. 527-529.*

[O padre Francisco de Gouveia escreve ao padre Diogo Mirão, informando-o sobre a sua situação e o incêndio catastrófico de 1564 que devastou a cidade de Angoleme, onde residia o Rei de Angola].

«(...) Depois de partida a outra gente no batel que se fez em Bambalungo, ficámos aqui quatro pessoas christaãs das que viémos, *sc* o senhor Paulo Diaz / e eu, e dous moços; passamos muitos trabalhos, porque alem de nos não daré muitas vezes nada, nos espancão muitas vezes, polo que a gente nos foge e deixa soos, e dizer isto a elRei não funde nada, polo que nós sofremos ajudandonos corn vender secretamente essa pobreza que temos, farrapos, cousas velhas, a fidalgos da terra a troco de mantimento; na christandade se não faz nada.

Os Reinos grandes que são nomeados em Angola são Manicongo e Qutange, e tẽ seus Reis negros. *Os* fidalgos e pessoas nobres corn quẽ fallamos, não dão polas cousas de Deus, e o Rei vemos mui poucas vezes, e quando lhe fallamos nas cousas da fé, faz que não entende e dispois de importunado diz que elle virá a aprender, e isto che[y]o de riso zombando de nós.

Nosso amo que se chama Gongacinza, me diz que elRei ainda há pouco que começou a Reinar, e que por isso não daa ainda polo que lhe dizemos, mas que tempo virá em que elle me mande charnar para o ensinar; isto faz por nos deter, parendolhe que emquanto alli estivermos, virão navios de Portugueses aos portos cõ fazenda de que tirará proveito. Outro dia diz que somos escravos d'elRei, e que vamos fazer seu serviço como algũas vezes fazemos, como hé coserlhe capas, e outros vestidos de Portugal, e brear almadias em que elRei se lava e outras cousas semelhantes, e nisto passamos a vida.

Neste ano de 64. se queimou a cidade de Angoleme, onde elRei entam residia, e dez vezes se pôs fogo em diversos dias, fazendo sempre grande estrago em casas, fazenda e gente, mas da ultima ardeo sem ficar casa, de maneira que foi necessario levantar-se elRei para dahi a duas legoas, à outra sua povoação, e dahi a poucos dias se veyo à Cabaça metropoli de seus Reinos, donde agora reside, e nós cõ elle, fazendo aqui nova cidade, e em novo sitio; foi a cousa mais espantosa o fogo de Angoleme que *eu* nunca vi, nẽ *os* negros se acordão de tal, porque hũa cerca tamanha como os muros da cidade d'Evora corn cinco, ou *seis* mil casas de palha, e madeira muito grossa, e muros de paos altos e grossos tecidos de palha, e canas, por fora da cerca como por toda as ruas da cidade, ateadado tudo em hũ

estranho e vivo fogo per todas as partes cõ mui espantoso vento, era o mais medonho estrondo que se/ podia imaginar. Começou cõ hũa hora da noute, e acabou hũa ou duas horas ante manhaã pouco

mais ou menos, deixando tudo arrasado e feito em cinza e carvão, e cõ quanto a gente que acudio a este fogo serẽ perto de mil pessoas, que logo se ajuntarão ao tanger dos seus chocalhos para arrecadar a fazenda d'elRei, se queimou infinidade, assi da terra como da de PortugaL. Era tarn bravo que nas mui altas palmetras, de que a cidade estava toda cheya, andavão tarn fortes as lingoas delle, que cõ serẽ verdes ardião como tochas e como erão altas e che(y)as de rama tomavão mayor vento, pelo que fazião mayor estrondo, e toda a terra que descubriamos cõ a vista estava tam clara como se fora ao meyo dia, sendo tam alta noute. Neste fogo morreo muita gente queimada que se não pôde salvar, outra que se mandou queimar e lançar no fogo sacrificada ao mesmo fogo para o aplacarẽ, que bẽ pouco lhe aproveitou, porque o Diabo assim o costuma e cõ elles e cõ todos os seus servos, que hé obrígalos a fazerlhe muitos serviços e maldades que lhes ordena, sem fazer por elles nenhuã cousa das que lhe pedem, antes tudo ao contrario. Fez como digo muito espanto este novo fogo em toda a gente da terra, e o que mais espanto fez foi estarẽ as nossas casa pegadas cõ os muros d'elRei, não lhe fazendo nenhuã das vezes o fogo nada, antes vinha sempre morrer na nossa testada, cousa milagrosa, e que ninguẽ o vira que o não atribuísse a grande milagre.

E outra cousa que não fez pouco espanto, foi verẽ nosso fato na rua sem guarda e não se furtar cousa alguã, e o seu cõ muitas guardas se roubou quasi todo, cousa que nelles causou muy grande admiração, e fallava toda a terra nisto; nós [o] atribuimos à especial providencia e misericordia de Deus. Todos nos deziã que a igreja e cousas de Deus que nella tinhamos nos guardavão e por isso folgavão muitos de nos ter por vezinhos por se verẽ livres do fogo, e crer que por isso foram livres, como elles tambẽ crêm por estarẽ a par da igreja, principalmente hú gentio fidalgo parente de elRei bẽ valeroso e Capitão môr deste Reyno. (...)».

Documento 14. Carta do Padre Francisco de Gouveia ao Geral da Companhia. 1564, Novembro, 01. [Cabaça]

Original: ARSI-Goa, 11/1, fis. 210-212.

Publicado en: *MMA XV*. 228-235.

[O padre Francisco de Gouveia escreve ao Padre Diogo Laínez, Geral da Companhia de Jesus, em Roma, oferecendo-lhe um relato similar ao que ele tinha escrito ao Padre Diogo Mirão, porém com mais pormenores].

«A graça de Jesu Christo nosso Senhor seia sempre em nossas almas. Amen. Huã 3.^a feira a dezasete de outubro de 1564, véspera do glorioso euangelista S. Lucas, chegou a este Reina de Angola hũ homẽ por nome Antonio Casado, criado do Pai do Senhor Paulo Diaz, cõ cuja vinda nos recreamos, e consolamos muito em o Senhor, por uermos homẽ Christãõ que de taõ longe nos uisitasse, e consolasse, assi com sua presença como com muitas e largas nouas e muito boas que dessas partes nos deu; deste mesmo recebi dous maços de cartas que uinhaõ por duas uias, cheias tabẽ de mui singulares nouas dessas partes de

Europa, India e Brasil, como era do sagrado concilia, confutação dos herejes, confirmação da igreja, causa para louvar ao Senhor; novas também da bondade, e boa inclinação, descrição e saber do nosso Senhor, e das grandes esperanças que se delle têm, que não há menos para agradecer ao Senhor Deus, que hão dos grandes benefícios e mercês suas, e finalmente muitas novas da mui Santa Companhia de IESVS, e de como o Senhor por sua clemência a têm amplificada, e do grande fruto que para ela nosso Senhor obra; a elle só seja gloria.

Muito me animão e cõsolaõ os trabalhos dos Padres, e irmãos, assi de Portugal. como de todas as demais partes remotas, em especial quando vejo o bẽ aaventurado trãsito do P.^e dõ Gonçalo e do catiueiro do irmão do Cairo e dos que estão em semelhãtes trabalhos, cõ quanta mais fee, constantia, paciencia, alegria sofrẽ por Christo nosso Senhor, e cõ mais fruto, e seruiço do mesmo Senhor, que eu inutil, e por nada tẽdome por catiuo em terra estraiia, e que não faço o para que fui enviado, como se eu tivesse terra propria e fosse liure, ou do meu seruiço se tivesse alghua necessidade. E como a homẽ tão fraco cheio de cõprir e satisfazer as suas necessidades, lhe mandaõ desse Reino esmola tão copiosa, que mais parece emprego de mercador que remedio de pobre, ainda que como a pobre se made; queira nosso Senhor dar-me graça para que saiba conhecer a obrigação que tenho, e o pouco que faço e me dê uirtude, e força para que faça o que deuo, para o que me há necessario o fauor diuino, por meio dos santos sacrificios dos meus charissimos Padres e irmãos, porque cõ tais socorros me ajudara nosso Senhor muito como já tẽ ajudado em muitos trabalhos e perigos, do corpo e da alma, pollo que peço muito por amor de nosso Senhor a uossa Reuerencia que me de mÿ mãe ter em orações muito particular conta.

Agora lhe darei novas de mÿ, e da mais gente christã que quã estaa e do que succedeo depois de escrever a ultima vez por Joã Pinto, o preto que leuou nossas cartas e porque não sei o fim que teraa este despacho cõ a uinda da fazenda acima para o resgate, quis escrever esta assi hũ pouco larga, porque sendo caso que nos não despachẽ, antes nos retenhaõ, por onde seraa necessario ir-se a nauio, ao menos levar esta carta, ou cartas nossas para que laa saybaõ que o que socedeo, e como estamos, depois de partida a outra gente no batel que se fez em Bombatungo, em que foi Joã Pinto com nossas cartas; ficamos aqui quatro pessoas christãs das que uemos .s. o senhor Paulo Diaz e eu e dous miços criados de pessoas do primeiro nauio, que pornos ajudarẽ, e fazerẽ companhia nos quiseraõ acõpanhar, os quaes tẽ cuidado de nos arrecadar alghua pobreza que das feiras se tira, ajudandose de sertos negrinhos que para isso hay. Destas feiras que elRei nos fez esmola tinha escrito quã boa cousa era para a juda da sustentação, mas depois que se mudou tudo: porque ao principio em quanta peitauamos aos rendeiros da feira era cousa arzoada, mas depois nos deraõ bẽ de trabalho, porque alem de nos não darẽ muitas vezes nada nos espanqua a gente, pollo que nos fogẽ, e nos deixaõ soós; e dizer isto a elRei uã funde nada, pollo que nos ajudamos cõ uender secretamente dessa pobreza que temos farrapos, causas uelhas a fidalgos da terra a troquo de matimento, e sal para o cõprar, mas o Senhor nõqua deixa de nos prouer das causas da terra a que iaa estamos muito affeitos, e nos liura quada dia de mil perigos; nos os christãos que aqui estamos cõtinuamos nossas ladainhas, e missa sequa aos domingos e festas, e o senhor Paulo Diã reza comigo

o officia diuino, e todas suas deuções, como há o rosario de nossa Senhora, e outras causas semelhantes.

Na outra gente da terra não haa nhuã mudãça, antes agora que nos uẽ despidos, e descalços nos desesũmaõ, e nos daõ menos credita, ao que continuamente lhe pregamos, sê embargo que muitos se confundem e se uẽ conuençidos do que não podẽ negar, e quando

lhes mostramos que não fazem o que Deus lhes mada e são obrigados, dizē alghûs que Deua mandaraa laa em nossa terra e não na sua, que elles não conheçé outro Senhor senaõ Angola, e assi como cada terra té seu costume assi cada hua té seu Senhor, e que o seu hé Angola, e não imaginaõ a Deus Senhor de todos.

Os dias passados uisitãdo eu hû fidalgo meu amigo que me tē feito alghuãs amizades, e em discurso da pratica fallamos das causas de Deus, e dos çéos, do que elle são bē pouco curiosos, dizendolhe eu coma laa era nossa pa tria, e não esta terra, onde tudo eraõ trabalhos, mortes, e miserias, elle me disse, que cousa podia ser melhor que sua terra e senhor Angola, e ter causas de Portugal, pollo que lhe pergûtei que se fizera delRei uelho, e de seus antecessores e dos seus delle, respondeu me, gastaraõ se de uelhos; pergûtei lhe se depois que morreraõ se tinhaõ laa outras reinos como os que deixaraõ, ou milhores, disseme que eraõ iaa passados como auiaõ de ter laa nada; tornei-lhe a dizer que se elles eraõ seus deuses e senhores, porque deixaraõ seu Reino, sem disso se lhes seguir outro major bé; respondeu que não era por sua uõtade deixallos, mas que iaa me tinha dito que de uelhos morreraõ, ou de feitiços de seus inimigos; ao que lhe disse: Pois logo homés são coma os outras e sojeitos às mesmas misérias que todos os outros homés; respondeo que si, que por ser elle grande e poderoso ē terras, e gēte era senhor; torneilhe a dizer: Pois o que for mais que homē, e criador dos homés, e de todas as cousas, immortal, ao quai seruir hé reinar/ e o mais pequeno de seu Reino hé maior que todos os senhores e Reis do mûdo, maior tale ser que Angola nē Manicongo, nē Quitanga, e outros reis que lhe nomeei negros que elle tē por grandes, ao que se rio friamente, mas comtudo alghuã cousa conçebeo do que !he disse, ainda que mo não deu a entender, eu lho entendi ē seu sembrante, não querêdo que fallassemos mais disto, ainda qua não ficou muito cõtente corn lhe tornar a dizer que esse, que criara aos homés, e os çeos, e todas as cousas lhes auia de tomar cõta quando morressè, que auiaõ dir ter cõ os seus antecessores dôde todos ardē, e arderaõ nũqua fim; e ainda que ficou confuso desta pratica dissimulou, e as pessoas que de nouo chegaraõ lhe disse; querē estes homés brãquos que tenhamos huã soo molher, que fidalguia hé a sua, pois têm huã soo; e com isto o deixei:

destas praticas temos auidas muitas cõ pessoas honradas, e principães da terra, mas como elRei não quer hé por demais, e o mesmo Rei uimos muito poucas uezes, e essas sempre arrecea que lhe fallamos no que elle não gosta, quando o uernos sempre pergûta quem nos leua, que hé o que lhe queremos dizer, e quando lhe fallamos nas cousas da fee faz que não entende, e depois de importunado, diz que elle uiraa a aprender, e isto cheio de riso zombando de nós, e por desprezo diz alghuãs palauras do Padre nosso e pollo que pareça quasi impossuiel auerse de fazer nada nestes gentios, è quanto não forē governados del Rei de Portugal. Porque nē os de Congo se podē chamar boõs christaõs cõ auer tanto tempo que tē cõmunição e notitia da Christandade, e hoje em dia usaõ muitos ritos, e costumes gentillicos segundo nos dizē estes gentios, como iaa temos escrito nas cartas que leouo Joaõ Pinto, não tè deuer cõ lhe desfazerē suas feitiçarias, e confissão que dizemos a verdade, mas não que por isso deixè de usar delias; tē muito respeito a nossa jgreia as pessoas nobres, e mostraõ terlhe ueneração, porque como nos uē uisitar alghuãs pedē que lhe mostrem a jgreja, e se assentaõ de giolhos e tudo o que lhes mādamos fazer fazē, mas não imaginando a Deus senaõ homē mortal, e grande senhor de terras, e mui sapiente, e que por uia de seu saber os póde librar de perigos corporaēs e quanto dos dalma não fazē caso, nē do que lhe sobre isso muitas uezes dizemos; muito me rogaõ que rogue a Deus por elles, o que eu aceito de muito boâmente, e lhes louuo quaõ bõ hé ter conta cõ Deus.

Os dias passades me pedio o regedor mór do Reino e segunda pessoa nelle, que lhe desse huã cruz e hû liuro ao quai dei huã cartilha começando a declararlhe alghuã cousa, mas

cõ medo delias não ousou de ir por diante; temna guardada em muita estima, e destas dei alghuãs a pessoas nobres por mas pedirẽ a imitação do Regedor mór, mas como tenho dito, se a cabeça for a que deue todos os mēbros a seguiriaõ de muito boa mente e nisto esta o tudo. Tudo lhe parece muito bê de nossos costumes, hõ governo, paz e justiça soamente não termos muitas molheres, lhes não pode quadrar, e lhes parece que elRei acerta em ter mil, ou poucas menos.

EIRei não se daa por achado de nossa igreja e não faz disso caso, antes porque o sino lhe prègava cada dia ouuindo o tanger o mandou tomar, como laa diria o P.^e Antonio Mendez. Nosso arno que se chama Gongazinga, ainda que não hé pior que Manidongo, não hé milhor, e o pior que hé, que ual muito pouco pera fazer bê, e muito para fazer mal como todos ualẽ, posta que não hé ouuido, nê se affeiçoa a fallar, senao no que elRei gosta, posta que fallando cõ nosco diz que Deus hé seu Senhor; hé elle menas feitiçeiro que todos desta terra, e tudo o que lhe dizemos das feitiçarias, que as não use, fallo, mas isto mais por mostrar que nos contenta, que por sentir ser assi necessario, que camo elles não té fee em suas causas pouco lhes uay em as deixar; hé muito cobiçoso, o que lhe nõs não podemos tirar, cada dia nos tira os ôlhos, porque lhe peitemos, e desta maneira nos rouba tudo; do mais diz que eu uim pera ficar nesta terra, e ensinar a elRei as cousas de Deus, e que não me queira jr, né fallar nisso, que tempo uiraa que e!Rei me chamara pera o ensinar, que ainda haa pouco que reina, e isto soamente diz parecendolhe que emquanto quaa estiuer lhe uiraõ nauios corn fazenda, edo mais tudo hé falso, porque soamente pertède ẽ suas palauras liiungiamos; outros dias diz que somas escrauos delRei que uamos fazer seu seruiço, como alghuãs uezes fazemos como hé coserlhe capas, e outros uestidos de Portugal, e brear almadias em que elRei se Iaua, e outras cousas semelhantes, e nisto passamos a uida.

estas vantantias do anno de 1564, em que ora es tarnos, se queimou a cidade de Angoleme, onde elRei residia ao tempo que despachou Joaõ Pinto cõ o pilota Joaõ Soeiro, e por dez uezes se pôs o fogo em diversos dias, fazenda sempre grande estrago em casas, fazenda, e gente, mas da ultima ardeo sé ficar casa, de maneira que foi necessario aleuantarse e!Rei pera day duas legoas noutra sua pouoação e dahy a poucos dias se ueo a Cabaça, Metropoli de seus reinos, donde agora reside, e nõs cõ elle, fazendo aqui noua cidade, e em nouo sitio; foi a causa mais espantosa o fogo de Angoleme que eu nõqua ui né os negros se acordaõ de tai, porque huã certa tamanha como os muros da cidade de Euora cõ cinco, ou eis mil casas de palha, a madeira muito grossa, e muros de paos altos, e grosso tecidos de palha, e canas, assi por fora da cerqua como por todas as ruas da cidade, ateado tudo ẽ hũ estranho, e uiuo fogo por todas as partes corn muj tempestuoso uento, era o mais espantoso estrondo que se podia imaginar; começou cõ huã hora da noite, e acabou huã ou duas horas ante menhaã pouco mais ou menos, deixàdo tudo arrasado, feito em cinza, e caruaõ, e cõ quanto a gente que acodia a este fogo seriaõ perto de cern mil pessoas, que logo se ajuntaraõ ao tanger de seus chocalhos, pera arrecadar a fazenda delRei, se queimou infinidade, assi da da terra como da de Portugal, pollo que lhe ueo â popa este nauio, que taõ necessitados estauaõ; era taõ brauo este fogo que nas mais altas palmeiras, de que a cidade estaua toda cheia andauaõ as linguas delle taõ fortes, que corn serem uerdes ardaõ como tochas, e como eraõ altas, e cheias de ramos, tomauaõ maior uento, pollo que faziaõ major estrondo, e parecia que os çeos entaõ chouiaõ fogo, e toda a terra que descobriamos cõ a uista, estaua taõ clara como se fora ao meo dia, sendo taõ alta noite; neste fogo morreo muita gente queimada que senaõ pode salvar, outra que se mãdou queimar, e lançar no fogo, sacrificãdoa ao mesmo fogo pera o aplacar, o que bê pouco lhe aprouejtou, porque o diabo assi o custuma cõ elles e cõ todos seus seruos, que obrigados a fazerlhe muitos seruiços, e maldades que lhes ordenam, sē fazer por elles

nhuã cousa das que lhe pedem, antes tudo ao contrario; mas estaõ taõ ceguos que parece que naõ mereçẽ ao Senhor Deus emendar em sua çegueira; ele por sua bõdade os queira allomear;

Fez como digo muito espanto este nouo fogo ẽ toda a gente da terra, e o que mais espanto fez, foi estarẽ nossas casas pegadas com os muros delRei, naõ lhes fazendo de nhuã das uezes o fogo nada, antes uinha sempre a correr na nossa testada, cousa milagrosa, e ninguẽ o uia que o naõ atribuísse a grande milagre; e outra cousa que tãbem naõ fez pouco espanto, foi uerẽ nosso fato na rua sã guarda e naõ se furtar cousa alghuã, e o seu cõ muitas guardas se roubou quasi tudo, cousa quenelles causou muito grande admiraçaõ, e fallou toda a terra nisto; nos o atribuimos a espcial prouidẽcia, e misericordia de Deus, como tãbẽ aribuimos outras muitas que cada dia uemos que o Senhor faz por sua honrra, *ne dicant gentes, ubi est Deus eorũ*, confundindonos, e obrigandonos muito isto por taõ particular cuidado que o Senhor té de nos; a elle soo gloria e louuor, *quia nos inutiles sumus*.

Todos nos diziaõ que a jgreia, e cousas de Deus que nella tínhamos nos guardauaõ, e por isso folgando muitos de nos ter por uezinhos por se uer liures do fogo, e creio que por isso foraõ liures como elles tãbẽ creẽ, por estarẽ a par da jgreja, principal mente hũ gentio fidalgo, parente delRei bem ualeroso, e capitaõ mor deste Reina, tẽ tanta credita nas cousas de Deus que muitas uezes uẽ pergũtar poila jgreja, e se assenta de juelhos cõ o barrete fora e as maõs aleuãtadas, ficando a sua gente fora, camo que reza, e despois pede agoa bêta, e a caxa das reliquias pera beijar, e coma se uee atribulado, ou mixiricado cõ elRei, logo uẽ buscar ajuda a jgreja, do mais hé gentio sem deizar de usar de seus rois costumes; das mulheres naõ pode sofrer como os outros que lhe sejaõ tiradas, en isto saõ da opiniaõ delRei; todos nos naõ deixamos de lhe dizer o que hé mal feito, mas naõ faz disto caso.

o senhor Capitaõ reprẽdeo o Regedor môr sobre chamar o Diabo cõ hũs chocalhinhos, pera que lhe dissesse o que auia de julgar, dizedolhe que naõ se fiasse daquillo, porque quẽ corn o Diabo andaua, o Diabo o Jeuaua; o outro ficou disse confuse, dizendo que fallaua uerdade, mas naõ pera deixar de usar disse; dizendo o mesme Capitaõ a hũ ferreiro nosso amigo que era mal feito consentir eiRei huã certa deuaçaõ do Diabo que fizera hũ priuado seu pera sarar, que era pôr hũs idolos de pao no meo de hũ caminho publico emfarinhados, pera que quẽ passasse lhe oferecesse alghuã cousa; o ferreiro o disse a elRei, e elRei disse que naõ era bẽ feito, e que se tirassẽ os idolos, e que iaa por esse respeito naõ quisera passar por aquelle caminho; estas feiticarias reprẽdemos aqui quada dia, hũs respondẽ que temos rezaõ, outros zombaõ e dizẽ que hé costume de sua terra, mas naõ falta por se lhes dizer; isto hé o que pouce mais, ou menos tinha pera escrever a uossa Reuerencia pera que saiba o que quaa se faz, da disposiçaõ em que a terra estaa; se o Senhor Deus ordenar que eu seia despachado laa darei larga relaçaõ, e se não do que mais soceder tornarei a escrever a uossa Reuerencia, e sendo caso que Deus naõ pẽrmita que não despachẽ a ninguẽ, esta que logo manda bastaria pera saber de nos como o Senhor nos tẽ de sua maõ, tratandonos huas uezes cõ mimos, outras cõ açoutes, e trabalhos, doẽças, que todos jaa por uezes estiuemos aa morte; por tudo damos muitas graças ao Senhor Deus, vossa Reuerencia por seu amor nos mande emcomendar nos santos sacrificios, e oraçoês dos Padres, e jrmaos de sua Santa Companhia de IESV, emcõmendome em sua bençaõ, oje primeiro de nouẽbro de 1564. (...)».

Documento 15. Carta do Padre Francisco de Gouveia para o Colégio das Artes. 1565, Maio, 19. [Angola]

BNL-CA, Ms. 3o8.

Publicado en: *MMA II. 530.*

[O Padre Francisco de Gouveia escreve ao Colégio das Artes, infomando sobre o estado da missão no Reino de Angola, da qual não se espera muito, e da libertação de Paulo Diaz de Novais].

«(...) Quanto por agora as cousas da christandade estão como d'antes, cõ mui fracas esperanças, se Nosso Senhor as não melhorar. ElRei nao me despacha nem falla a proposito, bẽ que me diz elle, que me quer para o ensinar, a que ha de ser christão, e isto manda dizer polo Capitão, que agora ouve por bẽ de despachar, que nao foi pequena mercê de Deus, segundo fazião presa nelle, cõ o qual manda hũ seu escravo a visitar Sua Alteza, mandando-lhe de presente 40 argolas de cobre, e 35 dentes de alifante e 40 paos que cá lhe chamão quicongo, que hé muito estimado nestas terras e assi manda mais certos escravos, mandando pedir por isso milhares de cousas. Emquanto hi estiver seu embaxador me ha de rcter, e huã das cousas por que me nao manda, hó por lhe terẽ ditto que eu vim para ficar em sua terra. (...)».

BIBLIOGRAFIA

1. Fontes primárias

1.1. Escritos inicianos

Obras de San Ignacio de Loyola. RUIZ JURADO, M. (ed.), (Madrid: BAC, 2014)

1.2. Outras fontes inicianas

A série MHSI

ACEVEDO, Ignatius de. «Pater Ignatius de Acevedo, Patri Jacobo Lainio (Evora, 7 de Avril de 1558)». Em *Monumenta lainii. Epistolae et acta Patris Jacobi lainii*, vol. III. 230-234. Madrid: Typis Gabriellis Lopes del Horno, 1913.

ACEVEDO, Ignatius de. «Pater Ignatius de Acevedo, Patri Jacobo Lainio (Lisboa, 19 de Mayo de 1558)». Em *Monumenta lainii. Epistolae et acta Patris Jacobi lainii*, vol. III. 280-282. Madrid: Typis Gabriellis Lopes del Horno, 1913.

ACEVEDO, Ignatius de. «Pater Ignatius de Acevedo, Patri Jacobo Lainio (Lisboa, 19 de agosto de 1558)». Em *Monumenta lainii. Epistolae et acta Patris Jacobi lainii*, vol. III. 454-456. Madrid: Typis Gabriellis Lopes del Horno, 1913.

ALVAREZ, Franciscus. «Franciscus Alvarez (Lisboa, 30 de Junio de 1558)». Em *litterae Quadrimestres ex universis praeter Indiam et Brasiliam locis, in quibus aliqui de Societate Iesu versabantur*, vol. V. 959-966. Madrid: La Editorial Ibérica. s.f.

BORGIA, Francisco de. «Patri Jacobo Lainio (Vallisoletto, 20 de Maio de 1558)». En *Monumenta Borgia*. vol. III. 375-386. Madrid: Typis Gabriellis Lopes del Horno, 1908.

CATARINA DE ÁUSTRIA. «Regina Portugaliae, patri Jacobo Lainio (Lisboa, 7 de Dezembro de 1557)». Em *Monumenta lainii. Epistolae et acta Patris Jacobi lainii*, vol. II. 570-571. Madrid: Typis Gabriellis Lopes del Horno, 1912.

Casa San Roque. «N. N. (Lisboa, 17 de Febrero de 1560)». Em *litterae Quadrimestres ex universis praeter Indiam et Brasiliam locis, in quibus aliqui de Societate Iesu versabantur*, vol. VI. 519-525. Madrid: La Editorial Ibérica. 1925.

FABER, Petrus. «Didaco de Gouvea» (Roma, 23 de Novembro de 1538)». Em *Epp I*, vol. I. 132-134. Madrid: Typis Gabriellis Lopes del Horno. 1903.

HENRIQUE II. «Henriciüs, Portugalliae Princeps, Patri Ignatio de Loyola» (Lisboa, 29 de Maio de 1542)». Em *Epp I*, vol. I. 215-216. Madrid: Typis Gabriellis Lopes del Horno. 1903.

LAÍNEZ, Diogo. «Iacobus Lainez, Praep. Gen. S. I., Sociis Indiae (Roma, 1 de Dezembro de 1558)». Em *Documenta Indica* IV. 108-113. Roma: Apud “Monumenta Historica Soc. Iesu”, 1956.

POLANCO, Juan-Alphonso de. «*Memoria de Negotiis Missionariis Tractandis* (Roma, Agosto de 1558)». Em *Documenta Indica* IV. 72-80. Roma: Apud “Monumenta Historica Soc. Iesu”, 1956.

1.3. Outras fontes primárias.

A série MMA

«Apontamentos sobre Paulo Dias de Novais (1560-1561)». Em *Monumenta Missionaria Africana*, vol. II, editado por António Brásio, 465-468. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1953.

“

«das Cousas de Angola (1563)». Em *Monumenta Missionaria Africana*, vol. II, editado por António Brásio, 518-521. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1953.

«Instrução Régia a Paulo Dias de Novais (Lisboa, 20 de Diciembre de 1559)». Em *Monumenta Missionaria Africana*, vol. II, editado por António Brásio, 446-448. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1953.

DOM MANUEL I. «Regimento de D. Manuel a Manuel Pacheco e Baltasar de Castro (16 de Febrero de 1520)». Em *Monumenta Missionaria Africana*, vol. I, editado por António Brásio, 431-440. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1952.

GOUVEIA, Francisco de. «Carta do Padre Francisco de Gouveia ao Padre Diogo Mirão (Cabaça, 1 de Noviembre de 1564)». Em *Monumenta Missionaria Africana*, vol. II, editado por António Brásio, 527-529. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1953.

GOUVEIA, Francisco de. «Carta do Padre Francisco de Gouveia para o Colégio das Artes (Cabaça, 19 de Mayo de 1565)». Em *Monumenta Missionaria Africana*, vol. II, editado por António Brásio, 530. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1953.

LACERDA, Augustin de. «Carta do Padre Agostinho Lacerda (São Tomé, 18 de Febrero de 1560)». Em *Monumenta Missionaria Africana*, vol. II, editado por António Brásio, 451-458. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1953.

MENDES, António. «Carta do irmão António Mendes ao Padre Geral (Lisboa, 9 de Mayo de 1563)». Em *Monumenta Missionaria Africana*, vol. II, editado por António Brásio, 495-512. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1953.

RODRIGUES, Pero. «História da residência dos Padres da Companhia de Jesus em Angola, e cousas tocantes ao Reino, e conquista (1 de Mayo de 1594)». Em *Monumenta Missionaria Africana*, vol. IV, editado por António Brásio, 546-581. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1954.

SERPE, Mauricio. «Carta do padre Mauricio Serpe ao Padre Geral (Evora, 25 de Julio de 1568)». Em *Monumenta Missionaria Africana*, vol. II, editado por António Brásio, 530. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1953.

SIMÕES, Garcia. «Carta do Padre García Simões para o Provincial (villa de São Paulo, 20 de Outubro de 1565)». Em *Monumenta Missionaria Africana*, vol. III, editado por António Brásio, 129-142. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1953.

TORRES, Miguel. «Carta do Padre Muiguel Torres ao Geral da Companhia (Lisboa, 13 de Septiembre de 1559)». Em *Monumenta Missionaria Africana*, vol. XV, editado por António Brásio, 217-218. Lisboa: Academia Portuguesa da Historia, 1988.

2. Fontes secundárias

2.1. Livros

- BIRMINGHAM, David. *Trade and Conflict in Angola: The Mbundu and their Neighbours under the influence of Portuguese 1483-1790*. Oxford: Clarendon Press, 1966.
- BIRMINGHAM, David. *Trade and Empire in the Atlantic, 1400–1600*. London – Ney York: Taylor & Francis e-Library, 2002.
- BOVON, François. *O Evangelho segundo Lucas, Vol. III (15,1 – 19,27)*. Sígueme: Salamanca, 2004.
- CORTÉS LÓPEZ, José Luis. *Pueblos y culturas de África: (etnohistoria, mito y sociedad)*. Madrid: Editorial Mundo Negro, 2001.
- CROEGAERT, Luc. *L'évangélisation du royaume de Kongo et de l'Angola*. Roma: Editrice Pontificia Università Gregoriana, 1996.
- DECLoux, Simon. *Comentario a las Cartas y Diario Espiritual de S. Ignacio de Loyola*. Roma: Centrum Ignatianum spiritualitatis, 1982.
- FEJÉR, Josephus. *Defuncti primi saeculi Societatis Iesu 1540-1640*. Roma: Institutum Historicum S.J., 1982.
- FRANCO, António. *Imagem da virtude em o noviciado da Companhia de Jesus, no real collegio de Jesus de Coimbra, T. 2, L.4*. Coimbra: Real collegio das artes da Companhia de Jesus, 1719.
- HEYWOOD, Linda M. *Njinga of Angola, Africa's Warrior Queen*. Cambridge - Massachusetts: Harvard University Press, 2017.
- MILLER, Joseph C. *Poder político e parentesco, os antigos estados Mbundu em Angola*. Luanda: Arquivo historico nacional/Ministério da cultura, 1995.
- O'MALLEY, John. *Los primeros jesuitas*. Bilbao – Santander: Mensajero – Sal Terrae, 1993.
- RODRIGUES, Francisco. *História da Companhia de Jesus na Asistencia de Portugal, 1540-1560*. T. 1. Vol. I. Porto: «Apostolado da Imprensa» - Empresa Editora, 1931.
- RODRIGUES, Francisco. *História da Companhia de Jesus na Asistencia de Portugal, 1540-1560*. T. 1. Vol. II. Porto: «Apostolado da Imprensa» - Empresa Editora, 1931.
- SALVAT, Ignasi. *Servir en misión universal*. Bilbao – Santander: Mensajero – Sal Terrae, 2002.
- SCADUTO, M. *L'epoca di Giacomo Lainez. Il governo: 1556-1565*. Roma: La Civiltà Cattolica, 1964.

2.2. Capítulos de livros

- «Diego Laínez». Em *Escritos Esenciales de los Primeros Jesuitas. De Ignacio a Ribadeneira*, editado por Grupo de Espiritualidad Ignaciana, 291-352. Madrid – Santander: U P Comillas – Sal Terrae, 1970.
- «Francisco de Borja». Em *Escritos Esenciales de los Primeros Jesuitas. De Ignacio a Ribadeneira*, editado por Grupo de Espiritualidad Ignaciana, 497-549. Madrid – Santander: U P Comillas – Sal Terrae, 1970.
- BAILYN, Bernard. «Introduction: Reflections on Some Major Themes». Em *Soundings in Atlantic History, Latent Structures and Intellectual Currents, 1500–1830*, editado por Bernard Bailyn y Patricia L. Denault, 1-43. Cambridge - Massachusetts: Harvard University Press, 2009.

- CAREGNATO, Lucas. «Em terras do Ngola e do Manikongo: Descrição dos reinos do Kongo e Ndongo no século XV». EM *Anais do XXVI Simpósio Nacional De História*, organizado por Marieta de Moraes Ferreira. São Paulo: ANPUH-SP, 2011. http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300849331_ARQUIVO_Texto-ANPUH-SP.pdf
- CRISTIANI, L. «Trento». Em *Historia de la Iglesia*, dirigido por Agustin Fliche e Victor Martin, ad. Loc. Valencia: Edicep, 1976.
- HEYWOOD, Linda M. y THORNTON, John K. «Kongo and Dahomey, 1660–1815». Em *Soundings in Atlantic History, Latent Structures and Intellectual Currents, 1500–1830*, editado por Bernard Bailyn y Patricia L. Denault, 86-111. Cambridge - Massachusetts: Harvard University Press, 2009.
- PENNEC, Hervé. «Les missions d'Afrique sous le généralat de Diego Laínez. Entre pragmatisme et adaptation». Em *Diego Laínez (1512-1565) and his Generalate: Jesuit with Jewish roots, close confidant of Ignatius of Loyola, preeminent theologian of the Council of Trent*, editado por Paul Oberholzer, 853-875. Roma: Institutum Historicum Societas Iesu, 2015.
- SALVAT, Ignasi. «Séptima Parte Principal: Introducción». Em *Constituciones de la Compañía de Jesús, Introducción y notas para su lectura*, editado por Santiago Arzubialde, Jesús Corella, Juan M. García-Lomas, 247-275. Bilbao – Santander: Mensajero – Sal Terrae, 2009.
- SIEVERNICH, Michael. «La misión y las misiones en la Primitiva Compañía de Jesús». Em *Ite inflammate omnia: Selected Historical Papers from Conferences Held at Loyola and Rome in 2006*, editado por Thomas McCoog, 255–274. Roma: IHSI, 2010.

2.3. Artigos em revistas

- AMALADOSS, Michael. «Los religiosos en misión». *Confer* 33 (1994): 445.
- FREI, Elisa. «Signed in Blood: Negotiating with Superiors General about the Overseas Missions». *Studies in the spirituality of Jesuits*. 51/4 (2019).
- GONZÁLEZ HERRADA, Oscar. «Las enfermedades digestivas en América en el siglo XVI». *Gen* 67/4 (2013): 252-255.
- ITURRIOZ, Jesús. «San Francisco Xabier, “enviado” del Papa Paulo III, Roma, Marzo 1540». *Manresa*, vol. 58 (1986): 155-179.
- MALDAVSKY, Aliocha. «Pedir las Indias. Las cartas indipetae de los jesuitas europeos, siglos XVI-XVIII, ensayo historiográfico». *Relaciones. Estudios de Historia y Sociedad*, 33 (2012): 147-181.
- THORNTON, John K. «Conquest and Theology: The Jesuits in Angola, 1548–1650». *Journal of Jesuit Studies* 1 (2014): 245-259.

2.4. Artigos na Internet

- «Capón». Wikipedia. 30 de Novembro de 2021. [Capón - Wikipedia, la enciclopedia libre](#).
- «Diferença entre Missa-seca e Missa». Dicionário informal. 22 de Novembro de 2021. [Missa-seca ou Missa \(dicionarioinformal.com.br\)](#).
- «Guinea (region)». Wikipédia. 22 de Novembro de 2021. [Guinea \(region\) - Wikipedia](#).
- «Manicongo». Wikipédia. 23 de Novembro de 2021. [Manicongo - Wikipedia, la enciclopedia libre](#).
- «Mulemba Waxa N'gola». Rede Angola. 23 de Novembro de 2021. [Mulemba Waxa N'gola - Rede Angola - Notícias independentes sobre Angola](#).

- «Reino de Benguela». Wikipédia. 30 de Novembro de 2021. [Reino de Benguela – Wikipédia, a enciclopédia livre \(wikipedia.org\)](#).
- «Río Congo». Wikipédia. 23 de Novembro de 2021. [Río Congo - Wikipedia, la enciclopedia libre](#).
- «Río Cuanza». Wikipédia. 23 de Novembro de 2021. [Río Cuanza - Wikipedia, la enciclopedia libre](#).
- «Río Lucala». Wikipédia. 30 de Novembro de 2021. [Río Lucala - Wikipedia, la enciclopedia libre](#).
- «Soba (autoridade)». pt.wikipedia.org. 6 de Outubro de 2020. Consultado el 10 de agosto de 2021. [Soba \(autoridade\) – Wikipedia, a enciclopédia livre \(wikipedia.org\)](#).
- BAQUERO MORENO, Humberto. «Enrique II de Portugal». 09 de Novembro de 2021. [Enrique II de Portugal | Real Academia de la Historia \(rah.es\)](#)
- GONZÁLEZ CUERVA, Rubén. «Juan III de Portugal». 09 de Novembro de 2021. [Juan III de Portugal | Real Academia de la Historia \(rah.es\)](#).
- GSCHWEND, Annemarie J. «Catalina de Austria». 10 de agosto de 2021. <http://dbe.rah.es/biografias/11817/catalina-de-austria>

2.5. Dicionários

- COVARRUBIAS, S. de, *Tesoro de la Lengua Castellana* (1611), Altafulla, Barcelona 1987.
- Dictionnaire de spiritualité, ascétique et mystique, Beauchesne, Paris 1937-1995.
- GRUPO DE ESPIRITUALIDAD IGNACIANA, ed. *Diccionario de Espiritualidad Ignaciana*. 2 vol. s. Bilbao – Santander: Mensajero – Sal Terrae, 2007.
- O'NEILL, Charles E., y DOMÍNGUEZ, Joaquín M.^a, dirs. *Diccionario Histórico de la Compañía de Jesús. Biográfico-Temático*. 4 vol. s. Roma – Madrid: IHSI – UP Comillas, 2001.
- REAL ACADEMIA DE LA LENGUA. *Diccionario de la lengua española*, 23.^a ed., [versión 23.4 en línea]. <https://dle.rae.es>.
- SOMMERVOGEL, Carlos. *Bibliothèque de la Compagnie de Jésus*. Nouvelle édition. vol. 6. Bruxelles: Oscar Schepens, 1943.

Vozes do DHCJ

- AIXALÁ, J. «Correspondencia». Em *DHCJ*. Vol. I. Dirigido por Charles E. O'Neill, Joaquín M.^a Domínguez, 965. Roma – Madrid: IHSI – UP Comillas, 2001.
- AIXALÁ, J. «Gobierno: Visitador». Em *DHCJ*. Vol. II. Dirigido por Charles E. O'Neill, Joaquín M.^a Domínguez, 1748-1749. Roma – Madrid: IHSI – UP Comillas, 2001.
- BOTTEREAU, G. «Correspondencia». Em *DHCJ*. Vol. I. Dirigido por Charles E. O'Neill, Joaquín M.^a Domínguez, 695. Roma – Madrid: IHSI – UP Comillas, 2001.
- DALMASES, C. «Generales: 3. Borja». Em *DHCJ*. vol. II. Dirigido por Charles E. O'Neill, Joaquín M.^a Domínguez, 1605-1612. Roma – Madrid: IHSI – UP Comillas, 2001.
- DE LA ESCALERA, J. e DOMÍNGUEZ, M. «Torres Miguel de». Em *DHCJ*. Vol. IV. Dirigido por Charles E. O'Neill, Joaquín M.^a Domínguez, 3824. Roma – Madrid: IHSI – UP Comillas, 2001.
- DE LA ESCALERA, J. e DOMÍNGUEZ, M. «Torres Miguel de». Em *DHCJ*. Vol. IV. Dirigido por Charles E. O'Neill, Joaquín M.^a Domínguez, 3824. Roma – Madrid: IHSI – UP Comillas, 2001.

- ECHARTE, I. «Casas». Em *DHCJ*. vol. I. Dirigido por Charles E. O'Neill, Joaquín M.^a Domínguez, 678. Roma – Madrid: IHSI – UP Comillas, 2001.
- FOIS, M. «Generales: 5. Aquaviva». Em *DHCJ*. Vol. II. Dirigido por Charles E. O'Neill, Joaquín M.^a Domínguez, 1614-1621. Roma – Madrid: IHSI – UP Comillas, 2001.
- MOUTINHO, M. «Azevedo (Acevedo), Ignacio de». Em *DHCJ*. Vol. I. Dirigido por Charles E. O'Neill, Joaquín M.^a Domínguez, 313-314. Roma – Madrid: IHSI – UP Comillas, 2001.
- OLIVARES, E. «Territorios (División): Provincia». Em *DHCJ*. Vol. IV. Dirigido por Charles E. O'Neill, Joaquín M.^a Domínguez, 3782. Roma – Madrid: IHSI – UP Comillas, 2001.
- PACHECO, J. M. «Portugal». Em *DHCJ*. vol. II. Dirigido por Charles E. O'Neill, Joaquín M.^a Domínguez, 3196. Roma – Madrid: IHSI – UP Comillas, 2001.
- SANZ DE DIEGO, R. «Generales: 24. Martín». Em *DHCJ*. vol. II. Dirigido por Charles E. O'Neill, Joaquín M.^a Domínguez, 1676-1682. Roma – Madrid: IHSI – UP Comillas, 2001.
- SCADUTO, M. «Generales: 2. Laínez, Diego». Em *DHCJ*. Vol. II. Dirigido por Charles E. O'Neill, Joaquín M.^a Domínguez, 1601-1605. Roma – Madrid: IHSI – UP Comillas, 2001.
- VAZ CARVALHO, J. «Angola». Em *DHCJ*. vol. I. Dirigido por Charles E. O'Neill, Joaquín M.^a Domínguez, 171-175. Roma – Madrid: IHSI – UP Comillas, 2001.
- VAZ CARVALHO, J. «Angola». Em *DHCJ*. vol. I. Dirigido por Charles E. O'Neill, Joaquín M.^a Domínguez, 171-175. Roma – Madrid: IHSI – UP Comillas, 2001.
- VAZ CARVALHO, J. «Etiópia». Em *DHCJ*. vol. II. Dirigido por Charles E. O'Neill, Joaquín M.^a Domínguez, 1339. Roma – Madrid: IHSI – UP Comillas, 2001.
- VAZ CARVALHO, J. «Gouveia, Francisco de». Em *DHCJ*. vol. II. Dirigido por Charles E. O'Neill, Joaquín M.^a Domínguez, 1793. Roma – Madrid: IHSI – UP Comillas, 2001.
- VAZ CARVALHO, J. «Mirón (Miró), Diego». Em *DHCJ*. vol. III. Dirigido por Charles E. O'Neill, Joaquín M.^a Domínguez, 2686. Roma – Madrid: IHSI – UP Comillas, 2001.
- VAZ CARVALHO, J. «Procura de misiones en la antigua CJ». Em *DHCJ*. vol. IV. Dirigido por Charles E. O'Neill, Joaquín M.^a Domínguez, 3242. Roma – Madrid: IHSI – UP Comillas, 2001.

VOZES DO DEI

- ALBUQUERQUE, Antonio. «Laínez, Diego». Em *Diccionario de Espiritualidad Ignaciana*. Vol. II. Editado por Grupo de Espiritualidad Ignaciana, 1109-1115. Bilbao – Santander: Mensajero – Sal Terrae, 2007.
- BLANCH, Antoni. «Cultura». Em *Diccionario de Espiritualidad Ignaciana*. Vol. I. Editado por Grupo de Espiritualidad Ignaciana, 542-545. Bilbao – Santander: Mensajero – Sal Terrae, 2007.
- BLANCH, Antoni. «Deseo». Em *Diccionario de Espiritualidad Ignaciana*. Vol. I. Editado por Grupo de Espiritualidad Ignaciana, 564-570. Bilbao – Santander: Mensajero – Sal Terrae, 2007.
- CHÉRCOLES, Adoldo. «Reflectir». Em *Diccionario de Espiritualidad Ignaciana*. Vol. II. Editado por Grupo de Espiritualidad Ignaciana, 1544-1546. Bilbao – Santander: Mensajero – Sal Terrae, 2007.
- COUPEAU, José Carlos. «Constituciones». Em *Diccionario de Espiritualidad Ignaciana*. Vol. II. Editado por Grupo de Espiritualidad Ignaciana, 436-437. Bilbao – Santander: Mensajero – Sal Terrae, 2007.

- GARCÍA DE CASTRO, José. «Cartas». Em *Diccionario de Espiritualidad Ignaciana*. Vol. I. Editado por Grupo de Espiritualidad Ignaciana, 294-306. Bilbao – Santander: Mensajero – Sal Terrae, 2007.
- LUCCHETTI BINGEMER, María Clara. «María». Em *Diccionario de Espiritualidad Ignaciana*. Vol. II. Editado por Grupo de Espiritualidad Ignaciana, 1195-1196. Bilbao – Santander: Mensajero – Sal Terrae, 2007.
- MARTÍNEZ DE LA ESCALERA, José. «Borja, Francisco de». Em *Diccionario de Espiritualidad Ignaciana*. Vol. I. Editado por Grupo de Espiritualidad Ignaciana, 241-246. Bilbao – Santander: Mensajero – Sal Terrae, 2007.
- MARTÍNEZ DE LA ESCALERA, José. «Plática». Em *Diccionario de Espiritualidad Ignaciana*. Vol. II. Editado por Grupo de Espiritualidad Ignaciana, 11451-1452. Bilbao – Santander: Mensajero – Sal Terrae, 2007.
- MARTÍNEZ-GAYOL, Nurya. «Gloria». Em *Diccionario de Espiritualidad Ignaciana*. Vol. II. Editado por Grupo de Espiritualidad Ignaciana, 905-910. Bilbao – Santander: Mensajero – Sal Terrae, 2007.
- MARTÍNEZ-GAYOL, Nurya. «Magis (más). “Ad Maiorem Dei Gloriam”». Em *Diccionario de Espiritualidad Ignaciana*. Vol. II. Editado por Grupo de Espiritualidad Ignaciana, 1158-1159. Bilbao – Santander: Mensajero – Sal Terrae, 2007.
- MELLONI, Javier. «Sentir». Em *Diccionario de Espiritualidad Ignaciana*. Vol. II. Editado por Grupo de Espiritualidad Ignaciana, 1631-1636. Bilbao – Santander: Mensajero – Sal Terrae, 2007.
- SÁNCHEZ-GIRÓN, José. «Representación». Em *Diccionario de Espiritualidad Ignaciana*. Vol. I. Editado por Grupo de Espiritualidad Ignaciana, 1570-1573. Bilbao – Santander: Mensajero – Sal Terrae, 2007.